

**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E
DO PARNAÍBA – CODEVASF
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL**

**PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE
TERESINA**

Produto II – Diagnóstico Situacional Participativo

**Teresina – Piauí
Fevereiro - 2014**



REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO – RIDE GRANDE TERESINA PLANO DE AÇÃO INTEGRADA SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO
FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF

7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA

**PRODUTO II - DIAGNÓSTICO SITUACIONAL
PARTICIPATIVO**

Teresina - Piauí

Fevereiro - 2014

B823p

Brasil. Ministério da Integração Nacional. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Parnaíba e São Francisco - CODEVASF

Plano de Ação Integrado e Sustentável para a RIDE Grande Teresina.

Produto II: Diagnóstico Situacional Participativo. / Ministério da Integração, CODEVASF,

Governo do Estado do Piauí. – Teresina: Empresa Expansão Gestão em Educação e Eventos, 2013.

266 f. il

Elaboração do Plano de Ação da Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE da Grande Teresina.

1. Desenvolvimento econômico e social 2. Desenvolvimento econômico e social – RIDE Grande Teresina I. CODEVASF II. Piauí. Governo do Estado. III. Empresa Expansão Gestão em Educação e Eventos IV. Título

CDD: 338.098122

EQUIPE TÉCNICA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Dilma Rousseff

MINISTRO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Ministro: Francisco Teixeira

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

Governador: Wilson Martins

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

Governadora: Roseana Sarney

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

Presidente: Elmo Vaz

Coordenador Técnico da CODEVASF

Engenheiro: Vitorino Orthiges

Coordenador Geral da Região Integrada de Desenvolvimento – RIDE Grande Teresina

Coordenador: João Batista Alves Batista

EMPRESA EXPANSÃO GESTÃO EM EDUCAÇÃO E EVENTOS

Elaboração

EQUIPE TÉCNICA

Coordenadora Geral: Grace Adeodato Maia

Administrador: Alexandre Magno Marques dos Santos

Engenheiro: Henrique José Freire Macedo

Engenheira: Ana Alice Macedo de Castro Lima

Turismólogo: Thiago de Lima Sales

Especialista em Gestão Municipal: Ivo Luis Oliveira Silva

Economista: Jerry Roberto Campos David

Programadora Visual: Ruth Helena Linhares Leite

Historiadora: Janiére Barbosa Nogueira

Estatístico: Kleison de Paiva Freitas

Advogada: Larissa Maia Nunes

APOIO TÉCNICO

Carla Alves dos Santos

PARCEIROS DO PROJETO:

Governo Federal

Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Piauí

Instituto Federal do Piauí – IFPI

Banco do Brasil S.A

Banco do Nordeste S.A

Governo do Estado do PIAUÍ

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR

Secretaria de Transporte – SETRANS
Água e Esgoto do Piauí S.A – AGESPISA

Governo do Estado do Maranhão

Governo Municipal

Prefeitura de Teresina

Secretario Municipal de Planejamento e Coordenação – SEMPLAN
Superintência de Devolvimento Rural – SDR
Superintência Municipal de Trânsito – STRANS
Secretaria Municipal de Ecônomia Solidária de Teresina - SEMEST
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEMDEC

Prefeitura de Timon (MA)

Secretaria Municipal de Planejamento
Secretaria Municipal de Agricultura
Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Infraestrutura
Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Economico e Turismo

Prefeitura Municipal de José de Freitas

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Prefeitura de Lagoa Alegre

Secretaria Municipal de Agricultura

Prefeitura de Coivaras

Secretaria Municipal de Administração

Prefeitura Municipal de União

Secretaria Municipal de Obras

Prefeitura Municipal de Demerval Lobão

Secretaria Municipal de Agricultura

Prefeitura Municipal de Monsenhor Gil

Secretaria Municipal de Agricultura

Prefeitura Municipal de Altos

Vice Prefeitura

Prefeitura Municipal de Lagoa do Piauí

Secretaria de Saúde do Município
Secretaria Municipal de Educação

Prefeitura Municipal de Nazária

Prefeitura Municipal de Pau D'Arco do Piauí

Prefeitura Municipal de Miguel Leão

Prefeitura Municipal de Curralinhos

Prefeitura Municipal de Beneditinos

SUMÁRIO

1	CARACTERIZAÇÃO GERAL DA RIDE	30
2	ANÁLISE DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO	46
3	DIMENSÃO HISTÓRICA	55
4	DIMENSÃO GEOAMBIENTAL, INCLUINDO A PRESERVAÇÃO E O APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS	90
5	DIMENSÃO ECONÔMICA, COM A IDENTIFICAÇÃO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS EXISTENTES E POTENCIAIS	105
6	DIMENSÃO SOCIAL	150
7	DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL, CONTEMPLANDO INCLUSIVE A IDENTIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS APLICADOS NA RIDE ATÉ O MOMENTO	205
8	OS ATORES REGIONAIS E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DA RIDE	232
9	DIMENSÃO URBANÍSTICA, CONTEMPLANDO ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA, DE SERVIÇOS PÚBLICOS EXISTENTES E PROJETADOS E DE MOBILIDADE E TRANSPORTE INTRA E INTERMUNICIPAL	235
10	MODELOS DE GESTÃO EXISTENTES	253

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Características da População dos Municípios que compõem a RIDE Grande Teresina	35
Quadro 2	Órgãos da Administração Direta e sua referida competência	51
Quadro 3	Órgãos da Administração Indireta e sua referida competência	52
Quadro 4	Pontos de Água de 12 Municípios que compõem a RIDE Grande Teresina	101
Quadro 5	PIB por Município, o percentual de participação por Município, a população de cada Município, a área que ocupa dos Municípios da RIDE Grande Teresina	105
Quadro 6	Resumos dos investimentos realizados na RIDE Grande Teresina	107
Quadro 7	Programa Arranjos Produtivos Locais para a RIDE Grande Teresina	108
Quadro 8	Estimativa e Compensação da Renúncia da Receita – 2013	109
Quadro 9	Demonstrativo do Efeito das Isenções e outros Benefícios Fiscais sobre as Receitas (ICMS e IPVA) por Gerência de Atendimento	110
Quadro 10	Demonstrativo Anual de Empresas Contempladas com Benefícios e Incentivos Fiscais - Ano 2013	112
Quadro 11	Número de Estabelecimento por Tipo de Prestador Segundo o Tipo de Estabelecimento	122
Quadro 12	Número de Profissionais por Tipo de Categoria no Município de Teresina	123
Quadro 13	Recursos Movimentados - Polo de Saúde do Município de Teresina	123
Quadro 14	Número de Internações Realizadas no Polo de Saúde Do Município De Teresina	124
Quadro 15	Número de Instituições de Ensino Superior localizadas no Polo de Educação	132
Quadro 16	Número de Cursos de Graduação	132
Quadro 17	Número de Cursos Presencial e a Distância	132
Quadro 18	Número de Professores e sua respectiva qualificação	133
Quadro 19	Evolução Populacional dos Municípios da RIDE Grande Teresina	150
Quadro 20	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes - Teresina – PI	151
Quadro 21	População Total, por Gênero, Rural/Urba e Taxa de Urbanização - Teresina – PI	152
Quadro 22	Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Teresina – PI	152
Quadro 23	Docentes Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Teresina	153
Quadro 24	Escolas nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Teresina	153
Quadro 25	Expectativa de Anos de Estudos no Município de Teresina	153
Quadro 26	Renda Per Capita do Município de Teresina	153
Quadro 27	Índice de Gini do Município de Teresina	153
Quadro 28	Percentual de Vulneráveis à Pobreza do Município de Teresina	154
Quadro 29	Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais – Teresina – PI – 2010	154
Quadro 30	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes -	154

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

	Altos – PI	
Quadro 31	População Total, por Gênero, Rural/Urbana e Taxa de Urbanização - Altos – PI	155
Quadro 32	Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Altos – PI	156
Quadro 33	Docentes Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Altos	156
Quadro 34	Escolas nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Altos	156
Quadro 35	Expectativa de Anos de Estudos no Município de Altos	156
Quadro 36	Renda Per Capita do Município de Altos	157
Quadro 37	Índice de Gini do Município de Altos	157
Quadro 38	Percentual de Vulneráveis à Pobreza do Município de Altos	157
Quadro 39	Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais – Altos – PI – 2010	157
Quadro 40	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes - Beneditinos – PI	158
Quadro 41	População Total, por Gênero, Rural/Urbana e Taxa de Urbanização - Beneditinos – P	159
Quadro 42	Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Beneditinos – PI	159
Quadro 43	Docentes Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Beneditinos	160
Quadro 44	Escolas nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Beneditinos	160
Quadro 45	Expectativa de Anos de Estudos no Município de Beneditinos	160
Quadro 46	Renda Per Capita do Município de Beneditinos	160
Quadro 47	Índice de Gini do Município de Beneditinos	160
Quadro 48	Percentual de Vulneráveis à Pobreza do Município de Beneditinos	161
Quadro 49	Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais – Beneditinos – PI - 2010	161
Quadro 50	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes - Coivaras – PI	161
Quadro 51	População Total, por Gênero, Rural/Urbana e Taxa de Urbanização - Coivaras – PI	162
Quadro 52	Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Coivaras – PI	163
Quadro 53	Docentes Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Coivaras	163
Quadro 54	Escolas nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Coivaras	163
Quadro 55	Expectativa de Anos de Estudos no Município de Coivaras	164
Quadro 56	Renda Per Capita do Município de Coivaras	164
Quadro 57	Índice de Gini do Município de Coivaras	164
Quadro 58	Percentual de Vulneráveis à Pobreza do Município de Coivaras	164
Quadro 59	Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais – Coivaras – PI – 2010	165
Quadro 60	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes -	165

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

	Curralinhos – PI	
Quadro 61	População Total, por Gênero, Rural/Urba e Taxa de Urbanização - Curralinhos – PI	166
Quadro 62	Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Curralinhos – PI	166
Quadro 63	Docentes Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Curralinhos	167
Quadro 64	Escolas nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Curralinhos	167
Quadro 65	Expectativa de Anos de Estudos no Município de Curralinhos	167
Quadro 66	Renda Per Capita do Município de Curralinhos	167
Quadro 67	Índice de Gini do Município de Curralinhos	168
Quadro 68	Percentual de Vulneráveis à Pobreza do Município de Curralinhos	168
Quadro 69	Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais – Curralinhos – PI – 2010	168
Quadro 70	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes – Demerval Lobão – PI	169
Quadro 71	População Total, por Gênero, Rural/Urba e Taxa de Urbanização - Demerval Lobão – PI	169
Quadro 72	Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Demerval Lobão – PI	170
Quadro 73	Docentes Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Demerval Lobão	170
Quadro 74	Escolas nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Demerval Lobão	170
Quadro 75	Expectativa de Anos de Estudos no Município de Demerval Lobão	171
Quadro 76	Renda Per Capita do Município de Demerval Lobão	171
Quadro 77	Índice de Gini do Município de Demerval Lobão	171
Quadro 78	Percentual de Vulneráveis à Pobreza do Município de Demerval Lobão	171
Quadro 79	Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais – Demerval Lobão – PI – 2010	172
Quadro 80	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes – José de Freitas – PI	172
Quadro 81	População Total, por Gênero, Rural/Urba e Taxa de Urbanização - José de Freitas – PI	173
Quadro 82	Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de José de Freitas – PI	173
Quadro 83	Docentes Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de José de Freitas	174
Quadro 84	Escolas nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de José de Freitas	174
Quadro 85	Expectativa de Anos de Estudos no Município de José de Freitas	174
Quadro 86	Renda Per Capita do Município de José de Freitas	174
Quadro 87	Índice de Gini do Município de José de Freitas	175
Quadro 88	Percentual de Vulneráveis à Pobreza do Município de José de Freitas	175
Quadro 89	Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais – José de Freitas – PI - 2010	175
Quadro 90	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes –	176

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

	Lagoa Alegre – PI	
Quadro 91	População Total, por Gênero, Rural/Urba e Taxa de Urbanização - Lagoa Alegre – PI	176
Quadro 92	Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Lagoa Alegre – PI	177
Quadro 93	Docentes Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Lagoa Alegre	177
Quadro 94	Escolas nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Lagoa Alegre	177
Quadro 95	Expectativa de Anos de Estudos no Município de Lagoa Alegre	178
Quadro 96	Renda Per Capita do Município de Lagoa Alegre	178
Quadro 97	Índice de Gini do Município de Lagoa Alegre	178
Quadro 98	Percentual de Vulneráveis à Pobreza do Município de Lagoa Alegre	178
Quadro 99	Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais – Lagoa Alegre – PI – 2010	179
Quadro 100	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes – Lagoa do Piauí – PI	179
Quadro 101	População Total, por Gênero, Rural/Urba e Taxa de Urbanização - Lagoa do Piauí – PI	180
Quadro 102	Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Lagoa do Piauí – PI	180
Quadro 103	Docentes Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Lagoa do Piauí	181
Quadro 104	Escolas nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Lagoa do Piauí	181
Quadro 105	Expectativa de Anos de Estudos no Município de Lagoa do Piauí	181
Quadro 106	Renda Per Capita do Município de Lagoa do Piauí	181
Quadro 107	Índice de Gini do Município de Lagoa do Piauí	182
Quadro 108	Percentual de Vulneráveis à Pobreza do Município de Lagoa do Piauí	182
Quadro 109	Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais – Lagoa do Piauí – PI – 2010	182
Quadro 110	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes – Miguel Leão – PI	183
Quadro 111	População Total, por Gênero, Rural/Urba e Taxa de Urbanização - Miguel Leão – PI	183
Quadro 112	Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Miguel Leão – PI	184
Quadro 113	Docentes Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Miguel Leão	184
Quadro 114	Escolas nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Miguel Leão	184
Quadro 115	Expectativa de Anos de Estudos no Município de Miguel Leão	185
Quadro 116	Renda Per Capita do Município de Miguel Leão	185
Quadro 117	Índice de Gini do Município de Miguel Leão	185
Quadro 118	Percentual de Vulneráveis à Pobreza do Município de Miguel Leão	185
Quadro 119	Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais – Lagoa do Piauí – PI – 2010	186
Quadro 120	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes –	186

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

	Monsenhor Gil – PI	
Quadro 121	População Total, por Gênero, Rural/Urba e Taxa de Urbanização - Monsenhor Gil – PI	187
Quadro 122	Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Monsenhor Gil – PI	187
Quadro 123	Docentes Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Monsenhor Gil	188
Quadro 124	Escolas nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Monsenhor Gil	188
Quadro 125	Expectativa de Anos de Estudos no Município de Monsenhor Gil	188
Quadro 126	Renda Per Capita do Município de Monsenhor Gil	188
Quadro 127	Índice de Gini do Município de Monsenhor Gil	189
Quadro 128	Percentual de Vulneráveis à Pobreza do Município de Monsenhor Gil	189
Quadro 129	Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais – Monsenhor Gil – PI – 2010	189
Quadro 130	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes – Nazária – PI	190
Quadro 131	População Total, por Gênero, Rural/Urba e Taxa de Urbanização - Nazária – PI	190
Quadro 132	Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Nazária – PI	191
Quadro 133	Docentes Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Nazária	191
Quadro 134	Escolas nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Nazária	191
Quadro 135	Expectativa de Anos de Estudos no Município de Nazária	192
Quadro 136	Renda Per Capita do Município de Nazária	192
Quadro 137	Índice de Gini do Município de Nazária	192
Quadro 138	Percentual de Vulneráveis à Pobreza do Município de Nazária	192
Quadro 139	Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais – Nazária – PI – 2010	193
Quadro 140	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes – Pau D'Arco do Piauí – PI	193
Quadro 141	População Total, por Gênero, Rural/Urba e Taxa de Urbanização - Pau D'Arco do Piauí – PI	194
Quadro 142	Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Pau D'Arco do Piauí – PI	194
Quadro 143	Docentes Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Pau D'Arco do Piauí	195
Quadro 144	Escolas nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Pau D'Arco do Piauí	195
Quadro 145	Expectativa de Anos de Estudos no Município de Pau D'Arco do Piauí	195
Quadro 146	Renda Per Capita do Município de Pau D'Arco do Piauí	195
Quadro 147	Índice de Gini do Município de Pau D'Arco do Piauí	196
Quadro 148	Percentual de Vulneráveis à Pobreza do Município de Pau D'Arco do Piauí	196
Quadro 149	Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais – Pau D'Arco do Piauí – PI – 2010	196

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

Quadro 150	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes – União – PI	197
Quadro 151	População Total, por Gênero, Rural/Urbana e Taxa de Urbanização - União – PI	197
Quadro 152	Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de União – PI	198
Quadro 153	Docentes Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de União	198
Quadro 154	Escolas nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de União	198
Quadro 155	Expectativa de Anos de Estudos no Município de União	199
Quadro 156	Renda Per Capita do Município de União	199
Quadro 157	Índice de Gini do Município de União	199
Quadro 158	Percentual de Vulneráveis à Pobreza do Município de União	199
Quadro 159	Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais – União – PI – 2010	200
Quadro 160	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes – Timon – MA	200
Quadro 161	População Total, por Gênero, Rural/Urbana e Taxa de Urbanização - Timon – MA	201
Quadro 162	Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Timon – MA	201
Quadro 163	Docentes Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Timon – MA	202
Quadro 164	Escolas nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Timon – MA	202
Quadro 165	Expectativa de Anos de Estudos no Município de Timon - MA	202
Quadro 166	Renda Per Capita do Município de Timon - MA	202
Quadro 167	Índice de Gini do Município de Timon - MA	203
Quadro 168	Percentual de Vulneráveis à Pobreza do Município de Timon - MA	203
Quadro 169	Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais – Timon - MA – 2010	203
Quadro 170	Produto Interno Bruto – PIB dos Municípios da RIDE Grande Teresina	205
Quadro 171	Relação entre a população dos Municípios da RIDE Grande Teresina e o número de eleitores	206
Quadro 172	Número de Convênios por Municípios e total de investimentos	207
Quadro 173	Número de Famílias Atendidas no Programa Bolsa Família nos Municípios da RIDE Grande Teresina	208
Quadro 174	Empreendimentos do Governo do Estado do Piauí e da Prefeitura Municipal de Teresina	209
Quadro 175	Consórcio feito para Abastecimento de Água nos Municípios da RIDE Grande Teresina	219
Quadro 176	Ações e Investimentos desenvolvidos nos Municípios integrantes da RIDE Grande Teresina - Programa de Aceleração do Crescimento - Orçamento Geral da União - Águas e Esgotos do Piauí S.A – AGESPISA / FUNASA	220
Quadro 177	Ações e Investimentos desenvolvidos nos Municípios integrantes da RIDE Grande Teresina - Ministério da Integração Nacional - Programa Água Para Todos – CODEVASF - RIDE Grande Teresina	220

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

Quadro 178	Ações e Investimentos desenvolvidos nos Municípios integrantes da RIDE Grande Teresina em Esgotamento Sanitário	221
Quadro 179	Relação dos Empreendimentos realizados nos Municípios da RIDE Grande Teresina e seus respectivos investimentos na área de educação	226
Quadro 180	Ações e Investimentos desenvolvidos nos Municípios integrantes da RIDE Grande Teresina no Sistema de Saúde	228
Quadro 181	Atores Regionais Identificados e a sua Influência no Desenvolvimento da RIDE Grande Teresina	233
Quadro 182	Distância Rodoviária entre a Capital do Estado Teresina e os Municípios que compõem a RIDE Grande Teresina e Vias de Acesso aos Municípios	235
Quadro 183	RIDE – Vias de Acesso aos Municípios da RIDE Grande Teresina	237
Quadro 184	Distribuição dos Domicílios Segundo as Formas de Abastecimento de água – 2010	239
Quadro 185	Cobertura de Coleta de Lixo nos Municípios da RIDE Grande Teresina	243
Quadro 186	Unidades de Saúde dos Municípios da RIDE Grande Teresina	246

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Matriz SWOT	26
Figura 2	Mapa dos Estados Brasileiros	30
Figura 3	Territórios de Desenvolvimento Sustentável	32
Figura 4	Mapa da RIDE Grande Teresina	33
Figura 5	Localização das RIDES no Brasil	34
Figura 6	Prática da Piscicultura em Nazária	41
Figura 7	Vista Parcial de Pau D'Arco do Piauí	42
Figura 8	Localização dos Municípios da RIDE Grande Teresina	55
Figura 9	Localização do Município de Teresina	56
Figura 10	Palácio Karnak	59
Figura 11	Ponte Estaiada João Isidoro	59
Figura 12	Convento São Benedito	59
Figura 13	Patrimônio Arquitetônico	59
Figura 14	Localização do Município de Altos	61
Figura 15	Praça Principal	62
Figura 16	Igreja Matriz de São José	62
Figura 17	Localização do Município de Beneditinos	63
Figura 18	Igreja Matriz de São Benedito	64
Figura 19	Vista Parcial do Açude Beneditinos	64
Figura 20	Localização do Município de Coivaras	65
Figura 21	Praça João Ferreira	66
Figura 22	Casa dos Vaqueiros	66
Figura 23	Localização do Município de Curralinhos	67
Figura 24	Praça da Matriz	68
Figura 25	Mercado Público	68
Figura 26	Localização do Município de Demerval Lobão	68
Figura 27	Igreja Matriz	69
Figura 28	Padroeira do Município	69
Figura 29	Localização do Município de José de Freitas	70
Figura 30	Barragem do Bezerra	71
Figura 31	Igreja de São Francisco	72
Figura 32	Vista Parcial do Morro do Acampamento	72
Figura 33	Localização do Município de Lagoa Alegre	72
Figura 34	Praça Raul da Silva Costa	73
Figura 35	Vista Parcial da Lagoa Alegre	73
Figura 36	Localização do Município de Lagoa do Piauí	74
Figura 37	Anfiteatro da Praça	75
Figura 38	Ginásio Poliesportivo o Fortão	75
Figura 39	Gruta da Betânia	76
Figura 40	Localização do Município de Miguel Leão	76
Figura 41	Vista Panorâmica de Miguel Leão	77
Figura 42	Rua e Casas de Miguel Leão	78
Figura 43	Açude da Cidade	78

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

Figura 44	Localização do Município de Monsenhor Gil	78
Figura 45	Acesso ao Município	79
Figura 46	Ponte sobre o Riacho Natal	79
Figura 47	Vista de Nazária	80
Figura 48	Piscicultura de Nazária	81
Figura 49	Ponte sobre o Riacho	81
Figura 50	Localização do Município de Pau D'Arco do Piauí	82
Figura 51	Praça Central	83
Figura 52	Morro do Castelete	83
Figura 53	Localização do Município de União	83
Figura 54	Rio Parnaíba	86
Figura 55	Mercado Central	86
Figura 56	Localização do Município de Timon	87
Figura 57	Igreja Matriz	88
Figura 58	Praça Central	88
Figura 59	Área verde de Teresina representada pelo Zoobotânico, Embrapa, Centro de Ciências Agrárias e Jardim Botânico	93
Figura 60	Rio Poti	94
Figura 61	Áreas de risco de inundação identificada pelo Defesa Civil em 2008	95
Figura 62	Açude de Beneditinos	97
Figura 63	Fonte ininterrupta localizada no Município de União	99
Figura 64	Lançamento do Polo Empresarial de Timon (MA)	109
Figura 65	COMVAP – Grupo Olho D'Água – Agroindústria Açúcar e Alcool – Incentivada – Teresina (PI)	111
Figura 66	Distrito Industrial – Governo do Estado do Piauí – Teresina	111
Figura 67	CLW – indústria de Tintas – Incentivada – Demerval Lobão	111
Figura 68	DETRAN-PI – Incentivo IPVA – Teresina (PI)	112
Figura 69	Indústria de Beneficiamento de Café Amigão – Incentivada – Teresina (PI)	113
Figura 70	Indústria de Embalagens CROW – Implantação Polo Empresarial Norte – Teresina (PI)	113
Figura 71	Indústria logurte FRIOSINA – Incentivada – Teresina (PI)	114
Figura 72	Gran Hotel Arrey – Incentivado – Teresina (PI)	114
Figura 73	Call Center Vikstar – Incentivada – Teresina (PI)	115
Figura 74	Shopping Jardins – Teresina	116
Figura 75	Shopping Rio Poti	116
Figura 76	Shopping dos Cocais – Timon (MA)	117
Figura 77	Teresina Shopping – Ampliação	117
Figura 78	Centro Comercial Pintos – Teresina	118
Figura 79	Shopping Auto Mall – Teresina	118
Figura 80	Comercial Carvalho – Mercado Atacado	118
Figura 81	Supermercado Extra – Teresina	118
Figura 82	Supermercado Hiper bompreço – Teresina	119
Figura 83	Supermercado Makro Atacado – Teresina	119
Figura 84	Centro Comercial Pintos – Teresina	119
Figura 85	Shopping Auto Mall – Teresina	119

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

Figura 86	Supermercado Atacadão – Teresina	120
Figura 87	Supermercado – Maxi Atacado – Teresina	120
Figura 88	Casa de Eventos – Teresina	120
Figura 89	Polo de Saúde – Teresina	121
Figura 90	Ambulantes do Polo de Saúde – Teresina	124
Figura 91	Estrutura para Ambulantes do Pólo de Saúde – PMT	125
Figura 92	Hospital Getúlio Vargas – Teresina	125
Figura 93	Hospital de Urgência de Teresina – HUT	125
Figura 94	Hospital São Marcos – Teresina	126
Figura 95	Hospital Santa Maria – Teresina	126
Figura 96	Hospital Aliança Casamater – Teresina	126
Figura 97	Hospital Universitário - HU – Teresina	126
Figura 98	Maternidade Evangelina Rosa – Teresina	127
Figura 99	Hospital da Polícia Militar – Teresina	127
Figura 100	Hospital Flávio Santos – Teresina	127
Figura 101	Hospital Infantil de Teresina	127
Figura 102	Hospital Terapia Intensiva – HTI – Teresina	128
Figura 103	Hospital São Paulo – Teresina	128
Figura 104	Hospital das Clinicas de Teresina – HCT	128
Figura 105	Maternidade Santa Fé – Teresina	128
Figura 106	Hospital Município da Primavera – Teresina	129
Figura 107	Maternidade do Dirceu Arcoverde – Teresina	129
Figura 108	SAMU – Teresina	129
Figura 109	Centro de Hemoterapia de Teresina	129
Figura 110	Centro Integrado de Reabilitação – CEIR – Teresina	130
Figura 111	Hospital Municipal do Satélite – Teresina	130
Figura 112	Hospital Municipal do Mocambinho – Teresina	130
Figura 113	Hospital Municipal do Parque Piauí – Teresina	130
Figura 114	Espaço Saúde – Zona Leste – Teresina	131
Figura 115	Clinica do Coração – Teresina	131
Figura 116	Universidade Federal do Piauí - UFPI – Teresina	133
Figura 117	Universidade Estadual do Piauí – UESPI	133
Figura 118	Instituto Federal do Piauí - IFPI – Teresina	134
Figura 119	Comercio Varejista e Atacadista 1	135
Figura 120	Comercio Varejista e Atacadista 2	135
Figura 121	Ambulantes nas Ruas do Centro de Teresina	136
Figura 122	Rua livre para Pedestres – Centro Comercial de Teresina	136
Figura 123	Polo Cerâmico do Poti Velho	137
Figura 124	Bonecas feitas de Barro	137
Figura 125	Presidenta da Associação das Mulheres Artesã	137
Figura 126	Construção “Programa Minha Casa Minha Vida”	139
Figura 127	Polo de Confecção em Teresina	139
Figura 128	Rebanho de ovinos e caprinos do Estado do Piauí	141
Figura 129	Cajuína produzida no Município de Curralinhos	142
Figura 130	Piscicultura em Nazária	143

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

Figura 131	Horta Urbana no Município de Timon (MA)	144
Figura 132	Localização do Polo Empresarial Norte	146
Figura 133	Localização do Polo Empresarial Sul	148
Figura 134	RIDE Grande Teresina – Mapa da Mobilidade Urbana	210
Figura 135	Rodoanel – Teresina 1	211
Figura 136	Rodoanel – Teresina 2	211
Figura 137	Ponte em construção para ligação do Rodoanel 1	211
Figura 138	Ponte em construção para ligação do Rodoanel 2	211
Figura 139	Ponte Estaiada – Teresina, 2013	212
Figura 140	Duplicação da Ponte da Primavera	212
Figura 141	Ponte Leonel Brizola – Mocambinho Teresina – PI 112 União	213
Figura 142	Viaduto da Higino Cunha – Teresina	213
Figura 143	Duplicação da Ponte Juscelino Kubstichek	214
Figura 144	Passeio Público – Avenida Frei Serafim – Teresina	214
Figura 145	Duplicação da Avenida da Santa Maria da CODIPI – Teresina	215
Figura 146	Duplicação da BR 343 – Teresina – Altos – José de Freitas	215
Figura 147	Duplicação da BR 316 - Teresina – Demerval Lobão – Monsenhor Gil	216
Figura 148	Construção do Rodoanel do Município de União	216
Figura 149	Habitações no Município de Demerval Lobão – Programa Minha Casa, Minha Vida	217
Figura 150	Habitações em construção no Município de Altos – Residencial São Luiz	218
Figura 151	Habitações concluídas no Município de Altos – Residencial São Luiz	218
Figura 152	Habitações em construção no Município de Pau D’Arco do Piauí	218
Figura 153	Habitações concluídas no Município de Timon (MA)	219
Figura 154	Habitações em construção no Município de União	219
Figura 155	Complexo Lagoas do Norte 1	222
Figura 156	Complexo Lagoas do Norte 2	222
Figura 157	Calçadão do Complexo Lagoas do Norte	223
Figura 158	Urbanização do Complexo Lagoas do Norte	223
Figura 159	Obra de Esgotamento Sanitário – União	223
Figura 160	Esgotamento Sanitário de Timon (MA)	223
Figura 161	Zona Rural de Teresina	224
Figura 162	Zona Rural de Altos	224
Figura 163	Zona Rural de Demerval Lobão	224
Figura 164	Subestação Poty localizada na Zona Norte de Teresina	224
Figura 165	Visão Panorâmica Iluminada da cidade de Teresina	225
Figura 166	Iluminação Decorativa	225
Figura 167	Iluminação do Passeio	225
Figura 168	Praças – Teresina	225
Figura 169	Mapa do Centro de Esportes e Artes Unificados – CEU – Teresina	227
Figura 170	Vista Frontal do Parque Potycabana – Teresina	227
Figura 171	Área de Lazer do Parque Potycabana – Teresina	227
Figura 172	Unidade de Pronto Atendimento – UPA em Renascença – Teresina	229
Figura 173	Unidade Básica de Saúde – UBS –RIDE Grande Teresina	229
Figura 174	Tribunal de Justiça – Fórum de Teresina	229

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

Figura 175	Instituto de Medicina Legal – Teresina	230
Figura 176	Ministério Público Federal – Teresina	230
Figura 177	Vias de Acesso aos Municípios da RIDE Grande Teresina	236
Figura 178	Representação espacial do índice médio de atendimento urbano por rede coletora de esgotos (indicador IN024) dos participantes do SNIS em 2011, distribuído por faixas percentuais, segundo estado	240
Figura 179	Representação espacial do índice médio de atendimento urbano por rede coletora de esgotos (indicador IN024) dos participantes do SNIS em 2011, distribuído por faixas percentuais, segundo município	241
Figura 180	Dejetos de esgoto a céu aberto no Município de Demerval Lobão	242
Figura 181	Coleta de Lixo em Timon (MA)	243
Figura 182	Lixo se mistura com os porcos	244
Figura 183	Depósito de Lixo no Município de Curralinhos	244
Figura 184	Ligações Clandestinas em Beneditinos	245
Figura 185	Ligações Clandestinas em Curralinhos	245
Figura 186	Subestação Eletrobrás – Teresina	245
Figura 187	Subestação Poty, localizada na Zona Norte de Teresina	245
Figura 188	Ambulâncias no Município de Curralinhos	247
Figura 189	Delegacia do Município de Curralinhos	248
Figura 190	Ponto de Ônibus Intermunicipal em Demerval Lobão	249
Figura 191	Reunião Realizada no Município de José de Freitas para elaboração do Orçamento Participativo	257

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Percentual de investimentos feitos pelo Ministério da Integração Nacional nos Municípios da RIDE Grande Teresina	108
Gráfico 2	Produto Interno Bruto – PIB dos Municípios da RIDE Grande Teresina	206
Gráfico 3	Número de Eleitores nos Municípios do RIDE Grande Teresina	207
Gráfico 4	Número de Famílias Atendidas no Programa Bolsa Família nos Municípios da RIDE Grande Teresina	209
Gráfico 5	Percentual de Recursos Utilizados em cada Município da RIDE Grande Teresina	220
Gráfico 6	Percentual dos Investimentos realizados em cada Município da RIDE Grande Teresina na área de educação	226

LISTA DE SIGLAS

AGESPISA - Empresa Águas e Esgotos do Piauí S.A
APL – Arranjo Produtivo Local
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB – Banco do Nordeste Brasileiro
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEMAR - Companhia Energética do Maranhão
CEPISA - Companhia Energética do Piauí S/A
CEPRO - Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
CESVALE - Centro Ensino Superior do Vale do Parnaíba
CMDCAT - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
COARIDE - Conselho Administrativo da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONADE - Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência
DER – Departamento de Estradas de Rodagem.
DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra às Secas
EJA - Educação para Jovens e Adultos
EMATER - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí
FADEP - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí
FJP - Fundação João Pinheiro
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
FUNECE – Fundação Universidade Estadual do Ceará.
GT RIDE – Grupo Temático do Conselho Administrativo da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis –
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologias, Normatização e Qualidade Industrial
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPVA - Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores
LGBT - Conselho Municipal dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário
MI – Ministério da Integração Nacional
MTUR – Ministério do Turismo.
OEA - Organização dos Estados Americanos
OMS - Organização Mundial da Saúde
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PCF - Programa de Crédito Fundiário
PDITS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PDTU - Plano Diretor de Transporte Urbano
PEA – População Economicamente Ativa.
PIB – Produto Interno Bruto.
PLANAP – Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF - Programa Nacional da Agricultura Familiar
PSF - Programa de Saúde da Família
PTDS - Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável
RIDE – Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento
SAAE - Serviço Autônomo de Águas e Esgotos
SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e pequenas Empresas.
SEFAZ – Secretaria da Fazenda
SEINFRA - Secretaria de Infraestrutura do Piauí -
SEMAR - Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí
SEMDEC - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
SEMGOV - Secretaria Municipal de Governo
SEMPLAN - Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação de Teresina
SEPLAN - Secretaria de Planejamento Estadual
SESA – Secretaria de Saúde do Estado.
SETUR - Secretaria de Turismo.
SIH - Sistema de Internações Hospitalares do SUS
SMDR - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
STRANS - Superintendência Municipal de Trânsito
SUS – Sistema Único de Saúde
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SWOT - *Strengths Weaknesses Opportunities Threats*
UBS - Unidade Básica de Saúde
UESPI - Universidade Estadual do Piauí
UFPI - Universidade Federal do Piauí
UPA - Unidade de Pronto Atendimento

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o relatório produzido chamado PRODUTO II – **Diagnóstico Situacional Participativo** do Plano de Ação Integrado e Sustentável para a Região Integrada de Desenvolvimento da RIDE Grande Teresina. O referido relatório engloba essencialmente a segunda etapa de trabalho de elaboração do Plano de Ação e consiste em 04 (quatro) fases de elaboração. A primeira é a definição do conteúdo e metodologia das oficinas a serem realizadas, com os respectivos materiais a serem utilizados; a segunda é o levantamento e análise das informações e materiais existentes sobre a RIDE e planos de desenvolvimentos - locais, estaduais e/ou regionais e sua discussão em oficina; a terceira é a análise e discussão, em oficina, das potencialidades, dificuldades e ativos regionais presentes nessa região; a quarta é a consolidação do Diagnóstico Situacional Participativo em audiência pública.

Para a elaboração do Produto II: Diagnóstico Situacional Participativo do Plano de Ação da Região Integrada de Desenvolvimento – RIDE da Grande Teresina, que foi elaborado pela Empresa Expansão Gestão em Educação e Eventos, inicialmente foi apresentado para a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF um Plano de Trabalho, detalhando com todas as Etapas a serem desenvolvidas durante o período de vigência do contrato N° 7.096.00/2013.

Após o término da Etapa I foi apresentado para a CODEVASF, órgão contratante e para a Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação – SEMPLAN, para o técnico que coordena a RIDE Grande Teresina, o Documento Técnico das Atividades Preliminares. Após a conclusão desta fase, será elaborado o Produto III: Linhas Estratégicas de Intervenção e o Produto IV: Plano de Ação Consolidado.

O Plano de Desenvolvimento da RIDE se insere na estratégia do Governo Federal de apoiar a elaboração de planos regionais de desenvolvimento, por intermédio do Ministério da Integração Nacional - MI, em constante parceria com outros órgãos e entes da federação. Os planos regionais de desenvolvimento vão ao encontro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e priorizam regiões brasileiras com baixo rendimento per capita e reduzido dinamismo econômico.

Sabe-se que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, previsto na Constituição Federal é a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais. Como estratégia de ação, o governo tem investido na valorização da diversidade regional, a partir da implantação de um novo padrão de gestão do território, baseado na intervenção de natureza transversal entre as esferas de governo e maior articulação com os diversos setores da sociedade, objetivando a melhoria da qualidade de vida.

Qualidade de vida, para a Organização Mundial da Saúde – OMS é “a percepção do indivíduo de sua inserção na vida no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”. (OMS, 1995).

Existem vários conceitos sobre qualidade de vida, porém nenhum é definitivo, podem-se estabelecer elementos para pensar nessa noção enquanto fruto de indicadores ou esferas objetivas (sociais) e subjetivas, a partir da percepção que os indivíduos constroem no meio em que vivem.

Na atualidade, a qualidade de vida é mensurada pelo acesso que se tem em relação à educação, saúde, habitação, saneamento básico, segurança pública, meios de transporte, oportunidade de trabalho, informação, preservação ambiental, proteção social, cultura, lazer, atividades físicas, dentre outros. Estes dados objetivos buscam uma análise ou

compreensão da realidade pautada em elementos quantificáveis e concretos, que podem ser transformados pela ação humana.

Essa perspectiva caracteriza a análise em qualidade de vida como uma busca por dados quantitativos e qualitativos que permitam traçar um perfil de um indivíduo ou grupo em relação ao seu acesso a bens e serviços. Esses dados são gerados com base em informações globais dos grupos estudados. A partir deles, são traçados índices estatísticos de referência sobre posições socioeconômicas de populações, assim como comparações entre objetos diferentes. Com esse tipo de tratamento, torna-se possível estabelecer quadros de perfis socioeconômicos para ações voltadas à melhoria da qualidade de vida dos sujeitos (atores sociais) envolvidos.

A análise de qualidade de vida sob um aspecto subjetivo também leva em conta questões de ordem concreta, porém, considera variáveis históricas, sociais, culturais e de interpretação individual sobre as condições de bens materiais e de serviços do sujeito. O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH é um modo de medir a qualidade de vida nos países, comparando riqueza, alfabetização, educação, esperança média de vida, natalidade e outros fatores, é uma maneira de avaliação e medida do bem-estar de uma população.

Para que o conjunto de benefícios apresentados acima possa melhorar a qualidade de vida das populações de uma maneira geral, foram criadas as políticas públicas, com a finalidade de orientar todas as ações que os órgãos governamentais devem seguir, com o objetivo de proporcionar desenvolvimento, bem estar e prosperidade para a comunidade em que vivemos. Quanto mais eficientes forem às políticas públicas praticadas pelos governantes, maiores serão as oportunidades para o aumento de trabalho e renda de forma sustentável nos territórios, diminuindo as desigualdades existentes entre as regiões, estados e territórios brasileiros.

O Brasil tem percebido o quanto é importante à adoção e a boa gestão destas práticas. Só com elas poderemos ter uma população melhor assistida, melhor protegida e mais feliz. (POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - PNDR, 2008).

A PNDR torna-se, portanto uma estratégia primordial para a busca pela redução das desigualdades regionais e pela ativação do potencial de desenvolvimento das regiões do país, valorizando a rica diversidade apresentada pelas localidades brasileiras, além de chamar atenção para a necessidade de se planejar ações, implementá-las de forma eficiente eficaz e efetiva e avaliar e controlar seus resultados.

Entende-se por território um espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições; e uma população com grupos sociais relativamente distintos que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão (social, cultural e territorial) e sentimento de pertencimento (Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, 2005). O território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em uma *capital* crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento.

Na abordagem territorial o desenvolvimento não é decorrência da ação verticalizada do poder público, mas sim da criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e fragilidades, e dos meios para perseguir um projeto próprio de desenvolvimento sustentável.

Entre os objetivos da política territorial está a construção e implementação do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável - PTDS. Esse é uma ferramenta de gestão social

do território, que se constitui em mais uma das estratégias do Governo Federal através do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT que propõem uma nova política de desenvolvimento sustentável.

A elaboração do Plano baseou-se na metodologia do planejamento territorial participativo, observando três condições essenciais: a) a abordagem multisetorial, que deve necessariamente envolver diversos órgãos setoriais; b) a co-responsabilidade dos entes federativos, garantindo-se ampla participação dos estados e municípios; e c) a participação social, com a discussão das diretrizes com os movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil.

O presente Plano de Desenvolvimento constitui-se em uma importante ferramenta de cooperação entre a sociedade civil organizada, o setor privado e as múltiplas esferas do poder público, de modo a garantir que o crescimento econômico derivado desta intervenção respeite o meio ambiente, a cultura e promova geração de empregos em nível local e a melhoria na distribuição de renda.

O documento permite uma visão ampla da realidade regional e a identificação de intervenções necessárias ao seu fortalecimento, construídas e compartilhadas pelos diversos atores locais, regionais e nacionais. A contribuição ao Plano Integrado de Desenvolvimento da Grande Teresina é fundamental à continuidade do processo de planejamento e construção de melhores estratégias de intervenção de políticas públicas.

A ação planejada sobre uma região assume papel fundamental em tempo de globalização, pois é neste espaço que a população vivencia experiências que modificam seu modo de vida no cotidiano. Diante da mistura dos valores adquiridos, dos costumes e práticas realizadas é que a cultura local se torna mais relevante, conferindo a região importância cada vez mais significativa.

Apesar da existência de belezas naturais nesta região e do seu patrimônio cultural, nota-se um fraco aproveitamento da região devido à precariedade da infraestrutura de transportes e de serviços. De outro lado, o isolamento da região concorre para que ela apresente um dos mais baixos níveis de desenvolvimento do País.

Assim, a elaboração do Plano partiu da percepção de que o pleno desenvolvimento sustentável da área deve contemplar todo o conjunto de atividades econômicas existentes, como a agropecuária, o extrativismo, a pesca e o artesanato, com ações voltadas ao aumento de sua produtividade e ao processamento industrial, ou seja, a agregação de valor à produção primária.

Deve-se ressaltar ainda que a debilidade da estrutura produtiva local e a baixa qualidade de vida da maior parte de sua população decorrem, em boa medida, da insuficiência e precariedade da infraestrutura econômica e social existente. Dessa forma, o papel do Estado é insubstituível, mediante a realização dos necessários investimentos em infraestrutura de transportes, energia, comunicações, educação, saúde e tecnologia, visando à criação de condições mínimas para o pleno desenvolvimento regional.

Essas medidas contemplarão a estruturação, tanto do ponto de vista de oferta de produtos, sistematização de atividades variadas, quanto do fortalecimento de meios institucionais que deem condições para gestão das ações que viabilizem os empreendimentos previstos e propostos para a região.

Desta forma, o Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável expressa às decisões tomadas pelo conjunto dos “atores e atrizes sociais” que compõem o Território RIDE Grande Teresina. É um documento que deverá servir de base para as ações de curto, médio e longo prazo na dinâmica interna e externa do território, envolvendo as dimensões ambiental,

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

sociocultural, educacional, socioeconômica, produtiva e política institucional do desenvolvimento.

A construção do Plano ocorreu a partir de discussões realizadas com representantes de vários setores da sociedade. Foram realizadas oficinas de mobilização e capacitação, abordando os seguintes temas: infraestrutura, saúde, educação, reforma agrária, comunidades tradicionais, gênero e meio ambiente, tendo como princípio norteador a metodologia participativa. Também foram realizadas visitas técnicas às secretarias municipais, às Instituições de Ensino e Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e pequenas Empresas – SEBRAE, dentre outras.

O processo de construção contou com a participação de diversos atores e atrizes sociais do território, juntamente com o Conselho Administrativo da RIDE - COARIDE, a coordenação executiva e o núcleo técnico da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF e da prefeitura e secretarias dos municípios que contemplam a RIDE. Destacamos o acompanhamento de todo o trabalho pela Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação de Teresina – SEMPLAN e do técnico da referida secretaria que é o coordenador da RIDE Grande Teresina.

A escuta cuidadosa das propostas sugeridas pelos atores sociais, que conhecem o potencial dos municípios, agregaram o saber coletivo compartilhado e indicaram respostas inteligentes e sensíveis às questões ecológica, cultural, espiritual e emergente, porque se aproximam da essência da vida. Todos os dados coletados foram importantes instrumentos de trabalho e de aprendizado para toda a equipe técnica que elaborou o referido Diagnóstico Situacional Participativo.

O Diagnóstico teve como objetivo realizar uma análise completa da situação da realidade a ser pesquisada e teve como proposta detectar os principais problemas existentes dentro do âmbito que se quer apurar, para tanto se fez necessário capacitar os pesquisadores de campo e os articuladores do processo.

Na metodologia aplicada, a fase de diagnóstico da RIDE Grande Teresina envolveu a pesquisa de dados primários e secundários e a posterior análise dos dados obtidos de modo que estes, dados permitiram a formação de uma base para as demais etapas do plano de ação. Os dados pesquisados foram de diversos temas como localização, espacial e geográfica, os recursos ambientais e naturais disponíveis, os recursos econômicos existentes e as organizações sociais locais, dados sobre a demografia e o mercado de trabalho e renda, dados sobre questões culturais, históricas, turísticas e sociais pertinentes.

Neste caso, a opinião, da comunidade e de outros segmentos de interface foi um referencial importante para obter fonte de informações valiosas para elaboração dos documentos. Entre os mais utilizados instrumentos de investigação temos: a observação direta, a entrevista, o uso da matriz SWOT aplicada nas oficinas, importante ferramenta de marketing em que “S” de *Strengths* significa forças ou pontos fortes, “W” de *Weaknesses* que significa fraquezas ou pontos fracos, “O” de *Opportunities* que representa oportunidades e “T” de *Threats* que significa ameaças e a condução de reuniões e seminários de sensibilização. A criação desta tabela que é atribuída a Kenneth Andrews e Roland Christensen, professores da *Harvard Business School*, consiste num modelo de avaliação da posição competitiva de uma região ou organização no mercado.

Algumas ocorrências dentro destas atividades foram desenvolvidas e podem causar dúvidas no que se referem a reclamações, gastos desnecessários, problemas de relacionamento. Também, alguns erros de diagnóstico foram evitados, como confundir necessidades setoriais com anseios pessoais dos seus representantes. Estas reuniões foram registradas em atas e elaboradas listas com a assinatura dos participantes e a instituição que representam, com realização de fotografias destes encontros. A condução deste processo

de consulta pública requer alto grau de maturidade dos pesquisadores na escuta, no registro e na condução de grupos de trabalho.

Ao construir a matriz as variáveis são sobrepostas, o que finda por facilitar a análise e a busca de sugestões para o processo de tomada de decisões, sendo um recurso imprescindível na formação de Estratégias e na definição do Plano de Ação que será implementado em um momento seguinte. Para um melhor entendimento, a Figura 1 apresenta de forma genérica uma Matriz SWOT e os quadrantes que a compõem.

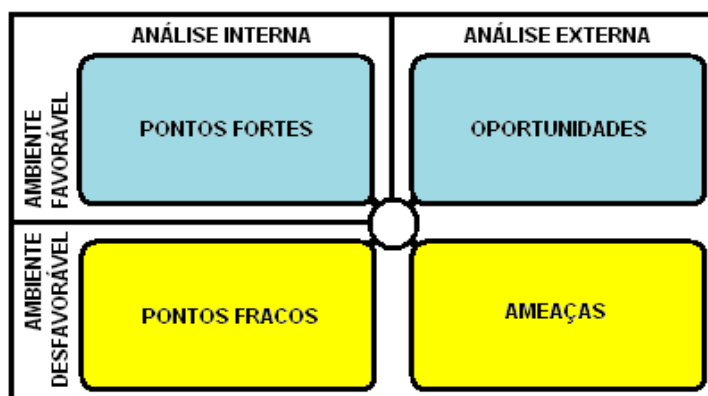


Figura 1 - Matriz SWOT
Fonte: Empresa Expansão, 2014

A análise interna permitiu identificar os aspectos em que a região apresenta pontos fortes (que podem ser evidenciados) e a presença de pontos fracos (que precisam ter seus efeitos mitigados ou até mesmo sanados). Quanto à análise externa, esta consiste numa avaliação do meio no qual a localidade pesquisada está inserida, podendo os aspectos levantados representarem ameaças ou oportunidades que a localidade se depara ou possa vir a se deparar. A utilização desta matriz atende de maneira eficiente a necessidade de síntese e compreensibilidade que este trabalho necessita.

A partir da matriz SWOT utilizada na fase do diagnóstico se pode extrair dados substanciais que serão utilizados na fase seguinte que é a definição das vocações da região. A definição das vocações considera as potencialidades, as limitações e as fragilidades da região da RIDE para as áreas e dos componentes que foram trabalhados nas oficinas: capacidade institucional, área urbanística (infraestrutura), econômica e arranjos produtivos locais e geoambiental e aproveitamento dos recursos hídricos. A percepção das potencialidades da região identifica-se as áreas a serem exploradas ou mais aproveitadas na busca de um desenvolvimento econômico e sustentável.

Para a identificação e realização do Diagnóstico Situacional Participativo várias atividades foram desenvolvidas, dentre elas:

Atividade 1 - Oficina de apresentação do levantamento de informações ao GT RIDE que foi realizada no Município de Teresina, com carga horária de 16 horas e contou com a presença de representantes do GT RIDE. Foram fornecidos quatro coffee breaks com o fornecimento de material didático (kit com apostila, bloco, ficha de avaliação, caneta, pasta, crachá). A apresentação foi realizada em datashow pelos técnicos da Empresa Expansão. Foi feita a impressão e assinatura de atas; divulgação com folders, banners, cartazes; foi feita a aquisição de material de expediente que se fez necessário (pincel atômico, cartolina, fita adesiva, dentre outros). Esta atividade foi elaborada com metodologia participativa. Na realização da atividade com o GT RIDE, foram agregados outros atores regionais que desejaram participar do processo de elaboração. O caráter da participação foi deliberativo.

Os levantamentos de informações serviram como insumos para a discussão com o GT sobre as dificuldades e oportunidades percebidas na Região.

Atividade 2 - Oficina de Discussão com o GT RIDE acerca das potencialidades, dificuldades e ativos regionais que foi realizada no Município de Teresina, com uma carga horária de 24 horas e contou com a presença de representantes do GT RIDE. (A carga horária de cada oficina foi planejada pela Empresa Expansão, de forma a garantir tempo suficiente para a apresentação, discussão e consolidação de todo o conteúdo da etapa, considerando a carga horária mínima estabelecida no Detalhamento das Oficinas/ Audiências/ Evento de Lançamento). Os representantes de cada município foram atendidos individualmente, após agendamento no período de 14 a 17 de janeiro de 2014, pelos técnicos da Empresa Expansão, em seu escritório, localizado na Rua Coelho de Resende 597, Ed. Ana Carolina, Sala 08, Centro Sul, Teresina-Piauí.

Nesta atividade foram servidos seis coffee breaks; fornecidos material didático (kit com apostila, bloco, ficha de avaliação, caneta, pasta, crachá); A apresentação foi realizada em datashow pelos técnicos da Empresa Expansão. Foi feita a impressão e assinatura de atas; divulgação com folders, banners, cartazes; foi feita a aquisição de material de expediente que se fez necessário (pincel atômico, cartolina, fita adesiva, dentre outros).

Foi realizada uma oficina extra com carga horária de 10 horas no Município de Timon no Maranhão a pedido do prefeito do município, com os representantes das diversas secretarias municipais para a discussão dos componentes trabalhados nas oficinas e da matriz SWOT.

A fase do processo de elaboração do Diagnóstico Situacional Participativo tem por objetivo identificar e entender na visão dos técnicos a situação que se encontra os municípios que compõem a RIDE Grande Teresina, seus problemas, seus conflitos e suas potencialidades.

A leitura técnica é auxiliada pela comparação de dados e informações socioeconômicas, culturais, ambientais e de infraestrutura existente. Ela revela as desigualdades entre a zona urbana e a zona rural ou entre bairros e povoados entre si e aponta soluções de acordo com as tendências de desenvolvimento local que serão relatadas nas Estratégias e no Plano de Ação, que faz parte da etapa seguinte. Também são levados em conta os diferentes pontos de vista registrados pelas leituras dos representantes dos municípios como forma de enriquecer e ter uma compreensão geral dos municípios. Com isso, é possível dimensionar, pontuar as principais evidências e estabelecer diretrizes e propostas voltadas para o crescimento e o ordenamento da Região.

A conclusão dessa etapa ocorreu pela superposição dos resultados obtidos nas oficinas, com a produção de textos, mapas, gráficos e figuras. Ao final desta etapa foi realizada 01 (uma) audiência pública de **consolidação do Diagnóstico** Situacional Participativo no Município de Teresina (PI) que contou com a participação e representatividade do COARIDE, do GT RIDE e demais atores regionais envolvidos no processo.

O Plano de Ação deverá seguir os preceitos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, do Ministério da Integração Nacional - MI, e da legislação vinculada à RIDE. Ele também deverá ser orientado pelas diretrizes definidas pelo Conselho Administrativo da RIDE (COARIDE) e construído de forma conjunta com o Grupo Temático da RIDE.

Além de definir as diretrizes para os investimentos a serem efetuados na região, o plano deverá trazer como resultados a identificação e estímulo à organização dos segmentos produtivos em estruturas associativas, o protagonismo das iniciativas das diversas instituições que ali atuam, a identificação das necessidades de capacitação e assistência técnica de empreendedores regionais; e o estímulo à gestão compartilhada, de forma que

cada parceiro mantenha sua identidade institucional, dirigindo esforços para fins integrados, evitando ações isoladas, paralelismo e sobreposições.

O Plano de Ação Integrado e Sustentável da RIDE também norteará a busca de recursos junto aos estados e ao governo federal visando ações que integrem os diversos municípios, como: mobilidade, Arranjos Produtivos Locais - APL e outras potencialidades inerentes aos municípios.

Após a elaboração do plano, os municípios que compõem a RIDE adequarão o plano regional de acordo com a realidade de cada município, fazendo com que o planejamento seja irradiado a todos. Os programas e projetos prioritários para a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina serão financiados com recursos do Orçamento da União, dos estados e dos municípios abrangidos pela RIDE, além de operações de crédito externas e internas. (CODEVASF, 2013).

O Diagnóstico Situacional Participativo contempla no Capítulo 1 a caracterização geral da RIDE; no Capítulo 2 foi realizada a análise da capacidade institucional para a promoção do desenvolvimento, em seguida no Capítulo 3 aborda-se a dimensão histórica; no Capítulo 4 trata-se a dimensão geoambiental, incluindo a preservação e o aproveitamento dos recursos hídricos. O Capítulo 5 aborda a dimensão econômica, com a identificação dos arranjos produtivos existentes e potenciais; o Capítulo 6 trata-se da dimensão social. No Capítulo 7 relata-se a dimensão político-institucional, contemplando inclusive a identificação dos investimentos públicos e privados aplicados na RIDE até o momento. No Capítulo 8 foram abordados os atores regionais e sua influência no desenvolvimento da RIDE; no Capítulo 9 foi detalhada a dimensão urbanística, contemplando aspectos de infraestrutura, de serviços públicos existentes e projetados e de mobilidade e transporte intra e intermunicipal; no Capítulo 10 são apresentados os modelos de gestão existentes nos municípios que compõem a RIDE Grande Teresina.

Acredita-se que o Diagnóstico Situacional Participativo servirá de princípio norteador para a elaboração das Estratégias e do Plano de Ação para o desenvolvimento da RIDE Grande Teresina.



Pau D'arco



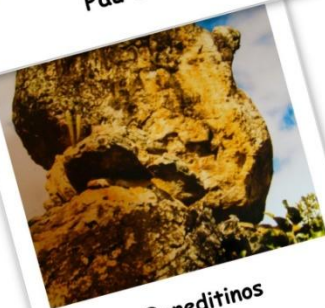
Monsenhor Gil



Nazária



Lagoa do Piauí



Beneditinos



Teresina



Altos

Caracterização Geral da RIDE



União



Curralinhos



Coivaras



Lagoa Alegre



Miguel Leão



Timon



Demerval Lobão



José de Freitas

1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA RIDE GRANDE TERESINA

Este capítulo abordará a caracterização geral dos municípios que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento – RIDE Grande Teresina em relação aos aspectos de: população, área, localização, econômico-social, dados demográficos, dentre outros.

O Piauí é um estado brasileiro que se situa geograficamente no Meio-Norte ou Nordeste Ocidental do Brasil. Apresenta características específicas de uma região de transição ou de passagem do nordeste oriental semiárido para a região amazônica úmida, com aspectos morfológicos do centro sul do Brasil.

O Estado do Piauí tem como limites o oceano atlântico à norte, os estados do Ceará e de Pernambuco à leste, ao sul o estado da Bahia e Tocantins e a oeste o estado do Maranhão. Está localizado entre 2° 44' e 10° 52' de latitude Sul e entre 40° 25' e 45° 59' de longitude Ocidental, em uma área de 251.578 km², com 3.118.360 habitantes. É o terceiro maior estado nordestino e o décimo primeiro Estado Brasileiro em extensão territorial. (IBGE, 2010).

Possui como capital a cidade de Teresina. A área do Município de Teresina é de 1.392 km², o que representa 0,55% da área do Estado, e desta área 17% é urbana e 83% é rural o que confere a Teresina, a capital nordestina com maior área territorial rural.

O estado do Piauí tem se destacado em virtude de sua diversidade ambiental e suas belezas naturais. Seu relevo contempla planícies litorâneas, nas faixas das margens do rio Parnaíba e de seus respectivos afluentes, que permeiam a parte central e norte do Estado. A localização do estado do Piauí pode ser visualizada na Figura 2.



Figura 2 – Mapa dos Estados Brasileiros

Fonte: Programa das Ações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 2013

Como estratégia governamental o Programa Governo nos Municípios tem sido um dos pilares em que se apoia o Governo do Estado para o Desenvolvimento do Estado do Piauí de forma equilibrada e está constituído em dois eixos de ação: a Equidade e a Competitividade.

Para execução da proposta dos Cenários Regionais do Piauí, o Estado foi dividido em 04 macrorregiões, considerando as características ambientais (litoral, meio-norte, semi-árido e cerrado) que foram subdivididos em 11 territórios de desenvolvimento, considerando as vocações produtivas e as dinâmicas econômicas dos territórios. Por fim, os 11 territórios de desenvolvimento foram divididos em 26 conjuntos de municípios (aglomerados de municípios) definidos segundo os seguintes critérios:

- Municípios com proximidade geográfica correspondente a um raio de 50 km;
- Municípios que já estabelecem alguma forma de transações (comerciais, utilização do sistema de saúde, educação, feira, desmembrados, etc.);
- Municípios próximos das cidades de referência dos territórios de desenvolvimento;
- Existência de malha viária que facilite o deslocamento da população entre os municípios.

Para consolidar a abordagem que permitisse a efetiva participação dos atores sociais dos municípios, foram mapeados dentro dos territórios, Aglomerados de Municípios, com **realidades semelhantes** no que se refere a: aspectos socioculturais, vocações produtivas, fluxos de relacionamento pela infraestrutura e serviços disponíveis como estradas, transportes, serviços bancários, de saúde, de educação. Os aglomerados possibilitam a realização de eventos com participação mais diretas dos atores locais, saindo dos aglomerados as representações escolhidas democraticamente para as decisões territoriais.

Segundo o Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba - PLANAP, 2006, os Territórios são campos geográficos construídos socialmente, marcados por traços culturais e quase sempre articulados política e institucionalmente. A vida cultural das comunidades humanas, rurais ou urbanas, tem existência territorializada.

O **território** incorpora a totalidade do processo de modificação do mundo cultural, revelando identidades específicas que proporcionam o princípio de integração social. De alguma forma, os territórios configuram o ser coletivo, o caráter das comunidades e desenham tipos diferenciados de sociabilidade (CODEVASF/PLANAP, 2006).

O Mapa dos Territórios de Desenvolvimento do Estado do Piauí contempla dentre eles: Planície Litorânea, Cocais, Carnaubais, Entre Rios, Vale do Sambito, Vale do Rio Canindé, Vale do Rio Guaribas, Vale dos Rios Piauí e Itaueiras, Serra da Capivara, Chapada das Mangabeiras. O referido mapa é apresentado na Figura 3.

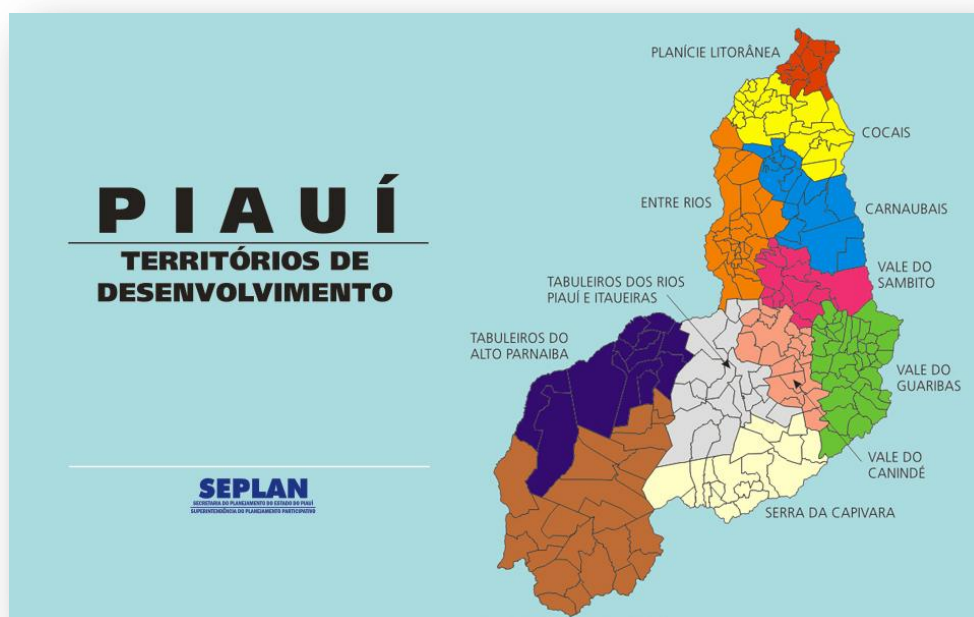


Figura 3 – Territórios de Desenvolvimento Sustentável
Fonte: SEMPLAN, 2013

O Estado do Piauí está dividido em mesos e microrregiões geográficas:

I – Mesorregião do Norte Piauiense (1. Microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense e 2. Microrregião do Litoral Piauiense);

II – Mesorregião do Centro-Norte Piauiense (3. Microrregião de Teresina - onde estão localizados os municípios da RIDE Grande Teresina; 4. Microrregião de Campo Maior; 5. Microrregião Médio Parnaíba Piauiense; 6. Microrregião de Valença do Piauí);

III – Mesorregião do Sudeste Piauiense (7. Microrregião do Alto Parnaíba Piauiense, 8. Microrregião de Bertolínia; 9. Microrregião de Floriano, 10. Microrregião do Alto Médio Gurgueia, 11. Microrregião de São Raimundo Nonato, 12. Microrregião das Chapadas do Extremo Sul Piauiense);

IV – Mesorregião do Sudeste Piauiense (13. Microrregião de Picos, 14. Microrregião de Pio IX, 15. Microrregião do Alto Médio Canindé).

Constata-se que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, previsto na Constituição Federal, é a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais. Como estratégia de ação, o governo tem investido na valorização da diversidade regional, a partir da implantação de um novo padrão de gestão do território, baseado na intervenção de natureza transversal entre as esferas de governo e maior articulação com os diversos setores da sociedade.

O Ministério da Integração Nacional – MI é o órgão do Governo FEDERAL que tem a responsabilidade de executar a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, promovendo o crescimento das regiões do país, através da redução das desigualdades e da ativação das potencialidades regionais de desenvolvimento. Esse novo modelo de intervenção voltado para o desenvolvimento regional parte da constatação de que há uma diferenciação interna das macrorregiões brasileiras, resultado das transformações econômicas verificadas nas últimas décadas. O enfoque das políticas públicas direcionadas

exclusivamente para macrorregiões como referencial geográfico se mostraram inadequadas por não contemplarem essas diferenças internas, diversidades que impactam diretamente na eficácia das ações pretendidas.

O referido ministério vem trabalhando no sentido de orientar a ação territorial, a fim de que ela tenha início a partir da identificação de problemas específicos de cada território, envolva a participação mais efetiva da sociedade civil na formulação, acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas e seja resultado da atuação integrada com as administrações estaduais e municipais, assim como das parcerias com atores não governamentais de atuação local ou regional.

Nesse sentido, as RIDEs mostram-se peças-chave no processo de implementação desse novo modelo de gestão, por se constituírem em territórios que, mesmo envolvendo mais de uma unidade federativa, apresentam um relevante nível de integração em função das potencialidades de desenvolvimento.

As RIDEs foram criadas com o objetivo de articular e harmonizar as ações administrativas da União, dos Estados e dos Municípios para a promoção de projetos que visem a dinamização econômica de territórios de baixo desenvolvimento e assim, acabam conseguindo prioridade no recebimento de recursos públicos destinados a promoção de iniciativas e investimentos que reduzam as desigualdades sociais e estejam de acordo com o interesse local. A Figura 4 apresenta os municípios que compõem a RIDE Grande Teresina.



Figura 4 – Mapa da RIDE Grande Teresina
Fonte: SEMPLAN, 2013

Em 1988 foi elaborada a Lei Complementar nº 94, criando a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE (Distrito Federal), esta foi a primeira RIDE brasileira, criada com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais causadas por alta concentração urbana em volta do Distrito Federal minimizando as pressões de demanda por serviços públicos e a dificuldade de provisão dos mesmos pelo setor público.

Em seguida foi criada a RIDE (Petrolina-Juazeiro) e em depois a RIDE (Grande Teresina). A Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Grande Teresina foi criada pela Lei Complementar nº 112, de 19 de setembro de 2001, e regulamentada pelo Decreto nº 4.367, de 9 de setembro de 2002. Sua criação resultou da necessidade de articulação entre os entes públicos municipais visando ao fortalecimento de suas capacidades de pleitear recursos junto ao governo federal. A atuação política planejada de forma conjunta é uma ferramenta importante para o alcance de direitos junto a instâncias mais amplas de poder.

As três RIDEs visam promover o desenvolvimento global e se destinam a inclusão social através da educação e cultura; produção agropecuária e abastecimento alimentar; habitação popular; combate a causas de pobreza e fatores de marginalização; serviços de telecomunicação; turismo; e segurança pública, dentre outros aspectos. A Figura 5 mostra a localização das RIDEs no Brasil.



Figura 5 - Localização das RIDEs no Brasil

Fonte: Federalismo e gestão do território: as regiões integradas de desenvolvimento, 2012

De fato as três RIDEs criadas, tiveram motivos particulares para a sua criação, porém tem os mesmos objetivos gerais, competências, composição e estrutura. A finalidade de cada RIDE depende dos objetivos específicos estabelecidos durante a criação de cada. A Região Integrada de Desenvolvimento RIDE Grande Teresina teve seu lançamento no Palácio de Karnak, no dia 21 de maio de 2008, portanto é a RIDE mais recente. Em 2009 o Município de Nazária foi emancipado e como fazia parte de um subdistrito de Teresina foi incluído na RIDE Grande Teresina.

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

A RIDE têm como objetivo articular e harmonizar as ações administrativas da União, dos Estados e dos Municípios para a promoção de projetos que visem à dinamização econômica e provisão de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento em escala regional.

A atuação da RIDE abrange as principais áreas de desenvolvimento das cidades, incluindo infraestrutura, geração de emprego e capacitação profissional, saneamento básico (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e serviço de limpeza pública), uso e ocupação do solo. Com a instalação da RIDE, todas as ações executadas nos municípios passam a ser coordenadas pelo Conselho da Rede de Desenvolvimento, formado por prefeitos da região, escolhidos pela CODEVASF, por representantes dos governos estaduais, que serão responsáveis pela escolha dos mesmos e por membros do Ministério da Integração Nacional e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. (CODEVASF, 2013).

Teresina é o principal centro de referência do aglomerado metropolitano de um conjunto de 15 cidades que, juntas, configuram a “Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina” – RIDE. Esta região específica é formada pelos Municípios de Altos, Beneditinos, Coivaras, Curralinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Nazária, Pau D’Arco do Piauí, Teresina e União acrescida do Município de Timon, no Estado do Maranhão, com uma área territorial de 10.919,19 km². Com essa configuração, a população residente dessa região em 2010 de acordo com o IBGE, atingiu um total de 1.154.716 habitantes.

O Quadro 1 mostra a população geral, população por gênero e por área urbana e rural dos Municípios que compõem a RIDE Grande Teresina.

Municípios	População (hab.)	População Urbana	População Rural	População Homem	População Mulheres
Teresina	814.230	767.557	46.673	380.612	433.618
Altos	38.822	27.388	11.434	19.116	19.706
Beneditinos	9.911	6.261	3.650	5.014	4.897
Coivaras	3.811	1.173	2.638	1.970	1.841
Curralinhos	4.183	1.331	2.852	2.144	2.039
Demerval Lobão	13.278	10.873	2.405	6.477	6.801
José de Freitas	37.085	21.601	15.484	18.522	18.563
Lagoa Alegre	8.008	3.042	4.966	4.124	3.884
Lagoa do Piauí	3.863	1.672	2.191	1.990	1.873
Miguel Leão	1.253	862	391	657	596
Monsenhor Gil	10.333	5.309	5.024	5.105	5.228
Nazária	8.068	1.652	6.416	4.085	3.983
Pau D’arco do Piauí	3.757	556	3.201	1.935	1.822
União	42.654	20.965	21.689	21.404	21.250
Timon	155.460	135.133	20.327	75.561	79.899
TOTAL	1.154.716	1.005.375	149.341	548.716	606.000

Quadro 1 - Características da População dos Municípios que compõem a RIDE Grande Teresina

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010, Fundação CEPRO 2010

Município de Teresina

Teresina é a única capital nordestina que se encontra no interior, o que lhe confere uma situação toda especial. A sua posição geográfica permitiu que se tornasse um importante entroncamento rodoviário e por ser a cidade que guarda a melhor distância rodoviária com

todas as capitais nordestinas, o que potencialmente favorece as mais diversificadas atividades econômicas.

O Município de Teresina possui um raio de atração de seus serviços, particularmente de saúde e educação, que atinge quase toda a região norte e nordeste do país. Na área de saúde se formou um polo com a presença de hospitais, clínica, ambulatório, laboratórios, farmácias e drogarias, comércio de equipamentos e insumos e de assistência técnica, que ficam localizados em uma área próxima. Em seu entorno surgiram vários hotéis e pensões para servir aos familiares dos pacientes que permanecem no município durante o período de tratamento. Tornou-se também um polo de educação, especialmente o ensino técnico profissional e ensino de nível universitário.

Essa população demanda dos gestores uma ação efetiva para melhoria de sua qualidade de vida. Esta região sócio-geográfica enfrenta uma série de dificuldades sociais e estruturais que atrasam seu crescimento. Os indicadores sociais ainda são baixos, assim como a qualificação dos trabalhadores. No entanto, destaca-se o setor de serviços como um eixo dinâmico na promoção de emprego e renda.

O ramo de vestuário tem se destacado na região com forte poder de absorção de mão de obra. A agricultura de pequena produção, especialmente os hortifrutigranjeiros, e o pequeno varejo são potenciais de aproveitamento econômico da região. Estas potencialidades de crescimento devem ser estimuladas e ganham efetividade com o planejamento com foco em objetivos comuns. Esse pilar fundamenta a criação da RIDE Grande Teresina.

Teresina é para toda a região Meio Norte um grande fornecedor de tijolos e telhas industriais, graças à sua exuberante indústria de cerâmica e pela riqueza de seus recursos naturais. Dentre as cidades interioranas da região a que possui a melhor infraestrutura para atender as populações do interior do Piauí, do Leste do Maranhão e até das populações das cidades fronteiriças do Pará e do Ceará. (AGENDA 2030, 2013).

Em relação à hidrografia, Teresina é banhada por dois grandes rios perenes: o rio Parnaíba, com 90 km de margens e o rio Poti, com 59 km de margens dentro do município. A região é também beneficiada pela disponibilidade abundante de águas subterrâneas.

O rio Parnaíba é perene, pois recebe contribuições de vários afluentes e do lençol subterrâneo em todo o seu percurso. No período chuvoso sua vazão pode chegar a 433 milhões de metros cúbicos de água por dia. O rio Poti, um dos grandes afluentes do Parnaíba, mesmo tendo regime intermitente, no trecho que corta o Município de Teresina permanece com água durante todo o ano. Apresenta uma vazão média anual de 121 metros cúbicos por segundo de volume de água. (AGESPISA, 2013).

De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí – SEMAR, mesmo com tanta abundância de água, não se pode dizer o mesmo em relação à conservação da vegetação nativa, pois é identificado pelos técnicos da referida secretaria, que a vegetação se encontra bastante alterada pela crescente ocupação desordenada e pela intensa extração mineral tanto nos planaltos quanto nas margens e leitos dos rios. Essa atividade no Município de Teresina, sobretudo para a construção civil, vem provocando intensos problemas ambientais, pois faz aumentar o desmatamento das encostas e, conseqüentemente, o assoreamento dos rios da região, Poti e Parnaíba.

Município de Altos

Município de Altos faz parte da grande Teresina, possui uma população de 38.822 habitantes que vivem em uma área de 957,7 Km². O comércio é a principal atividade econômica do município que possui inúmeros estabelecimentos comerciais tais como supermercados, o mercado público municipal, vários bancos e ainda pode ver visualizada

uma feira livre de comércio informal de roupas, utensílios de casa e artesanatos. Os estabelecimentos concentram-se no centro da cidade, mais existem muitos comércios pequenos nos bairros do município. Percebe-se também o crescimento imobiliário com a construção de várias casas residenciais e condomínios, que vem inflacionando este mercado.

A agricultura praticada no município é baseada na produção sazonal de feijão, arroz, mandioca e milho. Identifica-se na região também a agricultura familiar do caju.

A cidade de Altos possui também três **sítios paleontológicos**, com a presença de lenhos fósseis que datam de 230 a 250 milhões de anos, resquícios da era paleozoica, localizados na zona rurais de Gameleira, Serra do Gustavo (também conhecida como Boqueirão do Brejo) e Barrinha. Possui na localidade a **Floresta Nacional dos Palmares**, única floresta do Estado do Piauí, possuindo uma área de 170 ha, **unidade de conservação ambiental** federal administrada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. (IBAMA, 2013).

O município conta com rios perenes, cachoeiras e riachos com piscinas naturais, possuindo uma estrutura propícia ao ecoturismo e à prática de esportes radicais.

Quanto ao turismo cultural, Altos possui grande número de festividades que atraem pessoas de todo o Estado, como é o caso dos festejos de São José, realizado na Igreja Matriz e do Show da Rádio São José dos Altos, realizado anualmente no dia 21 de setembro com a presença de inúmeras atrações artísticas.

No município existem escolas de pré-escolar, ensino fundamental, médio pertencentes à rede pública e privada e também existe o ensino superior, com um campus da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, inaugurado em 2001.

Em relação à saúde o município conta com um hospital municipal e com alguns poucos postos de saúde distribuídos nos bairros. O hospital do município funciona, na maioria das vezes, como local intermediário, pois são poucos os casos de internações que acontecem no município, visto que este não possui uma infraestrutura mínima básica para atender à população. Quase todos os pacientes são transferidos para os hospitais de Teresina. Possui poucos consultórios odontológicos e laboratório de análises clínicas da rede privada.

Município de Beneditinos

O Município de Beneditinos está inserido no Território de Desenvolvimento Entre Rios, pertencente à Macrorregião Meio-Norte, do qual fazem parte, além de Beneditinos, os Municípios de Curralinhos, Demerval Lobão, Lagoa do Piauí, Miguel Leão e Monsenhor Gil. Esta nova definição territorial foi instituída pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Planejamento Estadual - SEPLAN.

Possui solo argiloso e com característica que mostra que o solo do Município de Beneditinos é muito pobre em nutrientes, o que dificulta a agricultura local. O tipo de solo do município exige um investimento inicial bastante alto com o uso intensivo de adubação e fertilizante. Estes tipos de solos caracterizam-se por serem profundos, bastante drenados, desprovidos de minerais primários e sofrem facilmente processo de erosão.

No que diz respeito aos recursos hídricos superficiais o Município de Beneditinos apresenta vantagens por apresentar diversos rios e riachos em toda sua extensão municipal, sendo alguns de caráter intermitentes detectando-se também outros perenes. Os intermitentes dependem do fluxo de água das chuvas, havendo ausência de água em seus leitos no ápice do período da seca. Entretanto, existem também rios na região não dependentes do fluxo de chuvas tendo, mesmo no período de estiagem, presença de água em seu leito. Os rios e

riachos intermitentes do município podem ser elencados como os seguintes: Corrente, Tabocas, Olho d'água e Berlenga, e os Riachos Fundo, Alivio e Riachão. Dentre os perenes estão os rios Gameleira, Taboquinha e o mais importante deles pela sua extensão e caudalosidade é o rio Poti. Este rio é de grande relevância para o município pois pelo seu manancial de água subterrânea, garante um suprimento constante de água durante todo o ano.

No Município de Beneditinos existe um açude público, seu principal atrativo natural e tem o nome da cidade, foi construído pelo Departamento Nacional de Obras Contra às Secas - DNOCS e concluído no ano de 1984, com capacidade de 4.290.000 (m³). Apresenta uma linda paisagem com grande potencial para ser aproveitada pela população local como área de lazer, porém não possui infraestrutura física adequada para tal atividade.

A semana cultural é realizada no mês de julho e os festejos da cidade ocorrem no período de 22 de outubro a 1 de novembro. O santo padroeiro é São Benedito.

Dentre as atividades de maior importância para a economia do Município de Beneditinos estão relacionadas à agropecuária de subsistência, com a exploração das lavouras temporárias como arroz, milho, feijão e mandioca, surgindo o extrativismo através da carnaúba (cera), do babaçu (amêndoa) e do pequi como produtos influentes do ponto de vista econômico servindo para complementar a renda doméstica.

A extração da madeira é outra atividade que tem se mostrado importante no contexto. No que se refere aos rebanhos, destacam-se a criação de bovinos, historicamente atraída pela água em abundância, além de caprinos, ovinos, suínos e aves. Os demais setores, secundário e terciário, não possuem representatividade na economia local.

O município é contemplado por todos os níveis de educação: Infantil, Fundamental e Médio, além do programa Educação para Jovens e Adultos - EJA e o Programa Brasil Alfabetizado. A estrutura da educação está apoiada nos estabelecimentos públicos de ensino, havendo, ainda, escola particular com ensino infantil e fundamental com as séries iniciais, além de duas faculdades de Ensino à Distância. Como na maioria dos municípios piauienses, há uma dificuldade de manter os alunos nas escolas. Isso resulta em um índice de evasão escolar elevado em virtude da situação financeira da família, que se desloca, principalmente, para a cidade de São Paulo para trabalhar nos canaviais. (PREFEITURA DE BENEDITINOS, 2013).

Possui um hospital de pequeno porte e alguns postos de saúde que atendem à população do município com multiprofissionais em número ainda insuficiente para atender à demanda na sua totalidade, os materiais são insuficientes e os casos graves são encaminhados para a cidade de Teresina. (SECRETARIA DE SAÚDE DE BENEDITINOS, 2014).

Município de Coivaras

O Município de Coivaras localiza-se na microrregião de Teresina, mesorregião do Centro-Norte Piauiense. O município tem 3.811 habitantes (2003) e 485,5 km². Foi criado em 1993. A distância do Município para Teresina é de 68 km.

A sua principal produção é a extração da Cera de Carnaúba e Coco Tucum. A palha da Carnaúba é utilizada na confecção de vassouras. Na agricultura destaca-se a produção de arroz, em cultura de subsistência. Há pouco tempo um agrônomo do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí – EMATER vem estimulando, como uma iniciativa individual, e orientando a comunidade para o plantio de melancia e foi constatada que esta nova atividade na agricultura vem proporcionando emprego e renda para a população local, mudando a qualidade de vida de alguns pequenos agricultores da comunidade.

Na pecuária destaca-se a criação de bode e ovelha (caprinos e ovinos). Ressalta-se também a produtividade dos setores da agricultura familiar como: horticultura e fruticultura de maneira incipiente e sem sistema de irrigação.

A praça João Ferreira é um dos melhores lugares para quem vai para Coivaras, para desfrutar de um local belo e aconchegante, porém não existe nenhuma área de lazer comunitário exceto a praça.

Município de Curralinhos

O Município de Curralinho faz parte da Grande Teresina. Foi um ex-povoado de Monsenhor Gil, elevado a categoria de município em 05 de outubro de 1989. Seu principal atrativo turístico é o Morro da Santa, ainda pouco explorado. É uma formação erosiva que se assemelha à “Santa Teresinha”, e por essa razão recebe muitas visitas durante todo o ano.

Destaca-se em Curralinhos a produção de cajuína que proporciona um aumento de renda para a população local, porém funciona ainda de maneira incipiente.

Município de Demerval Lobão

O município está localizado na microrregião de Teresina. Os principais cursos de água que drenam o município são: o rio Poti e o riacho Marimba.

A sede do município dispõe de energia elétrica distribuída pela Companhia Energética do Piauí S/A - CEPISA, terminais telefônicos atendidos pela TELEMAR Norte Leste S/A, agência de correios e telégrafos, e escola de ensino fundamental.

A agricultura praticada no município é baseada na produção sazonal de arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho.

Entre as demais atividades, tem predominância na economia municipal às culturas agrícolas, a extração vegetal, manual, além da pecuária. A extração mineral de seixo, pedra e areia para construção civil, compõem as potencialidades do município. Existe a pesca artesanal no rio Poti e a experiência de piscicultura em viveiro escavado de agricultores familiares e pequenos piscicultores.

Município de José de Freitas

A sede do município dispõe de energia elétrica distribuída pela Companhia Energética do Piauí S/A - CEPISA, terminais telefônicos atendidos pela TELEMAR Norte Leste S/A, agência de correios e telégrafos, e escola de ensino fundamental.

A agricultura praticada no município é baseada na produção sazonal de arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho. Os principais cursos de água que drenam o município são: o rio Maratoã e os riachos Buriti, Caldeirão, São José, Lembrada, Cavalos e São Vicente.

A Barragem do Bezerra é um dos lugares mais procurados pelos que buscam o descanso e o lazer, pescar e andar de jet ski. O local conta com barracas para atender visitantes ainda de maneira muito precária. O município possui como bioma o Cerrado Caatinga.

Município de Lagoa Alegre

O município se localiza na microrregião de Teresina, na mesorregião do Centro-Norte piauiense. Faz parte da Grande Teresina.

O principal atrativo turístico é a lagoa, local ideal para o lazer da população e de visitantes, porem a estrutura é muito deficiente e as barracas extremamente precárias para atender os visitantes.

Na sua sede existe a praça principal com uma estrutura de palco para a realização dos eventos da cidade. A prefeitura fica localizada no centro e funciona em um pequeno imóvel alugado.

Município de Lagoa do Piauí

O município está localizado na microrregião do Médio Parnaíba e Mesorregião de Teresina.

Por sua riqueza mineral, existem na região diversas empresas no ramo da extração de pedras, especialmente para construção civil. É considerada por muitos como "cidade da mineração". Lagoa do Piauí possui um relevo predominantemente plano, com algumas montanhas distribuídas por algumas áreas do município. (PREFEITURA DE LAGOA DO PIAUÍ, 2014).

O município apresenta predominância de vegetação típica de cerrado, com presença da Mata de Cocais, formada por palmeiras como babaçu, tucum, carnaúba e buriti. Na paisagem local também é comum encontrar amplos campos de gramíneas. A agricultura praticada no município é baseada na produção sazonal de arroz, feijão, mandioca e milho.

A religiosidade da população é, por tradição, predominantemente católica, mas atualmente já é possível encontrar um cenário religioso bem diversificado, com a presença de adeptos de outras manifestações religiosas, como o espiritismo, a religiosidade afro brasileiro (ainda com manifestações tímidas), as igrejas evangélicas (crescentes) de várias denominações e também adeptos de religiosidades pagãs.

No município esta localizada a Gruta da Betânia que é um santuário religioso localizado nas margens da BR-316, a 50 km de Teresina, entre os Municípios de Lagoa do Piauí e Monsenhor Gil. A gruta foi fundada em 11 de fevereiro de 1948 por Maria Carmeli Santos, devota da Imaculada Conceição. Carmeli faleceu em 1992 e foi sepultada na própria gruta. A Gruta é uma expressão de louvor e adoração a Nossa Senhora de Lourdes, um local bastante visitado por turistas, romeiros, devotos de Nossa Senhora de Lourdes e outros que buscam em Lourdes a cura para diversas enfermidades. São visitantes das mais diversas cidades do Piauí e demais estados brasileiros. (PREFEITURA DE LAGOA DO PIAUÍ, 2014).

Município de Miguel Leão

O Município de Miguel Leão localiza-se a 88 quilômetros da capital Teresina, estando a uma altitude de 185 metros, tem como bioma a caatinga.

A praça do centro da cidade de Miguel Leão é apontada, pelos moradores da mesma, como um espaço de sociabilidade cultural e tem como destaque para visitaçao a cachoeira Toca da Cotia Miguel Leão.

Município de Monsenhor Gil

Este município tem como destaque econômico a agropecuária, com produção de arroz, milho, feijão, mandioca, e criação de rebanho bovino, ovino e caprino. Há uma granja e um projeto de irrigação para plantio de manga, banana e melancia. A distância entre Teresina e o município é de 56 Km².

O município abriga o “Assentamento Nova Conquista”, primeiro criado para atender vítimas da escravidão contemporânea. No entanto, apesar do acesso à terra, a falta de políticas públicas que garantam a permanência dos jovens nas escolas e a sobrevivência das famílias resulta na migração frequente para outros municípios. Entre os anos de 2003 e 2012, vinte e três trabalhadores originários de Monsenhor Gil foram resgatados da escravidão, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT, 2013.

Município de Nazária

O Município de Nazária tem como principal atrativo natural o rio Parnaíba. Nazária é uma cidade emergente, que possui fábricas de telhas e tijolos da empresa Mafrense e criatórios de peixes com grande potencial para ser desenvolvido e pode ser visualizado na Figura 6.



Figura 6 - Prática da Piscicultura em Nazária

Fonte: Prefeitura de Nazária, 2013

Município de Pau D'Arco do Piauí

Os seus principais pontos turísticos são voltados para a natureza, como serras que são ideais para a prática do ecoturismo. Diz à lenda que o solo do município é “milagroso”. A vista parcial de Pau D'Arco do Piauí é mostrada na Figura 7.



Figura 7 - Vista Parcial de Pau D'Arco do Piauí
Fonte: Prefeitura de Pau D'Arco do Piauí, 2013

Município de União

O Município de União possui uma altitude de 52 metros e um relevo com morros isolados na cidade e no interior, onde se destaca, o Morro do Urubu e também chamado de morro do Cruzeiro e o Morro do Apache Clube, localizado no alto de um morro, é um clube que possui piscinas, serviço de bar e possibilita uma visão panorâmica da cidade.

O clima do município é tropical e possui um bioma de cerrado e caatinga. Fica distante de Teresina 65 km.

O principal recurso hídrico natural do município é o rio Parnaíba. Esta é a principal fonte de subsistência da população local, com a plantação de mandioca, feijão, milho, cana de açúcar e algodão. O extrativismo contribuiu para a economia do município, embora em pequena escala. As riquezas naturais em maior evidência são a carnaúba, o babaçu, a cana de açúcar e o algodão. Tem destaque também o comércio local e de serviços.

O Município de União apresenta significativo potencial de desenvolvimento para as atividades agrícolas. Possui clima adequado à exploração agropecuária; grande luminosidade; elevado potencial de irrigação que pode ser feito através do rio Parnaíba, além de terras pouco exploradas e de baixo custo de aquisição, bem como de extensas áreas mecanizáveis. Todo esse potencial poderia ser trabalhado de forma integrada, poder público e sociedade, de modo a promover ações para o desenvolvimento sustentável do município. (PLANO DIRETOR, 2007).

A exemplo dos demais municípios da região meio norte, o Município de União apresenta uma economia rural basicamente de subsistência, com grande dificuldade em estabelecer produções extensivas.

Observa-se que, embora o município desenvolva um esforço para melhorar a arrecadação própria, quase a totalidade dos recursos é proveniente de repasses do governo federal e, em menor proporção, do governo estadual. Quanto ao setor terciário, percebe-se que tem sido o impulsionador da economia local, no que se refere à oferta de trabalho e à geração de renda para a população. Entretanto, a arrecadação municipal consequente desse segmento é ainda bastante reduzida.

Embora detenha um diversificado setor de comércio e serviços, envolvendo atividades como lojas de tecidos, confecções, eletrodomésticos, materiais de construção, dentre outros produtos, a arrecadação de Imposto Sobre Serviços - ISS ainda é bastante reduzida, devido a grande quantidade de empregos informais.

O município possui estreitas relações com Teresina - capital do Estado do Piauí e polo regional mais próximo. Desse modo, seu desenvolvimento encontra-se, em parte, relacionado ao daquela região.

Outro aspecto importante diz respeito à fragilidade de infraestrutura básica - estradas, eletrificação, comunicação, dentre outros. Para desenvolver áreas produtivas e facilitar a comercialização da produção, considerando que a região da Grande Teresina é um significativo polo consumidor de produtos agropecuários, em grande parte, fornecidos por outros estados brasileiros.

A educação formal, no município, tem progredido significativamente. Entretanto, uma leitura mais aprofundada revela que boa parte da população ainda se encontra excluída do processo educacional, principalmente por falta de vagas no ensino fundamental e médio, nas escolas públicas.

A educação superior é considerada importante porque está ligada à oportunidades de emprego. O ensino proporciona a qualificação e uma visão ampla da realidade, dos problemas do mundo, das questões culturais, políticas e sociais. Essas são condições para a inserção no mercado de trabalho de forma especializada. Em União existe um campus da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, disponibilizando oito cursos de graduação, contemplando apenas 1 % da população de União ao ensino superior.

Em relação aos aspectos culturais, no município foi criado um dos raros corais do mundo formados por vaqueiros. O Coral de Vaqueiros de União é destaque por ter homens simples da zona rural do município, que cantam e tocam músicas, sendo reconhecido em todo o território nacional. O município se destaca por sua religiosidade com os festejos que são realizados nos bairros durante todo o ano. Dentre os mais importantes destacam-se os festejos de São Sebastião, de São Francisco, e de São Judas que acontecem nos bairros de mesmo nome.

União possui notável potencial para o **desenvolvimento do ecoturismo, atividades de lazer à margem do rio Parnaíba e em seus açudes**. No município existe uma excelente área de lazer para a comunidade que se chama “Parque Beira-Rio”. É um local ideal para a realização de práticas culturais e esportivas. O parque oferece pista para caminhada, campos de futebol, vôlei, quadras de basquete e tênis. Ainda possui um anfiteatro para apresentações culturais e está localizado no bairro Beira-Rio. Porém a infraestrutura encontra-se comprometida devido às invasões, com construção de casas em locais inapropriados e o abandono do equipamento turístico. No Município de União existe local onde se pode ter uma vista panorâmica da cidade. Nesta localidade foi construída uma praça que se encontra em estado precário e poderia se transformar em excelente área de lazer para os habitantes.

Município de Timon no Estado do Maranhão

O Município de Timon, localizado a margem esquerda do rio Parnaíba, fica situado na Mesorregião Leste Maranhense, está localizado a 425 km de São Luís que é a capital do Estado do Maranhão. Fica distante de Teresina, capital do estado do Piauí a 5,1 Km, onde faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento da RIDE Grande Teresina. Timon esta inserido neste projeto “Grande Teresina”, como segundo maior município, pois é um ponto estratégico para o Desenvolvimento da Região.

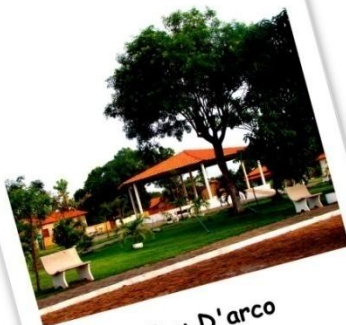
O Município de Timon está situado na Microrregião Geográfica de Caxias e tem uma área territorial de 1.743,24 Km². Limita-se com o Município de Caxias ao Norte, com Matões ao Sul, com o Estado do Piauí ao Leste e com os Municípios de Caxias e Matões a Oeste.

A cidade de Timon (MA), segundo dados do IBGE, 2010 possui uma população de 155.460 habitantes e é o elo entre duas importantes regiões dos Estados do Piauí e Maranhão: a região dos Cocais e a Grande Teresina.

A situação geográfica, talvez seja um dos principais fatores, se não o principal, que contribuem sobremaneira para o referido crescimento. De fato, o Município de Timon - MA possui a particularidade de limitar-se com a capital do Estado do Piauí, Teresina, tendo suas sedes unidas numa perfeita conurbação. Este fenômeno certamente faz com que Timon sofra impactos de crescimento muito além da sua capacidade de resposta.

Em 1999, eram apenas cinco polos Turísticos no Estado do Maranhão. Atualmente existem 10 polos, com 68 municípios de interesse para o desenvolvimento regional da atividade turística, no qual Timon se encaixa no Polo Cocais e no Plano Estratégico de Turismo do Estado do Maranhão – **Plano Maior 2020**, que estão traçando caminhos a serem seguidos com o objetivo de conquistar mercados mundiais e atrair visitantes.

Um grande atrativo de turistas para o Município de Timon é o Zé Pereira - Carnaval fora de época, que gera uma economia para a cidade e seus habitantes. Neste ano, a festa acontecerá nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2014, na Avenida Piauí. Outro grande atrativo turístico do município é o lazer, com a existência de 40 Balneários (dados do inventário turístico realizado pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI/NETUR), que se encontram próximos às rodovias BR-316 e BR-226, com diversão, fuga da rotina, descanso e incontáveis belezas naturais, águas geladas, trilhas, atividades de pesca e gastronomia.



Pau D'arco



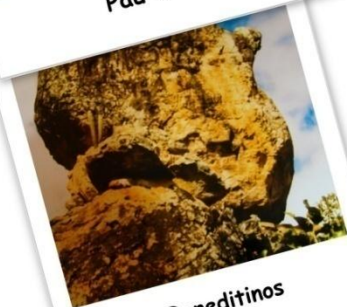
Monsenhor Gil



Nazária



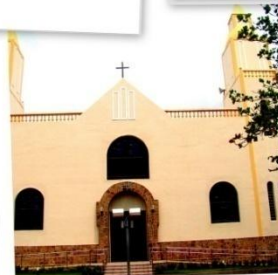
Lagoa do Piauí



Beneditinos



Teresina



Altos

Análise da Capacidade Institucional para a Promoção do Desenvolvimento



União



Curralinhos



Coivaras



Lagoa Alegre



Miguel Leão



Timon



Demerval Lobão



José de Freitas

2 ANÁLISE DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Enquanto institucionalidade legalmente constituída, a Região Integrada de Desenvolvimento - **RIDE tem prioridade no recebimento de recursos públicos destinados a investimentos** que estejam de acordo com os interesses consensuados entre os entes. Esses recursos devem contemplar demandas por equipamentos e serviços públicos, fomentar arranjos produtivos locais, propiciar o ordenamento territorial e assim promover o seu desenvolvimento integrado.

O Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento - COARIDE é o órgão responsável pela coordenação das ações dos entes federados na busca do desenvolvimento sustentável e da redução das desigualdades regionais. Esse Conselho tem como uma de suas atribuições à coordenação das ações a serem desenvolvidas na Região e é composto por representantes do Poder Executivo Federal (Casa Civil, Ministério da Integração Nacional, Fazenda e Planejamento e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, CODEVASF), Estadual (estados do Piauí e Maranhão) e Municipal (municípios que compõem a RIDE).

Visando o tratamento de matérias específicas, o COARIDE tem como prerrogativa a instituição de um Grupo Temático – o GT RIDE, a ser constituído por representantes do Governo Federal, dos estados do Piauí e do Maranhão, dos municípios que compõem a RIDE, da sociedade civil (instituições de ensino e pesquisa, associações de municípios, entidades privadas etc.) e/ou de grupos empresariais da região. Esse GT, a ser implantado, deverá atuar localmente na formulação de planos, projetos, identificação de demandas e priorização de ações. Suas propostas deverão ser apresentadas ao COARIDE por intermédio da Secretaria Executiva do Conselho. Seus representantes, em quantidade inicialmente prevista para 40 (quarenta), serão designados pelo Conselho. O ambiente de trabalho do GT RIDE deverá propiciar a discussão, o planejamento, a proposição de políticas e o estabelecimento de estratégias e demandas conjuntas.

Na região integrada as parcerias são estabelecidas tendo como premissa o benefício compartilhado e as complementariedades regionais e os arranjos produtivos locais são destacados, pois se tornam fonte de interesse para investimentos e de benefícios à população da Região.

Aceitando a premissa de que a promoção do desenvolvimento nesse território passa, necessariamente, pela organização e fortalecimento dos segmentos produtivos e considerando as novas institucionalidades criadas para o desenvolvimento das ações na RIDE Grande Teresina, objetiva-se a elaboração do Plano de Ação Integrado e Sustentável para a referida região.

O Plano de Ação deverá trazer como resultados: a identificação e estímulo à organização dos segmentos produtivos em estruturas associativas; o protagonismo das iniciativas das diversas instituições que atuam na região; a identificação das necessidades de capacitação e assistência técnica de empreendedores regionais; e o estímulo à gestão compartilhada, de forma que cada parceiro mantenha sua identidade institucional, minimizando ações e iniciativas isoladas.

Em sintonia com as recentes mudanças no cenário nacional e internacional, em que o Estado deixa de ser o provedor absoluto de bens e serviços público e responsável único pela promoção do desenvolvimento econômico e social, e passa a adotar estratégias de descentralização, novos atores e arranjos institucionais começam a participar do processo de desenho e implementação de políticas públicas.

Além disso, a Constituição Federal de 1988 avançou no sentido da descentralização e participação da sociedade civil e, ao tratar da regionalização, permitiu a articulação da União sobre complexos geoeconômicos e sociais, com vistas ao desenvolvimento regional e à redução das desigualdades.

Nesse contexto, foram criadas as Regiões Integradas de Desenvolvimento - RIDES, como mais uma forma de construção de redes de cooperação. Por envolver municípios de mais de uma Unidade da Federação, a RIDE é uma forma de ação mais ampla que a prevista nas Regiões Metropolitanas.

A criação de uma RIDE envolve a negociação prévia entre os estados envolvidos sobre questões como os limites e municípios da região, os instrumentos necessários, os objetivos e a adequação às necessidades específicas de gestão.

Os recursos públicos destinados às RIDES visam promover o seu desenvolvimento global e se destinam a: sistema viário, transporte; serviços públicos comuns; geração de empregos e capacitação profissional; saneamento básico; uso, parcelamento e ocupação do solo; proteção ao meio-ambiente; aproveitamento de recursos hídricos e minerais; saúde e assistência social; educação e cultura; produção agropecuária e abastecimento alimentar; habitação popular; combate a causas de pobreza e fatores de marginalização; serviços de telecomunicação; turismo e segurança pública.

As RIDES contam com um Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento -COARIDE para coordenar e decidir sobre a execução de programas e projetos de interesse da Região Administrativa. Seus membros são representantes da União, estados e municípios integrantes. A lei de criação prevê um Programa Especial de Desenvolvimento para a Região Integrada, com as ações de desenvolvimento, os instrumentos para tratar dos serviços e tarifas comuns, e o envolvimento institucional, com as parcerias entre o setor público e a sociedade civil.

Perfil Institucional da RIDE Grande Teresina

As prefeituras dos municípios que compõem a RIDE Grande Teresina procuram modernizar os procedimentos da gestão pública municipal e promover a reestruturação dos setores administrativos.

Contudo, o nível médio de salários dos servidores é considerado baixo, em razão das limitações orçamentárias dos municípios. Verifica-se também a necessidade de um programa de capacitação ampla para servidores e gestores municipais. A falta de capacitação vem dificultando a gestão pública e o controle dos orçamentos e investimentos realizados em alguns municípios.

A administração das prefeituras que compõem a RIDE considera que a estrutura operacional vigente é insuficiente para a gestão municipal, requerendo alguns ajustes em áreas específicas.

O maior problema existente e relatado nas visitas técnicas nos municípios é o reduzido quadro de pessoal de nível superior em áreas estratégicas dos municípios. Contudo esta questão somente pode ser resolvida na medida em que o município melhorar a sua capacidade financeira, para ter recursos e investir na capacitação das pessoas que trabalham na gestão pública.

A administração pública, carente de instrumentos de gestão e ineficiente na captação de recursos, desenvolve políticas desintegradas e não poderá evitar a perda de nível de qualidade de vida da população. A seguir serão comentados algumas leis e códigos que são

importantes quando se analisa a capacidade institucional como: Código de Posturas, Código de Obras, Legislação Ambiental e Proteção do Patrimônio Histórico.

Código de Posturas

A Lei Nº. 427, de 13 de dezembro de 2.001, institui o Código Municipal de Posturas. A Lei trata, no Capítulo II, da higiene pública e da preservação ambiental; o Capítulo III contempla a ordem e o sossego públicos, diversões e cultos, uso dos logradouros públicos, medidas referentes a animais; anúncios e cartazes; produção, comercialização e armazenagem de produtos explosivos e inflamáveis e, finalmente, a construção de muros e cercas; no Capítulo IV, a Lei trata do licenciamento de estabelecimentos comerciais e industriais, definindo algumas vagas diretrizes sobre a higiene e segurança das edificações; trata do comércio ambulante, do horário de funcionamento dos estabelecimentos e, finalmente, trata da aferição de pesos e medidas, remetendo às normas do Instituto Nacional de Metrologias, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO; o Capítulo V prescreve sobre as calamidades públicas; o Capítulo VI refere-se à proteção da saúde e às doenças transmissíveis; o Capítulo VII trata da prevenção e controle de zoonoses; e o Capítulo VIII refere-se às infrações e penalidades, estabelecendo penalidades, valores das multas e aspectos da formalização dos autos de infração.

A Lei não contempla alguns temas inerentes a tal instrumento. Estabelece critérios vagos para aplicação e poucas alternativas para valoração das multas, o que resulta em punição excessiva para infrações menores e punição leve para infrações maiores. A imprecisão de critérios e a falta de detalhamento condicionam a aplicabilidade ao discernimento de fiscais, usualmente despreparados para a prática profissional. Somente os Municípios de Teresina e Timon apresentam o referido Código de Posturas. Os demais municípios que compõem a RIDE não utilizam o referido código dificultando a gestão institucional dos municípios.

Código de Obras

Trata da higiene de vias públicas e definem algumas diretrizes de localização de atividades comerciais e industriais, expedientes incapazes de garantir o mínimo que normalmente se pretende que seja garantido por um Código de Obras.

Não são contemplados aspectos como a qualificação profissional das pessoas envolvidas na obra; a formalização dos processos de licenciamento de obras e dos habite-se; a garantia da segurança dos operários e dos transeuntes; os problemas gerados pela obra para o tráfego de veículos e pedestres; as exigências técnicas mínimas para cada prédio e seus cômodos, em função das particularidades de uso; as exigências específicas para edificações destinadas a escolas, hospitais, locais de reunião pública, estacionamentos, postos de combustíveis, mercados e grandes áreas de atacado, oficinas, indústrias etc. Somente o Município de Teresina e o Município de Timon (MA) possuem o referido código de obras e mesmo assim algumas vezes o código de obras não é aplicado.

Legislação Ambiental

A política ambiental nos municípios da RIDE Grande Teresina ainda não é tratada pelos gestores públicos com a importância que deveria ser dada. As leis municipais existem porém não existe fiscalização para identificar se as políticas públicas estão sendo cumpridas. Em alguns municípios existe a secretaria responsável pelo meio ambiente, porém os gestores ainda não estão preparados para o exercício de tal função. Isto não se aplica para o Município de Teresina.

A **ineficiência da gestão administrativa** e a omissão da população permitirão prejuízos irreversíveis ao meio ambiente e à beleza cênica da paisagem, com redução das áreas verdes e degradação de cursos d'água, devido à falta de saneamento básico, à poluição por

resíduos sólidos, aos desmatamentos e à elevada utilização de agrotóxicos, nos plantios às margens dos riachos, lagoas e, principalmente, no rio Parnaíba.

O produto final da Agenda 2015 realizada no Município de Teresina revelou dificuldades quanto à análise dos problemas ambientais decorrentes do acelerado crescimento urbano das últimas décadas do século XX. Esse processo é incompatível com o crescimento populacional e desenvolvimento econômico, considerando a necessidade de proteção ao ambiente e o estabelecimento de uma maior qualidade de vida nas cidades. (PREFEITURA DE TERESINA, 2014).

Proteção do Patrimônio Histórico

Os municípios não têm legislação própria de proteção do patrimônio histórico com exceção do Município de Teresina. Os principais monumentos históricos das cidades (sede) não estão protegidos. Nenhuma prescrição legal se aplica às áreas de entorno dos monumentos, nada que incentive ou indique a preservação de paisagens urbanas compatíveis com a valorização dos espaços históricos. Em destaque para o Município de José de Freitas onde seu rico patrimônio histórico cultural encontra-se sem a devida conservação.

Quanto aos aspectos institucionais

A governança pública, embora seja uma temática vista por grandes corporações como uma ferramenta imprescindível, para se alcançar o desenvolvimento sustentável, ainda apresenta fragilidade de definições conceituais mais precisas bem como identificação dos atores e instrumentos para sua implementação. No entanto, nos últimos anos ocorreram significativos avanços, no sentido de estabelecer e identificar esses mecanismos. Para o Banco Mundial, governança é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando ao desenvolvimento e à capacidade dos governos de planejar, formular e programar políticas e cumprir funções. Ressalta-se que essa estratégia de governar (governança) tem como princípios a transparência e as ações compartilhadas envolvendo o Estado e a sociedade civil. (BANCO MUNDIAL, 2005).

A **Prefeitura de Teresina**, ao longo dos últimos dez anos, tem adotado algumas práticas da boa governança, em diversas áreas, com destaque para iniciativas que visam à ampliação e à diversificação do diálogo com a sociedade. Merece destaque ações como o orçamento popular, que garante à população espaço para discutir a forma de aplicação dos recursos públicos, bem como para definir que ações serão viabilizadas nas suas comunidades, dentro de uma visão de desenvolvimento da cidade. Ainda, nessa década, a Prefeitura Municipal vivenciou uma experiência exitosa, que foi o **Projeto Vila Bairro**.

Através da criação da Agenda 2015 e agora da Agenda 2030, a Prefeitura vai além da discussão da aplicação dos recursos e parte para uma perspectiva de construção coletiva do desenvolvimento sustentável da cidade, permitindo um diálogo participativo, envolvendo todos os atores e segmentos da sociedade, através da realização de oficinas e seminários. Este processo permite pensar a cidade, a partir da vivência de cada cidadão e dentro de uma visão de futuro que envolve ações de curto, médio e longo prazos.

A implantação das ouvidorias certamente foi uma ação que possibilitou estreitar o diálogo entre poder público e sociedade civil, embora esse diálogo, em alguns momentos, dificulte uma análise mais apurada, pois compete à ouvidoria anotar e encaminhar as demandas da sociedade para os órgãos competentes.

O controle social tem como objetivo o compartilhamento de responsabilidade, tendo em vista melhorar a efetividade das políticas públicas, enquanto mecanismo de fortalecimento da cidadania, caracterizando-se pela participação do cidadão na gestão pública, através do acompanhamento das políticas públicas.

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

A principal forma de controle social priorizada pela Prefeitura de Teresina nos últimos dez anos se deu através dos diversos conselhos instados nas diversas áreas das ações da administração municipal. Na área da agricultura familiar onde o controle social é exercido pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural que acompanha as ações do Programa Nacional da Agricultura Familiar - PRONAF, Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa de Crédito Fundiário - PCF. Na assistência social, a Prefeitura conta com o Conselho Municipal de Assistência Social, que tem como objetivo coordenar, deliberar, formular, monitorar e fiscalizar a política de assistência social no município. A seguir, a relação dos conselhos criados:

01. Conselho Municipal de Assistência Social
02. Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE-TE;
03. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCAT;
04. Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;
05. Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
06. Conselho Municipal de Juventude;
07. Conselho Municipal dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT;
08. Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico;
09. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;
10. Conselho Municipal do Contribuinte;
11. Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano;
12. Conselho Municipal de Desenvolvimento de Meio Ambiente;
13. Conselho Municipal do Orçamento Popular;
14. Conselho Tutelar nas regiões Centro Norte, Sudeste, Sul e Leste;
15. Conselho Municipal de Defesa do Consumidor;
16. Conselho Municipal de Habitação;
17. Conselho Municipal de Transporte Público;
18. Conselho Municipal de Turismo;
19. Conselho Municipal de Saúde;
20. Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas;
21. Comitê Local de Gestão do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas;
22. Conselho Municipal de Entorpecente;
23. Conselho Municipal de Desporto;
24. Conselho Municipal da Cultura
25. Conselho Municipal de Educação;
26. Conselho Municipal da Alimentação Escolar;
27. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério;
28. Conselhos Escolares nas Escolas.

De acordo com a Lei Nº 2959, de 26 de dezembro de 2000 e publicada no DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE TERESINA Nº 801, de 27/12/2001 mostra os órgãos da administração direta e indireta e suas respectivas competências de acordo com os Quadros 2 e 3.

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

ORGÃO	COMPETENCIA
Gabinete do Prefeito	Assistência direta e imediata ao prefeito em questões e assuntos específicos de natureza jurídica; assessoramento administrativo, agenda e disciplina de audiências de acordo com prioridades estabelecidas.
Vice-Prefeitura	Assessoramento administrativo, organização de agenda, audiências e outros compromissos técnicos e sociais do Vice-Prefeito.
Secretaria Municipal de Governo – SEMGOV	Articulação parlamentar e representação institucional; controle interno; segurança; serviços concessionados; cerimonial; assessoramento ao Prefeito em assuntos especializados não abrangidos pelas secretarias e pelos órgãos; controle da documentação, publicação e arquivos dos atos oficiais.
Secretaria Municipal de Comunicação Social de Teresina - SEMCOM	Relacionamento com a imprensa; relações públicas e; planejamento, controle, supervisão e coordenação da publicidade dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta.
Procuradoria Geral do Município - PGM	Elaborar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades do serviço jurídico da administração pública municipal; representação judicial ou extra-judicial do município; cobrança da dívida ativa; fiscalização e controle interno da legalidade dos atos da administração e; assessoramento jurídico da administração municipal.
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos – SEMA	Administração de pessoal; administração de material; administração de patrimônio; execução de serviços gerais; administração de arquivo; documentação e comunicação administrativa e de imprensa oficial e modernização administrativa; formular e executar as políticas de desenvolvimento administrativo no âmbito do poder executivo municipal e; coordenar, controlar e supervisionar as atividades referentes às ações de modernizações e organização administrativa do Poder Executivo Municipal.
Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação - SEMPLAN	Elaboração e Gestão do Orçamento – Programa Anual, do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano Integrado de Desenvolvimento; planejamento urbano e ambiental; captação de recursos internos e externos; acompanhamento da dívida pública; formulação de planos; programas e projetos de natureza econômica e social; coordenação, acompanhamento e avaliação geral; coordenação das ações integradas; informações, estudos e pesquisas; elaboração, controle e supervisão de programas habitacionais.
Secretaria Municipal de Finanças – SEMF	Administração tributária; administração orçamentária e financeira; contabilidade e fiscalização e arrecadação.
Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC	Planejamento, coordenação e avaliação da política educacional, assistência ao educando e administração escolar; pesquisa educacional; educação em geral; e apurar dados estatísticos sobre a educação; ensino fundamental, educação infantil, pesquisa educacional.
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEMDEC	Apoio ao financiamento, à produção e a comercialização de produtos e serviços locais; defesa do consumidor; desenvolvimento tecnológico; promoção empresarial; administração de polos empresariais e; gerenciar atividades específicas do fundo de geração de emprego e renda – Banco Popular; planejamento, execução e coordenação das ações de apoio ao turismo; planejamento; execução e coordenação da política de geração de emprego e renda.
Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente – SEMCAD	Planejamento; coordenação da execução e controle de apoio à criança e ao adolescente, e; assistência à criança e ao adolescente.
Secretaria	Planejamento; coordenação e execução da política de assistência social;

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

ORGÃO	COMPETENCIA
Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social – SEMTCAS	coordenação da execução da política nacional do idoso; proteção e defesa dos direitos da mulher, idoso; e deficiente e família e trabalho; ações de combate à exclusão social, articulação comunitária, promoção do trabalho.
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SEMEL	Fomento e supervisão do desenvolvimento dos desportos no município; planejamento, execução e supervisão das atividades esportivas, recreativas e de lazer; fomento aos desportos no município.
Secretaria Municipal Extraordinária de Projetos Estruturantes – SEMPE	Formulação de planos, programas e projetos estruturantes; elaboração de estudos e pesquisa para infraestrutura do município e viabilização de novas fontes de recursos.

Quadro 2 – Órgãos da Administração Direta e sua referida competência

Fonte: Diário Oficial do Município de Teresina Nº 801, de 27/12/2001

ORGÃO	COMPETENCIA
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Teresina – IPMT	Concessão de benefícios de aposentadorias e pensões, a servidores e dependentes, bem como prestação de serviços que visam a proteção de sua saúde e seu bem estar social.
Fundação Municipal de Saúde - FMS	Execução das diretrizes da política de saúde, através do desenvolvimento de atividades integradas de prevenção, promoção e recuperação da saúde a nível municipal.
Superintendência Municipal de Trânsito de Teresina – STRANS	Planejamento e execução das ações relativas a transporte coletivo e individual de passageiros; tráfego, trânsito, sistema viário em observância ao planejamento urbano; permissões, concessões; fiscalização de trânsito; funcionamento e disciplinamento de estacionamentos rotativos, públicos e privados.
Fundação Wall Ferraz – FWF	Planejamento, coordenação e execução de projetos, iniciativas e ações que objetivam a geração de emprego e renda; difusão de tecnologias geradas em instituições de ensino técnico e profissionalizante; capacitação, treinamento e apoio gerencial e financeiro voltados para atividades produtivas beneficiando trabalhadores autônomos, microempresas, cooperativas e grupos de produção; captação e intermediação de recursos bem como a administração direta destes recursos ou através de convênios com centros tecnológicos, centros de produção e de fábricas-escolas.
Empresa Teresinense de Processamento de Dados – PRODATER	Planejamento, organização, coordenação, execução e controle da prestação de serviços de informática na administração direta do município; prestação de serviços de informática a terceiros.
Empresa Teresinense de Desenvolvimento Urbano – ETURB	Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral – SEMPLAN, tendo em vista a elaboração de estudos e projetos e a celebração de acordos, convênios, contratos, ajustes para obtenção de financiamento; coordenação, controle e fiscalização de atividades relacionadas com a execução de obras municipais; proposição de pesquisas e estudos permanentes de áreas, julgadas economicamente viáveis para implantação de projetos urbanísticos, elaboração de pareceres ou instruções de natureza técnica relacionadas com projetos e obras; elaboração de tabelas de preços de serviços de construção; elaboração de cronogramas para execução de serviços, projetos e obras além de sua fiscalização; elaboração de normas, especificações e manuais

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

ORGÃO	COMPETENCIA
	técnicos para execução de obras, bem como a elaboração de normas para a pré-qualificação e qualificação técnica de empresas aptas a executarem serviços de engenharia.
Fundação Cultural Monsenhor Chaves – FCMC	Assessoramento na formulação, administração e execução das diretrizes da política cultural do município; compatibilização de ações culturais no âmbito municipal com programas e projetos dos governos federal e estadual; planejamento e execução de normas de proteção ao patrimônio natural, histórico e cultural; promoção e divulgação de obras de valor artístico, científico, além de outras manifestações da cultura popular; viabilização de convênios, contratos com entidades públicas ou privadas para a execução da política cultural do município; e criação e manutenção de centros culturais, científicos e artísticos.
Superintendência de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SDU's	Executar as atividades referentes aos serviços urbanos básicos de coleta e destinação final de resíduos sólidos; capina e varrição de ruas e logradouros públicos; manutenção de praças, parques e jardins; administração de viveiros de mudas; manutenção de serviços de iluminação pública; administração de feiras e mercados públicos; numeração de imóveis e emplantamento com designação de ruas, avenidas, alamedas e logradouros; administração de cemitérios e controle de serviços funerários; executar as atividades referentes à fiscalização e controle do uso e ocupação do solo urbano; das atividades econômicas informais no meio urbano; do meio ambiente; executar obras e serviços de engenharia no meio urbano; executar as atividades referentes a habitação mediante programas habitacionais, topografia e regularização fundiária; ao uso e ocupação do solo urbano, mediante análise de projetos, cadastro e licenciamento; a educação e monitoramento ambiental – Lei nº 2960 de 26 de dezembro de 2000.

Quadro 3 - Órgãos da Administração Indireta e sua referida competência

Fonte: Diário Oficial do Município de Teresina Nº 801, de 27/12/2001

Finanças Públicas - Município de Teresina

Os principais indicadores de gestão pública do Município de Teresina referem-se ao nível de comprometimento percentual com algumas obrigações frente a sua arrecadação, a saber:

- Despesas com Pessoal sobre a receita corrente: em 2004 era de 42,2% e em 2010 esse limite foi de 46,04% de comprometimento da receita com pagamento de pessoal. Em 2012 saltou para 48,4%, estando próximo do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal de 54% para os municípios.
- Dívidas consolidadas líquidas sobre a receita corrente líquida: em 2004 eram da ordem de 15,5% e em 2012 reduziu para 7,9%, ou seja, o município neste período somente amortizou o seu endividamento, tendo, assim, uma alta capacidade de endividamento;
- As participações relativas dos gastos com a saúde pública, em 2004, eram de 17,88%, em 2012 saltaram para 28,3%, tendo atingido o seu pico em 2011, com 31,4%; estando assim acima dos limites mínimos previstos na constituição, que é de 15%;
- As participações relativas dos gastos com educação, em 2004, eram de 26,18%, em 2012 foi de 25,6%, estando acima do limite mínimo constitucional de 25%. (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA, 2013).



Pau D'arco



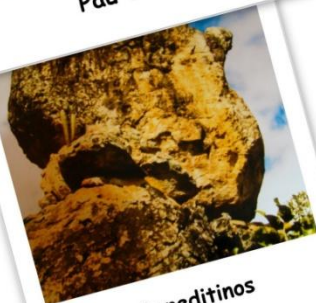
Monsenhor Gil



Nazária



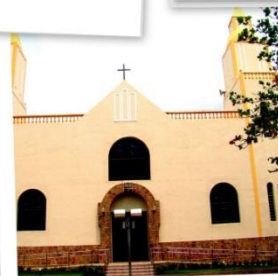
Lagoa do Piauí



Beneditinos



Teresina



Altos

Dimensão Histórica



União



Curralinhos



Coivaras



Lagoa Alegre



Miguel Leão



Timon



Demerval Lobão



José de Freitas

3 DIMENSÃO HISTÓRICA

A Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina – RIDE da Grande Teresina, criada para fortalecer econômica e socialmente a capital, Teresina e os Municípios de Altos, Beneditinos, Coivaras, Curralinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Nazária, Pau D'Arco do Piauí, União, e o município maranhense, de Timon.

Teresina apesar de estar separada pelo rio Parnaíba de Timon, sofre conurbação com este município maranhense e juntos possuem 998.195 habitantes, e a RIDE da Grande Teresina forma uma população de 1.182.970 habitantes, sendo a segunda mais populosa RIDE brasileira, perdendo somente para a RIDE de Brasília. Nos municípios piauienses a população é de 1.154.716 habitantes ocupando uma área de 10.919,19 km², que representa 37% da população deste estado brasileiro. (IBGE, 2010).

Localização

A Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina localiza-se na Microrregião de Teresina e na Mesorregião do Centro-Norte piauiense, numa distância de 366 km do litoral, formada por Teresina, seu município sede, e pelos demais municípios piauienses que estão inseridos nessa microrregião, além do município maranhense de Timon, que por sofrer conurbação com Teresina, foi inserido também na RIDE. A Figura 8 mostra a localização dos municípios que compõem a RIDE Grande Teresina.



Figura 8 – Localização dos Municípios da RIDE Grande Teresina
Fonte: RIDE Grande Teresina, 2013

Município de Teresina

Teresina é a capital e o município que tem a maior população do estado do Piauí. Sendo a 19ª maior cidade brasileira, com 814.230 habitantes, concentrando 25% da população piauiense, sendo responsável por 45% de sua economia, e sua região metropolitana gera 60% do PIB do Piauí.

Territorialmente é a maior capital nordestina, com 1.391,98 km². No *ranking* brasileiro, hoje é a 15ª maior capital, sendo considerada a terceira capital com melhor qualidade de vida dentre as regiões Norte e Nordeste, e a terceira capital com maior índice de segurança do País, segundo o IPEA (2013).

Teresina está localizada na microrregião de Teresina, na mesorregião do Centro-Norte piauiense, próximo à divisa do estado do Maranhão, e é a sede da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. Com uma altitude média de 72 metros. Sendo a única capital que não é banhada pelo Oceano Atlântico das nove capitais da região Nordeste, é cortada pelos rios Parnaíba e Poti, sendo chamada de Mesopotâmia do Nordeste.

A análise dos dados de precipitação pluviométrica mostra a média mensal da precipitação em Teresina, que é de 1.332 mm, entretanto é frequente a distribuição irregular das chuvas. O período invernososo não passa de seis meses, estando as chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. Os meses mais secos são junho a novembro, com temperatura que chega a 40º graus. A temperatura média mensal sofre pouca oscilação ao longo do ano em Teresina, conforme se constata em toda a região nordeste. Esse fato é marcante devido à localização do Estado do Piauí, próximo da linha do equador.

Observa-se o comportamento da umidade relativa caracterizando o primeiro semestre como relativamente úmido, sendo a média mais elevada em abril com 84%, e o segundo semestre com uma redução drástica de umidade, com o menor valor de 56% incidindo no mês de setembro. (SEMPPLAN, 2013).

Na Figura 9 pode-se visualizar a localização do Município de Teresina em relação à RIDE Grande Teresina.



Figura 9 - Localização do Município de Teresina

Fonte: Adaptado SEMPLAN, 2013

Aspectos Históricos

O nome “Teresina” é a junção dos nomes Teresa e Cristina, uma forma de homenagear a Imperatriz Teresa Cristina Maria de Bourbon que teria sugerido ao imperador Pedro II, a cidade como capital do Estado do Piauí. Depois que se tornou capital piauiense, Teresina teve um elevado crescimento, passando de 49 habitantes para quase 20 mil habitantes num intervalo de duas décadas, devido à comercialização da cera de carnaúba e da borracha de maniçoba.

Por ter nascido de modo artificial, ela foi à primeira cidade brasileira a ser planejada com traços geométricos, pelo Conselheiro Saraiva, que idealizou logradouros em linhas paralelas, arranjadas simetricamente, como um tabuleiro de xadrez, todas com origem no rio Parnaíba em direção ao rio Poti, considerados seus mais importantes mananciais urbanos de água, até os dias de hoje.

Este modelo de cidade era muito comum no período colonial brasileiro, e facilitava desta forma a locomoção entre suas ruas e vias.

A origem de Teresina deve-se a um povoado que surgiu nas margens do rio Poti, composto por pescadores e pequenos comerciantes, que viviam através da navegação fluvial. Tendo sido elevada à condição de Nova Vila do Poti, era cortada por uma estrada que levava a Oeiras, capital da então Capitania do Piauí, e a Parnaíba, um dos núcleos piauienses mais desenvolvidos.

Denominada Teresina, foi desmembrada das antigas vilas de Campo Maior e Valença, tendo sido elevada a condição de vila e de distrito pelo Decreto de 06/07/1832. Em 21/11/1833 foi instalada como sede da atual vila de Poti. E pela Lei Provincial nº 140, de 29/11/1842, transfere a sede da povoação de vila de Poti para Vila Nova de Poti.

Já com o nome de Teresina, é elevada a categoria de cidade e capital pela Lei Provincial nº 315, de 20/07/1852. No ano de 1911, em uma nova divisão administrativa o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisões territoriais realizadas em 31/12/1936; em 31/12/1937, no período dos anos de 1944-1948; em 01/07/1960. Permanecendo desta forma, em divisão territorial datada de 2007.

No mesmo ano da fundação de Teresina, é entregue aos fiéis da cidade a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo. E em 1858, o Teatro “Santa Teresinha” abre suas portas para trazer diversão cultural para os teresinenses.

Em 1860, a nova capital já possuía um quilometro de extensão de área urbanizada, na direção norte-sul, confrontando de um lado com o largo do Quartel do Batalhão, hoje Estádio Lindolfo Monteiro, e do outro o “Barrocão”, atualmente a Avenida José dos Santos e Silva. Na direção leste-oeste não ocorreu este mesmo pique de desenvolvimento.

No ano de 1867, dois acontecimentos marcam a vida da cidade, a conclusão da Igreja de Nossa Senhora das Dores, que depois seria alçada à Catedral e a inauguração do sistema de iluminação pública composto de seis combustores de querosene colocados em postes de madeiras.

Do lado do rio Poti, as ruas acabavam logo depois das duas praças mais importantes da cidade, a da Constituição, hoje Praça Marechal Deodoro da Fonseca (que também já foi denominada Praça do Palácio e Largo do Amparo); e a do Largo do Saraiva, hoje Praça Saraiva. Já do lado do Parnaíba, a maioria das ruas terminava antes de chegar ao rio. A Rua Grande, hoje Rua Álvaro Mendes, foi uma das mais importantes vias de acesso da nova capital, tendo tido um significativo papel no crescimento da neofita cidade.

Alguns historiadores sustentam que para impedir que a cidade de Caxias, localizada no vizinho estado do Maranhão, ameaçasse a hegemonia da região norte piauiense, o conselheiro Saraiva, como medida política-estratégica, transferiu a capital para Teresina, resolvendo desta forma a questão da centralização no estado do Piauí.

Tendo ruas e avenidas intercaladas de árvores, Teresina recebeu o título de “cidade verde”, sendo hoje uma de suas principais características. Outro fato curioso sobre Teresina é a quantidade de descargas elétricas que incidem no local, sendo chamada também de “Chapada do Corisco”.

Sua expansão populacional aconteceu a partir da década de 50, no período em que foram construídas as grandes rodovias no Estado. Em quase seis décadas, Teresina passou dos 90 mil para perto de 1 milhão de quilômetros de extensão rodoviária, este fato marca a centralização dos serviços do Estado na capital, mas também trouxe a propagação das vilas e favelas na periferia da cidade.

Hoje é uma das bem sucedidas cidades brasileiras, destacando-se em vários pontos, como no grande movimento do comércio; no setor de prestação de serviços; na educação, com uma rede de ensino avançada; em receber eventos de grande porte cultural, esportivo e nas áreas profissionais; na indústria têxtil; na área jurídica, com uma justiça trabalhista célere, e na área da saúde, com um complexo e moderno centro médico que vem cada vez mais recebendo pacientes de outros estados brasileiros.

Aspectos Turísticos e Culturais

Apesar de Teresina não ser banhada pelo mar, ela é ensolarada o ano todo, como as demais capitais do Nordeste, pois a natureza lhe presenteou com a presença dos rios Poti e Parnaíba. E na zona norte da cidade, estes rios ao se unirem formam um só leito que vai seguindo em direção ao Oceano Atlântico.

A paisagem neste local pode ser apreciada em mirantes dispostos ao longo do Parque Ambiental que foi criado para preservar esta beleza natural, e divulgar o artesanato local, com a exposição de objetos de cerâmica do artesanato de Teresina. Há também uma escultura do “Cabeça de Cuia”, personagem de uma das lendas do folclore local.

Teresina apresenta uma infraestrutura de boa qualidade em relação à limpeza pública, sendo constatada na higiene e manutenção de seus logradouros públicos, como praças e ruas do seu centro histórico.

As potencialidades turísticas relacionadas ao meio ambiente têm como principal produto o Delta do rio Parnaíba, com suas belezas naturais, que podem fazer parte de um roteiro turístico saindo e incluindo Teresina.

Com potencial para o desenvolvimento turístico em roteiro histórico cultural, pois na cidade há residências, mercados, conventos e igrejas construídas com esmero e beleza, formando um patrimônio arquitetônico singular, e que atualmente abrigam órgãos públicos, desta forma sendo preservadas. As praças e museus bastante frequentados também são outros atrativos culturais.

Dentre estas construções ressaltamos o Palácio Karnak, seu nome é em referência as ruínas, no antigo Egito, do Templo de Karnak. Com arquitetura neoclássica foi erguido por volta de 1890, para ser a casa principal de uma chácara. Localizado na Av. Antonino Freire, no Centro, desde 1926 abriga a sede do governo estadual, e seu interior é decorado por valiosas peças de arte. Em 1970, seus jardins receberam projeto paisagístico do consagrado Burle Max. A Figura 10 mostra o referido palácio.

Outras edificações que merecem destaque são os templos religiosos, como a Igreja de Nossa Senhora do Amparo, que foi entregue aos devotos no ano da inauguração de Teresina, localizada no Centro da Capital, e a igreja de São Benedito inaugurada no ano de 1886.

A Ponte Estaiada João Isidoro França vista na Figura 11 é atualmente o principal atrativo turístico da cidade de Teresina, no seu mirante localizado no centro da ponte pode-se visualizar uma bela paisagem da cidade de Teresina.



Figura 10 – Palácio Karnak

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2013



Figura 11 – Ponte Estaiada João Isidoro

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2013

A beleza arquitetônica da cidade de Teresina pode ser visualizada nas Figuras 12 e 13.



Figura 12 – Convento São Benedito

Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta

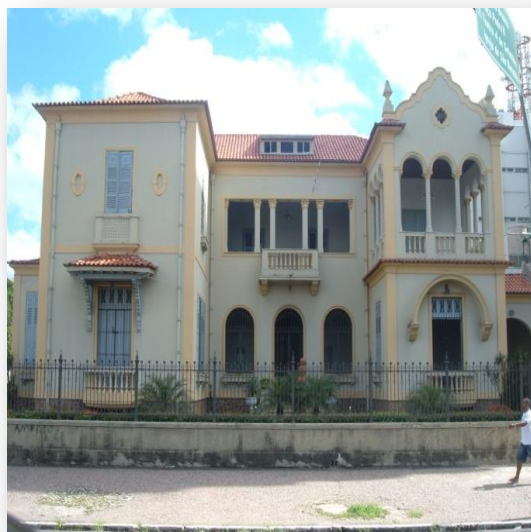


Figura 13 – Patrimônio Arquitetônico

Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta

Teresina preserva sua história, sua religiosidade e suas belezas naturais em exposições permanentes encontradas nos três museus da cidade. No Museu do Piauí criado em 1934 e

restaurado em 1980, localizado na antiga casa do Comendador Jacob Manoel Almendra, em parceria com a fundação Joaquim Nabuco de Recife, a história do Piauí é contada através das quase 2 mil peças distribuídas nas quinze salas existentes para visitação.

O Museu Municipal de Arte Sacra Dom Paulo Libório, inaugurado em 2011, foi à última residência deste que foi o primeiro bispo nascido no Piauí. Reuni em suas salas mobílias e peças sacras dos séculos XVIII ao XX que contam a história da Arquidiocese de Teresina. O visitante que for ao Parque do Encontro dos rios, pode apreciar um pouco da flora e da fauna dos rios Parnaíba e Poti no Museu dos rios.

Existem na cidade várias Bibliotecas que são abertas ao público em geral, onde o usuário pode encontrar os mais variados assuntos para sua pesquisa, ressaltamos a Biblioteca do Estado do Piauí; a Biblioteca Comunitária da Universidade Estadual do Piauí - UESPI; a Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco - BCCB da Universidade Federal do Piauí; a Biblioteca Municipal Abdias Neves, e a Biblioteca virtual Deputado da Costa Andrade localizada na Assembleia Legislativa.

Outros pontos turísticos que merecem destaque são: Balneário da Curva do São Paulo; Ponte Metálica João Luis Ferreira e o Parque Potycabana. As praças de Teresina também contam a história da cidade, pois a maioria foi planejada no começo de sua fundação, destaque para a Praça da Bandeira, Praça Pedro II e Praça Saraiva.

Na indústria ressaltam-se o ramo têxtil e de confecção, que juntos exportam para grandes centros comerciais, gerando mais de dez mil empregos. Mas, existem também indústrias de bebidas; de cerâmica; indústrias químicas; de medicamentos; de móveis e montadoras de bicicletas.

Outro setor que vem merecendo destaque é o da construção civil que está em crescente expansão, devido à verticalização da cidade nos últimos 10 anos.

Teresina dispõe de 88 auditórios que comportam com conforto e comodidade a realização de grandes eventos regionais, nacionais e internacionais, principalmente no âmbito educacional, cultural e de saúde, tais como exposições, feiras e práticas desportivas, realizados tanto pelo poder público como também pela iniciativa privada.

A cultura piauiense pode ser vista e apreciada na Central de Artesanato Mestre Dezinho, localizada na Praça Pedro II, no antigo quartel, no centro de Teresina, através das peças artesanais em palha, cerâmica, fibra, couro; das pinturas; das confecções das esculturas e santos esculpidos em madeira, distribuídos nas 25 lojinhas. Em suas dependências estão alojadas também a Escola de Balé e a Escola de Música de Teresina.

Na culinária os doces de frutas peculiares do estado, oferecidos no restaurante temático, depois de saborear os pratos típicos como: sarapatel, Maria Isabel, feijão com pequi e baião de dois, degustado junto com cajuína ou cachaça, formam o que há de melhor do cardápio piauiense.

Outro local onde pode ser admirado e adquirido o artesanato de Teresina, é o Polo Cerâmico do Poti Velho, onde os artesãos confeccionam e vendem as peças artesanais de cerâmica feitas com a argila do rio Poti, de boa qualidade e acabamento, porém identifica-se a ausência de qualificação dos artesões em relação a atendimento, gestão e composição dos custos dos produtos produzidos.

Município de Altos

O Município de Altos fica localizado na microrregião de Teresina, na mesorregião do Centro-Norte piauiense, e faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina.

Sendo limitado a norte pelos Municípios de José de Freitas e Campo Maior, a leste pelos Municípios de Coivaras e Campo Maior, ao sul por Beneditinos, Demerval Lobão e Lagoa do Piauí, a oeste por Pau D'Arco do Piauí e Teresina. O Município de Altos fica distante 37 km de Teresina. Possui uma população de 38.822 habitantes em uma área total de 957,65 km².

Na Figura 14 pode-se visualizar a localização do Município de Altos em relação à RIDE Grande Teresina.



Figura 14 - Localização do Município de Altos
Fonte: Adaptado SEMPLAN, 2013

Aspectos Históricos

Em 1800 tem início à história de Altos com a vinda da família Paiva, representada por João de Paiva Oliveira, cearense, do Município de Novo Oriente, que aportando na localidade, desenvolveu um povoado que hoje se denomina Altos, mas, sua fundação aconteceu somente no dia 12 de outubro de 1922.

O cônego Honório recebeu um terreno cedido por João de Paiva Oliveira para que o religioso erguesse no local a igreja em homenagem ao santo padroeiro, São José. Neste terreno começou o surgimento da cidade que hoje se chama Altos.

O município conta com vários bairros, dentre eles citamos: Centro; Tranqueira; Batalhão; Maravilha; Carrasco; São Luís; Boca de Barro; Conjunto Tonica Almeida; Bacurizeiro I e II; Mutirão I e II; Baixão dos Paivas; Betânia, e Santo Antonio.

Aspectos Turísticos e Culturais

O Município de Altos privilegiado pela natureza conta com serras, rios perenes, cachoeiras, olhos d'água e riachos com piscinas naturais, possuindo uma estrutura propícia ao ecoturismo e à prática de esportes radicais. Possui ainda a Floresta Nacional dos Palmares (única do Estado), com 170 ha, unidade de conservação ambiental federal administrada pelo Instituto Chico Mendes. Nestes locais podem ser praticadas as atividades turísticas do ecoturismo e dos esportes de aventura. (PREFEITURA DE ALTOS, 2014).

O município tem uma programação bastante diversificada no âmbito do turismo cultural que é realizada muitas vezes na praça principal vista na Figura 15, ocorrem também as festas em homenagem a São José que ocorrem na Igreja Matriz visualizada na Figura 16 e dos Espetáculos promovidos pela Rádio São José dos Altos que acontecem todos os anos em setembro no dia 21, onde se apresentam várias atrações artísticas.

No município existe a Biblioteca Municipal João Bastos, localizada na Praça Cônego Honório, no Centro, tendo sido inaugurada em 1937. O Município de Altos mantém viva uma forte tradição religiosa e popular manifestada em festividades como os Festejos de São José dos Altos, as Festas Juninas, a Festa do Divino, os reisados, o bumba-meu-boi, as danças de São Gonçalo, dentre outras. A tradição de violeiros e cordelistas também é cultivada na cidade, berço de “Zé da Prata”, o mais famoso repentista do Piauí.



Figura 15 – Praça Principal
Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta, 2013



Figura 16 – Igreja Matriz de São José
Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta, 2013

Na zona rural de Barrinha, Gameleira, Serra do Gustavo ou Boqueirão do Brejo existem sítios paleontológicos da “Era Paleozoica”, com 230 a 250 milhões de anos, onde podem ser vistas uma boa quantidade de madeiras fossilizadas.

Existe também no município, a **Floresta Nacional dos Palmares**, que é uma **Unidade de Conservação Ambiental Federal**, criada pelo Decreto de 22 de fevereiro de 2005, com uma área de 170 ha, rica em biodiversidade. Apresenta vegetação da caatinga e do cerrado, com quase 90 espécies de árvores diversas em sua flora e com uma fauna rica em espécies de animais, entre pássaros e aves, mamíferos e reptéis. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA tem sob sua responsabilidade a promoção e a manutenção destes recursos florestais, como as espécies nativas de flora e fauna. (PREFEITURA DE ALTOS, 2014).

Toda essa região tem uma riqueza histórica, ambiental e cultural material e imaterial significativa. Apesar disso, faltam mais investimentos, valorização e divulgação da mesma. O potencial desse estratégico porto de memórias inexploradas necessita de experiências que contextualizem modernas tecnologias e tradições significativas da comunidade, que fomentem processos criativos continuados e gerem trabalho e renda para as populações que ainda carecem de ações cidadãs e de diálogos mais consistentes sobre os benefícios que as artes e a cultura podem gerar. (PREFEITURA DE ALTOS, 2014).

Município de Beneditinos

O Município de Beneditinos fica localizado na microrregião de Teresina, na mesorregião do Centro-Norte piauiense, e faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. Sendo limitado a norte pelo Município de Pau D'Arco do Piauí, a leste por Alto Longá, a sul pelos Municípios de São Miguel da Baixa Grande e Passagem Franca do Piauí, a oeste pelo Município de Lagoa do Piauí. Possui uma população de 9.911 habitantes em uma área total de 805,28 km². (IBGE, 2013).

Na Figura 17 pode-se visualizar a localização do Município de Beneditinos em relação à RIDE Grande Teresina.



Figura 17 - Localização do Município de Beneditinos
Fonte: Adaptado SEMPLAN, 2013

Aspectos Históricos

A história do Município de Beneditinos se confunde com a própria história da vinda e ocupação das diversas comunidades religiosas que aportaram no Brasil nos séculos XVIII e XIX para catequizar o povo brasileiro. Desde modo no século XVII foi fundado pelos monges beneditinos.

Somente em 7 de julho de 1925 foi elevada a categoria de vila, instituída pela Lei n. 1135/25. Mas devido a questões políticas e administrativas foi extinto em 1931, tendo sido restaurado em 17 de agosto de 1934, pelo Decreto n. 1575/34. E quatro anos depois, no ano de 1938 é elevada a cidade, através do Decreto n. 147/38. (IBGE, 2013).

Aspectos Turísticos e Culturais

Beneditinos, possui um potencial turístico representado pelo Açude Beneditinos e pelo rio Poti como mostra a Figura 19, é um dos pontos turísticos do município, lugar apreciado pelos seus munícipes, mas por não apresentar infraestrutura de serviços e maior disponibilidade de entretenimento, deixa de receber mais frequentadores, pois seu entorno apresenta potencial para o ecoturismo e como área de lazer e diversão, formada por morros,

que favorece a realização de passeios ecológicos através de trilhas, contemplando belezas naturais.

O açude é um reservatório favorável à produção de pescados para serem consumidos pela população e exportados para outros municípios. Essas ações, se fortalecidas, além do turismo podem gerar emprego e renda para a população local.

A devoção aos santos padroeiros é muito forte em Beneditinos, por este motivo sempre tem um bairro ou uma comunidade homenageando os seus, é o que ocorre com a localidade de Buritizinho, que tem São Pedro como seu protetor, e os festejos que envolvem todas as famílias, em especial as crianças, acontecem entre os dias 19 a 29 do mês de junho na Igreja Matriz visualizada na Figura 18.



Figura 18 – Igreja Matriz de São Benedito
Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta, 2013



Figura 19 – Vista Parcial do Açude Beneditinos
Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta, 2013

Beneditinos realiza no mês de julho a Semana Cultural, mobilizando os estudantes e a comunidade como um todo, com gincanas e atrações do próprio município.

Já no período de 22 de outubro a 1 de novembro acontecem as Festas da Cidade em homenagem ao seu padroeiro, São Benedito com muita devoção acontece procissão e missas são rezadas.

O município conta com uma Biblioteca Municipal Benjamin Batista aberta ao público em geral.

Município de Coivaras

O Município de Coivaras fica localizado na microrregião de Teresina, na mesorregião do Centro-Norte piauiense, e faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. Sendo limitado a norte pelo Município de Campo Maior, a nordeste pelo Município de Altos, ao sul por Pau D'Arco do Piauí e Alto Longá. Possui uma população de 3.811 habitantes em uma área total de 485,50 km², a distância do Município para Teresina é de 68 km. (IBGE, 2013).

Na Figura 20 pode-se visualizar a localização do Município de Coivaras em relação à RIDE Grande Teresina.



Figura 20 - Localização do Município de Coivaras
Fonte: Adaptado SEMPLAN, 2013

Aspectos Históricos

O Município de Coivaras foi povoado e depois foi distrito do Município de Altos, conforme a Constituição Estadual de 05/10/1989, pelo artigo 35, inciso II, através do ato das disposições constitucionais transitórias. Pela Lei Estadual nº 4477, de 29/04/1992, foi desmembrado de Altos passando a categoria de município, com área territorial e limites estabelecidos. (IBGE, 2013).

Mas, sua criação oficial, constituído do distrito sede, só acontece em 01/01/1993. Em divisão territorial datada de 1997, o município ainda é composto do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial ocorrida no ano de 2007. (IBGE, 2013).

Aspectos Turísticos e Culturais

O carnaval de Rua de Coivaras é bastante animado e conta com a participação da população que se diverte no Corso da cidade, com o desfile de Blocos Carnavalescos, ao som das bandas que tocam músicas, alegrando os foliões.

O Município de Coivaras apresenta ruas limpas e bem cuidadas, e praças urbanizadas em destaque a Praça João Ferreira, como mostra a Figura 21, que é um dos locais mais agradáveis e tranquilo frequentado por moradores do seu entorno.



Figura 21 – Praça João Ferreira
Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta, 2013



Figura 22 – Casa dos Vaqueiros
Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta, 2013

Em dezembro em homenagem à padroeira, o município fica em festa, dentre as comemorações existentes, a mais comentada é a Festa do Vaqueiro, que acontece no dia 12 de dezembro, tendo uma programação bastante movimentada, com café da manhã na Casa do Vaqueiro, (ver Figura 22), com desfile pela cidade, missa na Igreja de Santa Luzia, almoço e procissão dos vaqueiros com a imagem da Santa, benção dos vaqueiros, novena, leilão com o arremate de muitas joias, culminando com a festa dançante na Praça Central com atrações musicais diversas, artistas locais e de fora que animam os vaqueiros convidados, os proprietários das fazendas, e a comunidade em geral.

A Festa do Vaqueiro já faz parte do calendário de eventos de Coivaras, pois além de celebrar a padroeira, Santa Luzia, presta homenagem a este homem do campo, que teve sua atividade profissional reconhecida pela Lei nº. 12.870, publicada em 15 de outubro de 2013.

Município de Curralinhos

O Município de Curralinhos fica localizado na microrregião de Teresina, na mesorregião do Centro-Norte piauiense, e faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. Sendo limitado ao norte pelo Município de Teresina, ao sul por Palmeiral, São Pedro do Piauí e Miguel Leão, a leste por Teresina e Monsenhor Gil, e a oeste pelo Município de Palmeirais. Possui uma população de 4.183 habitantes em uma área total de 345,85 km². (IBGE, 2013).

Na Figura 23 pode-se visualizar a localização do Município de Curralinhos em relação à RIDE Grande Teresina.



Figura 23 - Localização do Município de Curralinhos
Fonte: Adaptado SEMPLAN, 2013

Aspectos Históricos

A origem do município está relacionada a um proprietário de terras cujo nome era Tuna. A atividade comercial despertou a ideia de construir, em sua propriedade, uma grande casa destinada ao comércio varejista de produtos como: arroz, feijão, milho, farinha de mandioca, coco-babaçu, algodão, tecidos e couro. O comércio e a agricultura prosperaram e impulsionaram o surgimento de outras moradias, especialmente de parentes.

Nos fins de semana, a venda de gado que constituíam motivo para encontros de moradores e de pequenos fazendeiros de lugares próximos, aumentava a movimentação do local. O gado ao chegar para ser comercializado necessitava de descanso até o abate, sendo colocado em um pequeno curral feito do tronco da palmeira. Por uma variação fonética regional, a população que freqüentava o local pronunciava a palavra ‘*curralo*’ em vez de ‘curral’. Como a propriedade era localizada numa área de entroncamento com acesso a outros povoados, o fluxo de pessoas aumentava e, aos poucos, tornava-se o povoado um ponto de descanso. Quando se perguntava às pessoas para onde iam, respondiam: para Curralinho, criando assim um neologismo, em função de haver o “curralo” que é o local de descanso do gado. (PREFEITURA DE CURRALINHO, 2014).

O Município de Curralinhos foi criado pela Lei Estadual nº 4.810 de 14/12/1995. (IBGE, 2013).

Aspectos Turísticos e Culturais

O sucesso foi tanto que já está fazendo parte do Calendário de Eventos de Curralinhos, o “Dia Gospel”, realizado no dia 25 de agosto próximo passado, com um animado show gospel com música ao vivo, apresentação de cantor evangélico local, além de outras atrações e pregação da palavra de Deus, com a participação da comunidade local como também de municípios vizinhos. Nas Figuras 24 e 25 pode-se visualizar a Praça matriz e o Mercado Público do município que funciona de forma precária.



Figura 24 – Praça da Matriz

Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta, 2013



Figura 25 - Mercado Público

Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta, 2013

Município de Demerval Lobão

O Município de Demerval Lobão fica localizado na microrregião de Teresina, na mesorregião do Centro-Norte piauiense, e faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. Sendo limitado ao norte pelo Município de Teresina, ao sul por Lagoa do Piauí e Teresina, a leste pelos Municípios de Altos, Beneditinos e Lagoa do Piauí, e a oeste, por Teresina. Possui uma população de 13.278 habitantes em uma área total de 216,81 km². Possui uma densidade demográfica de 61,24 hab/km², onde 18,11% das pessoas estão na zona rural. (IBGE, 2013).

Na Figura 26 pode-se visualizar a localização do Município de Demerval Lobão em relação à RIDE Grande Teresina.



Figura 26 - Localização do Município de Demerval Lobão

Fonte: Adaptado SEMPLAN, 2013

Aspectos Históricos

Em 1877, foragidos de terrível seca, os irmãos Nazário, Marçol e Rodrigo da Costa Azevedo, procedentes de Novo Oriente, Ceará, chegaram à localidade onde hoje está situada a sede do município. Por edificarem suas casas numa baixada cercada de pequenos morros, o local ficou conhecido pelo nome Morrinhos. (PREFEITURA DE DEMERVAL LOBÃO, 2014).

A localidade que antes se chamava Morrinhos foi povoada na cidade de Santa Rita, tendo na instalação de uma feira livre, no dia 08 de setembro de 1928, seu marco divisor. Nesta mesma época foi construída a Capela de Nossa senhora do Perpétuo Socorro.

O povoado recebeu seu topônimo atual em homenagem ao advogado e político piauiense da década de 1950, Demerval Lobão Veras, morto em acidente automobilístico nas imediações de Morrinhos. Em 1963, mais desenvolvido, passou a categoria de cidade.

Aspectos Turísticos e Culturais

As festas juninas de Demerval Lobão se estendem por todo o mês de junho, em vários ginásios do município, com atrações musicais e culturais, algumas com Festival de Quadrilhas, premiando as melhores. Além das barracas montadas nas praças de alimentação onde podem ser saboreados os pratos típicos da região, com muita animação para que a tradição nordestina em homenagear os santos do mês de junho seja mantida.

A padroeira do Município é Nossa Senhora do Perpétuo Socorro visualizada na Figura 28. Nos dias 21 a 31 de julho acontecem os festejos em sua homenagem, com uma programação bastante diversificada, reunindo uma grande quantidade de fiéis nos eventos religiosos na Igreja Matriz apresentada na Figura 27, como também na parte social, com apresentações de bandas famosas da região e artistas nacionais. Além da corrida de cavalos que anima a juventude local e a população dos municípios vizinhos, passando de geração em geração o interesse por esta atividade que retrata os sertões piauienses.



Figura 27 – Igreja Matriz

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2014



Figura 28 – Padroeira do Município

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2014

A Igreja Matriz de Demerval Lobão é um dos pontos turísticos mais visitados da cidade, segundo depoimentos de moradores. Outro atrativo de destaque é o Lago Artificial, juntamente, com a imagem de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Município de José de Freitas

O Município de José de Freitas fica localizado na microrregião de Teresina, na mesorregião do Centro-Norte piauiense, e faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. Sendo limitado pelos Municípios de Teresina, Altos, Campo Maior, União, Cabeceiras, e Lagoa Alegre. Possui uma população de 37.085 habitantes em uma área total de 1.538,18 km². Fica localizado a 48 Km de Teresina. (IBGE, 2013).

Na Figura 29 pode-se visualizar a localização do Município de José de Freitas em relação à RIDE Grande Teresina.



Figura 29 - Localização do Município de José de Freitas

Fonte: Adaptado SEMPLAN, 2013.

Aspectos Históricos

No início do século XVIII, o Comissário Geral da Cavalaria, o português Manoel Carvalho de Almeida ergue na Fazenda Boa Esperança, que tinha como principal atividade a criação de gado, uma capela em homenagem a Nossa Senhora do Livramento.

Então, o povoado começa a se desenvolver no entorno da Capela, que em 1874 passa a condição de Paróquia de Nossa Senhora do Livramento e de distrito de Livramento, através da Resolução Provincial nº 873, de 20-07-1874, subordinado ao Município de União.

Em 23 de março de 1877, desmembrada do Município de União, a fazenda passa a se chamar Vila do Livramento, instituída pela Resolução Provincial nº 945, é constituída pela sede da Vila e do distrito de União. Mas somente em 7 de abril de 1878 foi oficializado o ato.

Neste mesmo ano, 1877, chega de Portugal o Procurador da Casa de São Domingos, José de Almendra Freitas, que veio morar na fazenda Havre de Graça, nas proximidades da Capela do Livramento, o português muito contribuiu para o desenvolvimento do entorno onde se alojara, como também influenciou a população local.

Em 18 de março de 1931, pelo Decreto nº 1.186/31 instituído pelo interventor provisório do Piauí, Joaquim Lemos Cunha que era oficial do Exército, a Vila do Livramento passa a categoria de cidade com o topônimo de José de Freitas, para homenagear aquele que muito fizera pelo seu desenvolvimento.

Em 1933, o município já denominado José Freitas, em sua divisão administrativa é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Entre os anos de 1944 a 1948, e em 1960 o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial do ano de 2005.

Aspectos Turísticos e Culturais

No Município de José de Freitas existem os açudes Pitombeiras e Bezerro, que tem infraestrutura para o entretenimento e lazer. Em suas águas ocorrem campeonatos de jet-ski atraindo muitos turistas e pessoas adeptas de esportes náuticos, porém a infraestrutura física e de serviços é muito precária e pode ser visualizada na Figura 30.



Figura 30 – Barragem do Bezerro

Fonte: Prefeitura de José de Freitas, 2013

Nos dias 6 a 15 de agosto, o município fica em festa para homenagear a padroeira, Nossa Senhora do Livramento, com a presença de muitos fieis de municípios circunvizinhos.

Por causa da presença de portugueses no início da colonização do Município de José de Freitas ainda podem ser vistos na cidade prédios com a arquitetura de influencia portuguesa. Na Figura 31 mostra-se a Igreja Matriz do município.

As tropas do General português, João José da Cunha Fidié, na batalha do Jenipapo, pela Independência do Brasil, ficaram acampadas durante uma semana no morro que fica localizado no município, visto na Figura 32.



Figura 31 – Igreja de São Francisco
Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta, 2013



Figura 32 - Vista Parcial do Morro do Acampamento
Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta, 2013

No Parque de Vaquejada Boa Esperança em José de Freitas existe uma programação intensa onde ocorrem eventos esportivos atraindo a população local como também jovens dos municípios vizinhos.

Município de Lagoa Alegre

O Município de Lagoa Alegre fica localizado na microrregião de Teresina, na mesorregião do Centro-Norte piauiense, e faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. Sendo limitado ao norte pelos Municípios Miguel Alves e Cabeceiras do Piauí, ao sul por José de Freitas e a oeste pelo Município de União. Possui uma população de 8.008 habitantes em uma área total de 394,66 km². (IBGE, 2013).

Na Figura 33 pode-se visualizar a localização do Município de Lagoa Alegre em relação à extensão territorial do Estado do Piauí.



Figura 33 - Localização do Município de Lagoa Alegre
Fonte: Adaptado SEMPLAN, 2013

Aspectos Históricos

Em 1989, pelas disposições transitórias da Constituição Estadual, passa a categoria de município e distrito com a denominação de Lagoa Alegre. Em 29 de abril de 1992, pela Lei Estadual nº 4.477/92 Lagoa Alegre, com área territorial e limites estabelecidos, deixa de ser distrito dos Municípios de União, Barros e Miguel Alves.

O ex-povoado do Município de União é a atual sede do distrito de Lagoa Alegre. Instalado município em 01-01-1993, constituído do distrito sede. Em 1997, em divisão territorial o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial do ano de 2007.

Aspectos Turísticos e Culturais

O Município de Lagoa Alegre é bem arborizado, no entorno da Praça Raul da Silva Costa é onde acontecem os eventos da cidade, como os desfiles estudantis e a festa em comemoração ao aniversário do município. A referida praça pode ser vista na Figura 34

A Lagoa que dá origem ao Município de Lagoa Alegre fica no centro da cidade, apesar de ser um atrativo turístico, suas margens e seu entorno precisam ser revitalizados, como mostra a Figura 35. Com o tempo, sua área destinada ao lazer e diversão está bastante degradada.

Na região de Formosa são encontrados atrativos turísticos e de lazer, como o Poço Redondo e a Cachoeira da Formosa. Outro atrativo natural é o Riachão que no mês de julho, período de férias escolares, é bastante frequentado pela população local e por visitantes que procuram descanso e lazer, degustando peixe assado na brasa, que é pescado no próprio local, embaixo de árvores frondosas. Aos domingos, às vezes, tem apresentação de música ao vivo com bandas locais animando muito mais os frequentadores do local.



Figura 34 – Praça Raul da Silva Costa
Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta, 2013



Figura 35 - Vista Parcial da Lagoa Alegre
Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta, 2013

Município de Lagoa do Piauí

O Município de Lagoa do Piauí fica localizado na microrregião de Teresina, na mesorregião do Centro-Norte piauiense, e faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. Sendo limitado pelos Municípios de Teresina, Demerval Lobão, Beneditinos e

Monsenhor Gil. Possui uma população de 3.863 habitantes em uma área total de 426,63 km². (IBGE, 2013).

Na Figura 36 pode-se visualizar a localização do Município de Lagoa do Piauí em relação à RIDE Grande Teresina.



Figura 36 - Localização do Município de Lagoa do Piauí

Fonte: Adaptado SEMPLAN, 2013

Aspectos Históricos

Em 14 de dezembro de 1995 o Município de Lagoa do Piauí tem seu território desvinculado dos Municípios de Beneditinos e Demerval Lobão, passando a categoria de município pela Lei Estadual nº 4810/95.

Instalado em 01 de Janeiro de 1997, o município é constituído do distrito sede. No ano de 2001 sua divisão territorial continua somente com o distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial do ano de 2007. (IBGE, 2013).

Em 2013, o Município de Lagoa do Piauí comemorou 50 anos de emancipação política, com muita alegria e disposição.

Aspectos Turísticos e Culturais

Lagoa do Piauí conhecida como “cidade da mineração” por sua riqueza mineral, que é explorada comercialmente pelas empresas de extração de pedras, principalmente no ramo da construção civil.

O município tem ruas e praças limpas e bem cuidadas como se observa na Figura 37. Em relação ao esporte as competições que ocorrem na cidade são disputadas no Ginásio Poliesportivo o Fortão como mostra a Figura 38.

Como atrativo turístico natural de Lagoa do Piauí, o rio Poti, oferece uma paisagem de contemplação, mas existem também pequenos riachos que oferecem lazer a comunidade,

como o Clube Anajá que é bastante frequentado oferece banhos de piscina, e área de lazer em baixo de árvores frondosas.

Apesar de ter uma superfície plana, algumas montanhas podem ser vistas espalhadas pelo município.



Figura 37 – Anfiteatro da Praça

Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta, 2013



Figura 38 – Ginásio Poliesportivo o Fortão

Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta, 2013

Apesar de o Piauí estar inserido no “Polígono das Secas”, não possui grande quantidade de açudes. Os principais cursos d’água que drenam o Município de Lagoa do Piauí são: o rio Poti, Riacho da Gameleira, Riacho da Nogueira, todos perene. E o Riacho da Marimba, Bacuri, Castanheiro, das Cajazeiras, da Serra, do Barreiro, da Seriema, Canabrava, todos não perenes.

A região é rica em lençóis freáticos e pequenos córregos. O principal rio a passar pelo município é o rio Poti, que está no limite entre Lagoa do Piauí e Beneditinos. A região é rica em lençóis freáticos e pequenos córregos. (CODEVASF, 2014).

Na sua grande maioria a população de Lagoa do Piauí é católica, mas hoje em dia já se pode observar a manifestação de outras religiões, como o espiritismo, a de origem afro-brasileira, os evangélicos de várias designações, e até pessoas com devoção pagã.

A Gruta da Betânia localizada entre os Municípios de Lagoa do Piauí e Monsenhor Gil, nas margens da BR-316, é um santuário de adoração e louvor em homenagem a Nossa Senhora de Lourdes, frequentado por devotos da santa, romeiros, turistas, ou pessoas de fé que buscam a cura para muitas doenças, vindos de outros estados brasileiros ou mesmo do próprio Piauí. Maria Carmeli Santos sendo devota de Nossa Senhora da Imaculada Conceição idealizou e fundou a gruta em 11 de fevereiro de 1948. Quando faleceu no ano de 1992, teve seu corpo enterrado na própria gruta que pode ser vista na Figura 39. (PREFEITURA DE LAGOA DO PIAUÍ, 2014).



Figura 39 – Gruta da Betânia

Fonte: Prefeitura Municipal de Lagoa do Piauí, 2013

Município de Miguel Leão

O Município de Miguel Leão fica localizado na microrregião de Teresina, na mesorregião do Centro-Norte piauiense, e faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. Sendo limitado pelos Municípios de Curralinhos, Monsenhor Gil, Agricolândia e São Pedro do Piauí. Possui uma população de 1.253 habitantes em uma área total de 100,4 km². (IBGE, 2013).

Na Figura 40 pode-se visualizar a localização do Município de Miguel Leão em relação à RIDE Grande Teresina.



Figura 40 - Localização do Município de Miguel Leão

Fonte: Adaptado SEMPLAN, 2013

Aspectos Históricos

Em 1930, Miguel Arêa Leão, próspero comerciante, investiu na região instalando uma fazenda de gado e fundando uma fábrica de rapadura e de cachaça, e outra de beneficiamento de algodão e de madeira, empregando nestas atividades em torno de 150 empregados. Então, as pessoas que vieram trabalhar nestes empreendimentos, começaram a erguer casas para alojar seus familiares que tinham vindo junto e para facilitar a ida ao trabalho, surgindo desta forma um pequeno arraial.

Com o apoio de Miguel Leão, que havia se tornado político influente, a localidade de Estrela, como era chamada, foi se desenvolvendo. Depois de sua morte, seu filho, Altamiro de Arêa Leão, cedeu 150 hectares de propriedade da família, para que a sede do município fosse ali instalada.

Então, a localidade Estrela, se desmembra do Município de Guadalupe, passando a categoria de distrito e município pela Lei Estadual nº. 2.351, de 5 de dezembro de 1962, denominado de Miguel Leão em homenagem ao seu idealizador, que tem sede no expovoado, e atual distrito de Miguel Leão. E no ano de 1963, em divisão territorial o município constituído do distrito sede, permanecendo com esta divisão territorial até o ano de 2005.

A vista panorâmica da cidade de Miguel Leão pode ser visualizada na Figura 41.



Figura 41 - Vista Panorâmica de Miguel Leão
Fonte: Prefeitura de Miguel Leão, 2013

Aspectos Turísticos e Culturais

Miguel Leão é uma típica cidade do interior, aconchegante e pacata, que cativa seus visitantes logo na chegada, com ruas limpas e casas perfiladas e coloridas, como mostra a Figura 42. Dentre seus atrativos turísticos e de lazer citamos a Cachoeira Toca da Cotia e o açude localizado no centro da cidade como mostra a Figura 43.



Figura 42 – Rua e Casas de Miguel Leão

Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta, 2013



Figura 43 – Açude da Cidade

Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta, 2013

A cultura do município está sendo incentivada através da música, com a distribuição de instrumentos para a criação da primeira banda musical, com o apoio do governo estadual. No mês de junho a cidade fica em festa para comemorar os santos do mês, tem muita animação com a apresentação de quadrilhas juninas, além das gostosas comidas típicas da época que são degustadas em barracas na praça central do município.

Município de Monsenhor Gil

O Município de Monsenhor Gil fica localizado na microrregião de Teresina, na mesorregião do Centro-Norte piauiense, e faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. Sendo limitado pelos Municípios de Curralinhos, Lagoa do Piauí, Beneditinos, Passagem Branca e Miguel Leão. Possui uma população de 10.333 habitantes em uma área total de 568,73 km². (IBGE, 2013). Na Figura 44 pode-se visualizar a localização do Município de Monsenhor Gil em relação RIDE Grande Teresina.



Figura 44 - Localização do Município de Monsenhor Gil

Fonte: Adaptado SEMPLAN, 2013

Aspectos Históricos

Filho de família rica da localidade de Lajes, que pertencia à cidade de Teresina, o jovem Gil, com apenas 25 anos foi ordenado sacerdote em Roma, na Itália. Em 1880, volta ao Brasil, sendo consagrado cônego. Com a morte de seu genitor, monsenhor Gil recebe a fazenda Lajes e outros bens como herança, sendo seu primeiro padre. Devoto do Menino Deus, construiu uma Igreja em sua homenagem com o auxílio do Governo, de doações e leilões.

Passado algum tempo, o padre doou para a Igreja do Menino Jesus, todo o seu patrimônio, incluindo a fazenda Lajes e a casa onde moraram seus pais, atual Casa Paroquial.

Esta doação atraiu diversas famílias que em busca de terras empossadas de graça, ergueram moradias e pontos comerciais, nascendo desta forma o povoado Natal, em homenagem aos festejos religiosos do mês de dezembro.

Em 1884, o povoado com a interferência de Monsenhor Gil, passa a categoria de Vila, Freguesia e Paróquia, se desvinculando das paróquias vizinhas.

Então, em 1963, quando passou à categoria de município e distrito através da Lei Estadual nº 2533, de 06-12-1963, desmembrado de Teresina, Natal recebeu o topônimo de Monsenhor Gil, em gratidão ao religioso que muito fez pelo desenvolvimento da localidade. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído do distrito sede, no atual distrito de Monsenhor Gil que era ex-povoado.

Em 31-01-1967 foi instalado e constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial do ano de 2005.

Aspectos Turísticos e Culturais

O Município de Monsenhor Gil tem seu acesso facilitado pela BR – 316 e quando se descortina a cidade passasse sobre o vão da ponte do riacho Natal. As Figuras 45 e 46 mostram as vias de acesso ao município.



Figura 45 – Acesso ao Município

Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta, 2013



Figura 46 – Ponte sobre o Riacho Natal

Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta, 2013

O Município de Monsenhor Gil, privilegiado pela natureza conta com uma grande variedade de recursos naturais, tais como, morros, pedras, cachoeiras, lagos, açudes, riachos onde podem ser praticadas as atividades turísticas do ecoturismo e dos esportes de aventura.

Dentre estes pontos turísticos, citamos: **Poço Azul**: de pouca profundidade e com águas cristalinas que refletem a cor azul das pedras do fundo, tem forma de piscina. **Açude do Monte Alegre**: ideal para banho e contato com a natureza. **Riachão**: principal riacho de Monsenhor Gil, ideal para banho nos meses de dezembro a julho.

Morro do Cruzeiro: têm aproximadamente 60 m de altura, com elevação muito inclinada, seu acesso se faz por uma trilha, que leva a um platô em torno de 600 m², de onde se tem uma visão privilegiada do município e de seu entorno.

Pedra do Músico: de arenito esta rocha íngreme, oferece uma volta ao passado, pois provavelmente em suas encostas devam existir marcas de inscrições pré-históricas.

A igreja Menino Deus, é o símbolo de devoção e fé do povo do município, tendo sido construída pelo padre Monsenhor Gil, é o maior exemplo de gratidão, pois no templo são celebradas as missas que fazem parte do calendário religioso de Monsenhor Gil.

Já faz parte do Calendário de Eventos da cidade, a Semana Cultural de Monsenhor Gil, que acontece entre os dias 13 e 20 de julho, com a participação de toda a comunidade nas apresentações de danças, nos mais diversos estilos, como dança contemporânea; nas atrações musicais, com ritmos diferenciados como forró pé de serra, hip hop, rock, e bandas de forró; nas encenações teatrais passando emoção e profissionalismo dos atores; nas exposições de artesanato local; e na degustação das comidas típicas espalhadas nas barracas.

Município de Nazária

O Município de Nazária fica localizado na microrregião de Teresina, na mesorregião do Centro-Norte piauiense, e faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. Sendo limitado pelos Municípios de Teresina, Curralinhos, Palmeirais, Matões e Timon. Possui uma população de 8.068 habitantes em uma área total de 363,59 km². (IBGE, 2013). A Figura 47 mostra uma vista panorâmica de Nazária.



Figura 47 - Vista de Nazária

Fonte: Prefeitura Municipal de Nazária, 2013

Aspectos Históricos

Em 1993, Nazária que era subdistrito de Teresina, se emancipa politicamente, e passa a categoria de município. Finalmente no ano de 2005, depois de ter sido julgado em última instância no Supremo Tribunal Federal, por problemas legais, o estatuto do novo município é instituído. Em 2008 com as eleições municipais de 5 de outubro, o município é oficialmente instalado, com a eleição do seu primeiro prefeito e demais vereadores, que começaram a trabalhar no início de 2009. Neste mesmo ano, já como município, Nazária passa a integrar a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina.

Aspectos Turísticos e Culturais

O Município de Nazária é banhado pelo rio Parnaíba, que sendo seu principal atrativo natural, oferece atividades de lazer e recreação, com banho em suas margens, porém não existe nenhuma estrutura física e de serviços para visitação, como mostra as Figuras 48 e 49. Nazária possui um grande potencial para o desenvolvimento da piscicultura, porém toda a estrutura de funcionamento ainda é muito incipiente.



Figura 48 – Piscicultura de Nazária
Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta, 2013



Figura 49 – Ponte sobre o Riacho
Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta, 2013

Município de Pau D'Arco do Piauí

O Município de Pau D'Arco do Piauí fica localizado na microrregião de Teresina, na mesorregião do Centro-Norte piauiense, e faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. Sendo limitado pelos Municípios de Teresina, Curralinhos, Palmeirais, Matões e Timon. Possui uma população de 3.757 habitantes em uma área total de 430, 82 km². (IBGE, 2013).

Na Figura 50 pode-se visualizar a localização do Município de Pau D'Arco do Piauí em relação à RIDE Grande Teresina.



Figura 50 - Localização do Município de Pau D'Arco do Piauí
Fonte: Adaptado SEMPLAN, 2013

Aspectos Históricos

Conta à história que um agricultor de nome Venâncio, devoto de Nossa Senhora, no dia 29 de abril de 1958, pediu ajuda a santa para que amenizasse as sequelas da seca, e se fosse atendido pagaria sua promessa, naquela mesma noite, sonhou com uma mulher que lhe mostrou o morro do Castelete, como o local onde ele deveria pagar a promessa.

No dia seguinte subiu o morro, onde Nossa Senhora da Conceição apareceu para ele, e ao descer o morro, depois desse encontro, caiu uma forte chuva. O morro pode ser visualizado na Figura 52.

Em 1997 o Município de Pau D'Arco do Piauí foi desmembrado do Município de Altos, sendo que sua instalação ocorreu em 2001. (RODRIGUES, 2012).

Aspectos Turísticos e Culturais

A localidade de Castelete passou a ser um local bastante visitado por romeiros, devotos e peregrinos que manifestam sua fé através de orações e penitências, principalmente no dia 8 de dezembro, dia de Nossa Senhora da Conceição. Dizem também que o solo daquele morro é milagroso. A Figura 51 mostra a praça central do Município de Nazarí, local onde a população se reúne para os eventos festivos do Município.



Figura 51 – Praça Central

Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta, 2013



Figura 52 – Morro do Castelete

Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta, 2013

Município de União

O Município de União fica localizado na microrregião de Teresina, na mesorregião do Centro-Norte piauiense, e faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. Sendo limitado pelos Municípios de Miguel Alves, Teresina, José de Freitas e Lagoa Alegre. Possui uma população de 42.654 habitantes em uma área total de 1.173,45 km². (IBGE, 2013).

Na Figura 53 pode-se visualizar a localização do Município de União em relação à RIDE Grande Teresina.



Figura 53 - Localização do Município de União

Fonte: Adaptado SEMPLAN, 2013

Aspectos Históricos

A Fazenda Estanhado deu origem ao Município de União, assim chamada porque em suas terras era encontrado o minério estanho que serviu de munição na Batalha do Jenipapo que aconteceu em 1823, onde piauiense, cearenses e maranhenses, em defesa das terras brasileiras lutaram contra as tropas portuguesas, sob o comando do Major João José da Cunha Fidié. Apesar da batalha não ter sido ganha pelos brasileiros, ela mudou o rumo dos acontecimentos históricos, assegurando no norte do Brasil, sua unidade territorial, consolidando assim a Independência do Brasil. (RODRIGUES, 2012).

Em 1853, União passou a categoria de vila, com território desmembrado do Município de Campo Maior, pela resolução provincial nº 362. Em 1889 passou a condição de cidade pelo Decreto Estadual nº 1 de 28 de dezembro.

União tem uma população bastante miscigenada, com a presença do branco de origem dos colonizadores portugueses, dos índios, descendentes das várias nações indígenas, como os Tremembés, dos negros que vieram da África, além da presença de outras raças.

A grande maioria dos municípios do nordeste brasileiro, no período da República Velha, foi comandada por um tipo de poder político privado, o chamado coronelismo, que era um poder exercido por um fazendeiro abastado, ou um grande proprietário de terras, ou um rico senhor de engenho, que por meio de métodos não convencionais conduziu a vida política e eleitoral brasileira.

Aspectos Turísticos e Culturais

União dentre os municípios da RIDE Grande Teresina é o que tem **maior potencial turístico**, tanto com os atrativos naturais como culturais. Dentre os atrativos naturais, citamos:

Morro do Boreu: situado no centro do município, é equipado com uma praça onde as pessoas se reúnem com amigos e familiares embaixo de suas árvores ou para jogar uma disputada partida de futebol no seu campo society. Na época carnavalesca o morro recebe os foliões locais e turistas para brincarem em um dos blocos mais concorridos do município.

Vale do Tucunaré: situado fora da sede do município, as margens do rio Parnaíba, o vale oferece atividades do ecoturismo, como passeio em trilhas ecológicas, cachoeiras e piscinas naturais. Nas pousadas, com infraestrutura para oferecer tranquilidade, contato direto com a natureza, os visitantes podem saborear o que há de melhor da culinária regional.

Morro do Urubu: ou Morro do Cruzeiro, é uma elevação de pequeno porte, com um suave declive, seduz seus visitantes pela sua beleza natural e pela vista que oferece de seu entorno.

Cachoeira da Formosa: situada no distrito de Formosa, oferece banho aos visitantes no período de janeiro a março, estação chuvosa de União.

Canto da Cana-Brava: situado no distrito de Cana Brava, no interior do município, com um bucólico cenário natural é composto por piscinas naturais, poços d'água perenes, rochas trabalhadas pela erosão dos ventos, como paredões, uma rocha com o formato do mapa brasileiro, e outra como um pilão. Outro atrativo é a Furna da Onça ou Toca do Jacaré onde vivem jacarés em uma pequena caverna que conduz água. O artesão Francisco Lima oferece aos visitantes suas pinturas com areia.

Barragem Filinto Rêgo: com uma singular beleza natural, os visitantes podem se banhar em seus espelhos e quedas d'água.

Morro do Apache Clube: situado no lugar mais alto do morro, o clube oferece aos visitantes e frequentadores banhos em suas piscinas, serviço de bar e uma vista privilegiada do município.

Dentre os atrativos culturais, citamos:

Igreja Matriz: em homenagem a Nossa Senhora dos Remédios, sua arquitetura é muito bonita e foi fundada na época do surgimento do município.

Praça Barão de Gurguéia: ou Praça da Igreja Matriz, reúne visitante e moradores da cidade em torno de suas barracas da praça de alimentação e das atrações culturais na Festa de São Raimundo Nonato, considerado um dos maiores eventos religioso e cultural do Maranhão.

Cais do rio: local com várias barracas, oferecendo diversos tipos de peixes, entre eles o prato típico Arenga na Brasa. O local fica localizado às margens do rio Parnaíba. A infraestrutura do local é muito simples e precária para atender os visitantes.

Avenida Filinto Rêgo: sendo o mais importante logradouro do município, concentra os melhores serviços de pizzarias, bares e lanchonetes da cidade.

Parque Beira-Rio: localizado no bairro Beira-Rio, o lugar oferece lazer e diversão, com práticas esportivas, que podem ser realizadas em sua pista para caminhada, quadras de basquete e tênis, campos de futebol e vôlei. E nas apresentações culturais que ocorrem no anfiteatro. Na atualidade este equipamento precisa de uma revitalização.

Casa do Artesão: o visitante pode conferir no local as peças confeccionadas pelos artesãos do município.

Mercado Público Municipal: construído recentemente oferece os mais variados tipos de alimentos nos seus refeitórios e lanchonetes e pode ser visualizado na Figura 55

Em União existe um dos raros corais do mundo formados somente por vaqueiros, homens oriundos da zona rural, mas que com coragem levam sua cultura adiante, ao cantarem e tocarem músicas populares, que já se apresentaram fora do estado do Piauí. A Banda Validuaté com raízes culturais, pois seus membros são pessoas simples da cidade, também canta e encanta em suas apresentações no município e em outros lugares do estado e fora dele.

Faz parte do calendário religioso do município as festas em homenagens aos santos que dão nome aos diversos bairros, dentre eles citamos: Festa de São Francisco, de São Sebastião, e de São Judas.

A Figura 54 mostra as margens do rio Parnaíba, onde pode ser visualizada a degradação ambiental, o assoreamento do rio e lixo em suas margens no Município de União.



Figura 54 – Rio Parnaíba

Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta, 2013



Figura 55 – Mercado Central

Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta, 2013

Município de Timon

O Município de Timon, antiga Flores, é um município maranhense que fica localizado na microrregião geográfica de Caxias, mesorregião do Leste Maranhense e Região de Planejamento do Médio Parnaíba, à margem esquerda do rio Parnaíba. Limitado ao norte e ao oeste com o Município de Caxias, ao sul com o Município de Matões, ambos maranhenses e a leste com Teresina, capital do estado do Piauí. E por fazer conurbação com a capital piauiense, foi inserido na RIDE da Grande Teresina, como o segundo maior município, com o intuito de servir de ligação para o desenvolvimento da área. É o quarto município maranhense mais populoso, com uma população de 155.460 habitantes em uma área total de 1.743,25 km². (IBGE, 2013).

Na Figura 56 pode-se visualizar a localização do Município de Timon em relação à RIDE Grande Teresina.



Figura 56 - Localização do Município de Timon
Fonte: Adaptado SEMPLAN, 2013

Aspectos Históricos

No século XVIII, a comunicação entre a Vila da Mocha, atual Oeiras, no Piauí, e Aldeias Altas, atual Caxias, no Maranhão, era feita pela passagem de Santo Antonio, onde era feita a travessia no rio Parnaíba, numa distância de 13 km da sede do povoado que surgia. Timon foi até 1779 o único ponto de apoio no caminho da estrada real que unia os dois estados vizinhos.

Na metade do século XIX, o porto de São José do Parnaíba, atual Cajazeiras, por estar localizada na nova capital piauiense, Teresina, teve um rápido desenvolvimento, despertando o interesse de fazendeiros de vários locais e exploradores que acompanhavam os jesuítas que tinham vindo colonizar as Aldeias Altas no Maranhão, abrindo um novo caminho de comunicação entre Teresina e o arraial maranhense.

Em 1855, o arraial foi elevado a categoria de Vila São José do Parnaíba, através de lei promulgada por Eduardo Olímpio, então presidente da Província do Maranhão. Em 1863, os conselheiros da Vila de Matões pediram que esta lei fosse revogada. Mas, voltou a ser povoado no ano seguinte com o topônimo de São José das Cajazeiras. (IBGE, 2013).

Em 1889, com a proclamação da República, o arraial de São José das Cajazeiras foi elevado à categoria de Vila de Flores, pela lei sancionada pelo primeiro governador do Maranhão, no dia 22 de dezembro de 1890.

Em 1924, passou a categoria de cidade, ainda com o nome de Flores, pela Lei nº 1.139, de 10 de abril de 1924, pelo então governador Godofredo Mendes Viana.

Em 1943, o então governador do Maranhão, Paulo Ramos, atendendo a uma solicitação do IBGE, que não permite cidades com nomes iguais, pois no Rio Grande do Sul já tinha uma cidade Flores, troca o nome do município para Timon, pelo Decreto-Lei nº 820,

homenageando João Francisco Lisboa, escritor maranhense, autor da obra intitulada *Jornal de Timon*, em alusão a um filósofo grego da antiguidade.

Em 1948, pelo Decreto-Lei Estadual nº 269/48 é criado o distrito de Buriti Cortado, sendo anexado ao Município de Timon. Em divisão territorial do ano de 1-7-1960, o município é formado pelos distritos de Timon e Buriti Cortado. Assim permanecendo em divisão territorial do ano de 2005. (IBGE, 2013).

Dentre os bairros mais populosos do Município de Timon, citamos: Parque Alvorada, Cidade Nova, Centro, Conjunto Boa Vista, Bela Vista, Parque Piauí, Mutirão, Mangueira, São Francisco, Vila Osmar, Vila Bandeirantes, Conjunto Joaquim Pedrosa, Vila Cícero Ferraz, Parque União, Parque São Francisco e Conjunto Júlia Almeida.

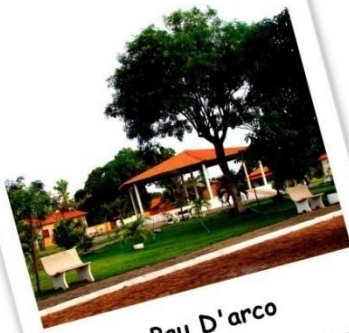
As Figuras 57 e 58 mostram dois atrativos histórico-culturais: a igreja matriz de Timon e a praça central.



Figura 57 – Igreja Matriz
Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta, 2013



Figura 58 – Praça Central
Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta, 2013



Pau D'arco



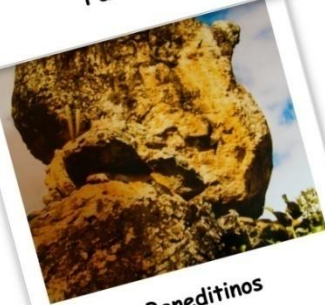
Monsenhor Gil



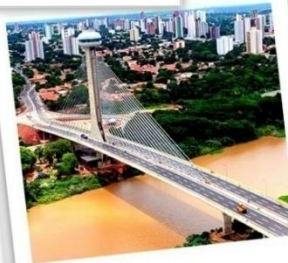
Nazária



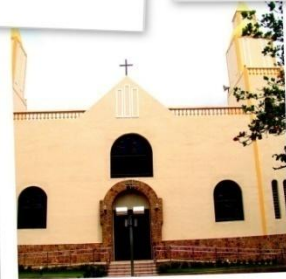
Lagoa do Piauí



Beneditinos



Teresina



Altos

Dimensão Geoambiental, incluindo a Preservação e o Aproveitamento dos Recursos Hídricos



União



Curralinhos



Coivaras



Lagoa Alegre



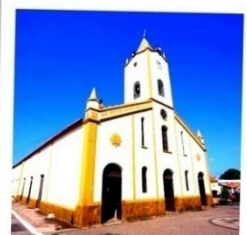
Miguel Leão



Timon



Demerval Lobão



José de Freitas

4 DIMENSÃO GEOAMBIENTAL, INCLUINDO A PRESERVAÇÃO E O APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS

O rio São Francisco faz parte da história da ocupação e desbravamento do nordeste brasileiro. Tendo sido descoberto por Américo Vespúcio, genovês, que percorreu sua foz em 04 de outubro de 1501. Nos séculos XVII e XVIII foi chamado de: "Rio da Unidade Nacional", pois serviu de via de acesso para a interiorização das Bandeiras.

Desde o tempo do Império Brasileiro, estudos foram realizados para o aproveitamento de seu potencial, dentre esses, destacamos os de Halfeld e Liais, que apresentaram exatidão técnica e boa abrangência e até hoje são usados como parâmetros quando se fala no rio São Francisco. (CODEVASF, 2014).

A partir de 1948 as três instituições que foram criadas para gerir o planejamento e o desenvolvimento do rio: a Comissão do Vale do São Francisco, a Superintendência do Vale do São Francisco e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, com base em estudos e pesquisas realizadas, geraram um significativo calhamaço de informações, dentre eles citamos os **planos regionais**, considerados marcos referenciais básicos e significativos.

Ao longo dos anos muito se escreveu sobre o rio São Francisco, que segundo Lacerda (1964), "é um rio de difícil navegação e de muitas mutações, das cheias e enchentes de novembro a fevereiro e de secas em março, que ficava cada vez mais largo e mais raso". Dentre os muitos livros sobre o São Francisco, além do escrito pelo jornalista Carlos Lacerda, mencionamos três que falam sobre o rio em uma linguagem técnica/desenvolvimentista, cultural/antropológica e histórico/política:

- ROCHA, Geraldo. O rio S. Francisco: fator precípua da existência do Brasil. 1940.
- PIERSON, Donald. O Homem no Vale do São Francisco. SUVALE, 1972.
- NOVAES, Manoel. Memórias do São Francisco. CODEVASF, 1989.

Em 2006, a CODEVASF, através do Acordo de Cooperação Técnica entre o governo brasileiro e a Organização dos Estados Americanos (OEA), no âmbito do PROÁGUA Infraestrutura, concluiu o Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba - PLANAP.

O grupo de trabalho criado para que o PLANAP fosse elaborado no ano de 2005, contou com a colaboração de muitos, dentre eles, citamos: os Governos Estaduais do Piauí, do Maranhão e do Ceará, das prefeituras municipais, das universidades, das instituições financeiras, de organismos não governamentais, como sindicatos e associações e da sociedade civil, que juntos formaram um contingente de 5.400 atores sociais, destes mais de 2.600 representavam organizações não governamentais.

A elaboração do PLANAP coordenado pela CODEVASF foi embasada no planejamento estratégico participativo, com o intuito de promover o incremento integrado da bacia, com o desenvolvimento econômico da região e melhora da qualidade de vida da comunidade como um todo, dando importância à sustentabilidade das ações sugeridas, suas atividades e os produtos almejados.

De acordo com o PLANAP, 2006, os municípios transcendem seus limites geográficos e passam a ser denominados territórios. Estes, por sua vez são áreas geográficas instaladas socialmente, com traços culturais e que tem articulação política e institucional definida e atuante. As sociedades humanas tanto urbanas como rurais tem suas culturas territorializadas, onde este mesmo território serve de parâmetro para que as mudanças que ocorram na esfera cultural identifiquem traços peculiares, dentro de um contexto de

coerência social, pois os territórios neste caso representam a totalidade, a coletividade, delineando diferentes tipologias de sociabilidade. (CODEVASF/PLANAP, 2006).

Seguindo esta linha de pensamento, os governos estaduais junto com o governo federal estão articulando vários programas para minimizar as diferenças territoriais que existem na sociedade brasileira, principalmente na região nordeste, que sempre mostra nas pesquisas elaboradas, índices alarmantes de desigualdade social, principalmente na área da educação, da saúde, de saneamento básico, na infraestrutura, enfim em todas as vertentes, que juntas formam os pilares para que uma sociedade possa viver com dignidade e boa qualidade de vida, acabando com a pobreza e a marginalização, e principalmente com as diferenças sociais e regionais existentes.

Dentre as **ações governamentais** da esfera federal existem leis que foram criadas para nortear as políticas públicas referentes aos recursos hídricos, aos benefícios e melhorias das cidades, ao saneamento básico, em âmbito nacional. Mas que também dão diretrizes as administrações municipais para que atuem na preservação dos seus recursos hídricos, dos solos, e dos demais componentes que envolvam a ocupação humana urbana e rural, e dos serviços públicos referentes ao saneamento básico de suas cidades. Referenciamos a seguir os artigos específicos de cada Lei que trata sobre estas políticas.

Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos, em seu “Art. 31. Na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, os Poderes Executivos do Distrito Federal e dos municípios promoverão a integração das políticas locais de saneamento básico, de uso, ocupação e conservação do solo e de meio ambiente com as políticas federal e estaduais de recursos hídricos”.

A lei define também que bacia hidrográfica: “é a unidade territorial para a implementação dessa Política e que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada, proporcionar sempre o uso múltiplo das águas, e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades”. (BRASIL, 2013).

Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Lei do Estatuto das Cidades, no seu Art. 2º: “A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: (...) IV - planejamento do desenvolvimento das cidades, (...) de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente; (...) VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar a poluição e a degradação ambiental”. (BRASIL, 2013).

Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Lei de Diretrizes Nacionais e Política Federal de Saneamento Básico, em seu Art. 2º: “Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais: (...). XII - integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos”. E no Art. 48º: “A União, no estabelecimento de sua política de saneamento básico, observará as seguintes diretrizes: (...). X - adoção da bacia hidrográfica como unidade de referência para o planejamento de suas ações”. (BRASIL, 2013).

Mas, além destas leis são necessários outros instrumentos de gestão para que se tenha uma administração do meio ambiente eficaz. O **Plano Diretor de Recursos Hídricos** se mostra como o mais importante desses instrumentos, pois estabelece um equilíbrio entre a oferta e a demanda das águas que por ser um bem de domínio público e recurso natural limitado deve ser mantido, conservado e se necessário, recuperado, pois deste equilíbrio depende a biodiversidade aquática.

Os outros instrumentos de gestão que também devem ser usados junto com o Plano Diretor são: a Outorga, a Cobrança pelo Uso, a Classificação e o Enquadramento das Águas e o Sistema de Informações, que deva conter dados que possam fornecer subsídios sobre a

Bacia ora analisada, dentro de um contexto integrado e compartilhado para se poder elaborar o Plano Diretor.

Outra estratégia de ação do Governo Federal é o incentivo dado às diferenças regionais, com o incremento de uma nova política de gestão do território, onde todos participem e intervenham através da transversalidade de opiniões, tanto das esferas governamentais como também dos diferentes setores da sociedade.

Com base no novo modelo de gestão proposto pelo MI com a criação das Regiões Integradas de Desenvolvimento, as chamadas RIDEs, tem papel fundamental, pois elas se organizam em territórios, que muitas vezes englobam duas ou mais unidade federativa, mas que mostram um nível de uniformidade dos potenciais de crescimento comum.

Dos quinze municípios que fazem parte da RIDE, do lado piauiense, somente dois tem suas sedes banhadas pelo rio Parnaíba, Teresina e União; e do lado maranhense, Timon também é banhado. A dimensão geoambiental do Piauí em sua grande maioria é formada por terrenos sedimentares que constituem a bacia do Parnaíba, sendo que o sistema orográfico piauiense faz parte do maciço nordestino, composto de um relevo formado por planícies e planaltos.

A situação do meio ambiente em Teresina coloca um grande desafio para a gestão pública, tendo em vista a dinâmica das atividades humanas como o crescimento populacional, a economia, as mudanças na estrutura social e cultural, a ocupação do território e as mudanças provocadas pelos novos serviços urbanos. Os reflexos dessas alterações são perceptíveis, sobretudo, na área urbana, em função do intenso processo de urbanização, que consome os recursos naturais e produz resíduos. O convívio harmônico da cidade com seus dois rios é muito importante para as pessoas e para a natureza. Por isso, é essencial a incorporação da dimensão ambiental nas políticas setoriais urbanas. Neste sentido, a Prefeitura de Teresina montou uma estrutura de gestão ambiental baseada na Secretaria de Meio Ambiente com apoio das Superintendências de Desenvolvimento Urbano e do Conselho Municipal de Meio Ambiente, que favorecem a articulação das ações previstas na política ambiental. (AGENDA 2010 – 2030, 2013).

Teresina está situada a 72 m de altitude, mas mesmo assim um pedaço de suas terras integra a Planície Parnaibana que fica no Norte do Piauí, sendo formada pelo Baixo Parnaíba e Baixo Longá e por acanhados rios litorâneos. Ela desce de Teresina pelo rio Parnaíba até União, se alargando quando chega ao vale do rio Maratoã.

Os morros isolados do Piauí são serras de baixa altitude, localizadas no Centro-norte piauiense, dentre elas citamos as que são encontradas nos municípios que fazem parte da RIDE. Entre Altos e Teresina, serra dos Altos; em Beneditinos, serra de São Pedro; em José de Freitas, serra do Alegre e do Saco; entre Miguel Leão e São Pedro, serra do Grajaú, com aproximadamente 300 metros de altura é a de maior altitude; em Monsenhor Gil, serra do Cantinho; entre Pau D'Arco do Piauí e Teresina, serra do Longá.

O **Município de Teresina** apesar de não se localizar na costa do oceano Atlântico, se torna privilegiado em recursos hídricos superficiais, já que é banhado por dois rios de grande porte, o Parnaíba, que percorre 55,57 km, e o Poti, que percorre por sua vez, 53,73 km na zona urbana de sua superfície, e na zona rural percorre 58,81km. O município está localizado na grande bacia do Parnaíba, que corresponde a mais de 90% da área piauiense, que é mantida constantemente por águas subterrâneas provenientes de magníficos aquíferos, apresentando ótima condição de uso e a água é de excelente qualidade. (CODEVASF, 2014).

É indiscutível que o processo de crescimento e desenvolvimento de Teresina tenha provocado alterações em sua configuração urbanística e paisagística. Ações como

desmatamento e obstrução dos cursos de água provocam assoreamentos, erosões e alagamentos, trazendo sérios prejuízos para as comunidades. Atividades de exploração de recursos minerais, tais como extração de argila nas áreas baixas, destinadas à indústria ceramista, bem como a extração de material de construção em “barreiros” e nos leitos dos rios, por meio de dragas, têm, por vezes, efeito negativo sobre os recursos naturais, provocando a degradação do ecossistema. (SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, 2013)

Em relação às áreas de risco, elas são representadas pelas bacias dos rios e lagoas, pelas depressões geográficas, encostas, barreiros e áreas vizinhas ao Aeroporto Petrônio Portella. As enchentes dos rios e o transbordamento das lagoas e depressões geográficas são os fenômenos mais comuns que desabrigam muitas famílias e provocam a perda dos seus patrimônios materiais. Uma solução encontrada para os riscos provocados por enchentes foi a construção de diques, com a função de controlar as inundações, tendo ainda a utilidade de avenidas, para o fluxo de veículos. (SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, 2013).

Teresina, desde a sua criação, sempre teve fortes ligações com seus rios, por sua importância no transporte de passageiros e de cargas, no abastecimento de água para o consumo humano e animal e no uso de suas margens para a produção agrícola de subsistência. As áreas verdes existentes na cidade são mantidas e seu uso regulamentado por legislação específica, como é o caso das **Unidades de Uso Sustentável**.

A Figura 59 mostra a área verde de Teresina representada pelo Zoobotânico, Embrapa, Centro de Ciências Agrárias e Jardim Botânico.



Figura 59 - Área verde de Teresina representada pelo Zoobotânico, Embrapa, Centro de Ciências Agrárias e Jardim Botânico

Fonte: Google maps 2013

É possível conciliar o uso sustentável dos recursos naturais com a conservação da natureza. Teresina possui 271 praças, 34 parques ambientais, que, juntos, somam a área de

226,8 hectares, além de um conjunto de áreas contíguas, no perímetro urbano pertencentes ao poder público, situadas às margens do rio Poti: a Fundação Zoobotânico, pertencente ao governo do Estado, com 137 ha, o Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Piauí (UFPI), com 63 hectares, uma área de 400 hectares pertencentes à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e o Jardim Botânico administrado pela Prefeitura de Teresina, com área de 38 hectares.

O rio Parnaíba, que tem sentido sul-norte, é dividido em três partes, na alta abrange suas nascentes até à foz do rio Gurgueia; na parte média, vai da foz do Gurgueia à foz do rio Poti; já o baixo Parnaíba começa na foz do Poti indo até o oceano Atlântico.

Vários cursos de água fazem parte da nascente do rio Parnaíba, mas seu principal provedor é o riacho Água Quente. O Parnaíba tem uma extensão de 1.500 km que começa em suas nascentes a 709 m de altitude na Chapada das Mangabeiras localizada no Município de Barreiras do Piauí, até sua foz que deságua no oceano Atlântico, formando o Delta Oceânico de mar aberto, o Delta do Parnaíba.

O rio Parnaíba visto na Figura 60 já teve outros nomes, dentre eles, citamos: rio Grande dos Tapuias, Pará, Paraoaçu, Paraguas, Paranaíba, rio das Garças, hoje carinhosamente chamada de “Velho Monge”. Do ano de 1680 em diante, na época das Cartas de Sesmarias, o rio começou a ser chamado como hoje é conhecido.



Figura 60 – Rio Poti

Fonte: Empresa Expansão, Pesquisa Direta, 2013

O rio Parnaíba é perene, pois recebe contribuições de vários afluentes e do lençol subterrâneo em todo o seu percurso. No período chuvoso sua vazão pode chegar a 433 milhões de metros cúbicos de água por dia. O rio Poti, um dos grandes afluentes do Parnaíba, mesmo tendo regime intermitente, no trecho que corta o Município de Teresina permanece com água durante todo o ano. Apresenta uma vazão média anual de 121 metros cúbicos por segundo de volume de água. (CODEVASF, 2014).

Mesmo com tanta abundância de água, não se pode dizer o mesmo em relação à conservação da vegetação nativa, que se encontra bastante alterada pela crescente ocupação humana e uma intensa extração mineral tanto nos planaltos quanto nas margens e leitos dos rios. Essa atividade em Teresina, sobretudo para a construção civil, vem provocando intensos problemas ambientais, pois faz aumentar o desmatamento das

encostas, forma intensas voçorocas e, conseqüentemente, o assoreamento dos rios Poti e Parnaíba.

Como exemplos, foram construídas na margem do rio Parnaíba as avenidas Maranhão e Boa Esperança; e nas margens do rio Poti foram construídas as avenidas Flávio Furtado, Marechal Castelo Branco e Raul Lopes. Estes diques, com função também de avenidas, permitiram a recuperação de muitas áreas degradadas, protegendo centenas de residências e integrando áreas nobres ao plano de urbanização da cidade. A Figura 61 mostra as áreas de risco de inundação identificada pela Defesa Civil em 2008.



Figura 61 - Áreas de risco de inundação identificada pela Defesa Civil em 2008.

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente, 2013

No passado o rio Parnaíba serviu de via de navegação para as comunidades ribeirinhas, onde de tudo se transportava entre os portos das cidades que eram banhadas por ele, pois o Parnaíba tem mais de cem afluentes, dentre eles a maior parte é formada por riachos, com nascentes em regime temporário, mas que se tornam perenes quando chegam a suas desembocaduras.

Mas, com ações depredatórias e usos indevidos, como destruição de suas matas ciliares, derramamento de substâncias poluidoras, despejo dos esgotos domésticos, a queimada das margens em suas nascentes, e a má utilização de suas encostas afetaram a conservação e a navegabilidade do rio, desde a década de 40. Este fato causa um sério problema ecológico, afetando não só o curso do rio e sua perenidade, mas a população como um todo e também o desaparecimento de espécies comuns à região, pois a decadência do Parnaíba

tem consequências sociais, econômicas e principalmente de valorização da região que recebem suas águas.

Com o intuito de resgatar as potencialidades do rio Parnaíba é que ações estratégicas estão sendo pensadas para salvar e viabilizar este rio que traz em seu leito e margens a história de um povo sofrido, através de planos governamentais com possibilidade de incrementar a navegação do rio e minimizar os problemas sociais da população ribeirinha.

Uma dessas ações foi elaborada em 2009, pela Comissão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da OAB-PI, através do Projeto Águas de Março, tendo seu ponto alto no dia 22 de março, data comemorativa ao Dia Mundial da Água. Em sua pauta o projeto contou com palestras por entidades estaduais que são responsáveis pela defesa do meio ambiente que falaram sobre as fragilidades que estão ocorrendo no rio, chamando desta forma a atenção das autoridades e da população em geral. Foi realizado também um passeio pelo rio Parnaíba, o “Velho Monge” para que os problemas citados fossem comprovados *in loco*.

O rio Poti, é um dos principais afluentes do rio Parnaíba, nascendo no Ceará a uma altura de 600m, tem 550 km de extensão, destes 350 percorrem o Piauí, 180 o Ceará e 20 km estão na zona de litígio entre os dois estados. No Piauí seu percurso forma uma espécie de *cânion*, com 300 m de altura. (CODEVASF, 2014).

No verão em sua parte média, seu volume é muito reduzido, por isso tem regime semiperene. Despejando suas águas no rio Parnaíba, a 9 km do centro, no bairro Poti Velho ao norte de Teresina. Para viabilizar o acesso rodoviário na capital, existem sete pontes rodoviárias, uma ferroviária e uma rodoferroviária.

Dos municípios que compõem a RIDE, o rio Poti corta uma parte de Beneditinos, servindo de limite entre este e Lagoa do Piauí; atravessa também Demerval Lobão e banha Teresina.

As lagoas Salobro e São Domingos, que estão localizadas em Teresina fazem parte das denominadas ribeirinhas, pois se encontram próximas do rio Parnaíba. (RODRIGUES, 2012).

O rio Surubim, subafluente do Parnaíba, nasce em Altos, e seu afluente, o rio Cipó banha a sede do município.

Os recursos hídricos do **Município de Altos** são rios perenes e riachos que formam piscinas naturais, mas que não são aproveitadas para o consumo humano, somente para irrigação de lavouras de pequeno porte e para a diversão e lazer.

O rio Maratão, afluente do rio Longá, tem sua nascente nos Municípios de Altos e José de Freitas, a uma altura de 140 m, com extensão de 100 km, outro município da bacia deste rio, é União. (RODRIGUES, 2012).

O Município de Altos possui ainda três sítios paleontológicos, com a presença de lenhos fósseis que datam de 230 a 250 milhões de anos (era Paleozóica), localizados nas zonas rurais Gameleira, Serra do Gustavo (também conhecida como Boqueirão do Brejo) e Barrinha. Possui ainda a Floresta Nacional dos Palmares (única do Estado), com 170 ha, unidade de conservação ambiental federal administrada pelo IBAMA.

O rio Berlengas, afluente do rio Poti e subafluente do Parnaíba nasce a 350 m de altitude, no Município de Novo Oriente, na serra da Lagoa Funda, percorre 158 km de extensão e tem uma bacia de 3.791 km², banha vários municípios da região, desaguardo em Beneditinos.

Outros cursos de água que banham o **Município de Beneditinos**, além do rio Poti, é o rio Gameleira, os riachos Bandarra, Corrente, Barroão, Fundo e Saco.

O açude Beneditinos, um dos recursos hídricos do município homônimo foi construído pelo DNOCS, em 1984, com capacidade de 4.290.000 m³ de água, para ser usada na irrigação, piscicultura, vazante e para a construção de hidrelétricas. (PREFEITURA DE BENEDITINOS, 2012). O açude Beneditinos pode ser visualizado na Figura 62.



Figura 62 – Açude de Beneditinos

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2013

No que diz respeito aos recursos hídricos superficiais o Município de Beneditinos apresenta vantagens por apresentar diversos rios e riachos em toda sua extensão municipal, sendo alguns de caráter intermitentes detectando-se também outros perenes. Os intermitentes dependem do fluxo de água das chuvas, havendo ausência de água em seus leitos no ápice do período da seca. Entretanto, existem também rios na região não dependentes do fluxo de chuvas tendo, mesmo no período de estiagem, presença de água em seu leito. Os rios e riachos intermitentes do município podem ser elencados como os seguintes: Corrente, Tabocas, Olho d'água e Berlenga, e os Riachos Fundo, Alivio e Riachão. Dentre os perenes estão os rios Gamaeleira, Taboquinha e o mais importante deles pela sua extensão e caudaliosidade é o rio Poti, nascendo no vizinho Estado do Ceará. (PREFEITURA DE BENEDITINOS, 2013).

A Formação do rio Poti é de grande relevância para o município levando em conta que a mesma ocorre em cerca de 90% da área tornando-se, pela sua exposição uma opção do ponto de vista hidrogeológico e tendo um valor médio como manancial de água subterrânea, garantindo um suprimento constante.

Em Beneditinos, o meio ambiente apresenta sinais de degradação relacionada à mata virgem, causada pela permanente exploração de madeira. Não há nesse sentido nenhum controle ou fiscalização apesar de ter sido criada uma Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente.

No Município de Beneditinos além da constante exploração da madeira, o desmatamento com exploração agrícola juntamente com as queimadas e a prática da caça ilegal, juntos, representam uma grande ameaça ambiental. Espécies da fauna nativa já não são vistas com facilidade na região. Essa questão, embora relevante, não vem recebendo a devida atenção por parte do poder público local. A falta do esgotamento sanitário esgoto é outro

fator que representa risco não só ambiental, mas para uma má qualidade de vida da população. As águas servidas e pluviais correm “a céu aberto” através de canaletas das vias, formando poças ou desaguando em riachos e na barragem da cidade. Não há áreas de preservação ambiental e as matas ciliares dos córregos, riachos e do rio Poti estão sendo destruídas, fragilizando o ecossistema e ameaçando e comprometendo a preservação desses recursos hídricos.

Os principais cursos de água que banham o **Município de Coivaras** são: o rio Longá, além dos riachos Costelete, Tamanduá e Camurujipe.

Os principais cursos de água que banham o **Município de Curralinhos** são os riachos do Macaco, Fundo e Santa Tereza. (RODRIGUES, 2012).

A rede hidrográfica do **Município de Demerval Lobão**, pertencente à bacia do Parnaíba é constituída pelo rio Poti e seus afluentes, destacando-se os riachos Marimba, Cocos, Mutum e dos Sacos e pelo riacho Macacos.

Além do rio Maratoã, os outros curso de água do **Município de José de Freitas**, são: os riachos São Vicente, São José, Buriti, Caldeirão, Areia Branda, Palmeirinha, Lembrada, e dos Cavalos, o açude Pitombeira e a barragem do Bezerra. (RODRIGUES, 2012).

O **Município de Lagoa Alegre** possui um recurso hídrico natural em suas terras de grande beleza cênica, que é uma lagoa que tem o mesmo nome do Município chamado de Lagoa Alegre e faz parte das lagoas altas, que ficam distantes de outros rios. Outros recursos hídricos encontrados no município são o Riachão e o Poço Redondo. Ambos não são aproveitados como fonte para consumo humano, somente irrigação de lavouras e lazer.

No **Município de Lagoa do Piauí**, além do rio Poti que banha o município, existem os riachos Manimba e o Riachão do Natal, que são utilizados para a irrigação de lavouras de pequeno porte e o lazer. (RODRIGUES, 2012).

Lagoa do Piauí é um município com grande potencial em recursos naturais e ambientais, como o rio Poti, que é o segundo maior rio do Estado do Piauí, riachos perenes e temporários, brejos e olhos d’água. No extrativismo destacam a carnaúba, o coco babaçu, o tucum, o jatobá, o cajuí, o pequi, sementes diversa, talos, cipós e outras. Na área mineral temos o barro argiloso e pedra de britagem.

Todos esses potenciais abrem caminho para a profissionalização e para o empreendedorismo pessoal de forma sustentável, principalmente no meio rural, bem como para o mercado de trabalho, onde ações podem ser implementadas nas áreas da piscicultura, do artesanato, da extração da polpa de frutas, do aproveitamento da madeira, da semente, do tear, do turismo rural e religioso (gruta da Betânia) e outras, as quais podem a vir promover a geração de rendas através da inclusão das famílias locais.

O açude que fica localizado no **Município de Miguel Leão** é subutilizado e pouquíssimo frequentado pela população local.

No **Município de Monsenhor Gil**, os recursos hídricos como o lago chamado Poço Azul, o açude do Monte Alegre, os riachos Barrocão, Melancia e Riachão do Natal são utilizados na irrigação de lavouras, no lazer e diversão e no consumo de animais.

O **Município de Nazária**, por ser vizinho a Teresina também é banhado pelos rios Parnaíba e Poti.

Os principais cursos de água que banham o **Município de Pau D’Arco do Piauí** são: o rio Gameleira e os riachos Camurujipe e Tamanduá. (RODRIGUES, 2012).

Os principais cursos de água que banham o Município de União são: o rio Parnaíba e os riachos dos Cavalos, Tatu, da Raiz e Malhada da Areia.

O recurso hídrico do **Município de Timon** é o rio Parnaíba, seus afluentes e riachos que cortam o município. (RODRIGUES, 2012).

As águas subterrâneas, outro recurso hídrico encontrado de norte a sul do Piauí em abundância, e de acordo com pesquisas realizadas pela SUDENE, o subsolo piauiense contem as maiores reservas de águas do Nordeste. Caso interessante é a fonte localizada no Município de União, que segundo seus moradores, jorra água há mais de quarenta anos ininterruptos. Esta fonte pode ser visualizada na Figura 63.



Figura 63 – Fonte ininterrupta localizada no Município de União
Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2014

Os mananciais hídricos subterrâneos de Teresina e de Nazária também são consideráveis, com excelentes condições de aproveitamento de água, em geral de muito boa qualidade.

A qualidade das águas subterrâneas que abastecem a população piauiense, de acordo com os estudos hidrogeológicos de 12 municípios dos 15 que fazem parte da RIDE, realizado pela Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM), pelo Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento de Água Subterrânea que tem o Piauí dentre os estados contemplados é de boa qualidade.

Nos Municípios de Altos, Beneditinos, Coivaras, a Bacia do Parnaíba é formada por rochas sedimentares com possessão hidrogeológica compondo as formações Poti, Piauí e Pedra de Fogo, sendo que as duas primeiras pela sua litologia apresentam em seus leitos condutas de aquíferos e aquitardes, a Piauí apresenta grande extensão nos municípios com manancial de água subterrânea. Já a formação Pedra de Fogo é formada por rochas impermeáveis com pouco empenho hidrogeológico. (CPRM, 2004).

Nos Municípios de Curralinhos e Demerval Lobão, a Bacia do Parnaíba é formada por rochas sedimentares com possessão hidrogeologica compondo as formações Piauí, Pedra de Fogo e Pastos Bons, as três formações não apresentam características que possam ser aproveitadas tanto para as águas superficiais como para as subterrâneas.

No Município de José de Freitas, a Bacia do Parnaíba é formada por rochas sedimentares e as de coberturas coluvio-eluviais, compondo as formações Pimenteiras e Cabeças. A primeira não apresenta condições hidrogeológica, por apresentar litoogia de pouca permeabilidade. Já a Formação Cabeças tem litologia com boa permeabilidade e porosidade, captando e armazenando em seu aquífero as águas pluviais, formando um manancial de água subterrânea que é encontrado na metade do município. Já as coberturas coluvio-eluviais não apresentam características litológicas que sirvam para acumular água subterrânea. (BRASIL, 2004).

No Município de Lagoa Alegre, a Bacia do Parnaíba é composta por rochas sedimentares nas formações Poti e Piauí com propriedades litológicas que formam um todo hidrogeologico apresentam em seus leitos permeáveis condutas de aquíferos e aquitardes formando manancial de água subterrânea. Quanto aos sedimentos do Grupo Barreiras que aparecem em 40% do município, com características de aquitarde, com baixa permeabilidade que conduz água lentamente. Apesar de não apresentar expressão como aquífero, em alguns locais a água é muito explorada. (BRASIL, 2004).

No Município de Lagoa do Piauí, a Bacia do Parnaíba é composta por rochas sedimentares nas formações Poti, Piauí, Pedra de Fogo e Pastos Bons. As formações Poti e Piauí que ocorrem em 50% do município, com propriedades litológicas que formam um todo hidrogeologico apresentam em seus leitos permeáveis condutas de aquíferos e aquitardes formando manancial de água subterrânea. As Formações Pedra de Fogo e Pastos Bons não são proporcionam valor hidrogeologico, enquanto a primeira é composta por rochas impermeáveis, com camadas argilosas, intercalada de leitos de sílex, a segunda é composta por rochas de pouquíssima permeabilidade e porosidade.

No Município de Miguel Leão, a Bacia do Parnaíba é composta por rochas sedimentares nas formações Pedra de Fogo, Pastos Bons e Corda. As Formações Pedra de Fogo e Pastos Bons não tem valor hidrogeologico, enquanto a primeira é composta por rochas impermeáveis, com camadas argilosas, intercalada de leitos de sílex, a segunda é composta por rochas de pouquíssima permeabilidade e porosidade. A Formação Corda mostra mediano potencial para água subterrânea, por ser composta por folhelhos e siltitos, apesar de ter alto grau de porosidade e permeabilidade, ter boa propriedade como aquífero e ocorrer em 35% do município. (BRASIL, 2004).

No Município de Monsenhor Gil existe dois campos hidrogeológicos, as rochas sedimentares e basaltos da Formação Sardinha. As rochas sedimentares da Bacia do Parnaíba fazem parte das formações Poti, Piauí, Pedra de Fogo e Pastos Bons. As formações Poti e Piauí que ocorrem em 30% do município, com boa propriedade litológica formando um todo hidrogeologico apresentam em seus leitos permeáveis condutas de aquíferos e aquitardes, com valor mediano como manancial de água subterrânea. As Formações Pedra de Fogo e Pastos Bons não tem valor hidrogeologico, enquanto a primeira é composta por rochas impermeáveis, com camadas argilosas, intercalada de leitos de sílex, a segunda é composta por rochas de pouquíssima permeabilidade e porosidade.

No Município de Pau D'Arco do Piauí, a Bacia do Parnaíba é composta por rochas sedimentares nas formações Piauí e Pedra de Fogo. A Formação Piauí que ocorre em 70% do município, com boa propriedade litológica como manancial de água subterrânea. Já a formação Pedra de Fogo é formada por rochas impermeáveis, com camadas argilosas, intercalada de leitos de sílex, com pouco empenho hidrogeológico. (BRASIL, 2004).

No Município de União existem três campos hidrogeológicos as rochas sedimentares da Bacia do Parnaíba, Grupo Barreiras e as aluviões. A Bacia do Parnaíba é formada por rochas sedimentares com possessão hidrogeológica compondo as formações Poti, Piauí e Pedra de Fogo. As formações Poti e Piauí que ocorrem em 80% do município, com boa propriedade litológica formando um todo hidrogeologico apresentam em seus leitos

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

permeáveis condutas de aquíferos e aquíferos, com valor mediano como manancial de água subterrânea. Já a formação Pedra de Fogo é formada por rochas impermeáveis, com camadas argilosas, intercalada de leitos de sílex, com pouco empenho hidrogeológico. O campo constituído pelos sedimentos do Grupo Barreiras, localizado no norte do município apresenta-se com mediana permeabilidade e valor hidrogeológico intrínseco da região, ou seja, o potencial da água subterrânea, apesar de ter atributos de aquífero, por ter baixa permeabilidade aflorando devagar a água, não se caracteriza como aquífero, mas assim mesmo há locais que comercializam esta água. Os aluviões apresentam condições como manancial, com expressivas vazões, mas por se localizarem somente em um local, a noroeste do município, não tem valor como manancial para ser explorado. (BRASIL, 2004).

O Município de Timon, também faz parte da Bacia do rio Parnaíba, considerada a segunda maior bacia sedimentar brasileira. Timon está inserido no percentual dos 80% dos municípios maranhenses que utilizam a água subterrânea, tanto na zona urbana como na zona rural para consumo humano, irrigação de lavouras de pequeno porte, ajudando a incrementar o desenvolvimento socioeconômico maranhense. A Bacia do Parnaíba é composta por rochas sedimentares nas formações Corda, que litologicamente é constituída de arenitos finos e médios, não sendo economicamente viável para a exploração de água subterrânea. As formações Poti, Piauí e Cabeças também não são viáveis economicamente. (SANTOS, 2013).

Na pesquisa do Projeto de Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea Diagnóstico dos Municípios do Estado do Piauí foram registrados também vários pontos de água, como mostra o Quadro 4, denominados: poços tubulares públicos e particulares, poços escavados (cacimba ou amazonas) e fontes naturais. Dentre estes reservatórios, no ano de 2004, período que ocorreu a pesquisa foram encontrados poços em funcionamento, parados, sem ter sido instalados e abandonados.

MUNICÍPIOS	POÇO TUBULAR PÚBLICO	POÇO TUBULAR PARTICULAR	POÇOS ESCAVADOS (CACIMBA OU AMAZONAS)	FONTE NATURAL	TOTAL
Altos	57	429	03	-	489
Beneditinos	39	71	-	-	110
Coivaras	23	109	-	-	132
Curralinhos	26	19	04	01	50
Demerval Lobão	24	76	01	01	102
José de Freitas	125	790	04	-	915
Lagoa Alegre	59	168	-	-	227
Lagoa do Piauí	30	58	-	-	88
Miguel Leão	15	8	01	-	24
Monsenhor Gil	53	33	-	01	87
Pau D'Arco do Piauí	13	37	06	-	56
União	150	444	07	01	602

Quadro 4 – Pontos de Água de 12 Municípios que compõem a RIDE Grande Teresina

Fonte: CODEVASF, 2013

O **aproveitamento do recurso hídrico** está ligado diretamente à qualidade da água que pode ser caracterizada por meio de parâmetros físicos, químicos e bacteriológicos. Esta avaliação mostra o nível de poluição a que está sendo submetida a água e seus impactos negativos como, por exemplo, o desenvolvimento de algas, a diminuição da população de peixes e a redução das concentrações de oxigênio dissolvido. Quando é comprovada a pouca qualidade da água, se faz necessário um plano de prevenção e recuperação

ambiental de fontes aquíferas expostas à poluição e/ou contaminação hídrica, a fim de evitar o desequilíbrio ecológico levando em consideração o seu uso e as fontes de poluição.

A **preservação e o aproveitamento dos recursos hídricos** que fazem parte dos municípios que compõem a RIDE Grande Teresina, não são diferentes do resto nacional, pois de acordo com pesquisas realizadas, no Brasil, somente 10% da água é consumida no abastecimento urbano, enquanto que 69% desta água é usada na agricultura. Outro agravante constatado *in loco* nos municípios é que os recursos hídricos localizados nos mesmos não estão sendo preservados e poucos são os que estão sendo aproveitados, pois estes recursos hídricos estão sendo agredidos em sua grande maioria pela desordenada ocupação humana.

Em Teresina existem órgãos tanto da esfera federal, como da estadual e municipal que tem a autoridade de **fiscalizar e regularizar a água** que é utilizada na capital piauiense como nos demais municípios do estado. Dentre eles citamos: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA); Ministério Público Federal e Estadual; Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMAR); Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA); Águas e Esgotos do Piauí S.A. (AGESPISA), que é a empresa responsável pela captação, tratamento e a distribuição da água e pelo sistema sanitário da capital e demais municípios.

Os **recursos hídricos** do Município de Teresina são usados para abastecer na zona urbana, as residências e o pequeno parque industrial; na zona rural, abastece de água a população rural e os animais, é usado também na navegação, pesca, geração de energia elétrica, ainda que pouco explorada, e como lazer e recreação.

Em Teresina, apesar de não haver um grande polo industrial, não existem políticas de **preservação** das fontes aquíferas tanto as de superfície como para as águas subterrâneas. O que muito se tem observado são **degradações ambientais** ocorrendo por causa da grande concentração populacional que a capital piauiense apresenta. Com relação ao **rio Parnaíba e Poti**, os rios que cortam Teresina, eles são os que mais exibem fragilidades, como a erosão que pode ser vista nas proximidades dos seus cursos e nos locais de relevo acidentado.

Os principais motivos da **erosão** que está ocorrendo nos rios de Teresina são: o desmatamento das margens ribeirinhas, a ocupação indevida das áreas de risco, a desagregação dos solos, a pavimentação inadequada em alguns trechos do município, o assoreamento dos rios e as enchentes. (RODRIGUES, 2012).

O **assoreamento** do rio Parnaíba está ocorrendo pela intensificação da erosão em suas margens, pela falta da vegetação nativa que também foi destruída pela mão do homem; pela poluição dos rios com o lixo urbano e pela lavagem dos seixos, que deixam restos que obstruem a passagem da água em seu leito normal, deixando o curso do rio mais raso e alterado.

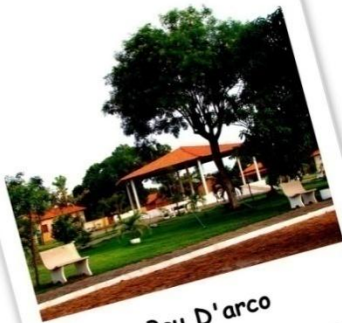
As **enchentes** estão acontecendo com mais frequência, por causa do assoreamento dos rios, uma maior concentração de asfalto nas ruas, impossibilitando a absorção pelo solo das águas pluviais, quando chove intensamente em um curto período de tempo, a ausência de um sistema de drenagem eficaz, juntamente com a ocupação pela população em áreas alagáveis, com risco de erosão e desmoronamentos.

Quando a planta aquática do tipo **aguapé** surge nos rios e nos lagos é o sinal da natureza de que este ambiente está poluído, pois a presença dessa vegetação serve de berço e guarida para os microrganismos que vão combater os agentes poluentes existentes nestas águas.

Um dos fatores que causam a **poluição** nos rios Poti e Parnaíba é o lançamento de dejetos e águas usadas pelos quase 50 esgotos *in natura* encontrados somente na área metropolitana de Teresina, de acordo com o levantamento feito pelo CREA/PI, em 2002, intitulado Carta Náutica do Encontro dos rios Parnaíba e Poti. (RODRIGUES, 2012).

Outro agravante do rio Poti, são as **barragens construídas** em seu curso superior, que ficam no Estado do Ceará, represando desta forma um grande volume de água.

Para que as águas dos rios Parnaíba e Poti voltem a ter boa qualidade para consumo humano, é importante que todos participem, tanto a comunidade, como o poder público e os setores produtivos e usuários das águas. Para tanto é necessário que se conheça de fato a realidade da bacia e se possa pensar em soluções e alternativas visando garantir água e qualidade para todos os usos e manter a vida nos rios, córregos, lagoas, etc.



Pau D'arco



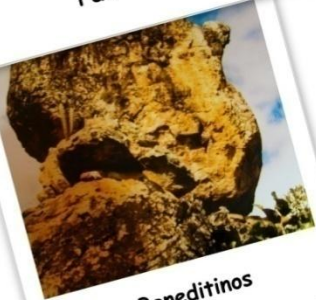
Monsenhor Gil



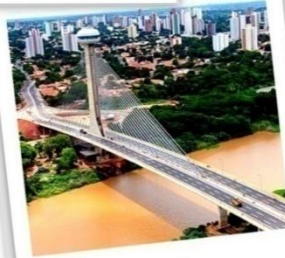
Nazária



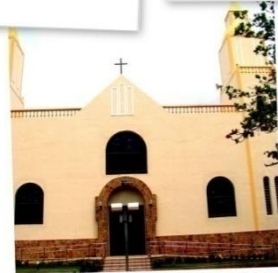
Lagoa do Piauí



Benedittos



Teresina



Altos

Dimensão Econômica, com a Identificação dos Arranjos Produtivos Existentes e Potenciais



União



Curralinhos



Coivaras



Lagoa Alegre



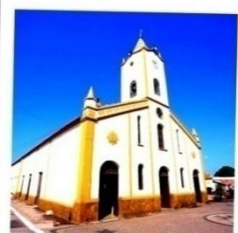
Miguel Leão



Timon



Demerval Lobão



José de Freitas

5 DIMENSÃO ECONÔMICA, COM A IDENTIFICAÇÃO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS EXISTENTES E POTENCIAIS

Neste capítulo serão abordados os **aspectos econômicos** da Região Integrada de Desenvolvimento – RIDE Grande Teresina e os **arranjos produtivos existentes** e os que embora se apresentem com características ainda embrionárias, possuam potencial de desenvolvimento através de motivação pessoal, capacitação e investimentos. O diagnóstico da dimensão econômica permitiu identificar a situação das atividades produtivas nos municípios da RIDE Grande Teresina.

5.1 Análise da Evolução Econômica e Desempenho do PIB no Período Recente

A RIDE Grande Teresina apresenta um Produto Interno Bruto - PIB que chega a R\$ 13,1 bilhões, a região é capitaneada por Teresina, que sozinha compõe 86,8% desse total. Cada um desses destinos pode ser aproveitado de forma integrada, porque possui forte poder de atração. O Quadro 5 mostra o valor do PIB por município, o percentual de participação por município, a população de cada município, a área que ocupa e a quantidade de habitantes.

Municípios	Produto Interno Bruto A Preços Correntes (R\$ 1.000)	Participação No PIB (%)	População	PIB Per Capita (R\$ 1,00)	Área (Km²)	(Hab/Km²)
Altos	171.925	1,3%	38.822	4.404,84	957,65	41
Benedictinos	38.770	0,3%	9.911	3.905,54	788,58	13
Coivaras	16.026	0,1%	3.811	4.171,21	485,49	8
Curralinhos	14.482	0,1%	4.183	3.427,75	345,84	12
Demerval Lobão	49.774	0,4%	13.278	3.731,50	216,80	62
José de Freitas	200.924	1,5%	37.085	5.370,87	1.538,17	24
Lagoa Alegre	29.980	0,2%	8.008	3.702,62	394,66	21
Lagoa do Piauí	47.879	0,4%	3.863	12.301,79	426,63	9
Miguel Leão	9.742	0,1%	1.253	7.824,51	93,51	13
Monsenhor Gil	63.351	0,5%	10.333	6.129,79	568,73	18
Nazária	35.095	0,3%	8.068	4.306,67	363,58	22
Pau D'Arco do Piauí	14.535,29	0,1%	3.757	3.868,86	430,81	9
Teresina	11.403.516	86,8%	814. 230	13.866,75	1.391,98	585
Timon	817.391,54	6,2%	155 460	5.260,06	1.743,24	89
União	227.691,74	1,7%	42.654	5.337,73	1.173,447	36
Total	13.141.083,80	-	1 154 716	-	10.919,19	105,83

Quadro 5 – PIB por Município, o percentual de participação por Município, a população de cada Município, a área que ocupa dos Municípios da RIDE Grande Teresina

Fonte: IBGE-Contas Municipais 2011

5.2 Emprego e Renda

Os dados do Ministério do Trabalho sobre o número de empregos formais em 2011 mostram um total de 254.344 pessoas ocupadas em Teresina (64,6% do total do Estado), com destaque para o setor de serviços (34,4%), administração pública (28,5%) e comércio

(17,9%). Quando se analisa por gênero, 58,8% são homens e 41,2% mulheres. Verifica-se que 12,0% do total estão na faixa etária de 18 a 24 anos.

Em 2000 em Teresina existiam 124.382 pessoas empregadas - isto representava 60,4% do total de empregados no Estado. Os setores mais representativos eram da administração pública (34,0%), serviços (27,4%) e comércio (17,2%). Verifica-se neste período um aumento de 104,5% do pessoal empregado, tendo como setores mais representativos o de serviços e o da construção civil com acréscimo de 156,6% e 140,6%, respectivamente. (MINISTÉRIO DO TRABALHO, CAGED, IBGE, 2010).

Quanto à remuneração média de pessoas empregadas em 2011, destacam-se os trabalhadores dos serviços industriais, com valor de R\$ 4.210,28, enquanto a menor está na indústria de transformação com R\$ 837,00.

A taxa de ocupação da População Economicamente Ativa – PEA, 2010, em Teresina, cresceu de 83,17%, em 2000, para 90,22% em 2011. A parcela da população desocupada e/ou trabalhando na informalidade, em 2000, era de 315.738 pessoas. Embora com um aumento populacional de 764.866 pessoas em 2000 para 806.026 pessoas em 2010, representando um aumento de 5,38%, o número de pessoas na informalidade e desocupadas praticamente se manteve em 2010. Esse número, em 2011, subiu para 396.724, o que se justifica pelo aumento da população.

Quanto a escolaridade (nível superior) da população ocupada, em 2000, era de 12,0%, no ano de 2011 passou para 27,7%.

5.3 Investimentos Realizados nos Arranjos Produtivos Locais

Arranjo Produtivo Local - APL é caracterizado por ter um número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante, que compartilhem formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança e podendo incluir pequenas, médias e grandes empresas.

Reconhecendo a importância dos APLs no desenvolvimento econômico e social do país, a CODEVASF tem identificado linhas de ação que visam à exploração das potencialidades e vocações regionais, organização dos processos produtivos e de comercialização, valorização do capital humano e da governança local.

Para a implementação dos projetos que concretizem o apoio efetivo aos APLs, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales dos rios São Francisco e Parnaíba - CODEVASF, conta com recursos orçamentários próprios e, também, com a parceria dos Ministérios da Integração Nacional, da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca e Aquicultura, além de outras que encontram-se em estudo. Para execução das ações nos territórios a Empresa atua diretamente por meio das Superintendências Regionais ou em parceria com instituições públicas e privadas, como governos estaduais, prefeituras, ONGs, empresas de pesquisa e extensão rural, organizações de produtores e fundações.

A CODEVASF em 2006, dentro do plano de ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do rio Parnaíba – PLANAP elaborou diagnóstico das potencialidades produtivas do Município de Timon, escritas no RELATÓRIO DOS PROJETOS TÉCNICOS PRODUTIVOS DO TERRITÓRIO ENTRE RIOS.

No Quadro 6 pode ser visualizado um resumo dos investimentos públicos e privados realizados na RIDE Grande Teresina e o recurso que foi destinado pelos órgãos públicos.

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

INVESTIMENTO	RECURSO (R\$)	PÚBLICO	PRIVADO
Cajucultura, Apicultura, Horticultura, Floricultura, Mandiocultura, Ovino-Caprinocultura, Piscicultura, Irrigação, Fruticultura e Agroindústria,	10.000.000,00	Ministério da Integração Nacional	-
Polo Empresarial de Timon (MA) – Parque Industrial de Timon	10 milhões	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	-
Incentivos Fiscais	324.478.062,00	Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Teresina	-
Shopping Jardins	Construção	-	X
Shopping Rio Poti	Construção	-	X
Cocais Shopping	Construção	-	X
Teresina Shopping	Ampliação	-	X
Centro Comercial Pintos	Em funcionamento	-	X
Shopping Auto Mall	Construção	-	X
Casa de Eventos – Teresina	Construção	-	X
Comercial Carvalho – Mercado Atacado	Em funcionamento	-	X
Supermercado Extra – Teresina	Em funcionamento	-	X
Supermercado Hiper Bompreço – Teresina	Em funcionamento	-	X
Supermercado Makro Atacado - Teresina	Em funcionamento	-	X
Supermercado Atacadão - Teresina	Em funcionamento	-	X
Supermercado – Maxi Atacado - Teresina	Em funcionamento	-	X

Quadro 6 – Resumos dos investimentos realizados na RIDE Grande Teresina

Fonte: Prefeitura de Teresina, 2013

5.4 Investimentos Públicos realizados na RIDE Grande Teresina

Para fixar o homem no campo, gerar emprego e renda o Ministério da Integração disponibilizou para RIDE Grande Teresina recursos na ordem de R\$ 10.000.000,00, para o apoio dos Arranjos Produtivos Locais – APLs, nas atividades de Cajucultura, Apicultura, Horticultura, Floricultura, Mandiocultura, Ovino-Caprinocultura, Piscicultura, Irrigação, Fruticultura e Agroindústria, com a distribuição dos recursos, para cada município, como mostra o Quadro 7.

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

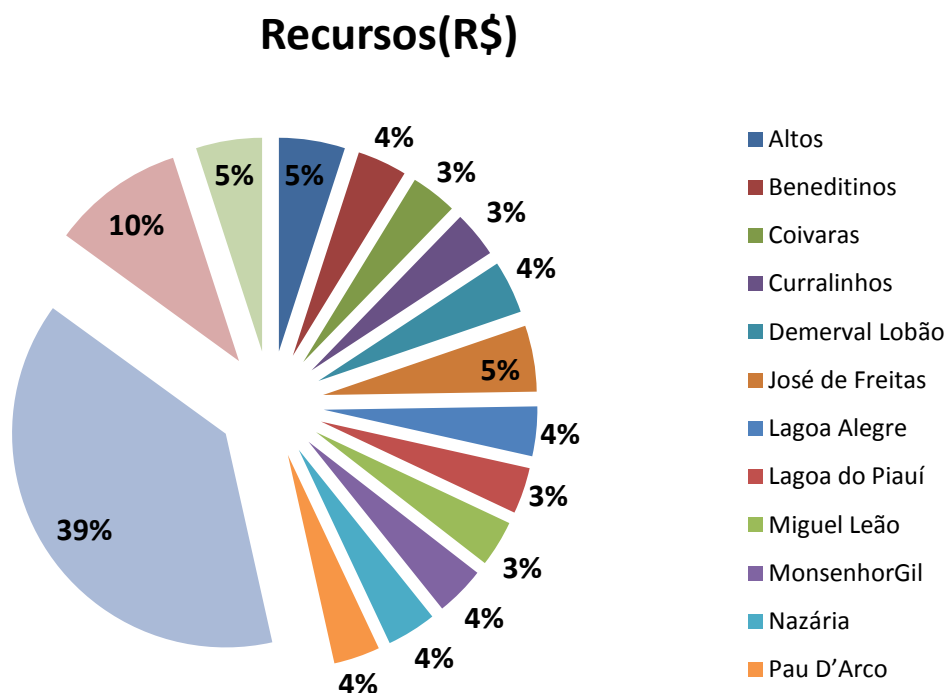
MUNICÍPIO	AÇÃO	RECURSOS (R\$)
Altos	Apoio a Agricultura Familiar	500.000,00
Benedictinos	Apoio a Agricultura Familiar	375.000,00
Coivaras	Apoio a Agricultura Familiar	350.000,00
Curralinhos	Apoio a Agricultura Familiar	350.000,00
Demerval Lobão	Apoio a Agricultura Familiar	400.000,00
José de Freitas	Apoio a Agricultura Familiar	500.000,00
Lagoa Alegre	Apoio a Agricultura Familiar	375.000,00
Lagoa do Piauí	Apoio a Agricultura Familiar	350.000,00
Miguel Leão	Apoio a Agricultura Familiar	350.000,00
Monsenhor Gil	Apoio a Agricultura Familiar	375.000,00
Nazária	Apoio a Agricultura Familiar	375.000,00
Pau D'Arco do Piauí	Apoio a Agricultura Familiar	350.000,00
Teresina	Apoio a Agricultura Familiar	3.850.000,00
Timon (MA)	Apoio a Agricultura Familiar	1.000.000,00
União	Apoio a Agricultura Familiar	500.000,00
TOTAL	-	10.000.000,00

Quadro 7 – Programa Arranjos Produtivos Locais para a RIDE Grande Teresina

Fonte: Ministério da Integração Nacional - MTE, 2013

O Gráfico 1 mostra o percentual de investimentos feitos pelo Ministério da Integração Nacional nos municípios da RIDE Grande Teresina, destacam-se os Municípios de Teresina com 39,0% do recurso e o Município de Timon no Maranhão com um total de 10,0% do recurso investido.

Gráfico 1 - Percentual de investimentos feitos pelo Ministério da Integração Nacional nos Municípios da RIDE Grande Teresina



Fonte: Ministério da Integração Nacional - MTE, 2013

5.5 Polo Empresarial de Timon (Ma) – Parque Industrial de Timon

Serão investidos em torno de R\$ 10 milhões, através de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para a implantação do **Parque Industrial de Timon** será construído em forma de condomínio, com pavimentação especial, eletrificação, água, acesso a internet de alta velocidade, centro administrativo, com salas para capacitação, bancos e salas de serviços de utilidade pública para os empresários e central de segurança, por vídeo monitoramento.

As Indústrias captadas para se instalarem no Polo Empresarial de Timon (MA) receberão benefícios e Incentivos Fiscais como doação de terrenos, isenção de impostos e taxas, fornecidos pelos Governos do Estado e Município. O Polo será implantado no ano de 2014, próximo a BR 316 e a expectativa inicial é a geração de 3.000 empregos. A Figura X mostra o Lançamento do Polo Empresarial de Timon (MA).



Figura 64 - Lançamento do Polo Empresarial de Timon (MA)

Fonte: Prefeitura do Município de Timon (MA), 2013

5.6 Incentivos e Benefícios Fiscais para os municípios da RIDE Grande Teresina

Na RIDE Grande Teresina, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Teresina, adotaram no ano de 2013, uma política agressiva para captação de novas empresas para investirem na região, com o objetivo da geração de emprego e renda. Os destaques são a empresa de Call Center Vikestar, a Indústria de embalagens de Cerveja e Refrigerantes e o Laboratório Sobral, com 100 anos de existência. A captação está gerando, imediatamente a criação de mais de 8.000 postos de trabalhos e investimento no consórcio de, aproximadamente, 324 Milhões de Reais, conforme mostra os Quadros 8 e 9.

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS /BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA
ICMS	Anistia, Isenção, Remissão e Regimes Especiais	Agroindústria	58.981
		Indústria	88.472
		Comércio	147.453
IPVA	Anistia, Isenção, Remissão	Subtotal	294.906
		Contribuintes Diversos	5.565
TOTAL			300.471

Quadro 8 – Estimativa e Compensação da Renúncia da Receita – 2013

Fonte: SEFAZ/NEEFI/Sistema Integrado de Administração Tributária - SIAT

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

Gerências Regionais de Atendimento - GERATs	ISENÇÕES E OUTROS 2013 (A)	ARRECADAÇÃO 2013 (b)	C=(A/B)%
1º Parnaíba	18.189.120,97	51.781.840,42	35,13
2º Campo Maior	136.551,32	17.157.094,74	0,80
3º Teresina	259.080.054,74	1.290.449.680,61	20,08
4º Oeiras	589.585,98	16.244.288,13	3,63
5º Floriano	6.772.275,46	35.339.280,22	19,16
6º Picos	3.294.404,65	69.870.457,92	4,72
7º São Raimundo Nonato	783.322,79	16.271.144,17	4,81
8º Corrente	979.282,60	21.274.458,59	4,60
9º Piripiri	3.874.066,02	25.415.518,66	15,24
10º Uruçuí	6.772.275,46	19.333.954,92	35,03
Substituição Tributária		872.414.974,63	
TOTAL		2.435.552.693,00	12,34

Quadro 9 – Demonstrativo do Efeito das Isenções e outros Benefícios Fiscais sobre as Receitas (ICMS e IPVA) por Gerência de Atendimento

Fonte: SEFAZ/PI – Núcleo de Estudos Econômicos Fiscais

5.7 Lei de Incentivos Fiscais

O Governo do Estado do Piauí conta com a nova lei de incentivos fiscais 6146/2011. O texto foi atualizado em junho de 2012 e tem como objetivo principal oferecer vantagens para indústrias e agroindústrias, que queiram se instalar no Estado do Piauí, oferecendo deferimento de créditos presumidos. Terão direito a este crédito, por 20 anos, as empresas que contratem 500 empregados, com direito a 100% nos primeiros dez anos e 50% nos cinco anos seguintes e 60% nos últimos cinco anos.

A excepcionalidade da lei se aplica as empresas que operam com energia e as que estão sujeitas a substituição tributária. A nova lei também criou o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Piauí - FUNDIPI.

O Piauí conseguiu, nos últimos anos, atrair novas empresas graças à modernização da **Lei de Incentivos Fiscais e investimentos do Governo para a melhoria da infraestrutura**. De acordo com relatório do Conselho do Desenvolvimento Industrial do Estado do Piauí CODIN, divulgado em setembro de 2013, o Governo do Estado incentivou, num intervalo de dois anos (2012 e 2013), um total de 48 empresas, que somam investimentos de cerca de R\$ 372,36 milhões. Graças às novas empresas que receberam o incentivo no Piauí, a arrecadação pulou de R\$140 milhões em 2012, para R\$250 milhões em 2013.

O Estado do Piauí prevê em lei a dispensa do ICMS para empreendimentos industriais e agroindustriais considerados prioritários para o estado, tais como: indústrias de calçados, bolsas, cintos e artigos de vestuário, que utilizam couro e peles de origem animal e indústrias que processem ou transformem o Mel de abelhas e seus derivados. A Lei dos Incentivos Fiscais do Estado do Piauí, até o ano de 2013, já incentivou inúmeras agroindústrias, indústrias e comércios, com a anistia, isenção remissão e regime especiais, atingindo valores em torno de 295 milhões de reais (LOA-2014-SEPLAN-PI). As Figuras 65, 66 e 67 mostram um exemplo das empresas que receberam o Incentivo Fiscal.



Figura 65 - COMVAP – Grupo Olho D'Água – Agroindústria Açúcar e Alcool – Incentivada – Teresina (PI)
Fonte: SEMPLAN- RIDE Grande Teresina, 2014



Figura 66 - Distrito Industrial – Governo do Estado do Piauí – Teresina (PI)
Fonte: SEMPLAN- RIDE Grande Teresina, 2014



Figura 67 - CLW – indústria de Tintas – Incentivada – Demerval Lobão (PI)
Fonte: SEMPLAN- RIDE Grande Teresina, 2014

A Lei Estadual nº 6.104, trata sobre a anistia de dívidas de Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, da regularização de veículos junto ao Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-PI. O Incentivo Fiscal beneficiou diversos proprietários de veículos e motocicletas, com anistia, isenção e remissão, chegando a ordem 5,6 milhões de reais (LOA-2014 SEPLAN (PI)).

A Figura 68 mostra o DETRAN do Município de Teresina e o Quadro 10 mostra o Demonstrativo Anual de Empresas contempladas com Benefícios e Incentivos Fiscais - Ano 2013.

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO



Figura 68 - DETRAN-PI – Incentivo IPVA – Teresina (PI)
 Fonte: SEMPLAN- RIDE Grande Teresina, 2014

EMPRESAS SOLICITANTES	Nº de Decreto de concessão	BENEFÍCIOS E INCENTIVOS FISCAIS	INVESTIMENTO R\$	EMPREGOS (diretos)
I. CONCEDIDOS*		18	324.478.062,00	8.113
POLO EMPRESARIAL SUL		14	70.266.073,00	1.301
LEJAN - INDÚSTRIA DE TRANSFORMADORES LTDA	13.518	AMPLIAÇÃO DE ÁREA	2.338.000,00	63
MASSA FINAALIMENTOS LTDA	13.517	AMPLIAÇÃO DE ÁREA	2.536.900,00	112
BELGO CERCAS & CIA TERESINA	13.516	IMPLANTAÇÃO	2.506.335,00	66
AGROLESTE RAÇÕES, NUTRIÇÕES DE ANIMAIS LTDA	13.624	IMPLANTAÇÃO	1.981.897,00	53
VIP ARTEFATOS DE PAPEL LTDA-ME	13.626	IMPLANTAÇÃO	560.000,00	56
LABORATÓRIO SOBRAL	13.627	IMPLANTAÇÃO	45.000.000,00	500
MAX COMUNICAÇÃO	13.325	IMPLANTAÇÃO	1.000.000,00	99
CEVAP	13.667	IMPLANTAÇÃO	2.500.000,00	43
LJA	13.666	IMPLANTAÇÃO	1.515.190,00	43
ENERGY	13.117	IMPLANTAÇÃO	1.566.000,00	44
NAKOL	13.509	IMPLANTAÇÃO	800.000,00	50
FRIOSINA LATICÍNIOS LTDA	13.238	IMPLANTAÇÃO	1.113.000,00	53
ARCO ARTEFATOS	13.508	IMPLANTAÇÃO	455.751,00	50
YKASA PARTICIPAÇÕES LTDA	13.684	ISENÇÃO DE ISSQN	6.393.000,00	69
POLO EMPRESARIAL NORTE		1	200.000.000,00	101
CROWN-ARUMÃ PRODUTORA DE EMBALAGENS DO SE	13.156	IMPLANTAÇÃO	200.000.000,00	101
FORA DOS POLOS EMPRESARIAIS		3	54.211.989,00	6.711
TERESINA EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS	13.013	COMPLEM. DE PRAZO DE INCENTIVOS	511.989,00	119
VIKSTAR (TELE ATENDIMENTO)	13.590	IMPLANTAÇÃO	33.700.000,00	6.500
EUROPA INVESTIMENTOS LTDA	13.266	INCENTIVOS FISCAIS	20.000.000,00	92

Quadro 10 - Demonstrativo Anual de Empresas Contempladas com Benefícios e Incentivos Fiscais - Ano 2013

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo SEMDEC, 2013

Para a atração de investimentos nos setores industrial, comercial e de Serviço, exclusivamente para implantação de hotéis, a Prefeitura Municipal de Teresina, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo - SEMDEC, tem a Lei dos Incentivos Fiscais nº 2.528/97, que dispõe sobre a política de incentivos e benefícios. A Prefeitura de Teresina, além promover a isenção total dos tributos, com o prazo de até 10 anos, faz doação de terrenos com infraestrutura. Atualmente a Prefeitura de Teresina tem dois Polos para implantação desses empreendimentos:

Polo Empresarial Sul: localizado no KM 13 da BR 316, tem 209 lotes para implantação de indústria, agroindústrias, empresas atacadistas e logística, inclusive o Porto Seco do Governo do Estado do Piauí.



Figura 69 - Indústria de Beneficiamento de Café Amigão – Incentivada –Teresina (PI)
Fonte: SEMPLAN – SEMDEC, 2014

Polo Empresarial Norte: criado pela Lei nº 3.492/2006, localizado na Zona Rural Norte de Teresina, com área 200 há, dividido em 134 lotes, com estruturação em andamento, pode ser visualizado na Figura 70.



Figura 70 - Indústria de Embalagens CROW – Implantação Polo Empresarial Norte – Teresina (PI)
Fonte: SEMPLAN – SEMDEC, 2014

Fora dos Polos Empresariais: recebem os mesmos Incentivos e Benefícios da Lei 2.528/97 e podem ser visto na Figura 71 e 72.



Figura 71 - Indústria logurte FRIOSINA – Incentivada – Teresina (PI)
Fonte: SEMPLAN – SEMDEC, 2014



Figura 72 - Gran Hotel Arrey – Incentivado – Teresina (PI)
Fonte: SEMPLAN – SEMDEC, 2014

O Setor de Telemarketing e Call Center visualizado na Figura 73 construído para atração desses empreendimentos a Prefeitura Municipal de Teresina tem a Lei nº 4.410/2013, que concede, também, Incentivos e Benefícios Fiscais, com prazo de 10 anos, renovável, por mais 10 anos.



Figura 73 - Call Center Vikstar – Incentivada – Teresina (PI)
Fonte: SEMPLAN – SEMDEC, 2014

5.8 Investimentos Privados realizados na RIDE Grande Teresina

Na atividade econômica, Teresina viveu muitos momentos diferentes nestes primeiros anos do século, em função de muitos investimentos privados. Grandes grupos de empresas nacionais, aqui, aplicaram os seus recursos destacando-se as atividades varejistas e atacadistas no ramo de supermercados. Quase que simultaneamente foram criadas grandes unidades mercantis, gerando centenas de ocupações. Outros empreendimentos que se estabeleceram em Teresina foram filiais e franquias de marcas de renome e de grifes nacionalmente conhecidas. Outra atividade foi o ramo de revendas de veículos de variadas procedências, lojas de eletrodomésticos, vestuários, calçados, alimentação, perfumarias e medicamentos. Estes novos investimentos passaram a ofertar serviços diferenciados, acrescentaram outras oportunidades de emprego e deram um impulso na economia local. Por outro lado, afetaram fortemente os pequenos negócios e as atividades mais tradicionais da cidade, provocando um rearranjo da economia teresinense, com constantes mudanças e adaptações.

O Setor Privado Também vem realizando investimentos no comércio atacadista, varejista e de eventos. Na RIDE Grande Teresina, o destaque foi para investimentos nos segmentos Shopping Center e do Automóvel, Supermercados de Varejo e Atacado e Construção de Centro de Eventos, aporte de recursos na ordem de 2,5 bilhões de reais e previsão de geração de empregos diretos de aproximadamente 25 a 30 mil, que desde a década passada proporcionam uma nova dinâmica econômica e pelas suas magnitudes exercem influência na estrutura urbana da cidade.

Shopping Jardins - Ficará localizado na zona leste de Teresina com 346 lojas, 2 âncoras, 4 cinemas, praça de alimentação, praça de brinquedos, espaço saúde para consultórios e laboratórios, um Office Center com conjuntos de salas, e seu projeto tem um estacionamento com 1.450 vagas, pode ser visualizado na Figura 74.



Figura 74 - Shopping Jardins – Teresina
Fonte: RIDE Grande Teresina, 2013

Shopping Rio Poti - Com previsão de inauguração para outubro de 2014, terá em sua estrutura um hotel, um centro empresarial, cinco torres comerciais, um condomínio com 20 prédios residenciais, área de lazer, reserva cultural e ambiental, ciclovias, pista de Cooper, galeria de arte, pinacoteca e biblioteca. O shopping é mostrado na Figura 75.



Figura 75 - Shopping Rio Poti
Fonte: RIDE Grande Teresina, 2013

Cocais Shopping - Terá 270 lojas, entre elas, lojas âncoras, praça de alimentação, cinema, praça de eventos, espaços para bancos e para brinquedos e estacionamento com capacidade para mais de 1000 vagas, considerando as áreas do complexo, visto na Figura 76.



Figura 76 - Shopping dos Cocais – Timon (MA)
Fonte: RIDE Grande Teresina, 2013

Teresina Shopping - A ampliação está dividida em duas etapas, que quando concluídas, colocará o Shopping como um dos maiores shoppings do País, apresentando 384 lojas satélites, cinco lojas âncoras e duas mega lojas, uma praça de alimentação com 16 lojas; edifício garagem com 2.400 vagas de estacionamento, mostrado na Figura 77.



Figura 77 - Teresina Shopping – Ampliação
Fonte: RIDE Grande Teresina, 2013

As Figuras 78 a 88 mostram os principais investimentos em Supermercados de Varejo e Atacado e Construção de Centro de Eventos, que estão sendo realizados nos municípios da RIDE Grande Teresina.



Figura 78 - Centro Comercial Pintos – Teresina

Fonte: RIDE Grande Teresina, 2013



Figura 79 - Shopping Auto Mall – Teresina

Fonte: RIDE Grande Teresina, 2013



Figura 80 - Comercial Carvalho – Mercado Atacado

Fonte: RIDE Grande Teresina, 2013



Figura 81 - Supermercado Extra – Teresina

Fonte: RIDE Grande Teresina, 2013



Figura 82 - Supermercado Hiper bompreço –Teresina
Fonte: RIDE Grande Teresina, 2013



Figura 83 - Supermercado Makro Atacado – Teresina
Fonte: RIDE Grande Teresina, 2013



Figura 84 - Centro Comercial Pintos – Teresina
Fonte: RIDE Grande Teresina, 2013



Figura 85 - Shopping Auto Mall – Teresina
Fonte: RIDE Grande Teresina, 2013



Figura 86 - Supermercado Atacadão – Teresina

Fonte: RIDE Grande Teresina, 2013



Figura 87 - Supermercado – Maxi Atacado – Teresina

Fonte: RIDE Grande Teresina, 2013



Figura 88 - Casa de Eventos – Teresina

Fonte: RIDE Grande Teresina, 2013

5.9 Arranjos Produtivos Locais

Os Arranjos Produtivos Locais - APLs, têm sido pautados como ferramentas para o desenvolvimento econômico e social da RIDE Grande Teresina. A aglomeração de empresas localizadas em uma região gera uma importante interação através de ação conjunta entre essas empresas, gerando emprego e renda, economia de escala, beneficiando a população local e flutuante. Na RIDE Grande Teresina os principais Arranjos Produtivos Locais - APLs identificados são: Polo de Saúde, Polo de Educação, Polo de Negócios, o Polo de Artesanato e o Polo de Turismo.

5.9.1 Arranjo Produtivo Local – Polo de Saúde

O Polo de Saúde de Teresina se desenvolveu ao redor do Hospital Getúlio Vargas, o maior hospital público do Estado, inaugurado em 1941. Ampliado e modernizado ao longo de seus quase 70 anos, hoje é um complexo hospitalar atendendo as mais diversas especialidades, sendo utilizado como hospital de ensino pelas Universidades Estadual do Piauí – UESPI e Universidade Federal do Piauí – UFPI.



Figura 89 – Polo de Saúde – Teresina

Fonte: SEMPLAN – RIDE Grande Teresina

Outras unidades públicas em destaque são: a Maternidade Evangelina Rosa, o Instituto de Doenças Tropicais Nathan Portela, o Hospital Infantil Lucídio Portela e o Centro Integrado Lineu Araújo, Hospital Areolino de Abreu (Hospital Psiquiátrico) e o Hospital de Urgência de Teresina – HUT. Atualmente no Polo de Saúde existem, em torno de, 677 unidades, para atender a demanda da RIDE Grande Teresina, sendo entidades públicas, privadas e filantrópicas.

O **Polo de Saúde** é atualmente um dos **principais arranjos econômicos** da RIDE Grande Teresina. As atividades desenvolvidas em torno do Polo de Saúde tem sido bastante diversificadas e gerando muitos empregos e renda. Em torno 15.000, sendo 7.600 funcionários estão vinculados ao Polo de Saúde, em diversas categorias.

Esses profissionais atuam em 505 unidades diretas (hospitais, clínicas médicas e de diagnósticos, consultórios médicos e odontológicos, hospitais, maternidades, laboratórios, ambulatorios e banco de sangue) e 262 unidades indiretas (plano de saúde, faculdades de saúde, comércio de equipamentos médico-hospitalares, unidade de assistência social, comércio de alimentos, comércio de medicamentos, pensões/hotéis, previdência pública e indústrias de medicamentos e materiais médico/hospitalares. Estes dados podem ser visualizados no Quadro 11.

Essa estrutura aliada ao preço competitivo, movimenta um elevado contingente de pessoas que se deslocam dos Estados do interior do Piauí, Ceará, Maranhão, Pará, Amapá, Tocantins em busca de assistência médico-hospitalar.

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR TIPO DE PRESTADOR SEGUNDO TIPO DE ESTABELECIMENTO					
Município de Teresina – PI					
Tipo de Estabelecimento	Público	Filantropico	Privado	Sindicato	Total
Central de Regulação de Serviços de Saúde	03	-	-	-	03
Centro de Atenção Hemoterapia e ou Hematológica	01	-	-	-	01
Centro de Atenção Psicossocial	04	-	-	-	04
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	75	-	02	-	77
Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	02	01	116	-	119
Consultório Isolado	04	-	280	01	285
Cooperativa	-	-	05	-	05
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	01	-	-	-	01
Hospital Especializado	03	-	15	-	18
Hospital Geral	07	02	08	-	17
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	01	-	-	-	01
Policlínica	02	03	12	-	17
Posto de Saúde	02	02	-	-	04
Pronto Socorro Especializado	-	-	02	-	02
Pronto Socorro Geral	01	-	02	-	03
Secretaria de Saúde	03	-	-	-	03
Unidade Mista -24h: atenção básica, internação/urgência	07	-	-	-	07
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	04	01	101	-	106
Unidade de Vigilância em Saúde	01	-	-	-	01
Unidade Móvel Pré Hospitalar Urgência/Emergência	01	-	-	-	01
Unidade Móvel Terrestre	-	-	01	-	01
Unidade Móvel Aérea	01	-	-	-	01
Total	123	09	544	01	677

Quadro 11 – Número de Estabelecimento por Tipo de Prestador Segundo o Tipo de Estabelecimento

Fonte: Ministério da Saúde - CNES, 2013

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

RECURSOS HUMANOS (VÍNCULOS) SEGUNDO CATEGORIAS SELECIONADAS					
Município de Teresina – PI					
Dez/2009					
Categoria	Total	Atende ao SUS	Não atende ao SUS	Prof/1.000 hab	Prof SUS/1.000 hab
Médicos	4.3811	3.697	684	5,5	4,6
.Anestesista	247	220	27	0,3	0,3
Cirurgião Geral	295	258	37	0,4	0,3
Clínico Geral	760	714	46	0,9	0,9
Ginecologista Obstetra	372	293	79	0,5	0,4
Médico de Família	241	240	1	0,3	0,3
Pediatra	316	267	49	0,4	0,3
Psiquiatra	72	65	7	0,1	0,1
Radiologista	199	141	58	0,2	0,2
Cirurgião dentista	611	463	148	0,8	0,6
Enfermeiro	821	787	34	1,0	1,0
Fisioterapeuta	282	203	79	0,4	0,3
Fonoaudiólogo	86	52	34	0,1	0,1
Nutricionista	141	123	18	0,2	0,2
Farmacêutico	247	213	34	0,3	0,3
Assistente social	120	117	3	0,1	0,1
Psicólogo	153	89	64	0,2	0,1
Auxiliar de Enfermagem	1.362	1.225	137	1,7	1,5
Técnico de Enfermagem	1.262	1.117	145	1,6	1,4

Quadro 12 – Número de Profissionais por Tipo de Categoria no Município de Teresina

Fonte: Ministério da Saúde -CNES, 2013

O Quadro 13 mostra os recursos movimentados no Polo de Saúde de Teresina. Os recursos foram aplicados com pessoal, receitas e com transferência do sistema de saúde (SUS).

RECURSOS MOVIMENTADOS	
Despesa Total com a Saúde	R\$ 412.000.000,00
Despesa com Pessoal	R\$ 188.000.000,00
Total	R\$ 600.000.000,00
Receitas Impostos/Transferências Constitucionais Legais	R\$ 562.000.000,00
Transferências Sistema Único de Saúde (SUS)	R\$ 254.000.000,00
Total	R\$ 816.000.000,00

Quadro 13 - Recursos Movimentados - Polo de Saúde do Município de Teresina

Fonte: SIOPS, 2013

O Quadro 14 mostra o número de internações realizadas no Polo de Saúde do Município de Teresina.

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

ESPECIALIDADE	NÚMERO DE INTERNAÇÕES	%	VALOR TOTAL R\$
Clínica cirúrgica	31.159	34,9	40.379.624,86
Obstetrícia	18.534	20,7	10.797.668,42
Clínica médica	25.820	28,9	15.056.179,35
Cuidados prolongados (crônicos)	-	-	-
Psiquiatria	3.870	4,3	5.115.506,65
Pneumologia sanitária (tisiologia)	150	0,2	110.999,00
Pediatria	9.495	10,6	7.521.386,92
Saúde mental - hospital-dia	329	0,4	205.701,04
Total	89.357	100,0	79.187.066,24

Quadro 14 - Número de Internações Realizadas no Polo de Saúde do Município de Teresina

Fonte: SIH/SUS, 2013

Para atender a demanda por hospedagem dos pacientes que chegam do interior e dos demais Estados, existem em torno de 400 unidades de hospedagem do tipo pensão e, ainda, 135 ambulantes movimentando a economia informal, colocando a disposição da população todo tipo de produto, dentre eles: roupas, calçados, acessórios, alimentos e outros.



Figura 90 - Ambulantes do Polo de Saúde – Teresina

Fonte: SEMPLAN – RIDE Grande Teresina

Para retirar os ambulantes das ruas a Prefeitura Municipal de Teresina construiu uma estrutura para alocar todas estas pessoas e pode ser visualizado na Figura 91.



Figura 91 - Estrutura para Ambulantes do Polo de Saúde – PMT
Fonte: SEMPLAN – RIDE Grande Teresina, 2014

O Polo de Saúde de Teresina pode ser classificado como um **Arranjo Produtivo Local Consolidado**, com uma Governança Hierárquica segmentada, como: Rede Federal de Saúde - Hospital Universitário – Universidade Federal do Piauí - UFPI; Rede Estadual de Saúde – Governo do Estado/Secretaria Estadual de Saúde; Rede Municipal de Saúde – Prefeitura Municipal de Teresina/Fundação Municipal de Saúde - FMS; Sindicato dos Hospitais - SINDHOSP e Profissionais Liberais – Conselho Regional de Medicina – CRM; Conselho Regional de Odontologia – CRO; Conselho Regional de Enfermagem – COREN e Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – CREFFITO. As Figuras 92 a 115 mostram os principais equipamentos do Polo de Saúde.



Figura 92 - Hospital Getúlio Vargas – Teresina
Fonte: Prefeitura de Teresina, 2013



Figura 93 - Hospital de Urgência de Teresina – HUT
Fonte: Prefeitura de Teresina, 2013



Figura 94 - Hospital São Marcos – Teresina
Fonte: Prefeitura de Teresina, 2013



Figura 95 - Hospital Santa Maria – Teresina
Fonte: Prefeitura de Teresina, 2013



Figura 96 - Hospital Aliança Casamater – Teresina
Fonte: Prefeitura de Teresina, 2013



Figura 97 - Hospital Universitário - HU – Teresina
Fonte: Prefeitura de Teresina, 2013



Figura 98 - Maternidade Evangelina Rosa – Teresina

Fonte: Prefeitura de Teresina, 2013



Figura 99 - Hospital da Polícia Militar – Teresina

Fonte: Prefeitura de Teresina, 2013



Figura 100 - Hospital Flávio Santos – Teresina

Fonte: Prefeitura de Teresina, 2013



Figura 101 - Hospital Infantil de Teresina

Fonte: Prefeitura de Teresina, 2013



Figura 102 - Hospital Terapia Intensiva – HTI – Teresina
Fonte: Prefeitura de Teresina, 2013



Figura 103 - Hospital São Paulo – Teresina
Fonte: Prefeitura de Teresina, 2013



Figura 104 - Hospital das Clínicas de Teresina – HCT
Fonte: Prefeitura de Teresina, 2013



Figura 105 - Maternidade Santa Fé – Teresina
Fonte: Prefeitura de Teresina, 2013



Figura 106 - Hospital Município da Primavera – Teresina
Fonte: Prefeitura de Teresina, 2013



Figura 107 - Maternidade do Dirceu Arcoverde – Teresina
Fonte: Prefeitura de Teresina, 2013



Figura 108 - SAMU – Teresina
Fonte: Prefeitura de Teresina, 2013



Figura 109 - Centro de Hemoterapia de Teresina
Fonte: Prefeitura de Teresina, 2013



Figura 110 - Centro Integrado de Reabilitação – CEIR – Teresina
Fonte: Prefeitura de Teresina, 2013



Figura 111 - Hospital Municipal do Satélite – Teresina
Fonte: Prefeitura de Teresina, 2013



Figura 112 - Hospital Municipal do Mocambinho – Teresina
Fonte: Prefeitura de Teresina, 2013



Figura 113 - Hospital Municipal do Parque Piauí – Teresina
Fonte: Prefeitura de Teresina, 2013



Figura 114 - Espaço Saúde – Zona Leste – Teresina

Fonte: Prefeitura de Teresina, 2013



Figura 115 - Clínica do Coração – Teresina

Fonte: Prefeitura de Teresina, 2013

5.9.2 Arranjo Produtivo Local – Polo de Educação

O Polo de Educação da RIDE Grande Teresina, teve sua construção iniciada em março de 1931 com a criação da Faculdade de Direito do Piauí, entidade de direito privado com o apoio financeiro do Governo do Estado do Piauí. A Universidade Federal do Piauí foi criada pela Lei 5.528 de novembro de 1968 e teve sua instalação efetivada em março de 1971, sendo interiorizada através dos campi de Parnaíba, Floriano, Picos e Bom Jesus.

Um marco importante para a consolidação do Polo de Educação foi a criação, em 1984 da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí – FADEP, Pela Lei Estadual nº 3.967. No início da década de 1990 a personalidade jurídica evolui para Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Em fins da década de 1990 expande sua atuação nas maiores cidades do Piauí, além da Bahia, Pernambuco e Maranhão. O maior impacto com a criação da UESPI foi sua interiorização com a criação de 16 campi (Grande Dirceu, Parnaíba, Floriano, Picos, Corrente, Bom Jesus, Campo Maior, Valença, Piripiri, Curimatá Oeiras, Paulistana, Fronteiras, Barras, Luzilândia e Uruçuí) e 25 Núcleos Universitários.

O pool de Instituições de Ensino Superior Privado teve seu ciclo iniciado em 1985, com a criação do Centro Ensino Superior do Vale do Parnaíba - CESVALE, atualmente essa rede de ensino privado somam 34 instituições.

O Polo de Educação da RIDE Grande Teresina conta com 37 Instituições de Ensino Superior Federal, Estadual e Privada, conforme mostra o Quadro 15.

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR LOCALIZADAS NO POLO DE EDUCAÇÃO				
PIAUI	37	26	11	TOTAL
Pública	03	Capital	Interior	37
	Federal	02	-	02
	Estadual	01	-	01
	Municipal	-	-	-
Privada	34	23	11	34

Quadro 15 - Número de Instituições de Ensino Superior localizadas no Polo de Educação
 Fonte: INEP, 2013

O Polo de Educação oferta, atualmente, 442 cursos de graduação, sendo 272 de domínio público e 170 privados, com amplo rol de cursos, como direito, moda, arqueologia, engenharia, enfermagem, publicidade, administração, economia, contabilidade, medicina entre outros podem ser visualizados no Quadro 16.

CURSOS DE GRADUAÇÃO				
PIAUI	442	229	213	TOTAL
Pública	272	Capital	Interior	442
	Federal	66	46	112
	Estadual	42	118	160
	Municipal	-	-	00
Privada	170	121	49	170

Quadro 16 – Número de Cursos de Graduação
 Fonte: INEP, 2013

O Polo de Educação, através de sua rede, pública e privada, atende em torno de 92.000 estudantes de nível superior, como mostra o Quadro 17.

MATRICULAS – CURSOS PRESENCIAL E A DISTÂNCIA		
PIAUI	TOTAL	91.898
Pública	43.580	
	Federal	29.884
	Estadual	13.696
	Municipal	-
Privada	48.318	48.318

Quadro 17 – Número de Cursos Presencial e a Distância
 Fonte: INEP, 2013

O Polo da Educação da RIDE Grande Teresina, atende todos os cursos de graduação, públicos e privados, conta com 6.922 professores com qualificação que atinge o nível de doutorado, como mostra o Quadro 18. 8,73% dos professores da rede pública e privada são graduados, 46,53% possuem especialização, 31,70% encontram-se no nível de mestrado e 13,4% são doutores. Percebe-se que na RIDE Grande Teresina, em relação a qualificação dos professores um pequeno percentual de mestres e professores.

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

PIAUI	Graduação	%	Especialização	%	Mestrado	%	Doutorado	%	TOTAL
Pública	596	13,62	1.609	36,78	1.384	31,64	785	17,96	4.374
Federal	73	3,80	332	17,30	839	43,73	675	35,17	1.919
Estadual	523	21,30	1.277	52,02	545	22,20	110	4,48	2.455
Municipal	-		-		-		-		-
Privada	08	0,31	1.612	63,26	810	31,79	118	4,64	2.548
Totais	604	8,73	3.221	46,53	2.194	31,70	903	13,04	6.922

Quadro 18 – Número de Professores e sua respectiva qualificação

Fonte: INEP, 2013

O Polo de Educação da RIDE Grande Teresina, trata-se de um Arranjo Produtivo Local consolidado, além da sua atuação nas áreas de educação, extensão e pesquisa, com transferência de novas tecnologias, vem sendo um grande indutor na geração de emprego e renda. A condução desse processo tem sido liderada pelos seguintes atores: Universidade Federal do Piauí - UFPI, Instituto Federal do Piauí - IFPI, Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Instituto Superior de Educação Antonino Freire (curso normal superior) e da rede privada a UNINOVAFAPI, foi transformada em Centro Universitário.



Figura 116 - Universidade Federal do Piauí - UFPI – Teresina

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2013



Figura 117 - Universidade Estadual do Piauí – UESPI

Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2013



Figura 118 - Instituto Federal do Piauí - IFPI – Teresina
Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2013

5.9.3 Arranjo Produtivo Local – Polo do Comércio (Atacadista e Varejista)

Na RIDE Grande Teresina, o Polo do Comércio (Atacado e Varejo) tem experimentado, na última década, um acentuado crescimento e evolução, observada na qualidade dos bens ofertados, melhorias significativas nos relacionamentos com os consumidores e fornecedores e sua excelente organização empresarial. A expansão do Arranjo Produtivo (Polo do Comércio) tem sido expressivo na Grande Teresina, com a instalação de grandes unidades de vendas no atacado e varejo, especialmente na área de alimentos e utilidades em geral (Grupo Carvalho, Makro, Carrefour, Pão-de-Açúcar (Extra) e Hiper Bompreço) e construção/ampliação de Shopping, tais: Teresina Shopping (ampliação), Shopping Poti, Shopping Jardins e Shopping Cocais (Timon – MA). Dados do Ministério do Trabalho/2011, esse Polo do Comércio emprega em torno 46 mil, correspondendo a 17% dos empregos formais de Teresina.

Os Destaques do Polo do Comércio da RIDE Grande Teresina, são do Grupo Carvalho e Shopping da Cidade. O Grupo Carvalho, fundado em abril/1986, com 59 filiais, emprega 8.000 pessoas e tem um faturamento em torno de 1,2 bilhão de reais, ficando entre os maiores supermercado do Brasil. O Grupo Carvalho, é uma empresa genuinamente piauiense, com atuação nos segmentos de alimentos, bebidas, limpeza e higiene. A rede conta com as bandeiras "Carvalho Magazine", "Comercial Carvalho", "Carvalho Alternativo", "Carvalho Atacado", "Carvalho Presentes", "Hiper Carvalho", "Carvalho supermercado" e 'carvalho mercadão' no ramo varejista além das empresas "Carvalho Publicidade", "Hiper Sorte Loterias", "Valor Factoring", "Carvalho Imobiliária" e "Restaurante Paçocas", com atuação nos Estados do Piauí e Maranhão. Uma de suas unidades pode ser vista na Figura 119.



Figura 119 – Comercio Varejista e Atacadista 1
Fonte: SEMPLAN, 2013

O Shopping da Cidade, espaço comercial mais popular da cidade de Teresina. Com a revitalização do centro de Teresina, foi criado o Shopping da Cidade, estrutura que agrega 1.956 boxes do que antes era o comércio de rua. O espaço conta com estrutura de banheiros, praça de alimentação e estação de metrô, 35 lanchonetes, postos de atendimento dos Correios, Caixa Econômica Federal, Eletrobrás, Banco 24 Horas, Supermercado e Auditório. O investimento, na ordem de R\$ 15 milhões de reais, com área construída de 13.500 m² foi realizado pela Prefeitura Municipal de Teresina, com a inauguração em julho de 2009, retirando do centro da cidade, definitivamente, mais 2.000 ambulantes. No Shopping da Cidade, o consumidor encontra quase tudo, ou seja: confecção, calçados, acessórios, eletrônicos, CD e DVD, alimentos, perfumaria, farmácia e serviço público.



Figura 120 – Comercio Varejista e Atacadista 2
Fonte: SEMPLAN, 2013

O Polo do Comércio da RIDE Grande Teresina é um Arranjo Produtivo Local considerado maduro, cuja gestão é feita pela Associação de Supermercados, Associação Comercial, Sindicato dos Comerciantes e o Instituto de Gestão do Shopping da Cidade.



Figura 121 - Ambulantes nas Ruas do Centro de Teresina

Fonte: Prefeitura Municipal de Teresina, 2013



Figura 122 - Rua livre para Pedestres – Centro Comercial de Teresina

Fonte: Prefeitura Municipal de Teresina, 2013

5.9.4 Arranjo Produtivo Local – Polo Cerâmico do Poti Velho

O Bairro Poti Velho, local onde iniciou o processo de instalação da cidade de Teresina, guarda um dos maiores patrimônios imaterial cultural da capital piauiense. É no Polo Cerâmico do Poti Velho que está a maior expressão do artesanato de Teresina: as cerâmicas. O trabalho dos ceramistas do Poti Velho teve início em 1964, através do Sr. Raimundo Nonato da Paz. As primeiras peças foram surgindo a partir das necessidades da comunidade. Em contraste com a atual situação das mulheres, a principal atividade que gerava renda na época estava em torno dos trabalhos nas olarias. Da argila, que é extraída de uma lagoa próxima, os artesãos soltam a criatividade na produção de mandalas, jarros, esculturas, objetos de decoração para jardins, aparelhos de jantar e até jóias que são vendidas para vários Estados do Brasil e Países do Exterior.

No ano de 2006, uma ação conjunta da Associação dos Artesãos em Cerâmica do Poti Velho e a Cooperativa de Mulheres Artesãs do Poti Velho, em parceria com a Fundação Banco do Brasil, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, Governo do Estado do Piauí e Prefeitura Municipal de Teresina, fundaram o Polo Cerâmico do Poti Velho.

Peça forte do artesanato de Teresina, a cerâmica ganhou ainda mais destaque depois da criação do Polo Cerâmico. Onde antes havia apenas uma vila de pescadores e olarias produtoras de tijolos e modestos potes, agora existem 23 boxes para comercialização das peças que são produzidas ali mesmo. O polo cerâmico pode ser visualizado na Figura 123.



Figura 123 – Polo Cerâmico do Poti Velho
Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2013

O artesanato feito de barro apresentado nas Figuras 124 e 125 configura-se como um forte atrativo na região do Polo Cerâmico do Poti Velho e com oportunidades para micro e pequenas empresas, que são, genuinamente, detentoras de autenticidade e estão imersas em um riquíssimo e diversificado patrimônio cultural.



Figura 124 - Bonecas feitas de Barro
Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2013



Figura 125 - Presidenta da Associação das Mulheres Artesãs
Fonte: SEMPLAN, RIDE Grande Teresina, 2013

Os artesãos estão organizados pela Cooperativa de Artesanato do Poti Velho - COOPERART Poti. Mensalmente são produzidas cerca de 1.800 peças. Desde 1999, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Piauí - SEBRAE realiza diversas capacitações para a cooperativa como cursos e consultorias em gestão, produção, design, além da promoção de eventos.

Atualmente a Cooperativa conta com o apoio do Instituto WALMART, órgão que através do projeto "Mulheres do Poti" financia ações que geram capacitações e o melhoramento da estrutura da COOPERART- Poti. A beleza do artesanato do Poti Velho ganhou repercussão internacional durante a exposição Mulher Artesã Brasileira, em Nova Iorque nos Estados Unidos.

No tocante ao Artesanato existe, ainda, o Centro Artesanal Mestre Dezinho - No lugar do antigo quartel. São 25 lojas que oferecem cultura em fibra, couro, madeira, doces. Ensaando passos e acordes, escolas de dança e música. Além disso, restaurante típico põe à mesa o melhor do cardápio do Piauí: Maria Isabel, sarapatel, baião de dois, feijão com pequi e capote.

O Arranjo Produtivo Local, Polo Cerâmico Poti Velho localizado na RIDE Grande Teresina é um APL maduro, com gestão feita em conjunto com Associação dos Artesãos em Cerâmica do Poti Velho e a Cooperativa de Mulheres Artesãs do Poti Velho.

As políticas estabelecidas para o segmento artesanal brasileiro pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDICE estão voltadas para a organização e o fortalecimento dos núcleos de produção em associações e cooperativas de artesãos, bem como para a promoção e o incentivo à comercialização de produtos artesanais, em consonância com as diretrizes definidas para o segmento das micro e pequenas empresas: geração de emprego, ocupação e renda; estímulo à exportação; desenvolvimento e aproveitamento das vocações locais; fortalecimento dos arranjos produtivos locais/regionais; integração regional e internacional. (MDICE, 2006).

A implementação dessas políticas definidas para o Programa do Artesanato Brasileiro - PAB envolve parcerias entre os órgãos do governo federal, dos estados, dos municípios e de entidades privadas. Os estados que compõem o Território trabalham essa atividade com programas de artesanato estaduais, representações do PAB, instituições do Sistema S (SEBRAE, SESC e SENAI), universidades e CEFET, com ações que vão da capacitação ao incentivo a incubadora de artesanato. (PAB, 2013).

5.10 Arranjos Produtivos Locais da Ride Grande Teresina Embrionários e/ou Potenciais

Reconhecendo a importância dos Arranjos Produtivos Locais – APLs no desenvolvimento econômico e social do país, foram identificadas linhas de ação que visam a exploração das potencialidades e vocações regionais, organização dos processos produtivos e de comercialização, valorização do capital humano e da governança local. Sabe-se que esses são fatores importantes para o desenvolvimento endógeno, que possam reverter em melhoria das condições de vida da população, geração de emprego e renda e exploração racional e sustentável dos recursos naturais.

Passíveis de análises e observações existem ainda, na RIDE Grande Teresina, Arranjos Produtivos Locais - APLs em fase embrionária, em organização e/ou potenciais, tais como:

5.10.1 Construção Civil

Empreendimentos, na construção de edifícios comerciais, voltados a profissionais liberais representam uma nova iniciativa descentralizadora que atende a uma demanda de profissionais liberais que fogem dos transtornos dos congestionamentos e da falta de estacionamento, da região central. Este novo segmento de prestação de serviço, formado essencialmente por advogados, profissionais de saúde, contadores, o ramo da gastronomia e bancos se transferem para regiões mais calmas, próximas de onde moram os seus clientes. Desta forma a construção civil vem se desenvolvendo com a edificação de prédios comerciais para atender esta demanda.

Tem destaque na construção civil as casas do Programa Minha Casa, Minha Vida – Condomínios Fechados e Bloco de Apartamentos das Classes Baixo, Média e Alta como pode ser visualizado na Figura 126.



Figura 126 – Construção “Programa Minha Casa Minha Vida”
Fonte: SEMPLAN; RIDE Grande Teresina, 2013

5.10.2 Confecção

Destaque para as Indústrias Guadalajara - Ônix Jeans, MCA - Maria Estela moda Feminina, Justa Fama – Timon (MA), moda feminina e Jeans e as Pequenas Empresas do Center Moda e Centro de Produção - Economia Solidária.



Figura 127 – Polo de Confecção em Teresina
Fonte: SEMPLAN, 2013

5.10.3 Setor Primário - Ovino-Caprinocultura

As Bacias hidrográficas dos rios São Francisco e Parnaíba são tradicionais produtoras de ovinos e caprinos, e segundo dados do censo agropecuário 2006, a Região Nordeste registrou um rebanho de 6,5 milhões de caprinos e 7,8 milhões de ovinos, números que representam 91% e 55%, respectivamente, do rebanho nacional e que grande parte deste se encontra em pequenas propriedades. (CODEVASF, 2013).

Estudos realizados pela CODEVASF, 2006 na Bacia do rio Parnaíba, mostram que em todos os territórios do Estado do Piauí existem as potencialidades necessárias para o desenvolvimento da ovinocaprinocultura. No rebanho de ovinos e caprinos tem destaque para os criatórios de alta linha das raças Doper, Anglo-Nubiano, Santa Inês e Bôer.

No estado do Piauí, a ausência ou má distribuição das chuvas afeta extensas áreas do Estado, colocando em dificuldades um grande número de **produtores rurais** em quase todos os municípios, declarados sistematicamente, em estado de calamidade pública, sendo necessária à intervenção do poder público em ações, que apesar de importância vital, quase sempre são de caráter pontual e não evitam que o problema se repita indefinidamente. Nos últimos anos várias entidades públicas, privadas e organizações, não-governamentais, vêm envidando esforços na busca de soluções sustentáveis através de parcerias com o envolvimento e participação de um grande contingente da população. (CODEVASF, 2013).

Segundo o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí – EMATER, 2013, o Piauí, embora seja um estado potencialmente poderoso em recursos naturais, apresenta números preocupantes no tocante aos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH, onde se apresenta entre os piores índices observados na Federação, indicando urgência na busca de soluções que respeitadas às premissas da sustentabilidade e aproveitando as vocações Regionais possam efetivamente promover o desenvolvimento rápido e justo do ponto de vista social. Dentre as alternativas existentes, destaca-se a **ovinocaprinocultura**, onde é possível, com investimentos na infraestrutura, tecnologia e no capital humano, a obtenção de resultados expressivos no curto prazo e consequentemente a melhoria de vida da população menos favorecida.

No caso da pecuária, predominam na região dos municípios da RIDE Grande Teresina os rebanhos ovino, caprino, suíno e avícola, com destaque para a produção de ovinos e caprinos, conforme os seguintes dados de rebanho: atividade adaptada às condições climáticas da Região; segundo maior rebanho do País; atividade inserida culturalmente nas comunidades da Região; atividade com grande potencial de crescimento da renda pelo aumento da produtividade, melhoria da qualidade dos produtos e pela possibilidade de agregação de valor através do beneficiamento, inclusive dos subprodutos, além da melhoria das condições de comercialização; atividade com potencialidade de apresentar resultados positivos no curto prazo e de forma sustentável, promovendo a efetiva melhoria de renda e emprego para pessoas inseridas entre as de menor acesso às condições mínimas de sobrevivência do País. (EMATER, 2013)



Figura 128 – Rebanho de ovinos e caprinos do Estado do Piauí
Fonte: SEMPLAN; RIDE Grande Teresina, 2013

5.10.4 Setor Primário - Cajucultura

O Brasil ocupa o segundo lugar no ranking da produção de castanha de caju no mundo, perdendo apenas para a Índia, que lidera a produção, a importação e o processamento da castanha. Os países como a África do Sul, Vietnã, Indonésia, Filipinas e Austrália também são importantes produtores mundiais. A produção brasileira está concentrada na região Nordeste, especialmente nos Estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Maranhão (EMATER, 2013).

O Piauí é o segundo estado em produção de caju. Isso se deve ao clima e aos sistemas de produção usualmente empregados na cajucultura. O pedúnculo do caju, nome dado à parte colorida e com polpa, pode ser aproveitado das mais variadas formas desde o consumo in natura, preparo de diversos tipos de doces caseiros, confecção dos mais variados pratos à base de fibras do caju ou como tira-gosto. Destaca-se também a produção de sucos, doces e amêndoas. No Piauí, são quase 200 mil hectares destinados à cultura do caju.

A cajucultura no Estado está relacionada também ao aspecto social pela geração de emprego e renda para a população rural, principalmente no período da seca, onde acontecem as entressafas das culturas anuais, como o arroz, o milho, o feijão e a mandioca.

A cajuína é o suco do caju puro, clarificado, sem adição de açúcar e conservantes. É considerada um dos símbolos do Piauí. O produto é acondicionado em garrafas que são colocadas por um período de cozimento em banho-maria para o líquido adquirir uma coloração âmbar e um sabor característico, resultante da caramelização dos açúcares do próprio suco. Em um dos municípios da RIDE Grande Teresina, Curralinhos identifica-se a produção de cajuína ainda de forma incipiente.

Estima-se que uma média de 40 mil estabelecimentos agrícolas desenvolvam a cajucultura no Piauí. A produção anual de castanha no estado é de cerca de 50 mil toneladas por safra, estando concentrada principalmente nas regiões de Picos, Parnaíba e São Raimundo Nonato. (EMATER, 2013).

É uma alternativa viável para esses pequenos produtores que tem, pois promove o desenvolvimento local, incentivando a cooperação dentro de princípios éticos e sustentáveis.



Figura 129 – Cajuína produzida no Município de Curralinhos
Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2014

A fruticultura, de modo geral, e a cajucultura, em particular, apresenta um grande potencial de desenvolvimento no Piauí, considerando as condições naturais existentes, a retrospectiva histórica da atividade e a demanda mundial por alimentos naturais.

5.10.5 Setor Primário - Piscicultura

A piscicultura é uma das atividades que mais tem se desenvolvido nos últimos anos no Piauí. O Estado possui um grande número de pequenas propriedades espalhadas de norte a sul do estado, produzindo muitas mil toneladas de pescado anualmente, o que ainda é um volume insuficiente para atender à demanda. (SEBRAE, 2013).

O cenário para o desenvolvimento da piscicultura no Piauí é bastante favorável. Atualmente, apenas 60% do pescado consumido no estado são oriundos de fazendas da região, sendo os outros 40% comprados nos estados da Bahia, Ceará, Pará e Maranhão. O Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE no Piauí é uma das instituições que desenvolvem atividades de fomento à cadeia produtiva da piscicultura no estado.

Isso mostra que a atividade ainda pode se expandir bastante, pois há mercado garantido para o escoamento da produção, porém é necessário que o cultivo siga padrões de excelência, pois a sustentabilidade da piscicultura está diretamente ligada à utilização de técnicas corretas de manejo e produção.

Outro ponto favorável ao avanço dessa atividade é que o estado possui todos os pré-requisitos necessários para o cultivo de peixes como: clima, solo adequado, água de boa qualidade e em abundância (rio Parnaíba e Poti), além de mão de obra disponível para atuar

nas fazendas e nas criações. Tem grande importância a Estação de Piscicultura de Nazária e as fazendas localizadas em Timon (MA).



Figura 130 – Piscicultura em Nazária
Fonte: SEMPLAN; RIDE Grande Teresina, 2013

A pesca artesanal demanda organização e manejo para apresentar-se como expressiva atividade econômica. Está presente em alguns municípios que compõem a RIDE Grande Teresina, com importante papel na geração de emprego e renda.

5.10.6 Setor Primário - Horticultura

Tem destaque na RIDE Grande Teresina os horticultores do Bairro Dirceu Arcoverde, responsáveis pela maior horta comunitária da América Latina, e exploração com alta tecnologia no povoado Santa Teresa.

O Projeto “Horta Legal”, mostrado na Figura 131, implantado em 2013, pela Prefeitura Municipal de Timon, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural – SMDR realizou a entrega de insumos e ferramentas a horticultores do Bairro Mutirão. A ação dá continuidade ao projeto visando contemplar inicialmente cinco hortas da cidade, das quais duas ficam localizadas na zona urbana. Uma delas inclusive já foi implantada e revitalizada na Vila do BEC, onde foram entregues insumos, ferramentas e instalado o primeiro sistema de irrigação por microaspersão. Uma nova etapa do projeto está sendo realizada, e os beneficiados são horticultores do Bairro Mutirão, onde ao todo serão 57 famílias beneficiadas pelo programa melhorando desta forma as condições para realização das atividades de horticultura. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TIMON, 2014)



Figura 131 – Horta Urbana no Município de Timon (MA)
Fonte: SEMPLAN; RIDE Grande Teresina, 2013

5.10.7 Setor Primário - Agricultura Familiar

A agricultura familiar está estagnada, mas é uma atividade potencial, considerando-se que é responsável pela produção de bens de consumo básico, tais como feijão e mandioca. A estagnação é mantida pelo contraponto entre as políticas de crédito, que por não serem vinculadas a estratégias de produção mantêm o agricultor familiar à margem do processo produtivo, ao mesmo tempo em que inexistente análise de resultados de investimento e poupança para o agricultor familiar.

A leitura do diagnóstico permite, também, aferir que os programas de incentivo à agricultura familiar têm instrumentos para desenvolver habilidades de gestão capazes de conduzir o agricultor familiar a investimentos que gerem poupança.

5.10.8 Atividade Turística

Teresina vem se firmando como um destino de **negócios, saúde e eventos**. Essas são as principais motivações de viagem, que levam os visitantes a manterem uma taxa de ocupação hoteleira com média de 60,5% ao mês segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEMDEC, 2014, através da Coordenação Especial de Turismo.

Pelos negócios, a cidade oferece excelentes oportunidades de compras e de serviços, por possuir um parque fabril bastante competitivo e um comércio diversificado. A motivação de saúde demonstra que Teresina possui um excelente polo para tratamento hospitalar, consultas clínicas e exames laboratoriais, que atraem visitantes do interior do Piauí, do Ceará e do Maranhão e de alguns estados da região Norte do Brasil. Finalmente, os eventos são cada vez mais crescentes e se distribuem em 127 auditórios, que totalizam 20.665 assentos disponíveis diariamente, além de espaços abertos a feiras e grandes convenções.

No entanto, apesar desse grande poder motivacional, associado às potencialidades de seus parques e outros atrativos naturais e culturais, Teresina ainda possui uma **atividade receptiva incipiente**, haja vista que algumas funções estratégicas não vêm atendendo à demanda. São apenas três agências operando com receptivo, complementadas pelas ações isoladas do Sindicato dos Guias de Turismo do Piauí – SINGTUR, que possui 28 associados, mas somente 8 ativos e 5 atuando como guia. Para melhorar essa situação, a

SEMDEC firmou parceria com a Fundação Wall Ferraz, da Prefeitura de Teresina, responsável por qualificação de mão-de-obra, para a execução de cursos de Condutor de Turismo Local, além de Inglês e Relações Interpessoais, com 260 horas/aula de duração e duas turmas de 40 alunos cada. Além disso, foi firmada parceria com a Fundação Padre Antônio Dante Civiero - FUNACI, para a realização de cursos de qualificação em turismo, com habilitação em gastronomia e hotelaria, totalizando 70 alunos na capacitação.

Por outro lado, não se observa regularidade na oferta de passeios internos, com transporte panorâmico adequado à contemplação de visitantes. Falta uma roteirização que contemple não apenas os principais atrativos turísticos, mas também pontos estratégicos de venda de produtos, instalados em fábricas e centros comerciais, além de facilidades para visita às indústrias da região.

Observa-se, também, que os municípios componentes da RIDE Grande Teresina ainda não foram aproveitados turisticamente de forma integrada, com roteiros definidos que incluam os seus principais diferenciais, não apenas de atrativos, mas também de seus potenciais para os negócios (comércio e serviços) e para os eventos.

Atualmente, Teresina faz parte do programa do Ministério do Turismo – Mtur “Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional”, com nível 3 em uma hierarquia de 5 pontos. Por essa razão, é fundamental que a estrutura receptiva da cidade permaneça em constante evolução, para que sejam alcançados índices de melhor desempenho.

A SEMDEC pretende estabelecer um marco na atividade turística profissional, ao utilizar as agências que operam com receptivo na capital e ao integrar as suas ações à melhoria dos serviços receptivos dos municípios que compõem a RIDE. Com um PIB que chega a R\$ 13,1 bilhões, a região é capitaneada por Teresina, que sozinha compõe 86,8% desse total. Cada um desses destinos pode ser aproveitado de forma integrada, porque possui forte poder de atração para a atividade turística, podendo se transformar em um excelente arranjo produtivo em toda a RIDE se forem transformados em Produtos turísticos com infraestrutura adequada e gestão eficiente.

5.10.9 Polo Empresarial Norte

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEMDEC de Teresina foi instituída através da Lei nº 2004 de 1989, inicialmente denominada de Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Tecnologia – SEMIC sua principal missão era o desenvolvimento desses segmentos, além do apoio à atividade turística. Para acompanhar o dinamismo da economia da Cidade o Poder Executivo Municipal ampliou o mandato da Secretaria em 1997 por meio da Lei nº 2.572.

Com esta alteração foram incluídas as seguintes atividades: o apoio à produção e comercialização de produtos industriais e artesanais, a geração de renda e emprego, a gestão dos polos empresariais, a defesa do consumidor e o gerenciamento do Banco Popular. Já a lei nº 3.835 de dezembro de 2008 alterou somente o nome da Secretaria que passou a chamar-se Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEMDEC. Esta mudança reafirmou a atuação do órgão no segmento turístico, em especial, nas atividades voltadas para o turismo de negócio.

Em Janeiro de 2013, a Prefeitura encaminhou ao Poder Legislativo Municipal uma reforma gerencial, na qual um dos escopos foi dinamizar dois grandes segmentos da economia local: a atração de grandes investimentos para a região e fomentar o empreendedorismo individual. Com a aprovação da Lei Complementar nº 4.359 foi criada a Secretaria Municipal de Economia Solidária de Teresina – SEMEST, com a missão de promover a economia solidária.

Enquanto a incumbência da SEMDEC restringiu-se a atração de grandes investimentos, a promoção das pequenas e microempresas e o apoio à atividade turística, sendo estas suas principais metas.

Dentro desse contexto, a SEMDEC tem se dedicado a elaboração de políticas públicas que visem o desenvolvimento de Teresina, com a atração de investimentos que sejam capazes de ultrapassar as barreiras da cidade, abrangendo os demais municípios pertencentes a RIDE Grande Teresina.

Dentre as ações da Secretaria destacamos a elaboração da Lei 4.410 de Julho de 2013. Seu escopo principal foi à atração da atividade de Call Center e Telemarketing para Teresina. Em apenas seis meses foram criados 2.150 novos empregos diretos com um investimento de R\$ 33 milhões. Com a previsão de instalação de novas empresas deste segmento na cidade, a perspectiva da Secretaria é que sejam criados 4.000 novos postos de trabalho no primeiro semestre de 2014.

Para os próximos anos, a previsão de investimentos global é de R\$ 60 milhões. Em harmonia com os objetivos da Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, a atração dessas empresas visa à redução das desigualdades regionais, uma vez que gera renda e primeiro emprego aos jovens dos municípios da RIDE.

A atividade de implantação e estruturação do **Polo Empresarial Norte** constitui-se outra política pública da SEMDEC que está em consonância com o escopo do PNDR. O referido Polo situa-se às margens da Rodovia TER 150, km 16, povoado Santa Helena, região Norte do Município de Teresina-PI e foi criado através da Lei nº 3.492, de 28 de março de 2006.

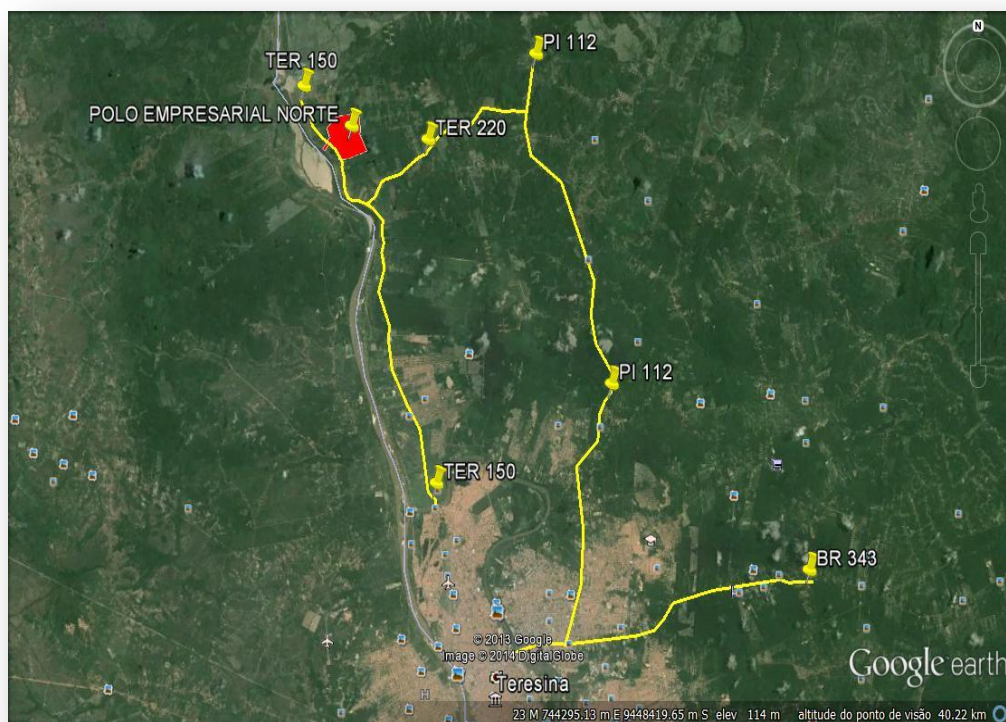


Figura 132 – Localização do Polo Empresarial Norte
Fonte: SEMDEC, 2014

Em 2006, a SEMDEC viabilizou a implantação da primeira etapa do Polo Empresarial Norte composto por 220,49 hectares, voltado para o segmento industrial e logístico. Atualmente, existem **2 empresas, uma atua na produção de mudas de eucaliptos e a outra em**

processo de instalação voltada para fabricação de latinhas de alumínio com investimentos previstos de R\$ 200 milhões. A atração de grandes investimentos depende da oferta de infraestrutura adequada com vias asfaltadas, iluminação e drenagem que atualmente não existe. Desta forma, a continuidade do desenvolvimento econômico da Cidade, foco da política de fomento municipal, depende dessas obras estruturais. (SEMDEC, 2013).

A atração de novas indústrias contribuirá para a geração de renda e emprego em toda a região, reduzindo as desigualdades existentes. Dentro deste contexto geral, a SEMDEC considera que os investimentos de urbanização do Polo Empresarial Norte impulsionarão o desenvolvimento econômico da RIDE Grande Teresina, uma vez que será um importante atrativo para empresas nacionais e multinacionais.

5.10.11 Polo Empresarial Sul

Para fomentar o desenvolvimento da região, em 2011 a SEMDEC expandiu a área de outro Polo existente no município o **Polo Empresarial Sul** voltado para a indústria adquirindo da União, cerca de 93 hectares. A política de atração de grandes empresas apresentou resultados expressivos já em 2013, com a concessão de benefícios e incentivos fiscais para 14 novos empreendimentos industriais na área de expansão, com previsão de investimento de R\$ 70 milhões e geração de 1.301 novos empregos diretos.

Com o objetivo de complementar as atividades do Polo Empresarial Sul, em 2012 a SEMDEC aprovou na Câmara dos Vereadores a Lei 4.237 de criação do Polo de Comércio Atacadista e Logístico. Esta iniciativa vai de encontro com a diretriz do PNDR de fortalecer e consolidar os corredores logísticos que constituem eixos de desenvolvimento e integração dinâmicos em regiões menos desenvolvidas. Para consolidar esta ação, foi enviado ao Poder Legislativo Municipal um Projeto alterando a Lei 2.528 de 1997, que regula os incentivos e benefícios fiscais concedidos pela Prefeitura de Teresina. A modificação almeja contemplar o comércio logístico e atacadista na política de incentivo fiscal da Prefeitura de Teresina fortalecendo, assim o desenvolvimento da região.

Embora ainda esteja em processo de estruturação, a área de expansão do Polo Empresarial Sul possui 22 empreendimentos em processo de implantação. Deve-se destacar que dentre estas empresas há uma grande variedade de segmentos: alimentos, medicamentos, cosméticos, etc. Em muitos desses casos, como o ramo de medicamentos e alimentos, o início da produção depende de uma contrapartida do município em asfaltar as vias do Polo, tendo em vista a regulação federal.

A atração de grandes investimentos depende da oferta de infraestrutura adequada com vias asfaltadas, iluminação e drenagem que atualmente não existe. Desta forma, a continuidade do desenvolvimento econômico da Cidade, foco da política de fomento municipal, depende dessas obras estruturais. (SEMDEC, 2013).

Entre outras ações, destacamos a parceria que a SEMDEC vem realizando com o Governo do Estado para implantação do Centro Logístico Industrial e Aduaneiro – CLIA, Porto Seco/PI, na área do Polo de Comércio Atacadista e Logístico, localizado na região Sul da cidade de Teresina. Este empreendimento de iniciativa do governo estadual e da Prefeitura de Teresina apresentará grande impacto no desenvolvimento econômico da região, tendo em vista sua localização estratégica e a redução da dependência dos segmentos empresariais dos portos do Ceará e do Maranhão.

Os dois Polos Empresariais da cidade e a perspectiva de criação do Porto Seco irão possibilitar a minimização dos gargalos estruturais que impedem a ampliação das atividades econômicas da RIDE Grande Teresina. A localização do pólo pode ser visualizada na Figura 133.

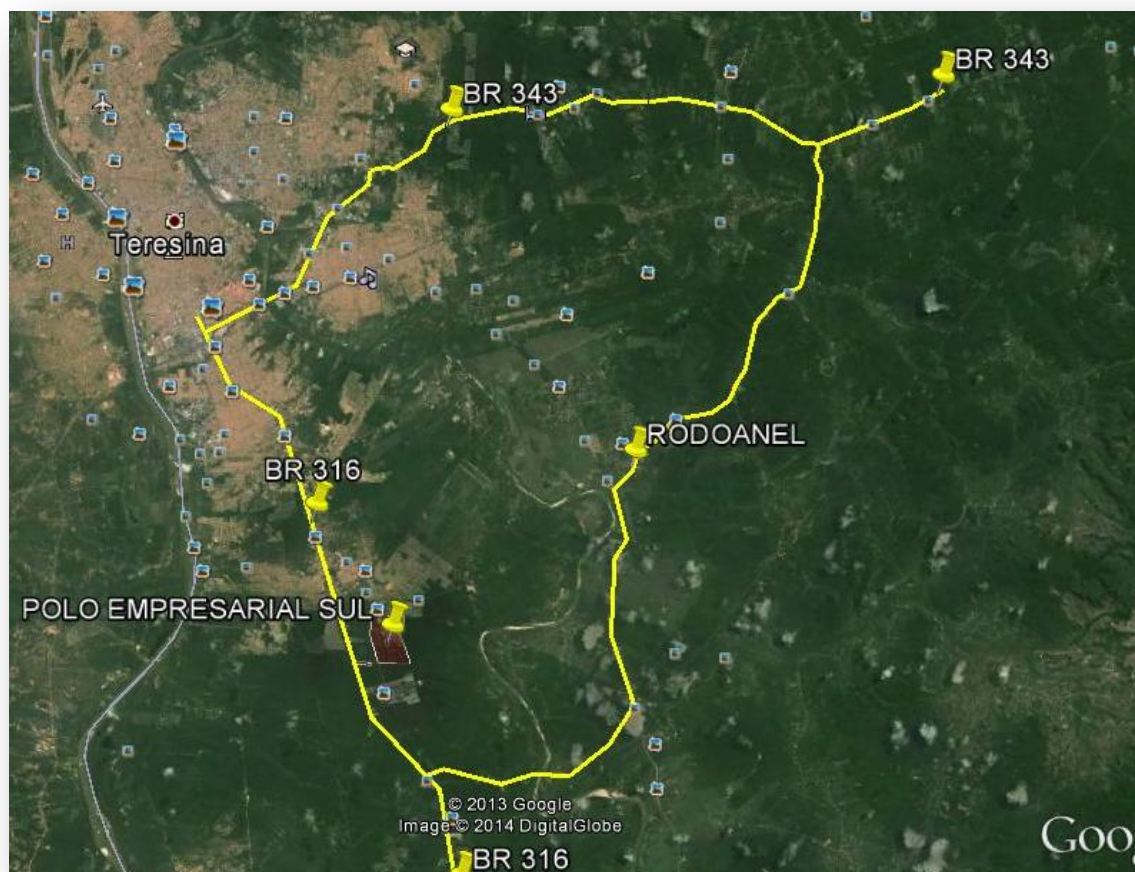


Figura 133 – Localização do Polo Empresarial Sul
Fonte: SEMDEC, 2014



Pau D'arco



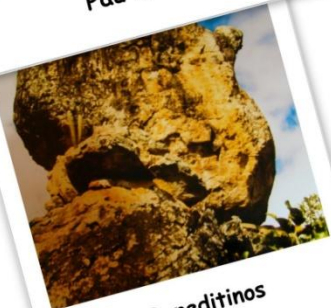
Monsenhor Gil



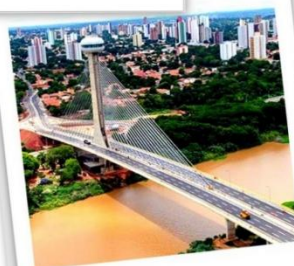
Nazária



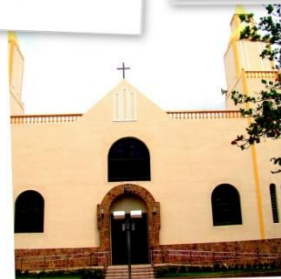
Lagoa do Piauí



Beneditinos



Teresina



Altos

Dimensão Social



União



Curralinhos



Coivaras



Lagoa Alegre



Miguel Leão



Timon



Demerval Lobão



José de Freitas

6 Dimensão Social

Neste capítulo será apresentada a evolução populacional dos municípios que compõem a RIDE Grande Teresina e as características de sua dimensão social através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, Índice de Desenvolvimento Humano Educação (acesso ao conhecimento), Longevidade (vida longa e saudável) e Renda (padrão de vida). Para tanto foi consultado o Atlas de Desenvolvimento Humano, 2013, plataforma de consulta desenvolvida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD,

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Fundação João Pinheiro – FJP. Outras fontes de consulta foram utilizadas, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Ministério da Educação e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP.

O Quadro 19 apresenta a **Evolução Populacional** dos municípios que fazem parte da RIDE Grande Teresina, nos anos de 1991, 1996, 2000, 2007, 2010 e 2013. Os dados revelam que Teresina e Timon apresentam as maiores populações da RIDE e os Municípios de Miguel Leão, Pau D'Arco do Piauí, Coivaras, Lagoa do Piauí e Curralinhos estão entre os menos populosos. Quanto à evolução populacional, a população de Teresina cresceu 67,20% em relação ao ano de 1991, o Município de Timon cresceu 50,52%. Os demais municípios tiveram pequenas taxas de crescimento populacional, indicando uma evasão da população.

MUNICÍPIOS	1991	1996	2000	2007	2010	2013*
Teresina	599.272	653.427	715.360	779.939	814.230	836.475
Altos	38.853	37.951	39.122	38.328	38.822	39.522
Benedictinos	12.484	10.831	9.712	9.560	9.911	10.014
Coivaras	-	3.330	3.507	3.797	3.811	3.901
Curralinhos	-	-	3.641	4.072	4.183	4.297
Demerval Lobão	12.218	13.372	12.489	12.806	13.278	13.496
José de Freitas	29.451	29.405	32.858	35.164	37.085	38.005
Lagoa Alegre	-	6.325	6.849	7.862	8.008	8.245
Lagoa do Piauí	-	-	3.488	3.684	3.863	3.948
Miguel Leão	1.254	1.550	1.370	1.194	1.253	1.244
Monsenhor Gil	10.986	11.546	10.309	10.321	10.333	10.411
Nazária	-	-	-	-	8.068	8.289
Pau D'arco do Piauí	-	-	-	3.713	3.757	3.888
União	41.328	36.883	39.801	41.661	42.654	43.403
Timon	107.439	118.269	129.692	144.333	155.460	161.721

Quadro 19 – Evolução Populacional dos Municípios da RIDE Grande Teresina

Fonte IBGE, 2013

É necessário fomentar oportunidades de geração de trabalho e renda sustentáveis para as comunidades nas áreas da RIDE Grande Teresina, estimulando as vocações econômicas e culturais e considerando os conhecimentos tradicionais de forma a contribuir para a fixação da população em seus locais de origem.

Município de Teresina

IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Teresina é 0,751, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799).

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,219), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,180), seguida por Renda e por Longevidade.

O Município de Teresina teve um incremento no seu IDHM de 47,54% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e abaixo da média de crescimento estadual (78%). O Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Teresina e seus componentes estão apresentados no Quadro 20.

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM	0,509	0,620	0,751
IDHM Educação	0,308	0,488	0,707
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	39,92	48,71	64,21
% de 5 a 6 anos na escola	54,92	86,62	97,54
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	27,93	55,82	90,15
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	14,95	32,86	62,94
% de 18 a 20 anos com médio completo	10,32	19,96	46,22
IDHM Longevidade	0,708	0,734	0,820
Esperança de vida ao nascer	67,45	69,06	74,22
IDHM Renda	0,606	0,664	0,731
Renda per capita	346,37	498,40	757,57

Quadro 20 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes - Teresina - PI

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

O Município de Teresina ocupa a 526ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 525 (9,43%) municípios estão em situação melhor e 5.040 (90,57%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 224 outros municípios de Piauí, Teresina ocupa a 1ª posição, sendo que 0 (0,00%) municípios estão em situação melhor e 224 (100,00%) municípios estão em situação pior ou igual.

Demografia e Saúde

População

Entre 2000 e 2010, a população de Teresina teve uma taxa média de crescimento anual de 1,41%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 2,04%. No Estado, estas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 0,04%. O Quadro 21 apresenta a população total, por gênero, rural/urbana e taxa de urbanização - Teresina – PI.

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	590.568	100,00	707.994	100,00	814.230	100,00
População residente masculina	273.914	46,38	331.588	46,83	380.612	46,75
População residente feminina	316.655	53,62	376.407	53,17	433.618	53,25
População urbana	556.911	94,30	677.470	95,69	767.557	94,27
População rural	33.657	5,70	30.524	4,31	46.673	5,73
Taxa de Urbanização	-	94,30	-	95,69	-	94,27

Quadro 21 - População Total, por Gênero, Rural/Urbana e Taxa de Urbanização - Teresina - PI

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em Teresina reduziu 50%, passando de 32,7 por mil nascidos vivos em 2000 para 16,1 por mil nascidos vivos em 2010. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 23,1 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente. O Quadro 22 apresenta a Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Teresina – PI.

LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE - TERESINA - PI	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	67,5	69,1	74,2
Mortalidade infantil	38,7	32,7	16,1
Mortalidade até 5 anos de idade	51,6	42,3	17,5
Taxa de fecundidade total	2,7	2,1	1,4

Quadro 22 - Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Teresina - PI

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Teresina, a esperança de vida ao nascer aumentou 6,8 anos nas últimas duas décadas, passando de 67,5 anos em 1991 para 69,1 anos em 2000, e para 74,2 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 71,6 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. O Quadro 23 mostra o número de docentes matriculados nos ensinos pré-escolar, fundamental e médio no Município de Teresina e o Quadro 24 apresenta o número de escolas no município.

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

MUNICÍPIO	ENSINO PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Teresina	1.251	6.132	3.285

Quadro 23 - Docentes Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Teresina

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

MUNICÍPIOS	ENSINO PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Teresina	301	388	183

Quadro 24 - Escolas nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Teresina

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

O Quadro 25 mostra a expectativa de anos de estudo que indica o número de anos que a criança que inicia a vida escolar tende a completar. Em 2010, Teresina tinha 10,36 anos esperados de estudo, enquanto que em 2000 tinha 8,75 anos. O estado do Piauí tinha 9,23 anos esperados de estudo em 2010 e 6,68 anos em 2000.

MUNICÍPIO	EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO (2000)	EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO (2010)
Piauí	6,68	9,23
Teresina (PI)	8,75	10,36

Quadro 25 – Expectativa de Anos de Estudos no Município de Teresina

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Renda

A renda per capita média de Teresina cresceu 118,72% nas últimas duas décadas, passando de R\$346,37 em 1991 para R\$498,40 em 2000 e R\$757,57 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 43,89% no primeiro período e 52,00% no segundo, como mostra o Quadro 26.

MUNICÍPIO	RENDA PER CAPITA (1991)	RENDA PER CAPITA (2000)	RENDA PER CAPITA (2010)
Teresina	346,37	498,4	757,57

Quadro 26 – Renda Per Capita do Município de Teresina

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

O Índice de Gini é usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar. O Quadro 27 mostra que a desigualdade diminuiu no Município de Teresina, onde o Índice de Gini passou de 0,63 em 1991 para 0,64 em 2000 e para 0,61 em 2010.

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE GINI (1991)	ÍNDICE DE GINI (2000)	ÍNDICE DE GINI (2010)
Teresina (PI)	0,63	0,64	0,61

Quadro 27 – Índice de Gini do Município de Teresina

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

O Quadro 28 apresenta o percentual de vulneráveis a pobreza no Município de Teresina, revelando que este percentual vem diminuindo passando de 69,52% no ano de 1991 para 58,18% no ano de 2000 e 37,83% no ano de 2010.

MUNICÍPIO	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (1991)	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2000)	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2010)
Teresina (PI)	69,52	58,18	37,83

Quadro 28 – Percentual de Vulneráveis à Pobreza do Município de Teresina

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 66,69% em 2000 para 68,47% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 16,00% em 2000 para 9,42% em 2010, como mostra o Quadro 29.

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS - TERESINA - PI	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	66,69	68,47
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	16,00	9,42
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	52,34	57,45

Quadro 29 - Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais – Teresina – PI - 2010

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

Município de Altos

IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Altos é 0,614, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,279), seguida por Renda e por Longevidade. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,114), seguida por Longevidade e por Renda.

O Município de Altos teve um incremento no seu IDHM de 94,30% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (78%). O Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Teresina e seus componentes estão apresentados no Quadro 30.

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM	0,316	0,424	0,614
IDHM Educação	0,119	0,233	0,512
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	12,19	17,98	37,53
% de 5 a 6 anos na escola	28,85	65,34	91,70
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	10,66	20,86	80,77
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	2,84	15,07	42,10

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

IDHM e componentes	1991	2000	2010
% de 18 a 20 anos com médio completo	4,70	4,62	24,86
IDHM Longevidade	0,611	0,672	0,767
Esperança de vida ao nascer	61,64	65,30	71,03
IDHM Renda	0,434	0,487	0,590
Renda per capita	119,00	165,75	314,48

Quadro 30 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes - Altos - PI
 Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

O Município de Altos ocupa a 3820ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 3819 (68,63%) municípios estão em situação melhor e 1.746 (31,37%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 224 outros municípios de Piauí, Altos ocupa a 30ª posição, sendo que 29 (12,95%) municípios estão em situação melhor e 195 (87,05%) municípios estão em situação pior ou igual.

Demografia e Saúde

População

Entre 2000 e 2010, a população de Altos teve uma taxa média de crescimento anual de 0,81%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 1,01%. No Estado, estas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 9,06%. O Quadro 31 apresenta a população total, por gênero, rural/urbana e taxa de urbanização - Altos – PI

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	32.693	100,00	35.800	100,00	38.822	100,00
População residente masculina	16.222	49,62	17.563	49,06	19.116	49,24
População residente feminina	16.471	50,38	18.237	50,94	19.706	50,76
População urbana	21.148	64,69	26.199	73,18	27.388	70,55
População rural	11.545	35,31	9.601	26,82	11.434	29,45
Taxa de Urbanização	-	64,69	-	73,18	-	70,55

Quadro 31 - População Total, por Gênero, Rural/Úrbana e Taxa de Urbanização - Altos - PI
 Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em Altos reduziu 39%, passando de 41,3 por mil nascidos vivos em 2000 para 24,8 por mil nascidos vivos em 2010. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 23,1 e 16,7 por mil nascidos

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

vivos, respectivamente. O Quadro 32 apresenta a Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Altos – PI.

LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE - ALTOS - PI	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	61,6	65,3	71,0
Mortalidade infantil	58,2	41,3	24,8
Mortalidade até 5 anos de idade	76,7	53,2	26,8
Taxa de fecundidade total	4,2	2,7	2,2

Quadro 32 - Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Altos - PI

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Altos, a esperança de vida ao nascer aumentou 9,4 anos nas últimas duas décadas, passando de 61,6 anos em 1991 para 65,3 anos em 2000, e para 71,0 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 71,6 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. O Quadro 33 mostra o número de docentes matriculados nos ensinos pré-escolar, fundamental e médio no Município de Altos e o Quadro 34 apresenta o número de escolas no município.

MUNICÍPIO	ENSINO PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Altos	51	411	172

Quadro 33 - Docentes Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Altos

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

MUNICÍPIOS	ENSINO PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Altos	46	60	8

Quadro 34 - Escolas nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Altos

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

O Quadro 35 mostra a expectativa de anos de estudo que indica o número de anos que a criança que inicia a vida escolar tende a completar. Em 2010, Altos tinha 9,35 anos esperados de estudo, em 2000 tinha 6,07 anos. O estado do Piauí tinha 9,23 anos esperados de estudo em 2010, 6,68 anos em 2000.

MUNICÍPIO	EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO (2000)	EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO (2010)
Piauí	6,68	9,23
Altos (PI)	6,07	9,35

Quadro 35 – Expectativa de Anos de Estudos no Município de Altos

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Renda

A renda per capita média de Altos cresceu 164,27% nas últimas duas décadas, passando de R\$119,00 em 1991 para R\$165,75 em 2000 e R\$314,48 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 39,29% no primeiro período e 89,73% no segundo, como mostra o Quadro 36.

MUNICÍPIO	RENDA PER CAPITA (1991)	RENDA PER CAPITA (2000)	RENDA PER CAPITA (2010)
Altos	119,00	165,75	314,48

Quadro 36 – Renda Per Capita do Município de Altos

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

O Índice de Gini é usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar. O Quadro 37 mostra que a desigualdade aumentou no Município de Altos, onde o Índice de Gini passou de 0,54 em 1991 para 0,55 em 2000 e para 0,55 em 2010.

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE GINI (1991)	ÍNDICE DE GINI (2000)	ÍNDICE DE GINI (2010)
Altos (PI)	0,54	0,55	0,55

Quadro 37 – Índice de Gini do Município de Altos

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

O Quadro 38 apresenta o percentual de vulneráveis a pobreza no Município de Altos, revelando que este percentual vem diminuindo passando de 92,50% no ano de 1991 para 83,94% no ano de 2000 e 63,75% no ano de 2010.

MUNICÍPIO	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (1991)	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2000)	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2010)
Altos (PI)	92,50	83,94	63,75

Quadro 38 – Percentual de Vulneráveis à Pobreza do Município de Altos

Fonte: Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 55,87% em 2000 para 59,18% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 10,37% em 2000 para 6,74% em 2010, como mostra o Quadro 39.

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS - ALTOS - PI	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	55,87	59,18
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	10,37	6,74
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	23,89	31,15

Quadro 39 - Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais – Altos – PI - 2010

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

Município de Beneditinos

IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Beneditinos é 0,557, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,5 e 0,599). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,206), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Renda (com crescimento de 0,109), seguida por Educação e por Longevidade.

O Município de Beneditinos teve um incremento no seu IDHM de 90,10% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (78%). O Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Beneditinos e seus componentes estão apresentados no Quadro 40.

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM	0,293	0,392	0,557
IDHM Educação	0,113	0,188	0,394
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	8,55	9,52	22,57
% de 5 a 6 anos na escola	32,34	78,80	95,69
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	7,26	17,60	68,28
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	5,64	6,71	31,30
% de 18 a 20 anos com médio completo	6,77	2,32	12,80
IDHM Longevidade	0,608	0,672	0,780
Esperança de vida ao nascer	61,45	65,30	71,82
IDHM Renda	0,367	0,476	0,561
Renda per capita	78,34	154,26	263,09

Quadro 40 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes - Beneditinos - PI

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

O Município de Beneditinos ocupa a 5098ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 5097 (91,59%) municípios estão em situação melhor e 468 (8,41%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 224 outros municípios de Piauí, Beneditinos ocupa a 145ª posição, sendo que 144 (64,29%) municípios estão em situação melhor e 80 (35,71%) municípios estão em situação pior ou igual.

Demografia e Saúde

População

Entre 2000 e 2010, a população de Beneditinos teve uma taxa média de crescimento anual de 0,52%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de - 0,32%. No Estado, estas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 51,85%. O Quadro 31 apresenta a população total, por gênero, rural/urbana e taxa de urbanização - Beneditinos – PI.

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	9.685	100,00	9.410	100,00	9.911	100,00
População residente masculina	4.896	50,55	4.762	50,61	5.014	50,59
População residente feminina	4.789	49,45	4.648	49,39	4.897	49,41
População urbana	4.029	41,60	5.214	55,41	6.261	63,17
População rural	5.656	58,40	4.196	44,59	3.650	36,83
Taxa de Urbanização	-	41,60	-	55,41	-	63,17

Quadro 41 - População Total, por Gênero, Rural/Urbana e Taxa de Urbanização - Beneditinos - PI

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em Beneditinos reduziu 45%, passando de 41,3 por mil nascidos vivos em 2000 para 22,6 por mil nascidos vivos em 2010. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 23,1 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente. O Quadro 42 apresenta a Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Beneditinos – PI.

LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE - BENEDITINOS - PI	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	61,5	65,3	71,8
Mortalidade infantil	59,0	41,3	22,6
Mortalidade até 5 anos de idade	77,7	53,2	24,4
Taxa de fecundidade total	3,8	2,5	2,2

Quadro 42 - Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Beneditinos - PI

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Beneditinos, a esperança de vida ao nascer aumentou 10,4 anos nas últimas duas décadas, passando de 61,5 anos em 1991 para 65,3 anos em 2000, e para 71,8 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 71,6 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. O Quadro 43 mostra o número de docentes matriculados nos ensinos pré-escolar, fundamental e médio no Município de Beneditinos e o Quadro 44 apresenta o número de escolas no município.

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

MUNICÍPIO	ENSINO PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Beneditinos	22	146	33

Quadro 43 - Docentes Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Beneditinos

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

MUNICÍPIOS	ENSINO PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Beneditinos	18	25	2

Quadro 44 - Escolas nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Beneditinos

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

O Quadro 45 mostra a expectativa de anos de estudo que indica o número de anos que a criança que inicia a vida escolar tende a completar. Em 2010, Beneditinos tinha 8,30 anos esperados de estudo, em 2000 tinha 6,86 anos. O estado do Piauí tinha 9,23 anos esperados de estudo em 2010, 6,68 anos em 2000.

MUNICÍPIO	EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO (2000)	EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO (2010)
Piauí	6,68	9,23
Beneditinos (PI)	6,86	8,3

Quadro 45 – Expectativa de Anos de Estudos no Município de Beneditinos

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Renda

A renda per capita média de Beneditinos cresceu 235,83% nas últimas duas décadas, passando de R\$78,34 em 1991 para R\$154,26 em 2000 e R\$263,09 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 96,91% no primeiro período e 70,55% no segundo, como mostra o Quadro 46.

MUNICÍPIO	RENDA PER CAPITA (1991)	RENDA PER CAPITA (2000)	RENDA PER CAPITA (2010)
Beneditinos (PI)	78,34	154,26	263,09

Quadro 46 – Renda Per Capita do Município de Beneditinos

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

O Índice de Gini é usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar. O Quadro 47 mostra que a desigualdade aumentou no Município de Beneditinos, onde o Índice de Gini passou de 0,54 em 1991 para 0,58 em 2000 e para 0,55 em 2010.

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE GINI (1991)	ÍNDICE DE GINI (2000)	ÍNDICE DE GINI (2010)
Beneditinos (PI)	0,54	0,58	0,55

Quadro 47 – Índice de Gini do Município de Beneditinos

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

O Quadro 48 apresenta o percentual de vulneráveis a pobreza no Município de Beneditinos, revelando que este percentual vem diminuindo passando de 95,26% no ano de 1991 para 84,10% no ano de 2000 e 66,93% no ano de 2010.

MUNICÍPIO	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (1991)	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2000)	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2010)
Beneditinos (PI)	95,26	84,10	66,93

Quadro 48 – Percentual de Vulneráveis à Pobreza do Município de Beneditinos

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 58,02% em 2000 para 58,72% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 6,12% em 2000 para 2,47% em 2010, como mostra o Quadro 49.

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS - BENEDITINOS - PI	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	58,02	58,72
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	6,12	2,47
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	13,70	17,42

Quadro 49 - Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais – Beneditinos – PI - 2010

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

Município de Coivaras

IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Coivaras é 0,565, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,5 e 0,599). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,274), seguida por Renda e por Longevidade. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,128), seguida por Longevidade e por Renda.

O Município de Coivaras teve um incremento no seu IDHM de 145,65% nas últimas duas décadas, abaixo da média de crescimento nacional (47%) e abaixo da média de crescimento estadual (78%). O Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Teresina e seus componentes estão apresentados no Quadro 50.

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM	0,230	0,370	0,565
IDHM Educação	0,051	0,179	0,453
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	6,44	9,79	28,33
% de 5 a 6 anos na escola	14,05	66,18	92,89
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	3,75	17,46	80,37
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	0,00	10,62	34,48

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

IDHM e componentes	1991	2000	2010
% de 18 a 20 anos com médio completo	0,00	2,49	21,79
IDHM Longevidade	0,608	0,658	0,732
Esperança de vida ao nascer	61,45	64,48	68,92
IDHM Renda	0,392	0,429	0,543
Renda per capita	91,57	115,20	234,94

Quadro 50 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes - Coivaras - PI

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

O Município de Coivaras ocupa a 4941ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 4940 (88,77%) municípios estão em situação melhor e 625 (11,23%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 224 outros municípios de Piauí, Coivaras ocupa a 112ª posição, sendo que 111 (49,55%) municípios estão em situação melhor e 113 (50,45%) municípios estão em situação pior ou igual.

Demografia e Saúde

População

Entre 2000 e 2010, a população de Coivaras teve uma taxa média de crescimento anual de 1,72%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 0,31%. No Estado, estas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 0,00%. O Quadro 51 apresenta a população total, por gênero, rural/urbana e taxa de urbanização - Coivaras – PI.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	3.124	100,00	3.213	100,00	3.811	100,00
População residente masculina	1.621	51,89	1.675	52,13	1.970	51,69
População residente feminina	1.504	48,14	1.538	47,87	1.841	48,31
População urbana	0	0,00	875	27,23	1.173	30,78
População rural	3.124	100,00	2.338	72,77	2.638	69,22
Taxa de Urbanização	-	0,00	-	27,23	-	30,78

Quadro 51 - População Total, por Gênero, Rural/Urbana e Taxa de Urbanização - Coivaras - PI

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em Coivaras reduziu 29%, passando de 44,1 por mil nascidos vivos em 2000 para 31,3 por mil nascidos vivos em 2010. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Em

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

2010, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 23,1 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente. O Quadro 52 apresenta a Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Coivaras – PI.

LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE - COIVARAS - PI	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	61,5	64,5	68,9
Mortalidade infantil	59,0	44,1	31,3
Mortalidade até 5 anos de idade	77,7	56,8	33,8
Taxa de fecundidade total	3,0	2,8	2,2

Quadro 52 - Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Coivaras - PI

Fonte: PNUD, IPEA E FJP, 2013

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Coivaras, a esperança de vida ao nascer aumentou 7,5 anos nas últimas duas décadas, passando de 61,5 anos em 1991 para 64,5 anos em 2000, e para 68,9 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 71,6 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. O Quadro 53 mostra o número de docentes matriculados nos ensinos pré-escolar, fundamental e médio no Município de Coivaras e o Quadro 54 apresenta o número de escolas no município.

MUNICÍPIO	ENSINO PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Coivaras	14	53	8

Quadro 53 - Docentes Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Coivaras

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

MUNICÍPIO	ENSINO PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Coivaras	18	25	2

Quadro 54 - Escolas nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Coivaras

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

O Quadro 55 mostra a expectativa de anos de estudo que indica o número de anos que a criança que inicia a vida escolar tende a completar. Em 2010, Coivaras tinha 8,56 anos esperados de estudo, em 2000 tinha 6,09 anos. O estado do Piauí tinha 9,23 anos esperados de estudo em 2010, 6,68 anos em 2000.

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

MUNICÍPIO	EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO (2000)	EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO (2010)
Piauí	6,68	9,23
Coivaras (PI)	6,09	8,56

Quadro 55 – Expectativa de Anos de Estudos no Município de Coivaras

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Renda

A renda per capita média de Coivaras cresceu 156,57% nas últimas duas décadas, passando de R\$91,57 em 1991 para R\$115,20 em 2000 e R\$234,94 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 25,81% no primeiro período e 103,94% no segundo, como mostra o Quadro 56.

MUNICÍPIO	RENDA PER CAPITA (1991)	RENDA PER CAPITA (2000)	RENDA PER CAPITA (2010)
Coivaras (PI)	91,57	115,20	234,94

Quadro 56 – Renda Per Capita do Município de Coivaras

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

O Índice de Gini é usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar. O Quadro 57 mostra que a desigualdade diminuiu no Município de Coivaras, onde o Índice de Gini passou de 0,54 em 1991 e em 2000 e para 0,48 em 2010.

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE GINI (1991)	ÍNDICE DE GINI (2000)	ÍNDICE DE GINI (2010)
Coivaras (PI)	0,54	0,54	0,48

Quadro 57 – Índice de Gini do Município de Coivaras

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

O Quadro 58 apresenta o percentual de vulneráveis a pobreza no Município de Coivaras, revelando que este percentual vem diminuindo passando de 94,74% no ano de 1991 para 92,32% no ano de 2000 e 71,37% no ano de 2010.

MUNICÍPIO	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (1991)	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2000)	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2010)
Coivaras (PI)	94,74	92,32	71,37

Quadro 58 – Percentual de Vulneráveis à Pobreza do Município de Coivaras

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 53,00% em 2000 para 60,37% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 8,35% em 2000 para 4,74% em 2010, como mostra o Quadro 59.

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS - COIVARAS - PI	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	53,00	60,37
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	8,35	4,74
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	13,94	15,02

Quadro 59 - Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais – Coivaras – PI - 2010

Fonte: PNUD, IPEA E FJP, 2013

Município de Curralinhos

IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Curralinhos é 0,555, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,5 e 0,599). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,275), seguida por Renda e por Longevidade. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,091), seguida por Renda e por Longevidade.

O Município de Curralinhos teve um incremento no seu IDHM de 138,20% nas últimas duas décadas, abaixo da média de crescimento nacional (47%) e abaixo da média de crescimento estadual (78%). O Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Teresina e seus componentes estão apresentados no Quadro 60.

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM	0,233	0,341	0,555
IDHM Educação	0,072	0,163	0,438
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	3,54	6,84	27,16
% de 5 a 6 anos na escola	22,85	65,74	87,13
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	12,61	30,69	71,27
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	4,70	3,27	37,46
% de 18 a 20 anos com médio completo	1,07	1,41	25,98
IDHM Longevidade	0,594	0,637	0,762
Esperança de vida ao nascer	60,66	63,24	70,70
IDHM Renda	0,296	0,381	0,512
Renda per capita	50,57	85,69	193,65

Quadro 60 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes - Curralinhos - PI

Fonte: PNUD, IPEA E FJP, 2013

O Município de Curralinhos ocupa a 5128ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 5127 (92,13%) municípios estão em situação melhor e 438 (7,87%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 224 outros municípios de Piauí, Curralinhos ocupa a 149ª posição, sendo que 148 (66,07%) municípios estão em situação melhor e 76 (33,93%) municípios estão em situação pior ou igual.

Demografia e Saúde

População

Entre 2000 e 2010, a população de Curralinhos teve uma taxa média de crescimento anual de 1,40%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de - 1,83%. No Estado, estas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 0,00%. O Quadro 61 apresenta a população total, por gênero, rural/urbana e taxa de urbanização - Curralinhos – PI.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	4.301	100,00	3.641	100,00	4.183	100,00
População residente masculina	2.166	50,36	1.914	52,57	2.144	51,26
População residente feminina	2.136	49,66	1.727	47,43	2.039	48,74
População urbana	0	0,00	797	21,89	1.331	31,82
População rural	4.301	100,00	2.844	78,11	2.852	68,18
Taxa de Urbanização	-	0,00	-	21,89	-	31,82

Quadro 61 - População Total, por Gênero, Rural/Úrbana e Taxa de Urbanização - Curralinhos - PI

Fonte: PNUD, IPEA E FJP, 2013

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em Curralinhos reduziu 47%, passando de 48,6 por mil nascidos vivos em 2000 para 25,7 por mil nascidos vivos em 2010. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 23,1 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente. O Quadro 62 apresenta a Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Curralinhos – PI.

LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE - CURRALINHOS - PI	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	60,7	63,2	70,7
Mortalidade infantil	62,6	48,6	25,7
Mortalidade até 5 anos de idade	82,2	62,4	27,8
Taxa de fecundidade total	4,9	3,8	2,8

Quadro 62 - Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Curralinhos - PI

Fonte: PNUD, IPEA E FJP, 2013

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. O Quadro 63 mostra o número de docentes matriculados nos ensinos pré-escolar, fundamental e médio no Município de Curralinhos e o Quadro 64 apresenta o número de escolas no município.

MUNICÍPIO	ENSINO PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Curralinhos	11	37	11

Quadro 63 - Docentes Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Curralinhos

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

MUNICÍPIO	ENSINO PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Curralinhos	9	10	1

Quadro 64 - Escolas nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Curralinhos

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

O Quadro 65 mostra a expectativa de anos de estudo que indica o número de anos que a criança que inicia a vida escolar tende a completar. Em 2010, Curralinhos tinha 7,69 anos esperados de estudo, em 2000 tinha 6,85 anos. O estado do Piauí tinha 9,23 anos esperados de estudo em 2010, 6,68 anos em 2000.

MUNICÍPIO	EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO (2000)	EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO (2010)
Piauí	6,68	9,23
Curralinhos (PI)	6,85	7,69

Quadro 65 – Expectativa de Anos de Estudos no Município de Curralinhos

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Renda

A renda per capita média de Curralinhos cresceu 282,93% nas últimas duas décadas, passando de R\$50,57 em 1991 para R\$85,69 em 2000 e R\$193,65 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 69,45% no primeiro período e 125,99% no segundo, como mostra o Quadro 66.

MUNICÍPIO	RENDA PER CAPITA (1991)	RENDA PER CAPITA (2000)	RENDA PER CAPITA (2010)
Curralinhos (PI)	50,57	85,69	193,65

Quadro 66 – Renda Per Capita do Município de Curralinhos

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

O Índice de Gini é usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar. O Quadro 67 mostra que a desigualdade diminuiu no

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

Município de Curralinhos, onde o Índice de Gini passou de 0,60 em 1991 para 0,56 em 2000 e para 0,53 em 2010.

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE GINI (1991)	ÍNDICE DE GINI (2000)	ÍNDICE DE GINI (2010)
Curralinhos (PI)	0,60	0,56	0,53

Quadro 67 – Índice de Gini do Município de Curralinhos

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

O Quadro 68 apresenta o percentual de vulneráveis a pobreza no Município de Curralinhos, revelando que este percentual vem diminuindo passando de 97,77% no ano de 1991 para 93,3254 no ano de 2000 e 75,25% no ano de 2010.

MUNICÍPIO	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (1991)	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2000)	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2010)
Curralinhos (PI)	97,77	93,54	75,25

Quadro 68 – Percentual de Vulneráveis à Pobreza do Município de Curralinhos

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 58,81% em 2000 para 53,35% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 2,55% em 2000 para 8,67% em 2010, como mostra o Quadro 69.

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS - CURRALINHOS - PI	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	58,81	53,35
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	2,55	8,67
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	3,81	17,17

Quadro 69 - Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais – Curralinhos – PI - 2010

Fonte: PNUD, IPEA E FJP, 2013

Município de Demerval Lobão

IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Demerval Lobão é 0,618, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,226), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,130), seguida por Longevidade e por Renda.

O Município de Demerval Lobão teve um incremento no seu IDHM de 74,08% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e abaixo da média de crescimento estadual (78%). O Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Teresina e seus componentes estão apresentados no Quadro 70.

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM	0,355	0,455	0,618
IDHM Educação	0,159	0,289	0,515
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	8,52	20,21	36,96
% de 5 a 6 anos na escola	59,10	92,39	100,00
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	18,45	27,40	77,80
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	7,72	15,16	40,23
% de 18 a 20 anos com médio completo	1,46	3,44	25,06
IDHM Longevidade	0,608	0,673	0,781
Esperança de vida ao nascer	61,45	65,40	71,88
IDHM Renda	0,462	0,483	0,588
Renda per capita	141,47	161,93	311,48

Quadro 70 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes – Demerval Lobão - PI

Fonte: PNUD, IPEA E FJP, 2013

O Município de Demerval Lobão ocupa a 3735ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 3734 (67,10%) municípios estão em situação melhor e 1.831 (32,90%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 224 outros municípios de Piauí, Demerval Lobão ocupa a 26ª posição, sendo que 25 (11,16%) municípios estão em situação melhor e 199 (88,84%) municípios estão em situação pior ou igual.

Demografia e Saúde

População

Entre 2000 e 2010, a população de Demerval Lobão teve uma taxa média de crescimento anual de 0,61%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 2,28%. No Estado, estas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 7,14%. O Quadro 71 apresenta a população total, por gênero, rural/urbana e taxa de urbanização - Demerval Lobão – PI.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	10.192	100,00	12.489	100,00	13.278	100,00
População residente masculina	4.938	48,45	6.164	49,36	6.477	48,78
População residente feminina	5.255	51,56	6.325	50,64	6.801	51,22
População urbana	7.790	76,43	10.254	82,10	10.873	81,89
População rural	2.402	23,57	2.235	17,90	2.405	18,11

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Taxa de Urbanização	-	76,43	-	82,10	-	81,89

Quadro 71 - População Total, por Gênero, Rural/Urbana e Taxa de Urbanização - Demerval Lobão - PI

Fonte: PNUD, IPEA E FJP, 2013

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em Demerval Lobão reduziu 45%, passando de 40,9 por mil nascidos vivos em 2000 para 22,4 por mil nascidos vivos em 2010. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 23,1 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente. O Quadro 72 apresenta a Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Demerval Lobão – PI.

LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE - DEMERVAL LOBÃO - PI	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	61,5	65,4	71,9
Mortalidade infantil	59,0	40,9	22,4
Mortalidade até 5 anos de idade	77,7	52,8	24,2
Taxa de fecundidade total	3,6	2,9	2,1

Quadro 72 - Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Demerval Lobão - PI

Fonte: PNUD, IPEA E FJP, 2013

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. O Quadro 73 mostra o número de docentes matriculados nos ensinos pré-escolar, fundamental e médio no Município de Demerval Lobão e o Quadro 74 apresenta o número de escolas no município.

MUNICÍPIO	ENSINO PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Demerval Lobão	20	126	29

Quadro 73 - Docentes Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Demerval Lobão

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

MUNICÍPIO	ENSINO PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Demerval Lobão	8	12	1

Quadro 74 - Escolas nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Demerval Lobão

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

O Quadro 75 mostra a expectativa de anos de estudo que indica o número de anos que a criança que inicia a vida escolar tende a completar. Em 2010, Demerval Lobão tinha 9,25 anos esperados de estudo, em 2000 tinha 7,08 anos. O estado do Piauí tinha 9,23 anos esperados de estudo em 2010, 6,68 anos em 2000.

MUNICÍPIO	EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO (2000)	EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO (2010)
Piauí	6,68	9,23
Demerval Lobão (PI)	7,08	9,25

Quadro 75 – Expectativa de Anos de Estudos no Município de Demerval Lobão

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Renda

A renda per capita média de Demerval Lobão cresceu 120,17% nas últimas duas décadas, passando de R\$141,47 em 1991 para R\$161,93 em 2000 e R\$311,48 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 14,46% no primeiro período e 92,35% no segundo, como mostra o Quadro 76.

MUNICÍPIO	RENDA PER CAPITA (1991)	RENDA PER CAPITA (2000)	RENDA PER CAPITA (2010)
Demerval Lobão (PI)	41,47	161,93	311,48

Quadro 76 – Renda Per Capita do Município de Demerval Lobão

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

O Índice de Gini é usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar. O Quadro 77 mostra que a desigualdade diminuiu no Município de Demerval Lobão, onde o Índice de Gini passou de 0,53 em 1991 para 0,55 em 2000 e para 0,48 em 2010.

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE GINI (1991)	ÍNDICE DE GINI (2000)	ÍNDICE DE GINI (2010)
Demerval Lobão (PI)	0,53	0,55	0,48

Quadro 77 – Índice de Gini do Município de Demerval Lobão

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

O Quadro 78 apresenta o percentual de vulneráveis a pobreza no Município de Demerval Lobão, revelando que este percentual vem diminuindo passando de 91,72% no ano de 1991 para 81,79 no ano de 2000 e 58,34% no ano de 2010.

MUNICÍPIO	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (1991)	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2000)	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2010)
Demerval Lobão (PI)	91,72	81,79	58,34

Quadro 78 – Percentual de Vulneráveis à Pobreza do Município de Demerval Lobão

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 54,35% em 2000 para 59,22% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 10,72% em 2000 para 9,44% em 2010, como mostra o Quadro 79.

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS – DEMERVAL LOBÃO - PI	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	54,35	59,22
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	10,72	9,44
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	29,24	33,68

Quadro 79 - Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais – Demerval Lobão – PI - 2010

Fonte: PNUD, IPEA E FJP, 2013

Município de José de Freitas

IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de José de Freitas é 0,618, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,304), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,117), seguida por Longevidade e por Renda.

O Município de José de Freitas teve um incremento no seu IDHM de 126,37% nas últimas duas décadas, abaixo da média de crescimento nacional (47%) e abaixo da média de crescimento estadual (78%). O Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Teresina e seus componentes estão apresentados no Quadro 80.

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM	0,273	0,402	0,618
IDHM Educação	0,091	0,208	0,512
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	11,60	17,41	37,21
% de 5 a 6 anos na escola	17,61	58,96	95,43
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	5,64	17,86	81,62
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	5,41	11,92	35,82
% de 18 a 20 anos com médio completo	3,88	2,64	27,27
IDHM Longevidade	0,564	0,654	0,781
Esperança de vida ao nascer	58,82	64,24	71,86
IDHM Renda	0,397	0,479	0,591
Renda per capita	94,71	157,48	316,27

Quadro 80 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes – José de Freitas - PI

Fonte: PNUD, IPEA E FJP, 2013

José de Freitas ocupa a 3735ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 3734 (67,10%) municípios estão em situação melhor e 1.831 (32,90%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 224 outros municípios de Piauí,

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

José de Freitas ocupa a 26ª posição, sendo que 25 (11,16%) municípios estão em situação melhor e 199 (88,84%) municípios estão em situação pior ou igual.

Demografia e Saúde

População

Entre 2000 e 2010, a população de José de Freitas teve uma taxa média de crescimento anual de 1,22%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 1,22%. No Estado, estas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 25,11%. O Quadro 81 apresenta a população total, por gênero, rural/urbana e taxa de urbanização - José de Freitas – PI.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	29.451	100,00	32.858	100,00	37.085	100,00
População residente masculina	14.855	50,44	16.476	50,14	18.522	49,94
População residente feminina	14.596	49,56	16.382	49,86	18.563	50,06
População urbana	13.712	46,56	18.110	55,12	21.601	58,25
População rural	15.739	53,44	14.748	44,88	15.484	41,75
Taxa de Urbanização	-	46,56	-	55,12	-	58,25

Quadro 81 - População Total, por Gênero, Rural/Urbana e Taxa de Urbanização - José de Freitas - PI

Fonte: PNUD, IPEA E FJP, 2013

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em José de Freitas reduziu 50%, passando de 45,0 por mil nascidos vivos em 2000 para 22,4 por mil nascidos vivos em 2010. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 23,1 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente. O Quadro 82 apresenta a Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de José de Freitas – PI.

LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE - JOSÉ DE FREITAS - PI	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	58,8	64,2	71,9
Mortalidade infantil	71,2	45,0	22,4
Mortalidade até 5 anos de idade	93,0	57,9	24,3
Taxa de fecundidade total	3,9	2,8	2,0

Quadro 82 - Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de José de Freitas - PI

Fonte: PNUD, IPEA E FJP, 2013

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. O Quadro 83 mostra o número de docentes matriculados nos ensinos pré-escolar, fundamental e médio no Município de José de Freitas e o Quadro 84 apresenta o número de escolas no município.

MUNICÍPIO	ENSINO PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
José de Freitas (PI)	88	422	130

Quadro 83 - Docentes Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de José de Freitas

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

MUNICÍPIO	ENSINO PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
José de Freitas (PI)	52	72	6

Quadro 84 - Escolas nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de José de Freitas

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

O Quadro 85 mostra a expectativa de anos de estudo que indica o número de anos que a criança que inicia a vida escolar tende a completar. Em 2010, José de Freitas tinha 9,08 anos esperados de estudo, em 2000 tinha 7,08 anos. O estado do Piauí tinha 9,23 anos esperados de estudo em 2010, 6,28 anos em 2000.

MUNICÍPIO	EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO (2000)	EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO (2010)
Piauí	6,68	9,23
José de Freitas (PI)	6,28	9,08

Quadro 85 – Expectativa de Anos de Estudos no Município de José de Freitas

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Renda

A renda per capita média de José de Freitas cresceu 233,94% nas últimas duas décadas, passando de R\$94,71 em 1991 para R\$157,48 em 2000 e R\$316,27 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 66,28% no primeiro período e 100,83% no segundo, como mostra o Quadro 86.

MUNICÍPIO	RENDA PER CAPITA (1991)	RENDA PER CAPITA (2000)	RENDA PER CAPITA (2010)
José de Freitas (PI)	94,71	157,48	316,27

Quadro 86 – Renda Per Capita do Município de José de Freitas

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

O Índice de Gini é usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar. O Quadro 87 mostra que a desigualdade aumentou no

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

Município de José de Freitas, onde o Índice de Gini passou de 0,54 em 1991 para 0,52 em 2000 e para 0,57 em 2010.

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE GINI (1991)	ÍNDICE DE GINI (2000)	ÍNDICE DE GINI (2010)
José de Freitas (PI)	0,54	0,52	0,57

Quadro 87 – Índice de Gini do Município de José de Freitas

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

O Quadro 88 apresenta o percentual de vulneráveis a pobreza no Município de José de Freitas, revelando que este percentual vem diminuindo passando de 93,56% no ano de 1991 para 85,28 no ano de 2000 e 65,55% no ano de 2010.

MUNICÍPIO	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (1991)	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2000)	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2010)
José de Freitas (PI)	93,56	85,28	65,55

Quadro 88 – Percentual de Vulneráveis à Pobreza do Município de José de Freitas

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 58,70% em 2000 para 58,54% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 7,19% em 2000 para 8,95% em 2010, como mostra o Quadro 89.

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS - JOSÉ DE FREITAS - PI	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	58,70	58,54
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	7,19	8,95
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	22,70	30,68

Quadro 89 - Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais – José de Freitas – PI - 2010

Fonte: PNUD, IPEA E FJP, 2013

Município de Lagoa Alegre

IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Lagoa Alegre é 0,550, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,5 e 0,599). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,241), seguida por Renda e por Longevidade. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,122), seguida por Renda e por Longevidade.

O Município de Lagoa Alegre teve um incremento no seu IDHM de 143,36% nas últimas duas décadas, abaixo da média de crescimento nacional (47%) e abaixo da média de crescimento estadual (78%). O Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Teresina e seus componentes estão apresentados no Quadro 90.

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM	0,226	0,373	0,550
IDHM Educação	0,062	0,184	0,425
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	5,35	10,50	27,87
% de 5 a 6 anos na escola	14,64	70,43	95,97
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	7,62	17,11	74,06
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	4,48	8,28	28,37
% de 18 a 20 anos com médio completo	0,00	1,19	11,38
IDHM Longevidade	0,608	0,666	0,728
Esperança de vida ao nascer	61,45	64,98	68,70
IDHM Renda	0,308	0,423	0,538
Renda per capita	54,53	111,56	227,89

Quadro 90 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes – Lagoa Alegre - PI

Fonte: PNUD, IPEA E FJP, 2013

O Município de Lagoa Alegre ocupa a 5194^a posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 5193 (93,32%) municípios estão em situação melhor e 372 (6,68%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 224 outros municípios de Piauí, Lagoa Alegre ocupa a 161^a posição, sendo que 160 (71,43%) municípios estão em situação melhor e 64 (28,57%) municípios estão em situação pior ou igual.

Demografia e Saúde

População

Entre 2000 e 2010, a população de Lagoa Alegre teve uma taxa média de crescimento anual de 1,58%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 2,41%. No Estado, estas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 0,00%. O Quadro 91 apresenta a população total, por gênero, rural/urbana e taxa de urbanização - Lagoa Alegre – PI.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	5.527	100,00	6.849	100,00	8.008	100,00
População residente masculina	2.814	50,91	3.524	51,45	4.124	51,50
População residente feminina	2.713	49,09	3.325	48,55	3.884	48,50
População urbana	0	0,00	2.337	34,12	3.042	37,99
População rural	5.527	100,00	4.512	65,88	4.966	62,01

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Taxa de Urbanização	-	0,00	-	34,12	-	37,99

Quadro 91 - População Total, por Gênero, Rural/Urba e Taxa de Urbanização - Lagoa Alegre - PI

Fonte: PNUD, IPEA E FJP, 2013

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em Lagoa Alegre reduziu 24%, passando de 42,4 por mil nascidos vivos em 2000 para 32,0 por mil nascidos vivos em 2010. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 23,1 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente. O Quadro 92 apresenta a Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Lagoa Alegre – PI.

LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE - LAGOA ALEGRE - PI	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	61,5	65,0	68,7
Mortalidade infantil	59,0	42,4	32,0
Mortalidade até 5 anos de idade	77,7	54,6	34,6
Taxa de fecundidade total	4,4	4,0	2,1

Quadro 92 - Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Lagoa Alegre - PI

Fonte: PNUD, IPEA E FJP, 2013

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. O Quadro 93 mostra o número de docentes matriculados nos ensinos pré-escolar, fundamental e médio no Município de Lagoa Alegre e o Quadro 94 apresenta o número de escolas no município.

MUNICÍPIO	ENSINO PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Lagoa Alegre (PI)	32	104	20

Quadro 93 - Docentes Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Lagoa Alegre

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

MUNICÍPIO	ENSINO PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Lagoa Alegre (PI)	16	18	1

Quadro 94 - Escolas nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Lagoa Alegre

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

O Quadro 95 mostra a expectativa de anos de estudo que indica o número de anos que a criança que inicia a vida escolar tende a completar. Em 2010, Lagoa Alegre tinha 7,89 anos esperados de estudo, em 2000 tinha 5,86 anos. O estado do Piauí tinha 9,23 anos esperados de estudo em 2010, 6,28 anos em 2000.

MUNICÍPIO	EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO (2000)	EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO (2010)
Piauí	6,68	9,23
Lagoa Alegre (PI)	5,86	7,89

Quadro 95 – Expectativa de Anos de Estudos no Município de Lagoa Alegre

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Renda

A renda per capita média de Lagoa Alegre cresceu 317,92% nas últimas duas décadas, passando de R\$54,53 em 1991 para R\$111,56 em 2000 e R\$227,89 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 104,58% no primeiro período e 104,28% no segundo, como mostra o Quadro 96.

MUNICÍPIO	RENDA PER CAPITA (1991)	RENDA PER CAPITA (2000)	RENDA PER CAPITA (2010)
Lagoa Alegre (PI)	54,53	111,56	227,89

Quadro 96 – Renda Per Capita do Município de Lagoa Alegre

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

O Índice de Gini é usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar. O Quadro 97 mostra que a desigualdade aumentou no Município de Lagoa Alegre, onde o Índice de Gini passou de 0,41 em 1991 para 0,51 em 2000 e para 0,53 em 2010.

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE GINI (1991)	ÍNDICE DE GINI (2000)	ÍNDICE DE GINI (2010)
Lagoa Alegre (PI)	0,41	0,51	0,53

Quadro 97 – Índice de Gini do Município de Lagoa Alegre

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

O Quadro 98 apresenta o percentual de vulneráveis a pobreza no Município de Lagoa Alegre, revelando que este percentual vem diminuindo passando de 98,65% no ano de 1991 para 91,24 no ano de 2000 e 71,27% no ano de 2010.

MUNICÍPIO	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (1991)	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2000)	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2010)
Lagoa Alegre (PI)	98,65	91,24	71,27

Quadro 98 – Percentual de Vulneráveis à Pobreza do Município de Lagoa Alegre

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 85,50% em 2000

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

para 58,67% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 1,92% em 2000 para 9,67% em 2010, como mostra o Quadro 99.

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS - LAGOA ALEGRE - PI	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	85,50	58,67
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	1,92	9,67
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	10,18	21,03

Quadro 99 - Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais – Lagoa Alegre – PI - 2010

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

Município de Lagoa do Piauí

IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Lagoa do Piauí é 0,583, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,5 e 0,599). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,254), seguida por Renda e por Longevidade. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,104), seguida por Longevidade e por Renda.

O Município de Lagoa do Piauí teve um incremento no seu IDHM de 95,64% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (78%). O Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Teresina e seus componentes estão apresentados no Quadro 100.

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM	0,298	0,383	0,583
IDHM Educação	0,106	0,210	0,464
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	6,29	12,37	29,11
% de 5 a 6 anos na escola	45,50	80,36	97,93
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	4,47	21,10	77,45
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	0,00	4,13	37,19
% de 18 a 20 anos com médio completo	5,06	3,91	21,98
IDHM Longevidade	0,608	0,648	0,778
Esperança de vida ao nascer	61,45	63,90	71,70
IDHM Renda	0,411	0,413	0,548
Renda per capita	103,00	104,62	242,33

Quadro 100 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes – Lagoa do Piauí - PI

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

O Município de Lagoa do Piauí ocupa a 4562^a posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 4561 (81,96%) municípios estão em situação melhor e 1.004 (18,04%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 224 outros

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

municípios de Piauí, Lagoa do Piauí ocupa a 71ª posição, sendo que 70 (31,25%) municípios estão em situação melhor e 154 (68,75%) municípios estão em situação pior ou igual.

Demografia e Saúde

População

Entre 2000 e 2010, a população de Lagoa do Piauí teve uma taxa média de crescimento anual de 1,03%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 1,14%. No Estado, estas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 0,00%. O Quadro 101 apresenta a população total, por gênero, rural/urbana e taxa de urbanização - Lagoa do Piauí – PI.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	3.149	100,00	3.488	100,00	3.863	100,00
População residente masculina	1.622	51,51	1.810	51,89	1.990	51,51
População residente feminina	1.527	48,49	1.678	48,11	1.873	48,49
População urbana	0	0,00	939	26,92	1.672	43,28
População rural	3.149	100,00	2.549	73,08	2.191	56,72
Taxa de Urbanização	-	0,00	-	26,92	-	43,28

Quadro 101 - População Total, por Gênero, Rural/Urbana e Taxa de Urbanização - Lagoa do Piauí - PI

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em Lagoa do Piauí reduziu 50%, passando de 46,2 por mil nascidos vivos em 2000 para 22,9 por mil nascidos vivos em 2010. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 23,1 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente. O Quadro 102 apresenta a Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Lagoa do Piauí – PI.

LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE - LAGOA DO PIAUÍ - PI	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	61,5	63,9	71,7
Mortalidade infantil	59,0	46,2	22,9
Mortalidade até 5 anos de idade	77,7	59,4	24,7
Taxa de fecundidade total	4,8	2,5	2,5

Quadro 102 - Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Lagoa do Piauí - PI

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. O Quadro 103 mostra o número de docentes matriculados nos ensinos pré-escolar, fundamental e médio no Município de Lagoa do Piauí e o Quadro 104 apresenta o número de escolas no município.

MUNICÍPIO	ENSINO PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Lagoa do Piauí (PI)	13	44	5

Quadro 103 - Docentes Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Lagoa do Piauí

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

MUNICÍPIO	ENSINO PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Lagoa do Piauí (PI)	14	15	1

Quadro 104 - Escolas nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Lagoa do Piauí

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

O Quadro 105 mostra a expectativa de anos de estudo que indica o número de anos que a criança que inicia a vida escolar tende a completar. Em 2010, Lagoa do Piauí tinha 8,97 anos esperados de estudo, em 2000 tinha 7,12 anos. O estado do Piauí tinha 9,23 anos esperados de estudo em 2010, 6,28 anos em 2000.

MUNICÍPIO	EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO (2000)	EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO (2010)
Piauí	6,68	9,23
Lagoa do Piauí (PI)	7,12	8,97

Quadro 105 – Expectativa de Anos de Estudos no Município de Lagoa do Piauí

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Renda

A renda per capita média de Lagoa do Piauí cresceu 135,27% nas últimas duas décadas, passando de R\$103,00 em 1991 para R\$104,62 em 2000 e R\$242,33 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 1,57% no primeiro período e 131,63% no segundo, como mostra o Quadro 106.

MUNICÍPIO	RENDA PER CAPITA (1991)	RENDA PER CAPITA (2000)	RENDA PER CAPITA (2010)
Lagoa do Piauí (PI)	103,00	104,62	242,33

Quadro 106 – Renda Per Capita do Município de Lagoa do Piauí

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

O Índice de Gini é usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar. O Quadro 107 mostra que a desigualdade diminuiu no

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

Município de Lagoa do Piauí, onde o Índice de Gini passou de 0,62 em 1991 para 0,52 em 2000 e para 0,47 em 2010.

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE GINI (1991)	ÍNDICE DE GINI (2000)	ÍNDICE DE GINI (2010)
Lagoa do Piauí (PI)	0,62	0,52	0,47

Quadro 107 – Índice de Gini do Município de Lagoa do Piauí

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

O Quadro 108 apresenta o percentual de vulneráveis a pobreza no Município de Lagoa do Piauí, revelando que este percentual vem diminuindo passando de 95,74% no ano de 1991 para 95,08 no ano de 2000 e 66,72% no ano de 2010.

MUNICÍPIO	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (1991)	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2000)	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2010)
Lagoa do Piauí (PI)	95,74	95,08	66,72

Quadro 108 – Percentual de Vulneráveis à Pobreza do Município de Lagoa do Piauí

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 62,37% em 2000 para 54,66% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 8,02% em 2000 para 5,39% em 2010, como mostra o Quadro 109

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS - LAGOA DO PIAUÍ - PI	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	62,37	54,66
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	8,02	5,39
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	17,66	32,70

Quadro 109 - Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais – Lagoa do Piauí – PI - 2010

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

Município de Miguel Leão

IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Miguel Leão é 0,623, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,327), seguida por Renda e por Longevidade. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Longevidade (com crescimento de 0,100), seguida por Educação e por Renda.

O Município de Miguel Leão teve um incremento no seu IDHM de 92,28% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (78%). O Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Teresina e seus componentes estão apresentados no Quadro 110.

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM	0,324	0,412	0,623
IDHM Educação	0,123	0,206	0,533
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	6,97	13,08	36,33
% de 5 a 6 anos na escola	44,58	85,55	93,43
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	8,67	18,20	76,08
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	6,47	0,00	49,98
% de 18 a 20 anos com médio completo	5,96	0,00	39,03
IDHM Longevidade	0,608	0,708	0,782
Esperança de vida ao nascer	61,45	67,47	71,89
IDHM Renda	0,453	0,478	0,579
Renda per capita	133,73	156,53	294,48

Quadro 110 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes – Miguel Leão - PI

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

O Município de Miguel Leão ocupa a 3631ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 3630 (65,23%) municípios estão em situação melhor e 1.935 (34,77%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 224 outros municípios de Piauí, Miguel Leão ocupa a 22ª posição, sendo que 21 (9,38%) municípios estão em situação melhor e 203 (90,63%) municípios estão em situação pior ou igual.

Demografia e Saúde

População

Entre 2000 e 2010, a população de Miguel Leão teve uma taxa média de crescimento anual de -0,89%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 0,99%. No Estado, estas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 21,68%. O Quadro 111 apresenta a população total, por gênero, rural/urbana e taxa de urbanização - Miguel Leão – PI.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	1.254	100,00	1.370	100,00	1.253	100,00
População residente masculina	626	49,92	708	51,68	657	52,43
População residente feminina	628	50,08	662	48,32	596	47,57
População urbana	709	56,54	749	54,67	862	68,79
População rural	545	43,46	621	45,33	391	31,21

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Taxa de Urbanização	-	56,54	-	54,67	-	68,79

Quadro 111 - População Total, por Gênero, Rural/Urbana e Taxa de Urbanização - Miguel Leão - PI

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em Miguel Leão reduziu 34%, passando de 34,2 por mil nascidos vivos em 2000 para 22,4 por mil nascidos vivos em 2010. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 23,1 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente. O Quadro 112 apresenta a Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Miguel Leão – PI.

LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE - MIGUEL LEÃO - PI	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	61,5	67,5	71,9
Mortalidade infantil	59,0	34,2	22,4
Mortalidade até 5 anos de idade	77,7	44,3	24,2
Taxa de fecundidade total	3,1	2,8	2,8

Quadro 112 - Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Miguel Leão - PI

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. O Quadro 113 mostra o número de docentes matriculados nos ensinos pré-escolar, fundamental e médio no Município de Miguel Leão e o Quadro 114 apresenta o número de escolas no município.

MUNICÍPIO	ENSINO PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Miguel Leão (PI)	4	28	10

Quadro 113 - Docentes Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Miguel Leão

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

MUNICÍPIO	ENSINO PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Miguel Leão (PI)	3	4	1

Quadro 114 - Escolas nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Miguel Leão

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

O Quadro 115 mostra a expectativa de anos de estudo que indica o número de anos que a criança que inicia a vida escolar tende a completar. Em 2010, Miguel Leão tinha 9,33 anos esperados de estudo, em 2000 tinha 5,94 anos. O estado do Piauí tinha 9,23 anos esperados de estudo em 2010, 6,28 anos em 2000.

MUNICÍPIO	EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO (2000)	EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO (2010)
Piauí	6,68	9,23
Miguel Leão (PI)	5,94	9,33

Quadro 115 – Expectativa de Anos de Estudos no Município de Miguel Leão

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Renda

A renda per capita média de Miguel Leão cresceu 120,20% nas últimas duas décadas, passando de R\$133,73 em 1991 para R\$156,53 em 2000 e R\$294,48 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 17,05% no primeiro período e 88,13% no segundo, como mostra o Quadro 116.

MUNICÍPIO	RENDA PER CAPITA (1991)	RENDA PER CAPITA (2000)	RENDA PER CAPITA (2010)
Miguel Leão (PI)	133,73	156,53	294,48

Quadro 116 – Renda Per Capita do Município de Miguel Leão

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

O Índice de Gini é usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar. O Quadro 117 mostra que a desigualdade diminuiu no Município de Miguel Leão, onde o Índice de Gini passou de 0,68 em 1991 para 0,43 em 2000 e para 0,52 em 2010.

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE GINI (1991)	ÍNDICE DE GINI (2000)	ÍNDICE DE GINI (2010)
Miguel Leão (PI)	0,68	0,43	0,52

Quadro 117 – Índice de Gini do Município de Miguel Leão

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

O Quadro 118 apresenta o percentual de vulneráveis a pobreza no Município de Miguel Leão, revelando que este percentual vem diminuindo passando de 94,23% no ano de 1991 para 79,36 no ano de 2000 e 61,27% no ano de 2010.

MUNICÍPIO	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (1991)	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2000)	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2010)
Miguel Leão (PI)	94,23	79,36	61,27

Quadro 118 – Percentual de Vulneráveis à Pobreza do Município de Miguel Leão

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 56,04% em 2000 para 65,00% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 2,99% em 2000 para 2,49% em 2010, como mostra o Quadro 119.

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS - MIGUEL LEÃO - PI	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	56,04	65,00
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	2,99	2,49
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	21,69	29,29

Quadro 119 - Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais – Lagoa do Piauí – PI - 2010

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

Município de Monsenhor Gil

IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Monsenhor Gil é 0,615, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,250), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,121), seguida por Renda e por Longevidade.

O Município de Monsenhor Gil teve um incremento no seu IDHM de 90,40% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (78%). O Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Teresina e seus componentes estão apresentados no Quadro 120.

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM	0,323	0,440	0,615
IDHM Educação	0,153	0,274	0,524
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	8,78	16,85	33,14
% de 5 a 6 anos na escola	54,27	93,33	97,57
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	16,41	27,15	87,02
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	6,08	15,20	51,62
% de 18 a 20 anos com médio completo	3,88	3,77	27,79
IDHM Longevidade	0,608	0,661	0,781
Esperança de vida ao nascer	61,45	64,65	71,87
IDHM Renda	0,361	0,471	0,568
Renda per capita	75,62	149,87	273,95

Quadro 120 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes – Monsenhor Gil - PI

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

O Município de Monsenhor Gil ocupa a 3796ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 3795 (68,19%) municípios estão em situação melhor e 1.770 (31,81%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 224 outros municípios de Piauí, Monsenhor Gil ocupa a 29ª posição, sendo que 28 (12,50%) municípios estão em situação melhor e 196 (87,50%) municípios estão em situação pior ou igual.

Demografia e Saúde

População

Entre 2000 e 2010, a população de Monsenhor Gil teve uma taxa média de crescimento anual de 0,02%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 2,44%. No Estado, estas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 28,89%. O Quadro 121 apresenta a população total, por gênero, rural/urbana e taxa de urbanização - Monsenhor Gil – PI.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	8.296	100,00	10.309	100,00	10.333	100,00
População residente masculina	4.145	49,96	5.166	50,11	5.105	49,40
População residente feminina	4.151	50,04	5.143	49,89	5.228	50,60
População urbana	3.307	39,86	4.877	47,31	5.309	51,38
População rural	4.989	60,14	5.432	52,69	5.024	48,62
Taxa de Urbanização	-	39,86	-	47,31	-	51,38

Quadro 121 - População Total, por Gênero, Rural/Urbana e Taxa de Urbanização - Monsenhor Gil - PI

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em Monsenhor Gil reduziu 48%, passando de 43,5 por mil nascidos vivos em 2000 para 22,4 por mil nascidos vivos em 2010. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 23,1 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente. O Quadro 122 apresenta a Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Monsenhor Gil – PI.

LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE - MONSENHOR GIL - PI	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	61,5	64,7	71,9
Mortalidade infantil	59,0	43,5	22,4
Mortalidade até 5 anos de idade	77,7	56,1	24,3
Taxa de fecundidade total	4,3	3,1	2,1

Quadro 122 - Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Monsenhor Gil - PI

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. O Quadro 123 mostra o número de docentes matriculados nos ensinos pré-escolar, fundamental e médio no Município de Monsenhor Gil e o Quadro 124 apresenta o número de escolas no município.

MUNICÍPIO	ENSINO PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Monsenhor Gil (PI)	19	94	38

Quadro 123 - Docentes Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Monsenhor Gil

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

MUNICÍPIO	ENSINO PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Monsenhor Gil (PI)	23	26	2

Quadro 124 - Escolas nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Monsenhor Gil

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

O Quadro 125 mostra a expectativa de anos de estudo que indica o número de anos que a criança que inicia a vida escolar tende a completar. Em 2010, Monsenhor Gil tinha 9,33 anos esperados de estudo, em 2000 tinha 5,94 anos. O estado do Piauí tinha 9,23 anos esperados de estudo em 2010, 6,28 anos em 2000.

MUNICÍPIO	EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO (2000)	EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO (2010)
Piauí	6,68	9,23
Monsenhor Gil (PI)	6,53	9,87

Quadro 125 – Expectativa de Anos de Estudos no Município de Monsenhor Gil

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Renda

A renda per capita média de Monsenhor Gil cresceu 262,27% nas últimas duas décadas, passando de R\$75,62 em 1991 para R\$149,87 em 2000 e R\$273,95 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 98,19% no primeiro período e 82,79% no segundo, como mostra o Quadro 126.

MUNICÍPIO	RENDA PER CAPITA (1991)	RENDA PER CAPITA (2000)	RENDA PER CAPITA (2010)
Monsenhor Gil (PI)	75,62	149,87	273,95

Quadro 126 – Renda Per Capita do Município de Monsenhor Gil

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

O Índice de Gini é usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar. O Quadro 127 mostra que a desigualdade diminuiu no

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

Município de Monsenhor Gil, onde o Índice de Gini passou de 0,57 em 1991 para 0,55 em 2000 e para 0,50 em 2010.

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE GINI (1991)	ÍNDICE DE GINI (2000)	ÍNDICE DE GINI (2010)
Monsenhor Gil (PI)	0,57	0,55	0,50

Quadro 127 – Índice de Gini do Município de Monsenhor Gil

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

O Quadro 128 apresenta o percentual de vulneráveis a pobreza no Município de Monsenhor Gil, revelando que este percentual vem diminuindo passando de 95,29% no ano de 1991 para 86,44 no ano de 2000 e 63,55% no ano de 2010.

MUNICÍPIO	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (1991)	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2000)	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2010)
Monsenhor Gil (PI)	95,29	86,44	63,55

Quadro 128 – Percentual de Vulneráveis à Pobreza do Município de Monsenhor Gil

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 50,20% em 2000 para 51,69% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 6,11% em 2000 para 10,70% em 2010, como mostra o Quadro 129.

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS - MONSENHOR GIL - PI	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	50,20	51,69
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	6,11	10,70
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	18,30	32,89

Quadro 129 - Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais – Monsenhor Gil – PI - 2010

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

Município de Nazária

IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Nazária é 0,602, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,325), seguida por Renda e por Longevidade. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,101), seguida por Longevidade e por Renda.

O Município de Nazária teve um incremento no seu IDHM de 122,96% nas últimas duas décadas, abaixo da média de crescimento nacional (47%) e abaixo da média de crescimento estadual (78%). O Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Teresina e seus componentes estão apresentados no Quadro 130.

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM	0,270	0,389	0,602
IDHM Educação	0,086	0,187	0,512
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	5,71	10,68	28,97
% de 5 a 6 anos na escola	18,42	56,73	97,84
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	20,74	33,33	84,07
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	1,37	7,74	63,86
% de 18 a 20 anos com médio completo	1,91	0,97	26,46
IDHM Longevidade	0,615	0,706	0,780
Esperança de vida ao nascer	61,91	67,37	71,78
IDHM Renda	0,374	0,445	0,546
Renda per capita	81,85	127,18	239,37

Quadro 130 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes – Nazária - PI

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

O Município de Nazária ocupa a 4101ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 4100 (73,67%) municípios estão em situação melhor e 1.465 (26,33%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 224 outros municípios de Piauí, Nazária ocupa a 38ª posição, sendo que 37 (16,52%) municípios estão em situação melhor e 187 (83,48%) municípios estão em situação pior ou igual.

Demografia e Saúde

População

Entre 2000 e 2010, a população de Nazária teve uma taxa média de crescimento anual de 0,93%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 0,17%. No Estado, estas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 0,00%. O Quadro 131 apresenta a população total, por gênero, rural/urbana e taxa de urbanização - Nazária – PI.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	7.242	100,00	7.352	100,00	8.068	100,00
População residente masculina	3.687	50,91	3.749	50,99	4.085	50,63
População residente feminina	3.555	49,09	3.604	49,02	3.983	49,37
População urbana	0	0,00	0	0,00	1.652	20,48
População rural	7.242	100,00	7.352	100,00	6.416	79,52

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Taxa de Urbanização	-	0,00	-	0,00	-	20,48

Quadro 131 - População Total, por Gênero, Rural/Urba e Taxa de Urbanização - Nazária - PI

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em Nazária reduziu 34%, passando de 34,5 por mil nascidos vivos em 2000 para 22,6 por mil nascidos vivos em 2010. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 23,1 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente. O Quadro 132 apresenta a Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Nazária – PI.

LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE - NAZÁRIA - PI	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	61,9	67,4	71,8
Mortalidade infantil	57,0	34,5	22,6
Mortalidade até 5 anos de idade	75,2	44,7	24,5
Taxa de fecundidade total	4,4	4,1	2,7

Quadro 132 - Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Nazária - PI

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. O Quadro 133 mostra o número de docentes matriculados nos ensinos pré-escolar, fundamental e médio no Município de Nazária e o Quadro 134 apresenta o número de escolas no município.

MUNICÍPIO	ENSINO PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Nazária (PI)	27	71	25

Quadro 133 - Docentes Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Nazária

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

MUNICÍPIO	ENSINO PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Nazária (PI)	10	10	1

Quadro 134 - Escolas nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Nazária

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

O Quadro 135 mostra a expectativa de anos de estudo que indica o número de anos que a criança que inicia a vida escolar tende a completar. Em 2010, Nazária tinha 9,33 anos esperados de estudo, em 2000 tinha 5,94 anos. O estado do Piauí tinha 9,23 anos esperados de estudo em 2010, 6,28 anos em 2000.

MUNICÍPIO	EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO (2000)	EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO (2010)
Piauí	6,68	9,23
Nazária (PI)	8,08	10,15

Quadro 135 – Expectativa de Anos de Estudos no Município de Nazária

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Renda

A renda per capita média de Nazária caiu 192,45% nas últimas duas décadas, passando de R\$81,85 em 1991 para R\$127,18 em 2000 e R\$239,37 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 55,38% no primeiro período e 88,21% no segundo, como mostra o Quadro 136.

MUNICÍPIO	RENDA PER CAPITA (1991)	RENDA PER CAPITA (2000)	RENDA PER CAPITA (2010)
Nazária (PI)	81,85	127,18	239,37

Quadro 136 – Renda Per Capita do Município de Nazária

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

O Índice de Gini é usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar. O Quadro 137 mostra que a desigualdade aumentou no Município de Nazária, onde o Índice de Gini passou de 0,40 em 1991 para 0,51 em 2000 e para 0,50 em 2010.

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE GINI (1991)	ÍNDICE DE GINI (2000)	ÍNDICE DE GINI (2010)
Nazária (PI)	0,40	0,51	0,50

Quadro 137 – Índice de Gini do Município de Nazária

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

O Quadro 138 apresenta o percentual de vulneráveis a pobreza no Município de Nazária, revelando que este percentual vem diminuindo passando de 96,74% no ano de 1991 para 90,88 no ano de 2000 e 70,66% no ano de 2010.

MUNICÍPIO	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (1991)	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2000)	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2010)
Nazária (PI)	96,74	90,88	70,66

Quadro 138 – Percentual de Vulneráveis à Pobreza do Município de Nazária

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 53,45% em 2000 para 55,04% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 4,00% em 2000 para 9,23% em 2010, como mostra o Quadro 139.

Ocupação da população de 18 anos ou mais - Nazária - PI	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	53,45	55,04
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	4,00	9,23
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	22,78	27,23

Quadro 139 - Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais – Nazária – PI - 2010

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

Município de Pau D'Arco do Piauí

IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Pau D'Arco do Piauí é 0,514, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,5 e 0,599). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,275), seguida por Renda e por Longevidade. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Longevidade (com crescimento de 0,123), seguida por Educação e por Renda.

O Município de Pau D'Arco do Piauí teve um incremento no seu IDHM de 193,71% nas últimas duas décadas, abaixo da média de crescimento nacional (47%) e abaixo da média de crescimento estadual (78%). O Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Teresina e seus componentes estão apresentados no Quadro 140.

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM	0,175	0,282	0,514
IDHM Educação	0,031	0,101	0,376
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	1,88	3,82	20,14
% de 5 a 6 anos na escola	11,71	54,44	91,67
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	3,89	4,26	71,31
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	0,00	7,17	28,23
% de 18 a 20 anos com médio completo	0,00	0,00	14,98
IDHM Longevidade	0,509	0,632	0,742
Esperança de vida ao nascer	55,56	62,93	69,50
IDHM Renda	0,340	0,353	0,488
Renda per capita	66,53	72,03	167,01

Quadro 140 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes – Pau D'Arco do Piauí - PI

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

O Município de Pau D'Arco do Piauí ocupa a 5487ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 5486 (98,58%) municípios estão em situação melhor e 79 (1,42%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 224 outros municípios de Piauí, Pau D'Arco do Piauí ocupa a 210ª posição, sendo que 209 (93,30%) municípios estão em situação melhor e 15 (6,70%) municípios estão em situação pior ou igual.

Demografia e Saúde

População

Entre 2000 e 2010, a população de Pau D'Arco do Piauí teve uma taxa média de crescimento anual de 1,20%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 0,85%. No Estado, estas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 0,00%. O Quadro 141 apresenta a população total, por gênero, rural/urbana e taxa de urbanização - Pau D'Arco do Piauí – PI.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	3.092	100,00	3.336	100,00	3.757	100,00
População residente masculina	1.602	51,81	1.760	52,76	1.935	51,50
População residente feminina	1.490	48,19	1.576	47,24	1.822	48,50
População urbana	0	0,00	0	0,00	556	14,80
População rural	3.092	100,00	3.336	100,00	3.201	85,20
Taxa de Urbanização	-	0,00	-	0,00	-	14,80

Quadro 141 - População Total, por Gênero, Rural/Urbana e Taxa de Urbanização - Pau D'Arco do Piauí - PI

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em Pau D'Arco do Piauí reduziu 40%, passando de 49,8 por mil nascidos vivos em 2000 para 29,4 por mil nascidos vivos em 2010. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 23,1 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente. O Quadro 142 apresenta a Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Pau D'Arco do Piauí – PI.

LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE - PAU D'ARCO DO PIAUÍ - PI	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	55,6	62,9	69,5
Mortalidade infantil	88,2	49,8	29,4
Mortalidade até 5 anos de idade	114,2	63,9	31,8
Taxa de fecundidade total	4,1	2,7	2,4

Quadro 142 - Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Pau D'Arco do Piauí - PI

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. O Quadro 143 mostra o número de docentes matriculados nos ensinos pré-escolar, fundamental e médio no Município de Pau D'Arco do Piauí e o Quadro 144 apresenta o número de escolas no município.

MUNICÍPIO	ENSINO PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Pau D'Arco do Piauí (PI)	15	51	11

Quadro 143 - Docentes Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Pau D'Arco do Piauí

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

MUNICÍPIO	ENSINO PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Pau D'Arco do Piauí (PI)	12	16	1

Quadro 144 - Escolas nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Pau D'Arco do Piauí

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

O Quadro 145 mostra a expectativa de anos de estudo que indica o número de anos que a criança que inicia a vida escolar tende a completar. Em 2010, Pau D'Arco do Piauí tinha 7,81 anos esperados de estudo, em 2000 tinha 4,64 anos. O estado do Piauí tinha 9,23 anos esperados de estudo em 2010, 6,28 anos em 2000.

MUNICÍPIO	EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO (2000)	EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO (2010)
Piauí	6,68	9,23
Pau D'Arco do Piauí (PI)	4,64	7,81

Quadro 145 – Expectativa de Anos de Estudos no Município de Pau D'Arco do Piauí

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Renda

A renda per capita média de Pau D'Arco do Piauí cresceu 151,03% nas últimas duas décadas, passando de R\$66,53 em 1991 para R\$72,03 em 2000 e R\$167,01 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 8,27% no primeiro período e 131,86% no segundo, como mostra o Quadro 146.

MUNICÍPIO	RENDA PER CAPITA (1991)	RENDA PER CAPITA (2000)	RENDA PER CAPITA (2010)
Pau D'Arco do Piauí (PI)	66,53	72,03	167,01

Quadro 146 – Renda Per Capita do Município de Pau D'Arco do Piauí

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

O Índice de Gini é usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar. O Quadro 147 mostra que a desigualdade aumentou no

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

Município de Pau D'Arco do Piauí, onde o Índice de Gini passou de 0,38 em 1991 para 0,58 em 2000 e para 0,60 em 2010.

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE GINI (1991)	ÍNDICE DE GINI (2000)	ÍNDICE DE GINI (2010)
Pau D'Arco do Piauí (PI)	0,38	0,58	0,60

Quadro 147 – Índice de Gini do Município de Pau D'Arco do Piauí

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

O Quadro 148 apresenta o percentual de vulneráveis a pobreza no Município de Pau D'Arco do Piauí, revelando que este percentual vem diminuindo passando de 98,58% no ano de 1991 para 95,80 no ano de 2000 e 77,10% no ano de 2010.

MUNICÍPIO	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (1991)	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2000)	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2010)
Pau D'Arco do Piauí (PI)	98,58	95,8	77,1

Quadro 148 – Percentual de Vulneráveis à Pobreza do Município de Pau D'Arco do Piauí

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 45,38% em 2000 para 56,61% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 6,37% em 2000 para 1,91% em 2010, como mostra o Quadro 149.

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS - PAU D'ARCO DO PIAUÍ - PI	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	45,38	56,61
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	6,37	1,91
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	12,25	9,64

Quadro 149 - Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais – Pau D'Arco do Piauí – PI - 2010

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

Município de União

IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de União é 0,577, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,5 e 0,599). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,242), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,101), seguida por Longevidade e por Renda.

O Município de União teve um incremento no seu IDHM de 92,98% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (78%). O Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Teresina e seus componentes estão apresentados no Quadro 150.

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM	0,299	0,397	0,577
IDHM Educação	0,110	0,211	0,453
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	11,85	16,65	29,81
% de 5 a 6 anos na escola	23,88	61,59	96,93
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	12,05	18,37	73,50
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	4,17	11,57	39,70
% de 18 a 20 anos com médio completo	2,19	3,58	13,14
IDHM Longevidade	0,594	0,666	0,781
Esperança de vida ao nascer	60,65	64,98	71,86
IDHM Renda	0,408	0,444	0,542
Renda per capita	101,25	126,81	232,70

Quadro 150 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes – União - PI

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

O Município de União ocupa a 4695ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 4694 (84,35%) municípios estão em situação melhor e 871 (15,65%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 224 outros municípios de Piauí, União ocupa a 85ª posição, sendo que 84 (37,50%) municípios estão em situação melhor e 140 (62,50%) municípios estão em situação pior ou igual.

Demografia e Saúde

População

Entre 2000 e 2010, a população de União teve uma taxa média de crescimento anual de 0,69%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 1,13%. No Estado, estas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 26,75%. O Quadro 151 apresenta a população total, por gênero, rural/urbana e taxa de urbanização - União – PI.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	35.970	100,00	39.801	100,00	42.654	100,00
População residente masculina	17.945	49,89	20.023	50,31	21.404	50,18
População residente feminina	18.025	50,11	19.778	49,69	21.250	49,82
População urbana	13.948	38,78	16.089	40,42	20.965	49,15
População rural	22.022	61,22	23.712	59,58	21.689	50,85

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Taxa de Urbanização	-	38,78	-	40,42	-	49,15

Quadro 151 - População Total, por Gênero, Rural/Urba e Taxa de Urbanização - União - PI

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em União reduziu 47%, passando de 42,4 por mil nascidos vivos em 2000 para 22,4 por mil nascidos vivos em 2010. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 23,1 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente. O Quadro 152 apresenta a Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de União – PI.

LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE - UNIÃO - PI	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	60,7	65,0	71,9
Mortalidade infantil	62,6	42,4	22,4
Mortalidade até 5 anos de idade	82,2	54,6	24,3
Taxa de fecundidade total	4,1	2,7	2,3

Quadro 152 - Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de União - PI

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. O Quadro 153 mostra o número de docentes matriculados nos ensinos pré-escolar, fundamental e médio no Município de União e o Quadro 154 apresenta o número de escolas no município.

MUNICÍPIO	ENSINO PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
União (PI)	116	422	139

Quadro 153 - Docentes Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de União

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

MUNICÍPIO	ENSINO PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
União (PI)	78	89	9

Quadro 154 - Escolas nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de União

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

O Quadro 155 mostra a expectativa de anos de estudo que indica o número de anos que a criança que inicia a vida escolar tende a completar. Em 2010, União tinha 8,57 anos esperados de estudo, em 2000 tinha 6,16 anos. O estado do Piauí tinha 9,23 anos esperados de estudo em 2010, 6,28 anos em 2000.

MUNICÍPIO	EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO (2000)	EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO (2010)
Piauí	6,68	9,23
União (PI)	6,16	8,57

Quadro 155 – Expectativa de Anos de Estudos no Município de União

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Renda

A renda per capita média de União cresceu 129,83% nas últimas duas décadas, passando de R\$101,25 em 1991 para R\$126,81 em 2000 e R\$232,70 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 25,24% no primeiro período e 83,50% no segundo, como mostra o Quadro 156.

MUNICÍPIO	RENDIA PER CAPITA (1991)	RENDIA PER CAPITA (2000)	RENDIA PER CAPITA (2010)
União (PI)	101,25	126,81	232,70

Quadro 156 – Renda Per Capita do Município de União

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

O Índice de Gini é usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar. O Quadro 157 mostra que a desigualdade diminuiu no Município de União, onde o Índice de Gini passou de 0,59 em 1991 para 0,54 em 2000 e para 0,52 em 2010.

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE GINI (1991)	ÍNDICE DE GINI (2000)	ÍNDICE DE GINI (2010)
União (PI)	0,59	0,54	0,52

Quadro 157 – Índice de Gini do Município de União

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

O Quadro 158 apresenta o percentual de vulneráveis a pobreza no Município de União, revelando que este percentual vem diminuindo passando de 98,58% no ano de 1991 para 95,80 no ano de 2000 e 77,10% no ano de 2010.

MUNICÍPIO	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (1991)	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2000)	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2010)
União (PI)	94,86	90,14	72,34

Quadro 158 – Percentual de Vulneráveis à Pobreza do Município de União

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 58,63% em 2000 para 50,87% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 8,67% em 2000 para 6,78% em 2010, como mostra o Quadro 159.

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS - UNIÃO - PI	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	58,63	50,87
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	8,67	6,78
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	21,55	31,38

Quadro 159 - Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais – União – PI - 2010

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

Município de Timon - MA

IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Timon é 0,649, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,257), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,152), seguida por Longevidade e por Renda.

O Município de Timon teve um incremento no seu IDHM de 79,28% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (78%). O Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Teresina e seus componentes estão apresentados no Quadro 160.

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM	0,362	0,479	0,649
IDHM Educação	0,170	0,322	0,579
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	19,84	27,42	45,75
% de 5 a 6 anos na escola	35,01	69,80	96,22
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	15,99	42,57	82,56
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	7,20	18,88	49,90
% de 18 a 20 anos com médio completo	4,56	8,47	31,56
IDHM Longevidade	0,593	0,656	0,768
Esperança de vida ao nascer	60,57	64,35	71,09
IDHM Renda	0,470	0,521	0,614
Renda per capita	149,22	205,21	365,26

Quadro 160 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes – Timon - MA

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

O Município de Timon ocupa a 3136ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 3135 (56,33%) municípios estão em situação melhor e 2.430 (43,67%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 217 outros municípios de Maranhão, Timon ocupa a 14ª posição, sendo que 13 (5,99%) municípios estão em situação melhor e 204 (94,01%) municípios estão em situação pior ou igual.

Demografia e Saúde

População

Entre 2000 e 2010, a população de Timon teve uma taxa média de crescimento anual de 1,83%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 2,11%. No Estado, estas taxas foram de 1,02% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 2,84%. O Quadro 161 apresenta a população total, por gênero, rural/urbana e taxa de urbanização - Timon – PI.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	107.439	100,00	129.692	100,00	155.460	100,00
População residente masculina	52.091	48,48	63.042	48,61	75.561	48,60
População residente feminina	55.348	51,52	66.650	51,39	79.899	51,40
População urbana	90.814	84,53	113.066	87,18	135.133	86,92
População rural	16.625	15,47	16.626	12,82	20.327	13,08
Taxa de Urbanização	-	84,53	-	87,18	-	86,92

Quadro 161 - População Total, por Gênero, Rural/Urba e Taxa de Urbanização - Timon - MA

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em Timon reduziu 41%, passando de 44,6 por mil nascidos vivos em 2000 para 26,0 por mil nascidos vivos em 2010. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 28,0 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente. O Quadro 162 apresenta a Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Timon – MA.

LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE - TIMON - MA	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	60,6	64,4	71,1
Mortalidade infantil	67,2	44,6	26,0
Mortalidade até 5 anos de idade	87,3	57,9	28,4
Taxa de fecundidade total	4,2	2,7	2,2

Quadro 162 - Longevidade, Mortalidade Infantil e a Fecundidade no Município de Timon - MA

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013

Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. O Quadro 163 mostra o número de docentes matriculados nos ensinos pré-escolar, fundamental e médio no Município de União e o Quadro 164 apresenta o número de escolas no município.

MUNICÍPIO	ENSINO PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Timon (MA)	271	1.511	422

Quadro 163 - Docentes Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Timon - MA

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

MUNICÍPIO	ENSINO PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Timon (MA)	153	198	15

Quadro 164 - Escolas nos Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio no Município de Timon - MA

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

O Quadro 165 mostra a expectativa de anos de estudo que indica o número de anos que a criança que inicia a vida escolar tende a completar. Em 2010, Timon tinha 9,46 anos esperados de estudo, em 2000 tinha 7,53 anos. O estado do Piauí tinha 9,23 anos esperados de estudo em 2010, 6,28 anos em 2000.

MUNICÍPIO	EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO (2000)	EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO (2010)
Piauí	6,68	9,23
Timon (MA)	7,53	9,46

Quadro 165 – Expectativa de Anos de Estudos no Município de Timon - MA

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Renda

A renda per capita média de Timon cresceu 144,78% nas últimas duas décadas, passando de R\$149,22 em 1991 para R\$205,21 em 2000 e R\$365,26 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 37,52% no primeiro período e 77,99% no segundo, como mostra o Quadro 166.

MUNICÍPIO	RENDA PER CAPITA (1991)	RENDA PER CAPITA (2000)	RENDA PER CAPITA (2010)
Timon (MA)	149,22	205,21	365,26

Quadro 166 – Renda Per Capita do Município de Timon - MA

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

O Índice de Gini é usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar. O Quadro 167 mostra que a desigualdade aumentou no

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

Município de Timon, onde o Índice de Gini passou de 0,49 em 1991 para 0,52 em 2000 e para 0,50 em 2010.

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE GINI (1991)	ÍNDICE DE GINI (2000)	ÍNDICE DE GINI (2010)
Timon (MA)	0,49	0,52	0,50

Quadro 167 – Índice de Gini do Município de Timon - MA

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

O Quadro 168 apresenta o percentual de vulneráveis a pobreza no Município de Timon, revelando que este percentual vem diminuindo passando de 87,06% no ano de 1991 para 79,31 no ano de 2000 e 55,07% no ano de 2010.

MUNICÍPIO	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (1991)	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2000)	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA (2010)
Timon (MA)	87,06	79,31	55,07

Quadro 168 – Percentual de Vulneráveis à Pobreza do Município de Timon - MA

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

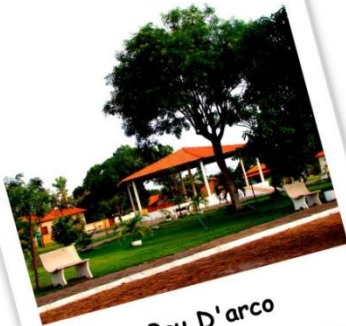
Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 61,32% em 2000 para 62,79% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 14,91% em 2000 para 7,60% em 2010, como mostra o Quadro 169.

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS - TIMON - MA	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	61,32	62,79
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	14,91	7,60
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	34,69	41,35

Quadro 169 - Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais – Timon - MA - 2010

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013



Pau D'arco



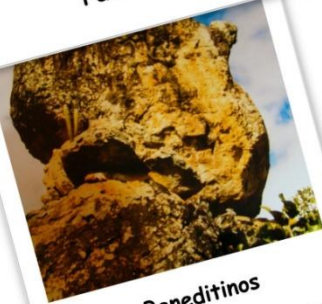
Monsenhor Gil



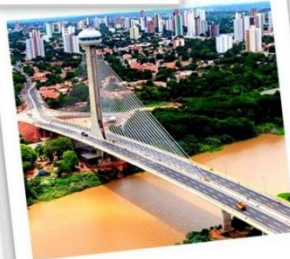
Nazária



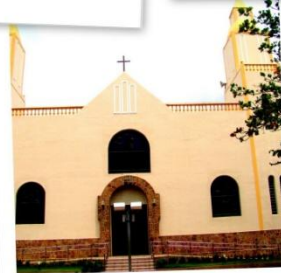
Lagoa do Piauí



Benedittinos



Teresina



Altos

**Dimensão Político-Institucional,
contemplando inclusive a identificação
dos Investimentos Públicos e Privados
aplicados na RIDE até o momento**



União



Curralinhos



Coivaras



Lagoa Alegre



Miguel Leão



Timon



Demerval Lobão



José de Freitas

7 DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL, CONTEMPLANDO INCLUSIVE A IDENTIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS APLICADOS NA RIDE ATÉ O MOMENTO

Neste capítulo será abordado a dimensão político institucional e apresentado os investimentos públicos e privados aplicados até o momento em todos os municípios da RIDE Grande Teresina

A RIDE Grande Teresina, após longo período sem atividades, voltou no ano de 2013 a demonstrar sua capacidade de articulação, mobilização e o poder de influenciar nas decisões de políticas públicas. A RIDE Grande Teresina, que é gerida pelo Conselho de Administrativo – COARIDE, adotou o mecanismo de intervenção operativo programático, objetivando a construção de: Políticas Públicas, Estratégias de Investimentos públicos e privados e negociações com diversos Atores Locais, Estaduais e Federais para seu crescimento e desenvolvimento.

A RIDE Grande Teresina, tendo em vista seu adensamento populacional, em torno de 100 hab/Km², tem influenciado nas decisões governamentais por deter o maior contingente eleitoral e mais de 51% do Produto Interno Bruto - PIB do Estado do Piauí, conforme pode ser visualizado no Quadro 170.

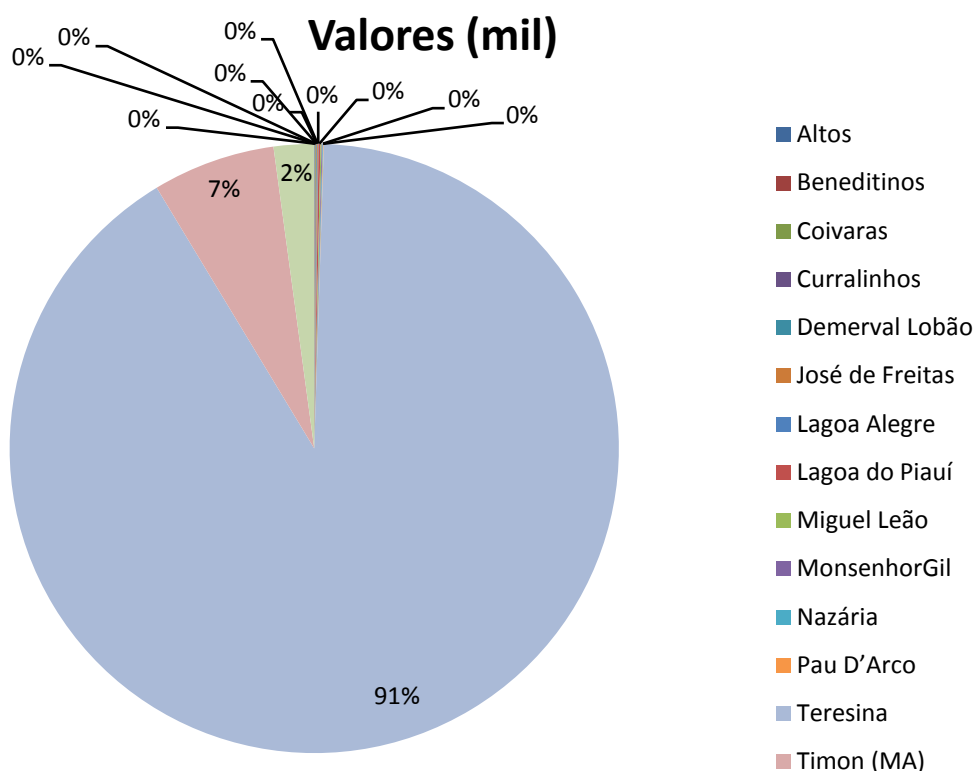
Município	Valores (mil)	Participação (%)
Altos	4.405	0,035
Benedictinos	3.906	0,031
Coivaras	4.171	0,033
Curralinhos	3.428	0,028
Demerval Lobão	3.732	0,029
José de Freitas	5.371	0,041
Lagoa Alegre	3.703	0,029
Lagoa do Piauí	12.302	0,098
Miguel Leão	7.825	0,062
Monsenhor Gil	6.130	0,048
Nazária	4.307	0,034
Pau D'Arco do Piauí	3.697	0,029
Teresina	11.403.516	90,84
Timon (MA)	817.392	6,51
União	268.709	2,16
Totais	12.552.594	100

Quadro 170 - Produto Interno Bruto – PIB dos Municípios da RIDE Grande Teresina

Fonte: SEPLAN/CEPRO-PI, 2014

O Gráfico 2 apresenta os valores em percentual do Produto Interno Bruto – PIB dos municípios da RIDE Grande Teresina.

Gráfico 2 - Produto Interno Bruto – PIB dos Municípios da RIDE Grande Teresina



Fonte: SEPLAN/CEPRO-PI

A RIDE Grande Teresina possui dentro de sua população de 1.154.716 habitantes, em torno de 796.340 eleitores, o que equivale a 37,30% da População do Estado do Piauí e destes 33,70% fazem parte do Eleitorado do Estado do Piauí e pode ser visualizado no Quadro 171. (TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - TRE- GOVERNO FEDERAL, 2014).

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	ELEITORES
Altos	38.822	30.007
Beneditinos	9.911	8.727
Coivaras	3.811	4.277
Curralinhos	4.183	4.246
Demerval Lobão	13.278	9.896
José de Freitas	37.085	30.058
Lagoa Alegre	8.008	7.426
Lagoa do Piauí	3.863	3.456
Miguel Leão	1.253	1.272
Monsenhor Gil	10.333	9.519
Nazária	8.068	10.131
Pau D'Arco do Piauí	3.757	4.149
Teresina	814.230	532.468
União	42.654	33.771
Timon (MA)	155.460	106.937
Total	1.154.716	796.340

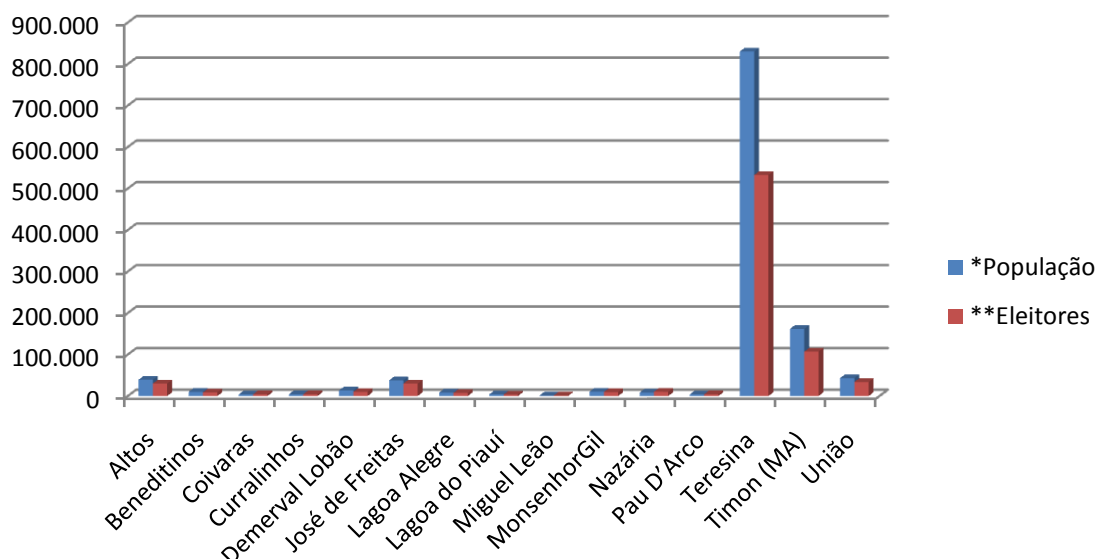
Quadro 171 – Relação entre a população dos Municípios da RIDE Grande Teresina e o número de eleitores

Fonte: TRE-PI, 2014

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

O Gráfico 3 mostra em termos percentuais a relação dos municípios e o número de seus respectivos eleitores em destaque para o Município de Teresina, seguido de Timon (MA) e União.

Gráfico 3 – Número de Eleitores nos Municípios do RIDE Grande Teresina



Fonte: TRE-PI, 2013

Com a ativação da RIDE Grande Teresina, ficou efetiva a participação de inúmeros Atores, como Ministérios da Integração, Cidades, Agricultura, Saúde, Esportes, Educação, Governos dos Estados do Piauí e Maranhão, Banco do Nordeste do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, Bancada Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ainda, Grandes Grupos Empresariais da iniciativa privada.

Observa-se, que no ano de 2013, ocorreu uma descentralização de recursos do Governo Federal na ordem de R\$ 139 milhões através de 60 (sessenta) Convênios, com prioridade para intervenções na mobilidade urbana e semiurbana, saneamento básico (abastecimento de água e esgotamento sanitário), habitação, urbanização, infraestrutura de saúde, educação e esporte.

O Quadro 172 mostra o número de convênios e o total de recursos disponíveis e o número de convênios por município que compõe a RIDE Grande Teresina.

MUNICÍPIO	NÚMERO DE CONVÊNIOS	TOTAL DOS RECURSOS (R\$)
Altos	-	-
Benedictinos	4	802.000,00
Coivaras	1	100.000,00
Curralinhos	4	1.959.000,00
Demerval Lobão	1	274.400,00
José de Freitas	1	950.000,00
Lagoa Alegre	-	-
Lagoa do Piauí	4	693.400,00
Miguel Leão	-	-

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

MUNICÍPIO	NÚMERO DE CONVÊNIOS	TOTAL DOS RECURSOS (R\$)
Monsenhor Gil	4	773.130,00
Nazária	1	285.000,00
Pau D'Arco do Piauí	-	-
Teresina	30	122.458.700,00
Timon (MA)	10	10.830.600,00
União	-	-
Totais	60	139.126.200,00

Quadro 172 – Número de Convênios por Municípios e total de investimentos

Fonte: Portal da Transparência, 2013

No Quadro 173 pode-se observar uma intervenção do Governo Federal aplicada nos habitantes da RIDE Grande Teresina, que vivem abaixo da linha da pobreza, com a transferência de recursos na ordem 100 milhões/anual, beneficiando mais de 82 mil famílias, somando próximos a 320 mil habitantes. O Programa vem atuando na RIDE Grande Teresina, nos eixos de: transferência de renda, acesso a direitos básicos como: saúde, educação e assistencial social e a outros programas que permitam que as famílias superem a situação de vulnerabilidade social.

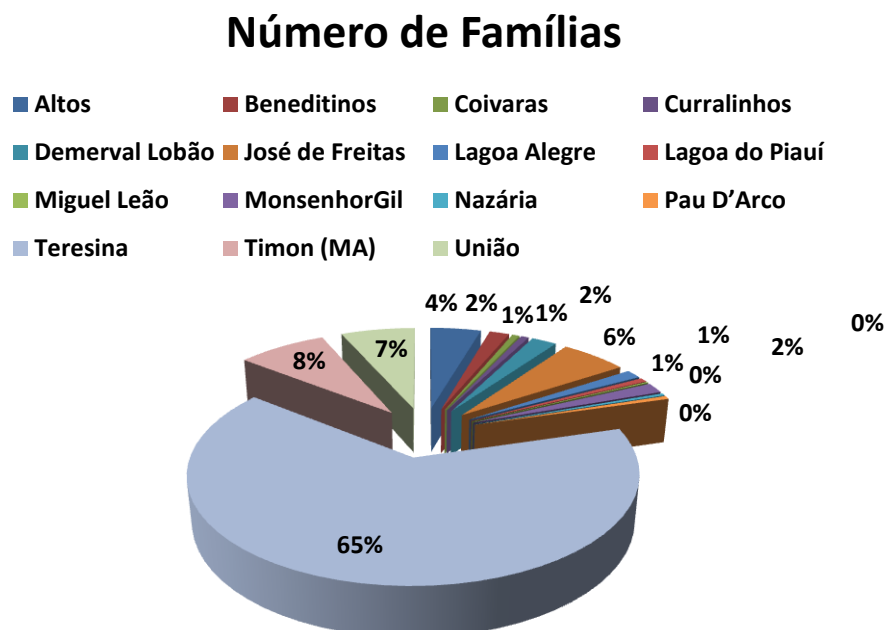
MUNICÍPIO	NÚMERO DE FAMÍLIAS	FAMÍLIAS ACOMPANHADAS (%)
Altos	3.694	72,98
Benedictinos	1.447	99,93
Coivaras	538	92,38
Curralinhos	567	73,72
Demerval Lobão	1.829	58,06
José de Freitas	4.825	78,49
Lagoa Alegre	1.136	94,01
Lagoa do Piauí	538	59,85
Miguel Leão	140	85,00
Monsenhor Gil	1.341	70,47
Nazária	316	83,54
Pau D'Arco do Piauí	440	72,73
Teresina	53.283	83,14
Timon (MA)	6.445	86,11
União	5.388	85,06
Totais	82.077	79,69

Quadro 173 – Número de Famílias Atendidas no Programa Bolsa Família nos Municípios da RIDE Grande Teresina

Fonte: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome - Governo Federal Programa Bolsa Família da RIDE Grande Teresina, 2013

O Gráfico 4 apresenta o percentual do Número de Famílias Atendidas no Programa Bolsa Família nos Municípios da RIDE Grande Teresina.

Gráfico 4 - Número de Famílias Atendidas no Programa Bolsa Família nos Municípios da RIDE Grande Teresina



Fonte: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome - Governo Federal Programa Bolsa Família da RIDE Grande Teresina, 2013

Para melhor entender as intervenções dos principais atores nas mudanças da infraestrutura da RIDE Grande Teresina, serão demonstradas as principais ações por Setor/Segmento:

7.1 Investimentos - Setor Público

7.1.1 Mobilidade Urbana

A RIDE Grande Teresina registra investimento histórico na Mobilidade Urbana no ano de 2013, com a construção de estradas, pontes, viadutos, duplicações de pontes, estradas e avenidas, objetivando dar maior conforto e agilidade para quem trafega dentro e entre os municípios componentes do consórcio. A maior intervenção encontra-se em Teresina, com a construção do Rodoanel, a duplicação das BR 316 e 343 e a Avenida da Santa Maria da CODIPI. Construção de pontes e viadutos, orçados em torno de 620 milhões, realizados com recursos do Governo do Estado do Piauí e da Prefeitura de Teresina e pode ser visualizado no Quadro 174.

PROJETOS	VALORES (R\$)
Terminais de Integração, Ponte Gil Martins e Faixas Exclusivas na Av. Poti	104.000
Elevado – Av. João XXIII/ N. S. Fátima	21.000.000
Rodoanel Teresina	108.000.000
Duplicação da BR 316 (do Km 6,2 ao Km 14,62 – extensão 8,2Km)	65.000.000
Ampliação Ponte JK – Av. João XXIII / Av. Frei Serafim	20.000.000
Duplicação da BR 343 (do Km 336,6 ao Km 345,6 – extensão 9 Km)	35.000.000
Rodoanel de União	5.000.000
Duplicação TE 120 Balão da Usina Santana/ Rodoanel	51.000.000
Viaduto do Balão do São Cristóvão	25.000.000
Viaduto da Miguel Rosa	12.000.000

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

PROJETOS	VALORES (R\$)
Duplicação da Ponte Wall Ferraz em Teresina	24.000.000
Porto Seco de Teresina	10.000.000
Ponte Estaiada	120.000.000
Ponte Leonel Brizola (Mocambinho)	20.000.000
Total	620.000.000

Quadro 174 - Empreendimentos do Governo do Estado do Piauí e da Prefeitura Municipal de Teresina

Fonte: SEMPLAN-PI, 2013

Para o ano de 2014, está sendo colocado à disposição da RIDE Grande Teresina, através da Emenda PLN 0009/2013 – LOA, via Congresso Nacional, a Emenda de Bancada nº 71190001, na ordem de R\$ 200.000.000,00, para obras de pavimentação, propiciando o desenvolvimento dos municípios componentes do Consórcio e Emenda Individual 29000007, para o Desenvolvimento do Transporte Urbano de Teresina, no valor de R\$ 1.000.000,00. Da Bancada do Maranhão, está sendo colocado à disposição do Município de Timon (MA), através da Emenda PLN 0009/2013 – LOA, via Congresso Nacional, a emenda de Bancada nº 71110005, no montante de R\$ 25.000.000,00, para construção do Contorno Rodoviário na BR 316 (Km 609,40 ao Km 620,90).

A Figura 134 mostra o mapa da mobilidade urbana para os municípios próximos a cidade de Teresina e as Figuras 135 e 136 apresentam o Rodoanel – Teresina.



Figura 134 - RIDE Grande Teresina – Mapa da Mobilidade Urbana

Fonte: Secretaria de Infraestrutura do Piauí - SEINFRA, 2013



Figura 135 - Rodoanel – Teresina 1

Fonte: Secretaria de Infraestrutura do Piauí - SEINFRA, 2013



Figura 136 - Rodoanel – Teresina 2

Fonte: Secretaria de Infraestrutura do Piauí - SEINFRA, 2013

As Figuras 137 e 138 mostram a vista aérea da construção da ponte para ligação do Rodoanel.



Figura 137 - Ponte em construção para ligação do Rodoanel 1

Fonte: Secretaria de Infraestrutura do Piauí - SEINFRA, 2013



Figura 138 - Ponte em construção para ligação do Rodoanel 2

Fonte: Secretaria de Infraestrutura do Piauí - SEINFRA, 2013

A Figura 139 mostra a Ponte Estaiada João Isidoro França foi projetada para as comemorações dos 150 anos da cidade de Teresina, e inaugurada em março de 2010 é um dos mais importantes pontos turísticos da capital piauiense e fica localizada sobre o rio Poti, ligando a região central a região leste. A ponte foi construída com o objetivo de melhorar o congestionamento existente que tem limitado o deslocamento da população demandante de tráfego entre estas áreas. Na ponte existe um mirante que fica localizado no topo do mastro

central onde os estaios são sustentados. O equipamento possui cerca de 300m² e possui uma capacidade de carga para receber em média 100 visitantes.



Figura 139 - Ponte Estaiada – Teresina

Fonte: Secretaria de Infraestrutura do Piauí - SEINFRA, 2013

A Figura 140 mostra a Duplicação da Ponte da Primavera. A referida ponte liga a Avenida Universitária na zona leste a Avenida Petrônio Portela na zona norte, facilitando a mobilidade da população. Dados da Superintendência Municipal de Transporte e Transito – STRAN apontam que 25 mil veículos passam diariamente pelo local.



Figura 140 - Duplicação da Ponte da Primavera

Fonte: Secretaria de Infraestrutura do Piauí - SEINFRA, 2013

A Figura 141 mostra a Ponte Leonel Brizola – Mocambinho Teresina – PI 112. A ponte Leonel Brizola mais conhecida como “Ponte do Mocambinho”, foi construída sob a responsabilidade da Secretaria Estadual das Cidades, liga as zonas Norte e Leste de Teresina, através dos bairros Mocambinho e Pedra Mole. A Ponte foi uma antiga reivindicação dos moradores da região, e beneficia diretamente moradores de bairros como Mocambinho, Buenos Aires, Anita Ferraz, Santa Sofia, Pedra Mole e Socopo. Atende também ao Residencial Jacinta Andrade, o maior conjunto habitacional em construção com

recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, onde vão morar cerca de 25 mil pessoas. A Ponte do Mocambinho terá iluminação noturna à base de energia sol.



Figura 141 - Ponte Leonel Brizola – Mocambinho Teresina – PI 112 União
Fonte: Secretaria de Infraestrutura do Piauí - SEINFRA, 2013

A Figura 142 mostra o Viaduto da Avenida Higino Cunha com a Avenida Barão de Castelo Branco, Zona Sul do Município de Teresina, inaugurado no dia 15 de agosto de 2013.



Figura 142 - Viaduto da Higino Cunha – Teresina
Fonte: Secretaria de Infraestrutura do Piauí - SEINFRA, 2013

A Figura 143 mostra a Ponte Juscelino Kubstichek, mais conhecida como Ponte da Avenida Frei Serafim. Esta ponte será ampliada, pois ela é o principal elo entre os bairros leste e sudeste ao centro da cidade de Teresina. A referida ponte também faz acesso aos dois shoppings da cidade, ao polo de saúde, algumas escolas e também a BR 343. Por ela passam por dia cerca de 30 mil veículos em cada sentido de tráfego. (STRAN, 2013).



Figura 143 - Duplicação da Ponte Juscelino Kubstichek

Fonte: Secretaria de Infraestrutura do Piauí - SEINFRA, 2013

Antigamente, a Avenida Frei Serafim era uma avenida residencial, cheia de casarões e foi um endereço elegante da cidade durante muitos anos. A avenida faz a divisão entre a zona norte e zona sul da cidade. Passou por várias reformas para se modernizar e sua iluminação atualmente é da década de 1970, com altos postes que chamam atenção pela sua beleza arquitetônica. Atualmente é uma rua de vasto comércio, onde podemos encontrar hotéis, padarias, escolas, cursos de línguas, dentre outros empreendimentos comerciais. O passeio público pode ser visualizado na Figura 144.



Figura 144 - Passeio Público – Avenida Frei Serafim – Teresina

Fonte: Secretaria de Infraestrutura do Piauí - SEINFRA, 2013

A “Avenida Poti”, como é mais conhecida, é a principal via de acesso tanto aos bairros que compõem a região da Grande Santa Maria, como desse bairro a outros bairros na região norte e ao centro da cidade. Essa região, que engloba o bairro Santa Maria da CODIPI, tem tido um elevado crescimento populacional, o número de seus habitantes hoje é de praticamente 10% da população da cidade de Teresina. É uma região que merece a atenção do poder público, sobretudo para que se possa garantir uma melhor sinalização e

evitar acidentes de trânsito nessa avenida. Na Figura 145 pode-se visualizar a obra de Duplicação da referida avenida.



Figura 145 - Duplicação da Avenida da Santa Maria da CODIPI – Teresina

Fonte: Secretaria de Infraestrutura do Piauí - SEINFRA, 2013

A Duplicação da BR 343 – Teresina – Altos – José de Freitas é uma obra muito importante para os municípios da RIDE Grande Teresina. O trecho é um dos mais movimentados da capital do Estado do Piauí, pois, é a principal porta de entrada dos municípios do norte piauiense. A duplicação da BR 343, principal via de acesso ao litoral do Estado, está orçada em R\$ 38 milhões. A duplicação do trecho será de nove quilômetros e as obras foram iniciadas e podem ser vistas na Figura 146.



Figura 146 - Duplicação da BR 343 – Teresina – Altos – José de Freitas

Fonte: Secretaria de Infraestrutura do Piauí - SEINFRA, 2013

As obras da primeira etapa de duplicação da BR 316 foram iniciadas a partir do trecho que compreende o balão do bairro Esplanada, passando pelo posto II da Polícia Rodoviária Federal, saída para a cidade de Demerval Lobão ao sul do Estado. Teve início a terraplenagem para adequação do solo e logo em seguida serão realizados serviços de drenagem, pavimentação e restauração da pavimentação, sinalização, obras

complementares, paisagismo, remanejamento de serviços de utilidade pública, iluminação pública e proteção ambiental. O custo total da obra da BR 316 está orçado em R\$ 71,8 milhões e o início pode ser visto na Figura 147.



Figura 147 - Duplicação da BR 316 - Teresina – Demerval Lobão – Monsenhor Gil
Fonte: Secretaria de Infraestrutura do Piauí - SEINFRA, 2013

Os demais municípios também poderão usufruir dos benefícios do referido polo, tendo em vista a realização da obra de mobilidade realizada pelo Governo do Estado, a saber: o Rodoanel. Este empreendimento fará a conexão entre as BR 316 e a BR 343, permitindo que as empresas deixem o polo empresarial sem passar pelo Centro de Teresina passando pela TER 220 e interligando-se a PI 112, que se conecta a BR 343. Dessa forma, temos a maioria dos municípios da RIDE beneficiadas economicamente com um corredor logístico capaz de impulsionar a distribuição de mercadorias em toda a região. A Figura 148 ilustra como o Rodoanel conectará as duas BR's.



Figura 148 – Construção do Rodoanel do Município de União
Fonte: Secretaria de Infraestrutura do Piauí - SEINFRA, 2013

7.1.2 Habitação

Na RIDE Grande Teresina, o déficit habitacional fica em torno de 60 mil moradias, correspondendo a 37,5% do Estado do Piauí, este déficit chega a 160 mil habitações. Com a criação do Programa, “Minha Casa, Minha Vida” do Ministério das Cidades, via Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, com a adesão ao Programa do Estado do Piauí e Municípios, com a participação em aportes de recursos financeiros, doação e urbanização de terrenos, implantação de infraestrutura (energia, abastecimento de água, saúde, educação e segurança), desoneração fiscal (ICMS, ITCD, ITBI e ISS) e com a agilização na aprovação dos projetos, alvarás, autorizações e licenças, o Programa Minha Casa, Minha Vida investiu na RIDE Grande Teresina, em torno de 635 milhões, perfazendo um total de 14.500 unidades habitacional, reduzindo o déficit em torno de 25,0%. Para o ano de 2014, encontra-se em análise, através do Programa Minha Casa, Minha 2, em torno de 10.000 novos empreendimento com valor estimado em R\$ 547 milhões. Na Figura 149 pode-se visualizar um dos conjuntos que foram construídos com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida.



Figura 149 - Habitações no Município de Demerval Lobão – Programa Minha Casa, Minha Vida

Fonte: RIDE Grande Teresina, SEMPLAN, 2013

No Município de Altos várias obras estão sendo realizadas no setor de habitação e podem ser visualizadas nas Figuras 150 e 151. A construção de unidades habitacionais do programa “Minha Casa, Minha Vida” segue em ritmo acelerado e deverão ser entregues em setembro de 2014. Localizado no bairro Santa Inês, o Residencial São Luiz contará com 312 casas populares, beneficiando cerca de 16 mil pessoas, e outras 1000 casas populares, cujo projeto está em andamento. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS).



Figura 150 - Habitações em construção no município de Altos – Residencial São Luiz

Fonte: RIDE Grande Teresina, SEMPLAN, 2013



Figura 151 - Habitações concluídas no município de Altos – Residencial São Luiz

Fonte: RIDE Grande Teresina, SEMPLAN, 2013

A Prefeitura de Pau D' Arco do Piauí, em parceria com o Governo Federal, iniciou a construção de mais 40 casas do Programa Minha Casa Minha Vida. As casas estão sendo construídas no centro da cidade. O programa do Governo Federal tem transformado o sonho da casa própria em realidade para muitas famílias brasileiras, vista na Figura 152. (PREFEITURA DE PAU D'ARCO DO PIAUÍ, 2013).



Figura 152 – Habitações em construção no Município de Pau D'Arco do Piauí

Fonte: RIDE Grande Teresina, SEMPLAN, 2013

Na primeira etapa do Programa “Minha Casa Minha Vida” no Município de Timon foram construídas 500 casas. Um dos objetivos da iniciativa do referido programa é reduzir o déficit habitacional do município. As casas concluídas podem ser visualizadas nas Figuras 153 e 154.



Figura 153 - Habitações concluídas no município de Timon (MA)

Fonte: RIDE Grande Teresina, SEMPLAN, 2013



Figura 154 - Habitações em construção no município de União

Fonte: RIDE Grande Teresina, SEMPLAN, 2013

Sistema de Abastecimento de Água

O fornecimento de água na RIDE Grande Teresina é feito pela Empresa Águas e Esgotos do Piauí S.A - AGESPISA, pertencente ao Governo do Estado Piauí, exceto no Município de Timon (MA) que tem sistema próprio de abastecimento. Na zona rural a situação de abastecimento de água é crítica, tanto para o consumo humano, como animal, estando em situação de emergência por estiagem, 80% dos municípios integrantes do consórcio, conforme é apresentado no Quadro 175.

MUNICÍPIO	Nº DECRETO	DATA
Altos	15.006	06.06.2013
Benedictinos	15.180	13.06.2013
Coivaras	15.203	06.06.2013
Curralinhos	15.180	15.05.2013
Demerval Lobão	15.203	06.06.2013
José de Freitas	15.203	06.06.2013
Lagoa Alegre	-	-
Lagoa do Piauí	-	-
Miguel Leão	15.180	13.06.2013
Monsenhor Gil	15.068	06.06.2013
Nazária	15.203	06.02.2013
Pau D'Arco do Piauí	15.180	15.05.2013
Teresina	15.478	09.12.2013
Timon (MA)	077	07.06.2013
União	15.203	06.06.2013

Quadro 175 – Consórcio feito para Abastecimento de Água nos Municípios da RIDE Grande Teresina

Fonte: Ministério da Integração Nacional-Governo do Estado do Piauí, 2013

Ações realizadas pelo Governo Federal no Programa de Aceleração do Crescimento no Orçamento Geral da União na AGESPISA/FUNASA podem ser visualizadas no Quadro 176.

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

MUNICÍPIO	AÇÃO	RECURSOS (R\$)
Teresina	Sub-Adutora Portal da Alegria e SAA da Vila Firmino Filho	890.000,00
Teresina	Reservatório do Portal da Alegria – 800m ³	1.080.000,00
Teresina	Automação do SAA da Vila Irmã Dulce	800.000,00
Teresina	Melhoria da Rede de Distribuição – Tubulação de PVC	4.514.599,00
Teresina	Anel de Reforço no Bairro Angelim – Zona Sul	2.053.754,71
Teresina	Reservatório da Vila Madre Teresade Calcutá	985.144,00
Teresina	Melhoria da Estação de Tratamento D Água III	1.140.909,00
Teresina	Reservatório e Rede de Distribuição – Residencial Jacinta Andrade	946.873,76
Teresina	Reservatório e Rede de Distribuição – Residencial Bairro Nova Teresina	1.637.927,95
Teresina	Reservatório e Rede de Distribuição – Santa Maria da CODIPI	487.435,75
Teresina	Projeto Universalização do abastecimento D'água em Teresina	2.201.667,00
Teresina	Melhoria Abastecimento D,água Diversos Bairros de Teresina	50.000.000,00
Timon (MA)	Rede de Distribuição D'Água – Bairros: Centro Operário, Vila Santa Isabel, Joel Mendes, Parque Piauí, Parque Piauí II, Centro, Mangueira, Cinturão Verde, Mutirão, Vila Osmar, Angélica, Pedro Patrício, São Marcos, Formosa, Planalto Formoso, Mateuzinho e Santo Antônio	2.061.000,00
TOTAL	13	68.799.311,30

Quadro 176 - Ações e Investimentos desenvolvidos nos Municípios integrantes da RIDE Grande Teresina - Programa de Aceleração do Crescimento - Orçamento Geral da União - Águas e Esgotos do Piauí S.A – AGESPISA / FUNASA

Fonte: MC/PAC2, 2013

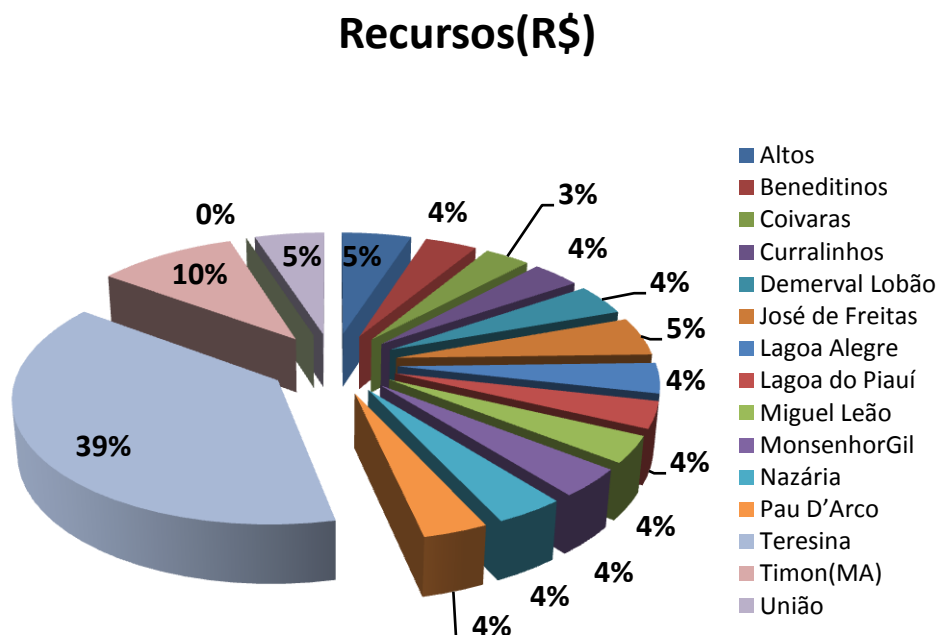
Ações realizadas pelo Ministério da Integração Nacional no Programa Água para Todos, coordenado pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF na RIDE Grande Teresina de acordo com o Quadro 177.

MUNICÍPIO	AÇÃO/FAMÍLIAS	RECURSOS (R\$)
Altos	Abastecimento D, Água – Zona Rural-142	1.000.000,00
Benedictinos	Abastecimento D, Água – Zona Rural-75	750.000,00
Coivaras	Abastecimento D, Água – Zona Rural-125	660.000,00
Curralinhos	Abastecimento D, Água – Zona Rural-467	700.000,00
Demerval Lobão	Abastecimento D, Água – Zona Rural-200	800.000,00
José de Freitas	Abastecimento D, Água – Zona Rural-329	1.000.000,00
Lagoa Alegre	Abastecimento D, Água – Zona Rural-171	790.000,00
Lagoa do Piauí	Abastecimento D, Água – Zona Rural-451	700.000,00
Miguel Leão	Abastecimento D, Água – Zona Rural-112	700.000,00
Monsenhor Gil	Abastecimento D, Água – Zona Rural-410	750.000,00
Nazária	Abastecimento D, Água – Zona Rural-171	750.000,00
Pau D'Arco do Piauí	Abastecimento D, Água – Zona Rural-81	700.000,00
Teresina	Abastecimento D, Água – Zona Rural 1.400	7.700.000,00
Timon(MA)	Abastecimento D, Água – Zona Rural 654	2.000.000,00
União	Abastecimento D, Água – Zona Rural-500	1.000.000,00
TOTAIS	5.288 FAMÍLIAS	20.000.000,00

Quadro 177 - Ações e Investimentos desenvolvidos nos Municípios integrantes da RIDE Grande Teresina - Ministério da Integração Nacional - Programa Água Para Todos – CODEVASF - RIDE Grande Teresina

Fonte: MIN-CODEVASF, 2013

Gráfico 5 – Percentual de Recursos Utilizados em cada Município da RIDE Grande Teresina



Fonte: CODEVASF, 2013

7.1.4 Saneamento Básico e Drenagem Urbana

A RIDE Grande Teresina, com o financiamento do Ministério das Cidades, iniciou sua mobilização para elaboração do seu **Plano de Saneamento Básico Participativo**, de acordo com a Lei nº 11.445, de 05.01.2007, através da Fundação da Universidade de Brasília e do Instituto Federal do Piauí - IFPI, com prazo para conclusão no ano de 2015. As ações e investimentos desenvolvidos nos municípios integrantes do consórcio tem sido realizados de forma pontual.

Na RIDE Grande Teresina o serviço é prestado pela AGESPISA e em Timon (MA) pelo seu Serviço Autônomo de Águas e Esgotos - SAAE, sendo que a cobertura ainda é tímida e a população utiliza, principalmente, fossas sépticas. Na última década o Governo Federal, vem fazendo maiores investimentos e ações, no Programa de Aceleração do Crescimento, como podem verificar no Quadro 178.

MUNICÍPIO	AÇÃO	RECURSOS (R\$)
Teresina	Implantação de Interceptor da Av. Raul Lopes e Emissário da Av. União – Real COPAGRE	8.865.317,53
Teresina	Projeto Universalização do Sistema de Esgotamento Sanitário	3.011.129,00
Teresina	Ampliação do Esgotamento Sanitário – Infra-Estrutura das Estações Elevatórias de Esgotos	841.640,41
Teresina	Ampliação do Esgotamento Sanitário – Redes Coletoras, EEE, ETE e Ligações	49.728.980,27
Teresina	Ampliação do Esgotamento Sanitário – Redes Coletoras, EEE, ETE e Ligações- 2ª Etapa	29.767.390,41
Teresina	Ampliação do Esgotamento Sanitário – 2ª Etapa – Execução do Novo Emissário e Nova EEE – Complementar a do SAMIU	338.023,01

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

MUNICÍPIO	AÇÃO	RECURSOS (R\$)
Teresina	Ampliação do Esgotamento Sanitário – 2ª Etapa – Gerenciamento do Projeto Executivo	1.466.767,49
Timon	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário – Centro, Parque Piauí I e II	12.216.970,00
Timon	Saneamento Integrado e Urbanização – Cidade Nova	52.127.440,00
Timon	Esgotamento Sanitário	542.810,00
Timon	Melhorias Sanitários de Habitações	316.410,00
União	Implantação do Sistema Esgotamento Sanitário	25.889.411,26
TOTAL	12	185.112.280,00

Quadro 178 - Ações e Investimentos desenvolvidos nos municípios integrantes da RIDE Grande Teresina em Esgotamento Sanitário

Fonte: Ministério das Cidades – Ministério da Saúde - Programa de Aceleração do Crescimento - Orçamento Geral da União - Águas e Esgotos do Piauí S.A – AGESPISA/FUNASA, 2013

A maior intervenção em esgotamento sanitário e drenagem na RIDE Grande Teresina, encontra-se em Teresina, no Complexo Lagoas do Norte, projeto da Prefeitura Municipal de Teresina, com financiamento do Banco Mundial, o investimento é da ordem de US\$ 44 milhões, beneficiando em torno de 100.000 pessoas.



Figura 155 - Complexo Lagoas do Norte 1
 Fonte: Prefeitura Municipal de Teresina, 2013

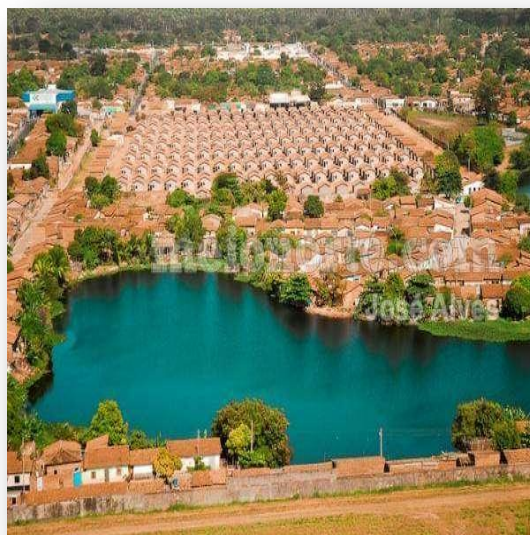


Figura 156 - Complexo Lagoas do Norte 2
 Fonte: Prefeitura Municipal de Teresina, 2013



Figura 157 - Calçada do Complexo Lagoas do Norte
Fonte: Prefeitura Municipal de Teresina, 2013



Figura 158 - Urbanização do Complexo Lagoas do Norte
Fonte: Prefeitura Municipal de Teresina, 2013

O Município de Timon e o Município de União também receberam investimentos para a realização de obras de Esgotamento Sanitário do Governo Federal, no Programa de Aceleração do Crescimento. As obras podem ser verificadas nas Figuras 159 e 160.



Figura 159 - Obra de Esgotamento Sanitário – União
Fonte: Prefeitura Municipal de União, 2013



Figura 160 - Esgotamento Sanitário de Timon (MA)
Fonte: Prefeitura Municipal de Timon, 2013

7.1.5 Energia Elétrica

Na RIDE Grande Teresina, a maior intervenção dos Governos Federal, Estadual e Municipal é com o Programa Luz para Todos, além de levar energia à população rural, oferece soluções para utilizá-la como vetor de desenvolvimento social e econômico em comunidades de baixa renda, contribuindo para a redução da pobreza e para o aumento da renda familiar.

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

O acesso à energia elétrica facilita a integração aos serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento, bem como aos programas sociais do Governo Federal. No Piauí, o Programa Luz Para Todos foi iniciado em 2005 e já atendeu a mais de 140 mil novos clientes em todo o Estado, correspondendo a 94% do termo de compromisso firmado de 149.600 domicílios, propiciando o acesso à energia elétrica a mais de 700 mil pessoas na zona rural.

O investimento total realizado ultrapassa R\$ 892 milhões “em valores históricos”, sendo R\$ 204 milhões aportados pela Eletrobrás Distribuição Piauí, demais recursos pelo Ministério de Minas e Energia, através do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC-2.



Figura 161 - Zona Rural de Teresina
Fonte: Eletrobrás Distribuição Piauí, 2013



Figura 162 - Zona Rural de Altos
Fonte: Eletrobrás Distribuição Piauí, 2013



Figura 163 - Zona Rural de Demerval Lobão
Fonte: Eletrobrás Distribuição Piauí, 2013



Figura 164 – Subestação Poty localizada na Zona Norte de Teresina
Fonte: Eletrobrás Distribuição Piauí, 2013

Na RIDE Grande Teresina, são os investimentos da Prefeitura Municipal de Teresina, através do Fundo Municipal de Iluminação Pública, que estão sendo aplicadas na melhoria

da iluminação de ruas, logradouros, praças, pontes, unidades de esportes nas quadras e campos de futebol. Este investimento é da ordem de R\$ 31 milhões de reais (base 2013), conforme pode ser visualizado nas Figuras 165 a 168.

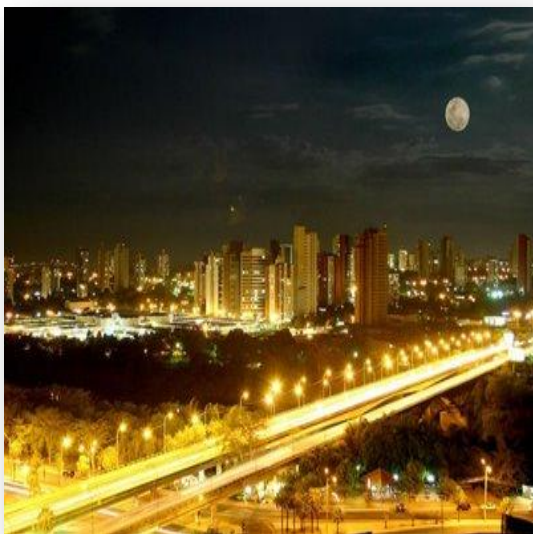


Figura 165 - Visão Panorâmica Iluminada da cidade de Teresina
Fonte: Eletrobrás Distribuição Piauí, 2013

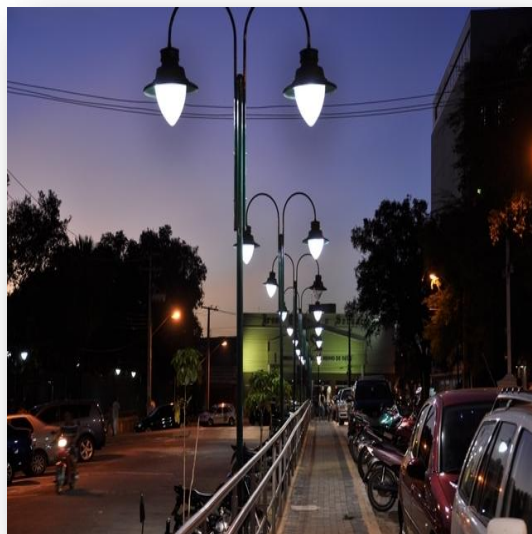


Figura 166 - Iluminação Decorativa
Fonte: Eletrobrás Distribuição Piauí, 2013

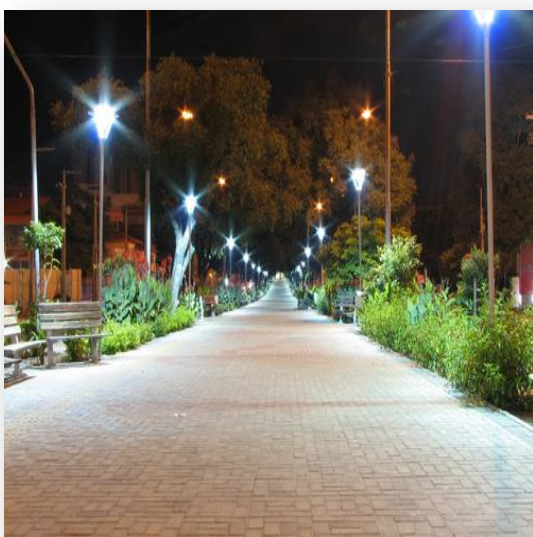


Figura 167 - Iluminação do Passeio Público – Av. Frei Serafim
Fonte: Eletrobrás Distribuição Piauí, 2013

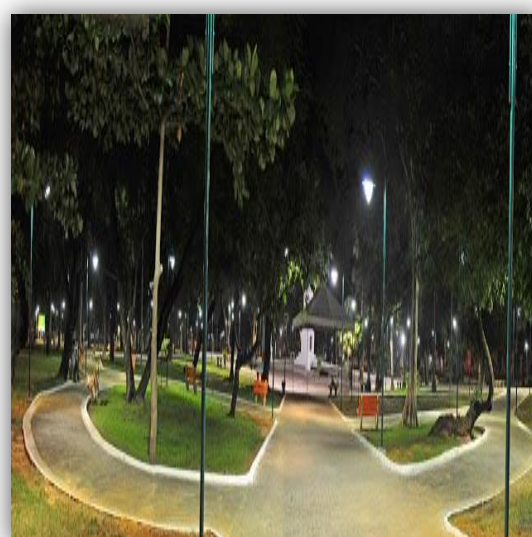


Figura 168 - Praças – Teresina
Fonte: Eletrobrás Distribuição Piauí, 2013

7.1.6 Sistema de Educação e Lazer

Na RIDE Grande Teresina, através do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2, eixo Comunidade Cidadã, foram destinados investimentos para construção de creches, quadra de esportivas e coberturas, estes dados são apresentados no Quadro 179.

Vale registrar, também, que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, destinou 67 milhões para Expansão e Estruturação dos Institutos Federais de Educação Profissionalizantes e Tecnológicos, principalmente para Unidade Teresina (LOA 2013). A maior investidura do Ministério da Educação está nos Centros de Esportes e Artes

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

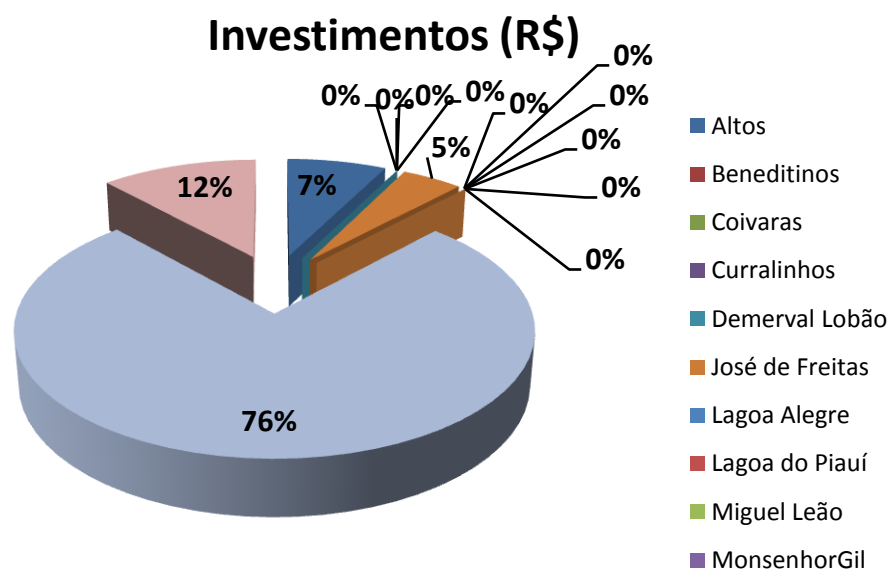
Unificados - CEUS, com estrutura para: esporte e lazer, salas de multiuso, bibliotecas com tele centros, cine, teatros, pistas de skate, equipamentos de ginásticas, playgrounds, ginásios poliesportivos, quadra de areia, jogos de mesa e pista de caminhadas em Santa Maria da CODIPI e Portal da Alegria – Teresina. Os municípios sem Investimentos encontram-se em Fase Preparatória ou em Processo de Licitação.

MUNICÍPIOS	EMPREENHIMENTO	INVESTIMENTOS (R\$)
Altos	02 Creches e 03 Quadras	4.218.000,00
Benedittinos	-	-
Coivaras	-	-
Curralinhos	-	-
Demerval Lobão	-	-
José de Freitas	02 Creches	2.588.000,00
Lagoa Alegre	-	-
Lagoa do Piauí	-	-
Miguel Leão	-	-
Monsenhor Gil	-	-
Nazária	-	-
Pau D'Arco do Piauí	-	-
Teresina	14 CMEIS	22.000.000,00
Teresina	07 Quadras e 10 Coberturas e 02 CEUS – Parque Potycabana	21.200.000,00
Timon(MA)	05 Quadras	6.645.000,00
União	-	-
Total	45 unidades	55.265.000,00

Quadro 179 – Relação dos Empreendimentos realizados nos Municípios da RIDE Grande Teresina e seus respectivos investimentos na área de educação

Fonte: ME-PAC2,2013

Gráfico 6 – Percentual dos Investimentos realizados em cada Município da RIDE Grande Teresina na área de educação



Fonte: CEU – Teresina, 2013

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

A Figura 169 mostra o mapa do Centro de Esportes e Artes Unificados – CEU e as Figuras 170 e 171 mostram uma visão central e da área local de lazer do Parque Potycabana no Município de Teresina. Os investimentos foram realizados pela Prefeitura de Teresina e foram beneficiadas varias famílias, pois o parque possui área verde, quadra coberta, bicicletário, pista de skate, play ground, dentre outras.



Figura 169 – Mapa do Centro de Esportes e Artes Unificados – CEU – Teresina
Fonte: Prefeitura Municipal de Teresina



Figura 170 - Vista Frontal do Parque Potycabana – Teresina
Fonte: Prefeitura Municipal de Teresina



Figura 171 - Área de Lazer do Parque Potycabana – Teresina
Fonte: Prefeitura Municipal de Teresina

7.1.7 Sistema de Saúde

Na RIDE Grande Teresina, os investimentos, foram realizados através do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2, eixo Comunidade Cidadã, via Ministério da Saúde, na imobilização na ordem de 38 milhões, beneficiando 78 Unidades Básicas de Saúde e Unidades de Pronto Atendimento.

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

Para o ano de 2014, está sendo colocado à disposição da RIDE Grande Teresina, através da Emenda PLN 0009/2013 – LOA via Congresso Nacional, a Emenda de Individual nº 20570005, na ordem de R\$ 3.673.000,00, para aquisição de equipamentos para o Hospital Getúlio Vargas, em Teresina.

A Emenda PLN 0009/2013 – LOA via Congresso Nacional, a Emenda de Bancada nº 71190024, na ordem de R\$ 100.000.000,00, para a construção do Complexo Materno Infantil de Teresina e Emenda 7110012, no valor de R\$ 100.000.000,00 para Estruturação das Unidades Hospitalares de Teresina. Os municípios sem Investimentos encontram-se em Fase Preparatório ou em Licitação.

MUNICÍPIO	EMPREENHIMENTO	INVESTIMENTOS (R\$)
Altos*	-	-
Beneditinos	Ampliação UBS (4 unidades)	358.200,00
Coivaras	Ampliação UBS	96.000,00
Curralinhos*	-	-
Demerval Lobão*	-	-
José de Freitas	Ampliação UBS (7 unidades)	615.490,00
Lagoa Alegre	Construção UBS	200.000,00
Lagoa do Piauí*	-	-
Miguel Leão*	-	-
Monsenhor Gil	Ampliação UBS (3 unidades)	404.600,00
Nazária*	-	-
Pau D'Arco do Piauí	Ampliação UBS	148.230,00
Teresina	Construção/Ampliação UBS(58 unidades)	31.700.000,00
Teresina	Construção UPAS (2 unidades)	5.000.000,00
Timon (MA)*	-	-
União	Ampliação UBS(5 unidades)	425.000,00
*TOTAL	79 unidades	38.475.520,00

Quadro 180 - Ações e Investimentos desenvolvidos nos Municípios integrantes da RIDE Grande Teresina no Sistema de Saúde

Fonte: MS-PAC2, 2013

*Municípios sem Investimentos encontram-se em Fase Preparatória ou em Licitação.

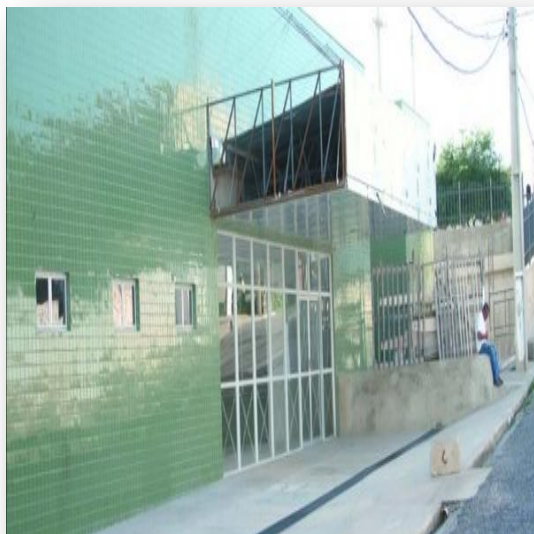


Figura 172 - Unidade de Pronto Atendimento – UPA em Renascença – Teresina

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2013



Figura 173 - Unidade Básica de Saúde – UBS –RIDE Grande Teresina

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2013

7.1.8 Sistema de Justiça e Segurança

Na RIDE Grande Teresina, foi construído o Fórum de Teresina, visto na Figura 174, concentrando no prédio as Varas Cíveis, Criminais e da Família da Capital. Construídos também o Prédio do Ministério Público Federal e o Instituto Médico Legal, mostrados nas Figuras 175 e 176, com aporte de recursos na ordem R\$ de 100.000.000,00, para melhor atender a comunidade do Consórcio, recursos do Governo Federal e Tesouro do Estadual.

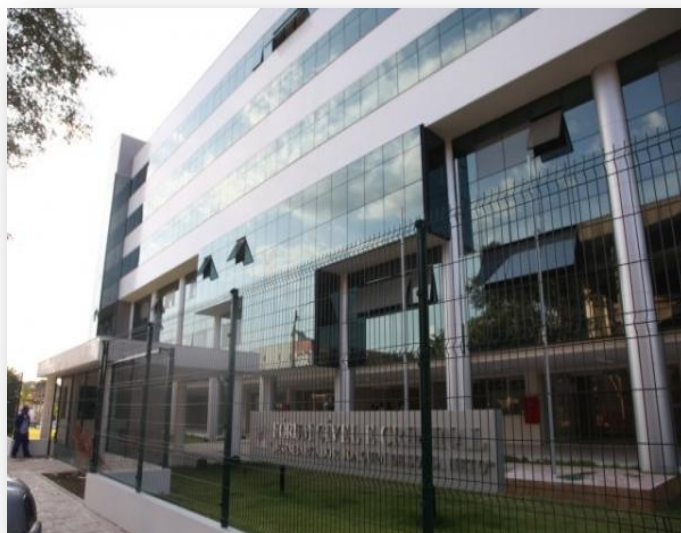


Figura 174 - Tribunal de Justiça – Fórum de Teresina

Fonte: Prefeitura Municipal de Teresina, 2013



Figura 175 - Instituto de Medicina Legal – Teresina
Fonte: Prefeitura Municipal de Teresina, 2013



Figura 176 - Ministério Público Federal – Teresina
Fonte: Prefeitura Municipal de Teresina, 2013



Pau D'arco



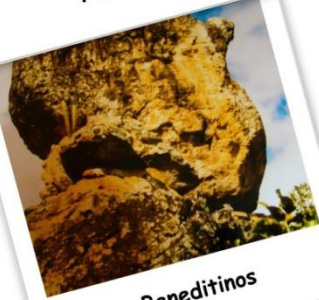
Monsenhor Gil



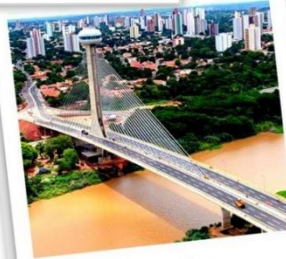
Nazária



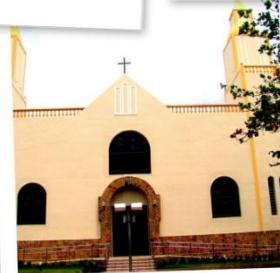
Lagoa do Piauí



Beneditinos



Teresina



Altos

Os Atores Regionais e sua Influência no Desenvolvimento da RIDE



União



Curralinhos



Coivaras



Lagoa Alegre



Miguel Leão



Timon



Demerval Lobão



José de Freitas

8 OS ATORES REGIONAIS E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DA RIDE GRANDE TERESINA

Neste capítulo serão abordados os principais atores regionais identificados na Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE Grande Teresina e a sua influência para o desenvolvimento da região.

Ministério a Integração Nacional: tem atuação, através da 7ª Superintendência Regional da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - CODEVASF, no consórcio com investimentos no abastecimento de água (Programa Água para Todos), melhoria da infraestrutura e apoio nos Arranjos Produtivos Locais - APLs;

Ministério das Cidades: os investimentos são centrados no Programa Minha Casa Minha Vida e através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em empreendimentos de mobilidade urbana e Saneamento Básico (abastecimento de água, drenagem, esgotamento sanitário e resíduos sólidos);

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA: ações através da Superintendência Regional do Piauí, em atividades de cooperativismo e associativismo;

Ministério de Desenvolvimento Social: tem atuação centrada nas famílias com renda abaixo da linha de pobreza, no combate a fome e a desigualdade social, através do Programa Bolsa Família;

Ministério da Saúde: tem investido na região, com financiamento para construção, ampliação e reforma de unidades de saúde, qualificação de mão-obra, ampliação da assistência médico-hospitalar as camadas menos abonadas, inclusive ações, através da FUNASA, no abastecimento d'água e saneamento básico;

Ministério da Educação: vem apoiando a RIDE Grande Teresina do ensino fundamental aos cursos de qualificação em pós-doutorado, ampliação das universidades públicas e privadas através do PROUNI, financiamento a educação universitária através do FIES, implantação da universidade aberta e investimentos no transporte escolar, ampliação, reforma e construção de novas unidades, inclusive apoio ao esporte e lazer;

Ministério da Justiça e Segurança: apoio à comunidade a ter acesso à segurança e justiça para exercer a plena cidadania;

Ministério do Esporte: atuação no financiamento de unidades de esporte e lazer (quadras, ginásios, reformas e melhorias) e em Programa de inclusão social, através do Programa segundo Tempo;

Universidade Nacional de Brasília - UNB: atuação, exclusiva, na elaboração do Plano de Saneamento Básico da RIDE Grande Teresina;

Águas e Esgotos do Piauí S.A - AGESPISA: gestão do abastecimento de água e esgotamento sanitário da RIDE Grande Teresina, exceto no Município de Timon (MA);

Prefeituras Municipais – RIDE Grande Teresina: gestores da aplicação das políticas públicas e controles sociais em Educação, Saúde, Esporte, Lazer, Ação Social, Mobilidade, Saneamento Básico e apoio a produção.

Governos dos Estados do Piauí e Maranhão: apoio aos municípios componentes da RIDE Grande Teresina para a aplicação das políticas públicas e controle sociais em Educação,

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

Saúde, Esporte, Lazer, Segurança, Ação Social, Mobilidade, Saneamento Básico e apoio a produção;

Caixa Econômica, Banco do Brasil e do Nordeste do Brasil - BNB: financiamento as atividades econômicas (setores: primário, secundário e terciário), apoio financeiro a melhoria da infraestrutura da RIDE Grande Teresina, inclusive com ações em destaques nos Programas de Habitações do Governo Federal;

Câmaras Municipais: ações de controle e fiscalização do Executivo Municipal, apoio as comunidades com a formulação de políticas públicas, inclusive participativa com suas audiências públicas;

Eletrobrás: responsável pela distribuição e fornecimento de energia elétrica, com destaque para o Programa Luz para Todos, investimentos exclusivo da zona rural; e

Instituto Federal do Piauí - IFPI: atuação na pesquisa e ensino na RIDE Grande Teresina, responsável, também, pela elaboração do Plano de Saneamento Básico do consórcio.

O Quadro 181 apresenta um resumo dos atores regionais identificados e a sua influência no desenvolvimento da RIDE Grande Teresina.

ATORES REGIONAIS	AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA RIDE GRANDE TERESINA
Ministério da Integração Nacional/CODEVASF	Abastecimento D'Água e Arranjos Produtivos Locais - APLs
Ministério das Cidades	Habitação, Mobilidade, Saneamento Básico
Ministério da Agricultura	Associativismo e Cooperativismo
Ministério de Desenvolvimento Social	Combate a Fome e a Desigualdade Social
Ministério da Saúde	Assistência Médica
Ministério da Educação	Ensino, Pesquisa, Extensão, Saúde e Lazer
Ministério da Justiça e Segurança	Segurança e Cidadania
Ministério do Esporte	Esporte, Educação e Inclusão Social
UNB	Pesquisa e Elaboração de Plano
AGESPISA	Saneamento Básico
Prefeituras Municipais	Educação, Saúde, Esporte, Lazer, Apoio Social, Mobilidade e Saneamento Básico
Governo do Estado do Piauí e Maranhão	Educação, Saúde, Segurança, Mobilidade, Saneamento Básico e Apoio a Produção
Caixa Econômica, Banco do Brasil e do Nordeste	Apoio a Produção e Habitação
Câmaras Municipais	Participações Sociais (Audiências Públicas)
FIEPI	Apoio Setor Industrial
IFPI	Pesquisa

Quadro 181 - Atores Regionais Identificados e a sua Influência no Desenvolvimento da RIDE Grande Teresina

Fonte: Empresa Expansão, 2013



Pau D'arco



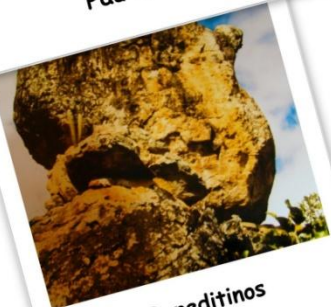
Monsenhor Gil



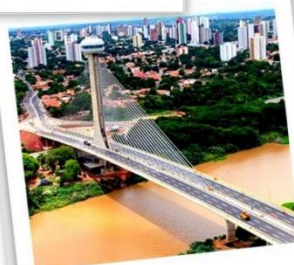
Nazária



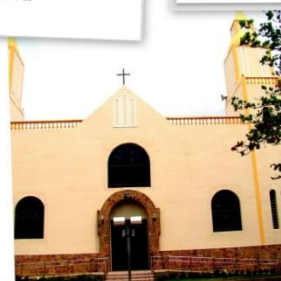
Lagoa do Piauí



Beneditinos



Teresina



Altos

Dimensão Urbanística, contemplando aspectos de Infraestrutura, de Serviços Públicos Existentes e Projetados e de Mobilidade e Transporte Intra e Intermunicipal



União



Currallinhos



Coivaras



Lagoa Alegre



Miguel Leão



Timon



Demerval Lobão



José de Freitas

9 DIMENSÃO URBANÍSTICA, CONTEMPLANDO ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA, DE SERVIÇOS PÚBLICOS EXISTENTES E PROJETADOS E DE MOBILIDADE E TRANSPORTE INTRA E INTERMUNICIPAL

Neste capítulo será abordada a caracterização qualitativa e quantitativa dos componentes da infraestrutura de serviços públicos existentes e projetados em relação aos aspectos de rede viária de acesso à região dos municípios que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento – RIDE Grande Teresina, sistema de abastecimento de água, sistema de esgotamento sanitário e drenagem urbana, sistema de limpeza urbana, sistema de comunicação, cobertura da iluminação pública, serviços de saúde, situação da segurança e de mobilidade e transporte intra e intermunicipal.

9.1 Rede Viária de Acesso à Região

9.1.1 Acesso Rodoviário

O Sistema de Transporte do Estado do Piauí abrange rodovias, aerovias e ferrovias. As principais Rodovias Federais que cruzam o Estado do Piauí são as BR - 226, 316, 324 e 343, fazendo a interligação entre as regiões Norte, Nordeste e Sudeste do Brasil. As Rodovias Estaduais PI – 223, 215, 350, 113, 366, 232, 130 e 112 dão acesso aos municípios que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento – RIDE Grande Teresina. As rodovias federais e estaduais em geral estão em bom estado de conservação e possuem boa pavimentação e sinalização, mas nas estradas municipais existem problemas de pavimentação e conservação dificultando o acesso a estes municípios.

O Quadro 182 apresenta a distância rodoviária entre os principais municípios da RIDE Grande Teresina para a capital do Estado do Piauí, Teresina. Timon é o município mais próximo da capital e o Município de Beditinos é o mais distante.

MUNICÍPIOS	DISTÂNCIA EM KM	VIA DE ACESSO
Teresina	-	BRs – 226/316/324/343
Altos	37	BR – 343
Benedictinos	91	PI – 223
Coivaras	68	PI – 215
Curralinhos	89	PI – 350
Demerval Lobão	30	BR – 316
José de Freitas	48	PI – 113
Lagoa Alegre	77	PI – 366
Lagoa do Piauí	38	BR – 316
Miguel Leão	88	PI – 232
Monsenhor Gil	56	BR – 316
Nazária	30	PI – 130
Pau D'arco do Piauí	63	BR – 343 / PI – 223
União	65	PI - 112
Timon	5	BR - 316

Quadro 182 – Distância Rodoviária entre a Capital do Estado Teresina e os Municípios que compõem a RIDE Grande Teresina e Vias de Acesso aos Municípios

Fonte: Adaptado Empresa Expansão, 2014

A Figura 177 mostra as vias de acesso aos municípios da RIDE Grande Teresina.

Fonte: DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, Adaptado Empresa Expansão, 2014

O Aeroporto de Teresina chamado Senador Petrônio Portela, está localizado no setor norte de Teresina, distante 4 km do centro da cidade. Possui fácil acesso através da Avenida Centenário, sendo o mais importante do Estado por servir como porta de entrada para o comércio e principalmente para o turismo.

O aeroporto de Teresina é o único das capitais nordestinas fora da área litorânea. Tem grande importância estratégica, pois é um aeroporto de ligação entre o Norte e Nordeste do País.

O Estado do Piauí não possui um porto marítimo. Os principais portos existentes são os fluviais que estão situados ao longo do rio Parnaíba e nos braços do Delta que tem um curso total de aproximadamente 1.334 quilômetros, sendo navegáveis somente em determinadas épocas por embarcações de pequeno calado.

236

de turismo que atracam são poucos, e não se possui registro do número preciso deles e de seus passageiros. Geralmente têm como destino passeios pelo Delta do rio Parnaíba.

Outros dois portos fluviais estão localizados na região, o Porto das Barcas, à margem do rio Igarçu, situado na cidade de Parnaíba, e o Porto de Tatus, localizado às margens do rio Grande e situado no Município de Ilha Grande. Ambos os portos atendem a barcos pesqueiros e de turismo que fazem passeios na região do Delta.

9.1.4 Principais Meios de Transporte e o Acesso entre os Municípios

O principal meio de transporte é o rodoviário que percorre uma malha rodoviária estadual e federal no Estado do Piauí, através de rodovias que cobrem a região do litoral, interligando as praias à capital do estado e aos estados do Ceará e Maranhão.

A rodoviária de Teresina - Terminal Rodoviário Governador Lucídio Portella, é administrada pelo Departamento de Estrada de Rodagem do Piauí – DER, sendo a principal rodoviária do Estado, e a que oferece opções de ligação para vários estados e municípios.

O acesso à Teresina é feito através de várias rodovias. Vindo de Fortaleza-Ce o aceso é feito pela Rodovia Federal BR-222 e BR-343; do Maranhão pela BR-316; de Pernambuco pela Rodovia Federal BR-222 e do Tocantins pela Rodovia Federal BR-324.

Estas rodovias apresentam sinais de precariedade, principalmente no que diz respeito aos aspectos de sinalização horizontal, vertical e faixa de domínio, na pavimentação apresenta precariedade em alguns trechos.

O Quadro 183 apresenta as principais vias de acesso dos municípios que compõem a RIDE Grande Teresina, à distância e o tempo, considerando como ponto de partida Teresina.

MUNICÍPIOS	VIAS DE ACESSO	KM	TEMPO
Altos	BR - 343	41,0	38min
Benedictinos	BR – 343 e PI 223	95,5	1h 26min
Coivaras	BR – 343 e BR-226/PI-352	71,6	1h 5min
Curralinhos	BR – 316/BR-343	82,4	1h23min
	PI-130	74,3	1h25min
Demerval Lobão	BR-316/BR-343	35,1	36min
	PI-130 e BR – 316	38,4	40min
José de Freitas	PI-113	54,1	52min
	PI-112 e PI-115	58,9	55min
Lagoa Alegre	PI-113 e PI-111	86,1	1h22min
	PI-115 e PI-111	90,4	1h26min
Lagoa do Piauí	BR-316/BR-343	43,2	44min
Miguel Leão	BR-316/BR-343	98,2	1h33min
Monsenhor Gil	BR-316/BR-343	61,8	1h
Nazária	PI-130	31,7	32min
Pau D'Arco do Piauí	BR-343	75,8	1h17min
Timon	Av. Miguel Rosa	5,8	11min
	Av. Maranhão	6,8	13min
União	PI-112	64,7	1h

Quadro 183 - RIDE – Vias de Acesso aos Municípios da RIDE Grande Teresina

Fonte: Prefeitura Municipal de Teresina, 2014

9.2 Sistema de Abastecimento de Água

O fornecimento de água na RIDE Grande Teresina é feito pela Empresa Águas e Esgotos do Piauí S.A - AGESPISA, pertencente ao Governo do Estado Piauí, exceto no Município de Timon que tem sistema próprio de abastecimento. O fornecimento de água em Teresina é proporcionado para 96,59% das residências com boa qualidade de água, segundo os relatórios da AGESPISA, porém é deficitário na rede de distribuição, que não é acessível a alguns bairros da periferia da cidade. Estes bairros são atendidos por poços, geralmente executados pela Prefeitura de Teresina.

Segundo o Plano Diretor da cidade existe intermitência no abastecimento em várias áreas da cidade. Apresenta ainda diversos problemas operacionais, que acarretam, entre outros problemas, desperdício e perdas elevadas (50%). É também precário o estado de conservação das unidades de produção, elevatórias e reservatórios. Estes problemas contribuem para que as tarifas médias sejam elevadas para as condições econômicas da população.

No Município de Timon segundo dados do Censo 2010, IBGE, existem 40.489 domicílios particulares permanentes ocupados em áreas urbanas. Desse total, 35.137 domicílios são servidos de rede geral de distribuição de água, através do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE de Timon, correspondendo a 86,78% da população.

Na zona rural a situação de **abastecimento de água é crítica**, tanto para o consumo humano, como animal, estando em situação de emergência por estiagem, 80% dos municípios integrantes do consórcio, sendo a população atendida por poços ou nascentes sem o devido tratamento da água o que compromete a saúde da população.

Importante ressaltar a inexistência de rede de distribuição de água domiciliar fora das sedes dos municípios, nos povoados o abastecimento é realizado por poço ou nascente, o serviço de abastecimento de água deve assegurar oferta domiciliar de água para consumo residencial e outros usos com regularidade, a todo habitante do município. A quantidade deve ser suficiente para atender às necessidades básicas e qualidade compatível com os padrões de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde. Para o atendimento desse objetivo, se faz necessário adotar um eficiente sistema de abastecimento de água, com controle de qualidade, reduzindo perdas nas unidades do sistema de tratamento.

Dos municípios que compõem a RIDE Grande Teresina, ressaltam-se Teresina (96,59%), Altos (93,87%) e Timon (86,78%) com os maiores índices de atendimento de abastecimento de água através da rede geral da distribuidora. Pau D'arco do Piauí (23,47%), União (36,00%) e Lagoa do Piauí (46,23%) apresentam os menores índices de atendimento através da rede Geral da distribuidora, com a maioria da população sendo atendida por meio de poços, nascente ou outras formas. O Quadro 184 mostra a distribuição dos domicílios segundo as formas de abastecimento de água de cada município.

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

MUNICÍPIOS	REDE GERAL DA DISTRIBUIDORA	%	POÇO OU NASCENTE	%	OUTRA	%
Teresina	221.924	96,59	7.803	3,41	-	-
Altos	4.889	93,87	238	4,57	81	1,56
Benedictinos	1.706	61,63	701	25,32	361	13,05
Coivaras	505	49,75	404	39,80	106	10,45
Curralinhos	913	82,45	143	12,97	46	4,58
Demerval Lobão	3.027	79,85	394	10,39	370	9,76
José de Freitas	5.407	58,63	2.113	22,91	1.702	18,46
Lagoa Alegre	761	38,87	755	38,56	442	22,57
Lagoa do Piauí	491	46,23	257	24,20	314	29,57
Miguel Leão	224	68,08	52	15,80	53	16,12
Monsenhor Gil	2.297	80,48	209	7,32	348	12,20
Nazária	1.249	56,93	530	24,16	415	18,91
Pau D'arco do Piauí	242	23,47	554	53,73	235	22,80
União	3.135	36,00	4.645	53,4	918	10,6
Timon (MA)	35.137	86,78	5.352	13,22	-	-

Quadro 184 - Distribuição dos Domicílios Segundo as Formas de Abastecimento de água - 2010

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

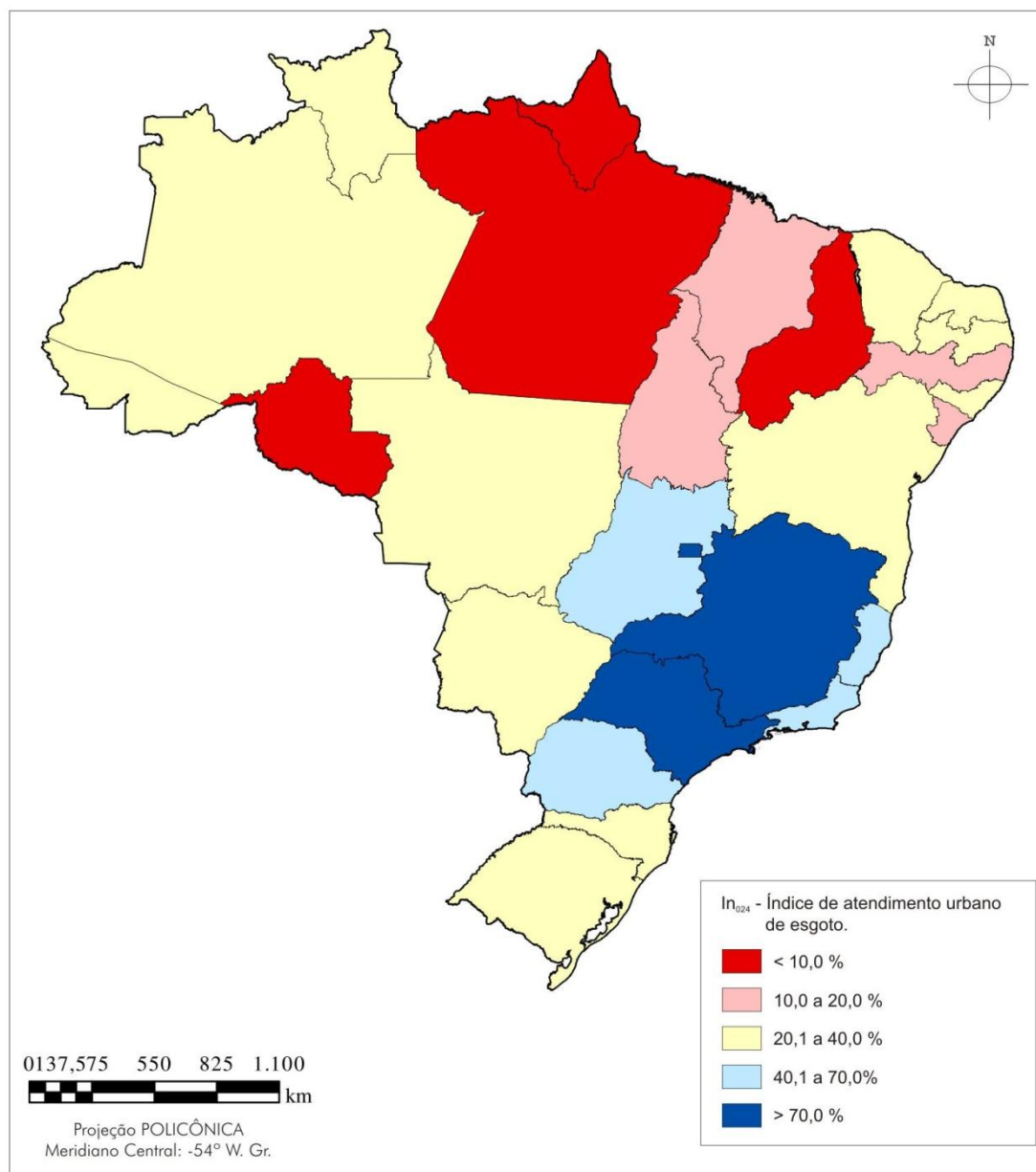
Foi identificado que existe a necessidade de Implantação e/ou ampliação do sistema de abastecimento de água zona urbana e nas comunidades rurais dos municípios da RIDE Grande Teresina, com a ampliação da rede distribuidora de água, perfuração de poços e construção de reservatórios para atender a demanda da população urbana e rural.

A RIDE Grande Teresina, com o financiamento do Ministério das Cidades, iniciou sua mobilização para elaboração do seu Plano de Saneamento Básico Participativo, de acordo com a Lei nº 11.445, de 05.01.2007, através da Fundação Universidade de Brasília e Instituto Federal do Piauí - IFPI, com prazo para conclusão no ano de 2015.

9.3 Sistema de Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana

O Sistema de Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana dos municípios da RIDE Grande Teresina tem o serviço prestado pela Águas e Esgotos do Piauí S.A e em Timon (MA) pelo seu Serviço Autônomo de Águas e Esgotos - SAAE, sendo que a cobertura ainda, é tímida e a população utiliza, principalmente, fossas sépticas.

O Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS apresenta o Estado do Piauí com uma cobertura total média inferior a 10% da população, como mostra a Figura 178.

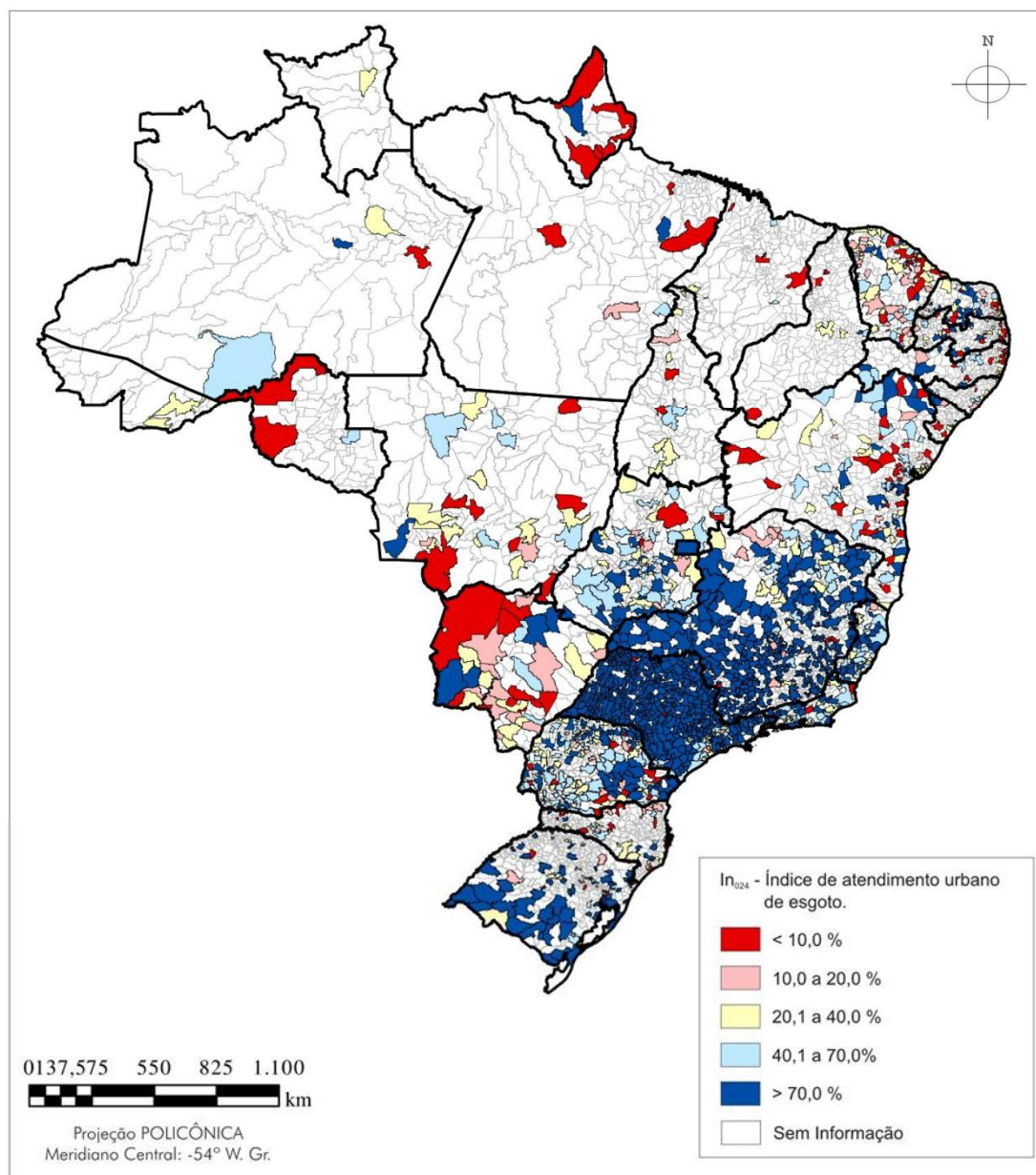


Fonte: Malha municipal digital do Brasil, Base de Informações Municipais 4. IBGE, 2003. Dados: SNIS, 2011.

Figura 178 - Representação espacial do índice médio de atendimento urbano por rede coletora de esgotos (indicador IN024) dos participantes do SNIS em 2011, distribuído por faixas percentuais, segundo estado

Fonte: SNIS, 2011

Na Figura 179 é apresentada a representação espacial do índice de atendimento urbano por rede coletora de esgotos (indicador IN024) dos participantes do SNIS em 2011, distribuído por faixas percentuais, segundo município. No Estado do Piauí muitos municípios ainda não possuem rede coletora de esgoto, sobretudo nas áreas rurais. O Município de Teresina é classificado, individualmente, apresentando percentual de atendimento inferior a 10%.



Fonte: Malha municipal digital do Brasil, Base de Informações Municipais 4. IBGE, 2003. Dados: SNIS, 2011.

Figura 179 - Representação espacial do índice médio de atendimento urbano por rede coletora de esgotos (indicador IN024) dos participantes do SNIS em 2011, distribuído por faixas percentuais, segundo município

Fonte: SNIS, 2011

O sistema de esgotamento sanitário atual de Teresina é totalmente urbano, as áreas rurais são atendidas com fossas sépticas. Com relação ao tratamento do esgoto, segundo o Plano Diretor da cidade, todo o esgoto coletado é tratado, e para efetuar o tratamento dos esgotos de Teresina, a AGESPISA utiliza as chamadas Lagoas de Estabilização.

No Município de Timon, segundo dados do Censo 2010, IBGE, existem 40.489 domicílios particulares permanentes ocupados em áreas urbanas. Desse total, 11.370 domicílios são servidos de rede coletora de esgotos e 29.119 domicílios com o esgotamento sanitário realizado através de fossas sépticas.

Nos Municípios de Altos, Beneritinos, Coivaras, Curralinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Monsenhor Gil, Miguel Leão, Nazária, Pau D'Arco do

Piauí e União não existe sistema de esgotamento sanitário. Os dejetos são jogados a céu aberto como apresentado na Figura 178 e algumas casas não possuem fossas sépticas.



Figura 180 – Dejetos de esgoto a céu aberto no Município de Demerval Lobão
Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2013

9.4 Sistema de Limpeza Urbana

O sistema de limpeza urbana da cidade de Teresina é realizado através de contratação de empresa terceirizada. Não existe na cidade a coleta seletiva de lixo, e o tratamento do lixo coletado é realizado em aterro controlado que atualmente opera em condições máximas de uso.

A Prefeitura está investindo na construção de um novo aterro sanitário, ao lado do atual, para ampliar a capacidade de tratamento de lixo e implementar, em uma área de 15 ha, uma estrutura que atenda às exigências da legislação que assegura respeito ao meio ambiente, funcionando uma unidade de triagem, na qual os resíduos domésticos e comerciais passarão por um processo de separação de componentes recicláveis. Outra unidade receberá os resíduos de podas vegetais, recolhido de ruas, praças e parques. (Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS – TERESINA, 2012).

Nos Municípios de Altos, Beneditinos, Coivaras, Curratinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Monsenhor Gil, Miguel Leão, Nazária, Pau D'Arco do Piauí e União e Timon, o destino final dos resíduos sólidos é o lixão, que é uma forma inadequada de disposição final de resíduos sólidos, que se caracteriza pela simples descarga do lixo sobre o solo, sem medidas de proteção ao meio ambiente ou à saúde pública. Não há campanhas educativas sobre o lixo, como também não existe coleta seletiva ou reciclagem, nem coletores nas principais vias urbanas fazendo com que o lixo doméstico seja jogado nas vias, principalmente nos bairros com pior infraestrutura.

Na RIDE Grande Teresina, a cobertura de coleta do lixo, atinge uma média de 46%. Não existe na maioria dos membros do consórcio, a coleta seletiva do lixo e muito menos legislação específica sobre a logística reversa.

No Quadro 185 podemos observar o percentual de cobertura de cada município, onde a maior cobertura de coleta de lixo com maiores índices acontecem em Teresina (88%) e Timon (70%).

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL PARA A RIDE GRANDE TERESINA
PRODUTO II: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO

MUNICÍPIO	COBERTURA DA COLETA DO LIXO (%)
Altos	32
Benedictinos	32
Coivaras	18
Curralinhos	42
Demerval Lobão	61
José de Freitas	59
Lagoa Alegre	43
Lagoa do Piauí	36
Miguel Leão	30
Monsenhor Gil	42
Nazária	38
Pau D'Arco do Piauí	32
Teresina	88
Timon (MA)	70
União	62
Média	46

Quadro 185 - Cobertura de Coleta de Lixo nos Municípios da RIDE Grande Teresina

Fonte: MS-DATASUS, 2013

A Figura 181 mostra a Coleta de Lixo realizada no Município de Timon no Estado do Maranhão



Figura 181 – Coleta de Lixo em Timon (MA)

Fonte: Prefeitura de Timon, 2013

As Figuras 182 e 183 mostram o lixo jogado nas ruas no Município de Demerval Lobão e o depósito de lixo a céu aberto no Município de Curralinhos.



Figura 182 - Lixo se mistura com os porcos

Fonte: Prefeitura de Demerval Lobão, 2013



Figura 183 - Depósito de Lixo no Município de Curralinhos

Fonte: Prefeitura de Curralinhos, 2013

9.5 Energia Elétrica

O fornecimento de energia elétrica é realizado pela Eletrobrás no Piauí e em Timon pela Companhia Energética do Maranhão - CEMAR. Existem problemas de fornecimento intermitente em épocas de maior consumo e, sobretudo no verão quando as temperaturas aumentam e levam ao uso excessivo de aparelhos eletrônicos de refrigeração. O atual sistema de energia elétrica não suporta a demanda e cai com muita facilidade, a população relata que os aparelhos eletrônicos queimam com muita facilidade.

Com relação ao sistema de iluminação das vias públicas em Teresina, a cidade apresenta-se bem iluminada, mas em alguns pontos específicos, percebe-se a necessidade de incremento da iluminação, para melhorar também a segurança em seu entorno.

No Município de Timon, segundo dados do Censo 2010 IBGE, existem 40.489 domicílios particulares permanentes ocupados em áreas urbanas. Desse total, 30.865 domicílios são servidos de iluminação pública, o que corresponde a 76,23% dos domicílios.

Nos Municípios de Altos, Beneditinos, Coivaras, Curralinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Monsenhor Gil, Miguel Leão, Nazária, Pau D'Arco do Piauí e União, o fornecimento de energia elétrica na zona urbana e rural é de má qualidade, com oscilações constantes durante todo o dia e foi diagnosticada a existência de rede de energia elétrica instalada através de ligações clandestinas, apresentadas nas Figuras 184 e 185. A iluminação pública se apresenta apenas nas sedes dos municípios, necessitando de ampliação do serviço na zona rural.



Figura 184 - Ligações Clandestinas em Beneditinos
Fonte: Empresa Expansão. Pesquisa Direta, 2013



Figura 185 - Ligações Clandestinas em Curralinhos
Fonte: Prefeitura Municipal de Curralinhos, 2013

A Figura 186 mostra a Subestação Eletrobrás no Município de Teresina e a Figura 187 a Subestação Poty, Zona Norte de Teresina.

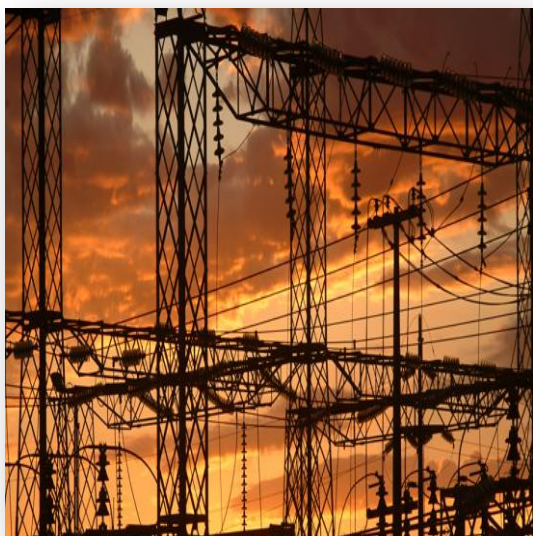


Figura 186 - Subestação Eletrobrás – Teresina
Fonte: Eletrobrás Distribuição Piauí, 2013



Figura 187 - Subestação Poty, localizada na Zona Norte de Teresina
Fonte: Eletrobrás Distribuição Piauí, 2013

Na RIDE Grande Teresina, a maior intervenção dos Governos Federal, Estadual e Municipal é com o Programa Luz para Todos, além de levar energia à população rural, oferece soluções para utilizá-la como vetor de desenvolvimento social e econômico em comunidades de baixa renda, contribuindo para a redução da pobreza e para o aumento da renda familiar.

O acesso à energia elétrica facilita a integração aos serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento, bem como aos programas sociais do Governo Federal. No Piauí, o “Programa Luz Para Todos” foi iniciado em 2005 e já atendeu a mais

de 140 mil novos clientes em todo o Estado, correspondendo a 94% do termo de compromisso firmado de 149.600 domicílios, propiciando o acesso à energia elétrica a mais de 700 mil pessoas na zona rural.

9.6 Serviços de Saúde

O setor de saúde é uma das principais atividades do Município de Teresina, constituindo-se em um importante Polo de Saúde e serviços médicos na região, com raio de influência que abrange desde o interior dos estados do Ceará e Maranhão, até os estados do Pará e Tocantins na região Norte. Existe um bom número de leitos de internação no Município de Teresina e Timon em relação à população do município, o que não acontece nos municípios da RIDE Grande Teresina, superlotando os leitos, pois todos os casos mais sérios são remanejados para o Município de Teresina.

Um fator que tem contribuído para uma consolidação do polo de saúde em Teresina é o desenvolvimento dos recursos humanos em todos os níveis: superior, técnico, auxiliar e administrativo. Existe na capital do Piauí, no nível superior, cursos de medicina, odontologia, enfermagem, nutrição, serviço social, fisioterapia, farmácia, psicologia, fonoaudiologia, tecnologia de radiologia e tecnologia de alimentos, dentre outros. Há, porém, uma necessidade de melhorar, no polo de saúde de Teresina, a sua infraestrutura, de modo que seja compatível com sua importância, particularmente relativa à rede de hospedagem, e às condições das vias urbanas em seu entorno. (PERFIL TERESINA, 2010)

Nos Municípios de Altos, Beneditinos, Coivaras, Curralinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Monsenhor Gil, Miguel Leão, Nazária, Pau D'Arco do Piauí e União e Timon, a situação é precária, necessitando de mais Unidades de Saúde Ambulatorial e Hospitalar para atender a população local. Devido a essa ausência de infraestrutura suficiente para atender às necessidades dos moradores, os casos de média e grande complexidade são encaminhados à Teresina.

O Quadro 186 apresenta as Unidades de Saúde existentes em cada município, onde se pode verificar que Teresina e Timon são os dois municípios com maiores unidades de saúde. No ano de 2013 foram construídas duas Unidades de Pronto atendimento (UPAs) em Teresina.

MUNICÍPIOS	UNIDADE DE SAÚDE- REDE AMBULATORIAL	UNIDADE DE SAÚDE – REDE HOSPITALAR
Teresina	92	35
Altos	14	01
Beneditinos	07	-
Coivaras	02	01
Curralinhos	02	-
Demerval Lobão	02	01
José de Freitas	18	01
Lagoa Alegre	05	-
Lagoa do Piauí	03	-
Miguel Leão	01	-
Monsenhor Gil	10	-
Nazária	02	-
Pau D'arco do Piauí	02	-
União	17	01
Timon	32	04

Quadro 186 – Unidades de Saúde dos Municípios da RIDE Grande Teresina

Fonte: DATASUS – Dez 2012

A deficiência na saúde nos municípios é causada pela falta de uma melhor estrutura, faltam profissionais qualificados, o atendimento médico não é freqüente, nos povoados da zona rural o atendimento da equipe do Programa de Saúde da Família - PSF não é satisfatório. Existe a necessidade de criação de mais postos de saúde equipados nos povoados, melhoria no atendimento da equipe do PSF, contratação de profissionais médicos e paramédicos, aquisição de equipamentos básicos, medicamentos e ambulâncias para que o município possa ofertar condições mínimas de atendimento à população.



Figura 188 – Ambulâncias no Município de Curralinhos

Fonte: Plano Diretor Participativo do Município de Curralinhos, 2012

9.7 Segurança

O aparato policial do Município de Teresina é composto pela polícia civil com 284 pessoas e pela polícia militar com 1.359 pessoas. Existe um efetivo instalado na cidade de 340 bombeiros bastante estruturado, contando com caminhão com alta plataforma e cesta de resgate, computadores conectados à internet e grupo de busca e salvamento. Existe no município um total de 29 pessoas encarregadas da defesa civil no município, mas não existe efetivo de guarda municipal.

Nos Municípios de Altos, Beneditinos, Coivaras, Curralinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Monsenhor Gil, Miguel Leão, Nazária, Pau D'Arco do Piauí e União e Timon da RIDE Grande Teresina o sistema de segurança pública em toda a Região é comprometido em virtude de apresentar um efetivo reduzido da Polícia Militar e da Polícia Civil, e do corpo de bombeiros. As instalações das delegacias não oferecem condições adequadas de funcionamento. Existe a necessidade de aumentar a quantidade de polícias e equipamentos e de disponibilizar maior número de viaturas. A insegurança é uma constante e compromete o desenvolvimento da região.



Figura 189 – Delegacia do Município de Curralinhos

Fonte: Plano Diretor Participativo de Curralinhos, 2012

9.8 Sistema de Comunicação

Os Municípios de Teresina e Timon contam com uma boa cobertura dos serviços de telefonia fixa e móvel. Existem 04 operadoras (Oi, Claro, Vivo e TIM) que fornecem serviço ininterrupto inclusive com acesso a banda larga via modem. A população também tem acesso fácil a jornais, revistas, rádio, televisão, internet e rede de atendimento dos correios e telégrafos.

Nos Municípios de Altos, Beneditinos, Coivaras, Curralinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Monsenhor Gil, Miguel Leão, Nazária, Pau D'Arco do Piauí e União, o sistema de telefonia fixa e móvel é precário, existindo a necessidade de ampliação. As sedes dos municípios dispõem de telefonia fixa, mas os telefones públicos são insuficientes. Na zona rural foi identificado que vários povoados não possuem telefone público.

9.9 Sistema de Transporte Urbano

O sistema de transporte urbano de Teresina é bastante restrito em termos de ligações viárias e número de linhas operantes. Existem 93 linhas em operação, com transportes de idade média de 4,3 anos de uso, o que representa uma frota nova. Porém, segundo informações coletadas em campo essa frota de ônibus não possui sistema de ar refrigerado, o que torna o transporte precário em função do clima local. (Superintendência Municipal de Trânsito - STRANS).

Foi elaborado o Plano Diretor de Transporte Urbano – PDTU de Teresina, para consolidação de decisões sobre transportes deste município. O Plano inclui diretrizes para a organização e implantação da infraestrutura e dos serviços de transportes urbano, de acordo com objetivos e pressupostos essenciais do poder público e da sociedade.

O Plano prevê reestruturações físicas e funcionais no sistema viário da cidade, a exemplo da implantação de 8 (oito) terminais de integração de ônibus, construção de 4 novos viadutos de transposição da linha férrea, além de mudanças no sistema de bilhetagem.

A rodoviária do Município de Timon se encontra em situação precária, necessitando de reformas para dar maior conforto aos usuários e nos Municípios de Altos, Beneditinos, Coivaras, Curralinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Monsenhor Gil, Miguel Leão, Nazária, Pau D'Arco do Piauí e União não existe rodoviária ou são muito precárias, possuindo apenas pontos de ônibus como apresentado na Figura 190.



Figura 190 - Ponto de Ônibus Intermunicipal em Demerval Lobão
Fonte: Prefeitura de Demerval Lobão, 2013

A estrutura viária dos municípios é precária, na zona urbana não há vias asfaltadas e na zona rural as estradas vicinais estão em péssimo estado, principalmente no período chuvoso, quando as estradas tornam-se intrafegáveis, requerendo desta forma investimentos em infraestrutura e manutenção.

O transporte é um dos principais fatores de produção na economia e agente indutor de riqueza e desenvolvimento. A importância do setor para o desenvolvimento da RIDE Grande Teresina é fundamental. O setor de transporte gera empregos, contribui para melhorar a distribuição de renda e reduz a distância entre a zona rural e a urbana, determina o acesso das pessoas à educação, saúde, trabalho, lazer melhorando a qualidade de vida da população.

9.10 Habitação

De acordo com dados colhidos na Prefeitura Municipal de Teresina, 2014, o Município de Teresina sofreu muitas mudanças desde a sua fundação. No início todos moravam em torno do centro histórico da cidade, que era autossuficiente, contando com comércio, praças, igrejas, repartições públicas, mercado. Era nesse espaço que todos residiam e onde todos se reuniam.

Depois com o crescimento da população, muitos dos que para aqui vieram, passaram a ocupar áreas de risco, quase sempre às margens de rios e lagoas, pois esta era a única área disponível, nas proximidades do aglomerado urbano e também da fonte de água.

Já na época contemporânea, quando do início da construção dos grandes conjuntos habitacionais, adotando um critério urbanístico de crescimento horizontal, casinhas foram construídas em áreas mais distantes, onde o preço dos terrenos era mais baixo. O modelo se exauriu. Percebeu-se que era difícil e oneroso montar uma infraestrutura adequada de saneamento básico. Eram necessários muitos investimentos para levar água a grandes

distâncias, o transporte coletivo era caro, o lixo era recolhido com dificuldade e a rede de energia elétrica demorava a chegar.

O déficit habitacional foi agravado pelo êxodo rural, centenas de famílias de municípios vizinhos vieram em busca de melhores condições de vida. Esta população, não encontrando local para fixar moradia, passou a ocupar loteamentos clandestinos e/ou fizeram ocupações em condições mais precárias, com a construção de casebres, sem infraestrutura, quase sempre em áreas de risco (várzeas, grotões, perímetro de lagoas, microbacias hidrográficas) e, também em áreas de proteção ambiental por estarem mais próximas dos locais de trabalho, ou para livrar-se do pagamento de aluguel.

Com o tempo implantou-se o contraditório, os mais pobres viviam mais distante, longe dos espaços com maior probabilidade de conseguir ocupações remuneradas, das escolas, dos serviços de assistência à saúde, da atividade comercial, do acesso aos serviços públicos, que permaneciam nas áreas mais centrais da cidade. A população com maior poder aquisitivo ficou onde já estavam instalada a infraestrutura de saneamento, próximos dos melhores postos de trabalho, da iluminação pública, do fornecimento de água domiciliar, do telefone, do calçamento, do mercado e do comércio.

Percebeu-se que foram criados muitos vazios urbanos entre as áreas mais distantes dos conjuntos populares e aquelas mais centrais. Esta situação favoreceu a especulação imobiliária: muitas áreas que estavam estocadas foram liberadas para venda e os agentes financeiros foram incentivados a facilitar o crédito. Diversos segmentos da sociedade, que haviam sido favorecidos pela estabilidade e pelo crescimento econômico e que tiveram a sua renda aumentada, passaram a demandar uma moradia de qualidade. Esta situação contribuiu para diminuição do déficit habitacional na classe média e proporcionou os primeiros sinais de mudança no perfil de moradia: a população começava a aceitar morar em moradias compactas, apartamentos, construídos em áreas já saneadas que ofereciam espaços para estacionamento e segurança. Isto contribuiu para o adensamento urbano em áreas saneadas.

A iniciativa privada, atualmente, passou a oferecer um novo serviço aproveitando-se do mercado favorável, oferecendo, a um público de maior poder aquisitivo, condomínios fechados e ou edifícios residenciais de bom acabamento que, de forma autônoma, se localizam onde são oferecidos os melhores serviços urbanos. A maioria da população carente continuou a ser assistida por um maior número de conjuntos populares agora contemplados com uma melhor estrutura de saneamento e/ou por linhas individuais de financiamento imobiliário beneficiados pelo crédito barato dos programas governamentais.

O déficit habitacional em muitos segmentos da comunidade diminuiu na década passada, embora prevalecendo ainda uma necessidade de construção de 31.731 moradias, o que representa um déficit de 14,15% em relação à proporção de domicílios. Na região da RIDE Grande Teresina esse déficit habitacional é de 59.140 unidades e a proporção de domicílios com déficit é de 18,9% e, em todo o Estado do Piauí há um déficit de 149.698 moradias para uma proporção de domicílios com déficit é de 17,6%.

O tempo passou e, nesta primeira década do século, observaram-se um crescimento econômico e um aumento da população. Houve ganhos e muitos percalços, continuando a cidade em constante processo de mudança. A qualidade de vida melhorou, mas ainda continua abaixo do patamar desejado pela população.

No grande Dirceu já existe, embora ainda incipiente, uma estrutura básica de cultura, esporte e lazer, com praças, teatro e casas de eventos. Este polo atende basicamente a uma população predominantemente de classe média.

Outro polo com características e públicos bem próprios está na **zona Leste**, que tem como bairros centrais, Fátima, São Cristóvão e Jóquei. É nessa zona que está instalada uma rede comercial pujante, uma estrutura privada de oferta de serviços de educação, saúde e lazer de muita boa qualidade. A **zona Leste** tem uma identidade econômica própria e concentra a grande rede de estabelecimentos universitários da cidade.

Dois outros polos ainda não bem definidos se formam na **zona Norte** em torno dos bairros Buenos Aires e Mocaminho e, na **zona Sul**, na região do Parque Piauí e Promorar. Estes polos, entretanto, não são suficientes para atender as necessidades de mobilidade da cidade. Surgem nas regiões da Santa Maria da Codipi (zona Norte), Vila Irmã Dulce e Porto Alegre (zona Sul), a região do Planalto Uruguai (zona Leste) e na influência do Alto da Ressurreição e Frei Damião (Sudeste) grandes aglomerados humanos, mas ainda carentes de infraestrutura social e econômica, para ser um polo de desenvolvimento.

Outros exemplos de descentralização, de influência na mobilidade e de modificação do desenho urbano da cidade é a atenção que deve ser dada às atividades econômicas que exijam a utilização de transporte de carga e de grandes estruturas edificadas, como é o caso das indústrias de transformação e dos atacadistas, casos em que se observa uma tendência a concentrar as atividades na zona Norte, nos limites da periferia urbana e às margens dos eixos rodoviários e ferroviários. Esta descentralização aliviaria a cidade da circulação de veículos de grande porte. A zona central, tradicionalmente usada para o comércio atacadista, nas proximidades do rio Parnaíba, teria outra destinação de uso.

O crescimento econômico e populacional trouxe novas necessidades e provocou muitas mudanças, não apenas as relacionadas com a mobilidade, que exige mais ônibus, mais linhas e com maior frequência, mas também aquelas relacionadas a outros componentes, habitação, saneamento básico, como o aumento do consumo de água, a necessidade de melhorar a qualidade e ampliar a rede de energia elétrica, além de outros problemas que se agravam com o crescimento da cidade, tais como a coleta, transporte, tratamento e destinação dos resíduos sólidos, a poluição ambiental advinda da queima de combustível de veículos automotores e máquinas industriais e principalmente do despejo de resíduos orgânicos e químicos, não tratados, nos leitos dos rios ou a céu aberto.



Pau D'arco



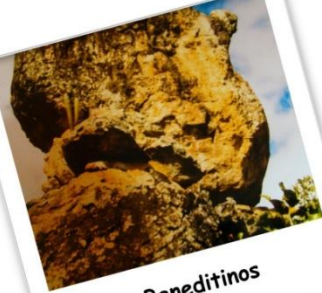
Monsenhor Gil



Nazária



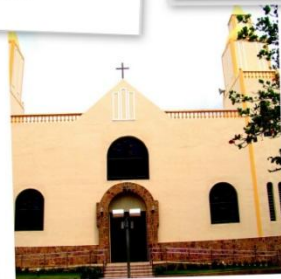
Lagoa do Piauí



Beneditinos



Teresina



Altos

Modelos de Gestão Existentes



União



Curralinhos



Coivaras



Lagoa Alegre



Miguel Leão



Timon



Demerval Lobão



José de Freitas

10 MODELOS DE GESTÃO EXISTENTES

Este capítulo abordará os modelos de gestão identificados na RIDE Grande Teresina. Compreender os processos de **organização e gestão** dos municípios que compõem a RIDE Grande Teresina requer primeiro remeter-se ao universo das organizações públicas e privadas existentes que atuam na região, que, pelas informações levantadas, em nível primário e secundário, seriam suficientes para sustentar os diferentes processos de gestão nas dimensões econômica, sociocultural, ambiental e político-institucional.

Em relação ao **Modelo de Gestão existente na RIDE Grande Teresina**, percebe-se um modelo participativo, onde cada indivíduo tem vez e voz para representar os seus anseios e desafios identificados nas comunidades que representam em cada município.

Visando o tratamento de matérias específicas, foi criado o COARIDE tem como prerrogativa a instituição de um Grupo Temático – o GT RIDE, a ser constituído por representantes do Governo Federal, dos estados do Piauí e do Maranhão, dos municípios que compõem a RIDE, da sociedade civil (instituições de ensino e pesquisa, associações de municípios, entidades privadas etc.) e/ou de grupos empresariais da região. Esse GT foi implantado e vem se mostrando atuante localmente na formulação de planos, projetos, identificação de demandas e priorização de ações.

Suas propostas são apresentadas ao COARIDE por intermédio da Secretaria Executiva do Conselho. Seus representantes, em quantidade inicialmente prevista para 40 (quarenta), foram designados pelo Conselho. O ambiente de trabalho do GT RIDE propicia a discussão, o planejamento, a proposição de políticas e o estabelecimento de estratégias e demandas conjuntas. A Coordenação geral da RIDE é extremamente atuante e mobiliza os grupos com muita agilidade e presteza.

Analisando os modelos de gestão das organizações públicas e privadas parceiros da RIDE, que são unidades regionais técnicas, gerências, comitês, conselhos, associações, organizações não governamentais - ONGs, cooperativas, empresas públicas e privadas, centros sociais, instituições financeiras, percebe-se que os gestores não conseguem desenvolver uma gestão cuja função seja “construir organizações que funcionem”, quer na implantação, quer na implementação e no controle, com o uso de instrumentos de monitoramento e avaliação de ações.

A gestão, na visão mais ampla, tem por natureza, segundo os estudiosos da área, a “função organizacional voltada para a liderança, a coordenação, o planejamento, o controle, a orientação e a integração das ações implantadas nos diversos níveis e setores da organização”. Tudo isso é fundamentado nas seguintes premissas básicas: senso de propósitos e valores compartilhados; agregação de valor mútuo; compromissos e responsabilidades; confiança e transparência na comunicação; abertura a mudanças de paradigmas.

Porém, o que se observa na prática das organizações é a **total desarticulação entre elas**, além do distanciamento da concepção de gestão em relação a essas premissas básicas fundamentais para a formação de parcerias e alianças.

É importante mencionar que as organizações existentes trabalham com a **incapacidade de trazer a gestão para o centro da organização**. O desafio está não somente em criar, mas sim em contribuir para que as organizações de agora e as que vierem a ser criadas descubram afinal para que foram criadas, seus propósitos e seu sentido maior na sociedade.

A democracia é uma vitória do povo brasileiro, reconquistada após um período de ditadura militar, onde o povo escolhe seus representantes através do voto secreto, que irão governar

e legislar por um período. As decisões tomadas por eles devem representar a vontade do povo, e são legitimadas por este fato.

No final do século passado surgem opiniões estimulando a sociedade a participar mais ativamente do governo, não apenas votando, mas também **participando das discussões sobre assuntos de interesse coletivo**. Daí surge o modelo de gestão pública denominado social. Este modelo busca exatamente fomentar a **democracia participativa**, mas encontra uma fragilidade: a falta de um modelo próprio de organização do Estado.

Desta forma esta fragilidade contribui para que permaneça o atual modelo de gestão que foi implantado no Brasil na década de 1990: **o modelo gerencial**.

Percebe-se que a **participação popular no governo sempre foi mitigada**, quando não inexistente nos governos brasileiros. Mas foi neste ambiente de opressão que brotou anseios de maior participação da sociedade na gestão pública.

A vertente de gestão pública social deriva, no Brasil, dos movimentos sociais que mobilizaram o país durante o período ditatorial. Nesse período, a Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiásticas de Base – CEBs promoveu a criação de espaços onde as pessoas eram estimuladas a debater sobre questões cotidianas, contribuindo para a formação de **lideranças populares**. Deste processo coletivo resultaram reivindicações populares junto ao poder público sobre assuntos relacionados à qualidade de vida individual e coletiva. A origem do modelo social deve-se, portanto, ao anseio da sociedade de participar mais ativamente do governo, não só como administrada, mas ajudando a administrar.

Evidentemente que se trata aqui de um questionamento contemporâneo em administração, pois não se imagina hoje **uma gestão sem o envolvimento das pessoas, ou sem relacionamento humano** e sem recursos para realizar os investimentos necessários.

Os recursos das prefeituras dos municípios que compõem a RIDE, com exceção dos Municípios de Teresina e Timon (MA), como na maioria dos municípios piauienses, a principal fonte de recursos das Prefeituras é a Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, do Fundo para o Desenvolvimento da Educação Fundamental – FUNDEB, pequenos convênios e inexpressivas receitas próprias, que contribuem em relação à Receita Corrente. Do que foi analisado em relação às receitas e despesas correntes, os municípios registram uma dependência total das transferências da União, uma vez que as receitas próprias apresentam percentuais pouco representativos, o que demonstra uma restrita capacidade de investimentos.

A **estrutura organizacional das prefeituras** não se encontra adequadamente preparada para absorver as mudanças e executar as ações propostas no Plano de Desenvolvimento Integrado da RIDE Grande Teresina. Uma reavaliação é fundamental, pois ajustes devem ocorrer visando à adequação, assim como, paralelamente, capacitar os servidores para que eles sejam habilitados a executar atividades de **uma gestão participativa e descentralizada**, prevista para as administrações públicas municipais. Com isso, os serviços prestados pelo poder público, tornar-se-ão mais eficientes, apresentando qualidade e excelência para a satisfação da população.

Na **dimensão político-institucional**, as relações entre o **poder público e as organizações sociais devem estar próximas e fortalecidas**, pois essas organizações são instrumentos de luta e de conquistas de direitos que participam de debates e de discussões relevantes, através dos espaços institucionalizados, como: fóruns, conferências, audiências públicas e outras formas de participação popular agindo em defesa do interesse comum.

Como parte desse contexto, os **instrumentos reguladores** são peças fundamentais para se efetivar mudanças da realidade econômica e social dos municípios, fazendo com que o espaço urbano municipal cresça de forma ordenada. Dentre eles, destacam-se a Lei do Perímetro Urbano, o Código Tributário, o Código de Obras e de Posturas, a Lei do Uso e Ocupação do Solo, a lei do Parcelamento do Solo, a lei do Meio Ambiente e outros que devem ser criados ou revistos de acordo com a necessidade e a lei do Plano Diretor de cada município.

Sem esse aparato normativo, torna-se difícil a execução das ações propostas, inclusive, a relativa à tributação, como é o caso do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU que somente é possível com a elaboração do Cadastro Imobiliário. Vale ressaltar que esse cadastro visa, não somente, o aumento da capacidade tributária, mas também, o crescimento ordenado do território urbano dos municípios.

Com os ajustes propostos, a reestruturação organizacional e administrativa das prefeituras e a qualificação dos servidores públicos possibilitarão que as administrações se tornem mais eficientes, pois essas condições são necessárias para transformar os municípios em cidades planejadas nas quais todos tenham acesso aos espaços coletivos e aos serviços públicos de qualidade.

A nova realidade que se desenha para o desenvolvimento econômico do município, é aquela que possa gerar trabalho e renda com o imprescindível apoio da administração municipal para implantar, dentre outras coisas, instrumentos reguladores como o Cadastro Imobiliário o qual ajuda a regulamentar de forma justa a cobrança do IPTU e, com isso, melhorar a receita própria para poder, com maior folga financeira, realizar os investimentos e atender as demandas sociais mais urgentes.

A **Agenda 2015** foi à primeira experiência de pensar Teresina no longo prazo, em uma visão conjunta. O poder público constituído, a sociedade civil organizada, o cidadão e o setor privado, reunidos, esboçaram a cidade que queríamos.

A experiência permitiu avanços e, por certo, a **Agenda 2030**, com experiência adquirida, ajudará a visualizar uma cidade mais justa e com melhor qualidade de vida, no futuro próximo. Houve muitos acertos e muitos avanços sociais, econômicos e urbanísticos. Algumas ações não foram realizadas e outras, só agora, depois de passados quase 10 anos da sua previsão, foram realizadas ou iniciadas.

Chama atenção a grande transformação que ocorreu, ao longo da década na estrutura universitária, tornando Teresina um polo de educação de ensino superior pela quantidade de universidades e faculdades, pela qualidade do ensino oferecido, pela diversidade de cursos e o número de alunos que influenciam na atividade econômica, social e urbana da cidade.

A grande riqueza do Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da RIDE Grande Teresina é justamente a capacidade de elaboração coletiva que os atores sociais demonstraram durante o processo de construção do plano.

O próprio desenho metodológico do processo gera nos atores sociais, durante as oficinas, grande expectativa do que virá depois. Essa expectativa vem transformando a acomodação em iniciativas continuadas para a definição da forma de gestão.

O **Orçamento Popular** também possibilitou à população discutir e aprovar as suas prioridades;

O **Programa Vila Bairro**, um projeto inovador, com a mais completa intervenção pública, propiciando à população carente significativa melhoria em suas condições de vida, com a

conquista de casa digna, calçamento, abastecimento de água domiciliar, transporte, escola, serviço de saúde, área de esporte e lazer, mercado público etc.;

A **Eleição dos dirigentes escolares** suscitou dúvidas e discussões, mas a comunidade escolar soube bem escolher os seus dirigentes, sem a interferência política;

A **Criação de Conselhos** foi uma forma eficaz de exercitar uma administração compartilhada, pela transferência para a sociedade do poder de fiscalizar, acompanhar, opinar e/ou deliberar sobre os destinos da cidade;

O **Projeto Lagoas do Norte**, que tem merecido uma atenção especial do Banco Mundial, é outro exemplo de participação da comunidade na recuperação e transformação de uma área degradada, sem expulsar os seus moradores, em uma região de oportunidades e de melhores condições de vida;

A **Prestação de contas anual** das realizações e dos gastos efetuados pela Prefeitura, para a população, foi um grande avanço, e uma antecipação à Lei da Transparência;

A **Capacitação do servidor** permitiu que esse participasse de maneira mais eficiente do atendimento às demandas da sociedade.

No **Município de Timon** no Estado do Maranhão a prefeitura municipal elaborou no início da gestão municipal o **Plano Participativo de Governo 2013 – 2016**. Este documento, de autoria coletiva, traduz mais que um compromisso do partido político com a sociedade timonense. Traduz também uma visão da Política e um modo de conceber a gestão pública e buscar superar os desafios que o desenvolvimento urbano, social e ambiental impõe a população local. Segundo a prefeitura municipal de Timon este documento não é ele um rol de promessas, dessas que se desfazem ao contato com a realidade. É, antes, uma carta de navegação para o desenvolvimento da cidade, independente da coloração partidária que a soberana escolha popular determinar nas eleições.

A sua construção do Plano Participativo de Governo 2013 – 2016. derivou de longo processo que envolveu três fases, a saber: Diagnóstico dos 46 bairros de Timon realizado de outubro de 2011 a maio de 2012; Debates com a sociedade civil e entre técnicos para a elaboração de documentos-base para cada um dos 11 eixos realizado nos meses de abril e maio de 2012; Fórum da Sociedade com a participação de quase 300 pessoas que se dividiram nos 11 grupos de trabalho para discutir os documentos-base de cada grupo, apresentar novas propostas e consolidar o documento final.

A prefeitura municipal de Timon ressalta que foram também pioneiros em aderir à Plataforma Cidades Sustentáveis no Meio-Norte, um compromisso voluntário de transparência e adesão aos princípios do desenvolvimento sustentável. Estiveram também representados na Conferência Rio+20 para identificar estratégias que pudessem adequar o Plano aos padrões de sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Os Municípios de **Altos, União, Beneditinos, Lagoa do Piauí e Curralinhos**, também apresentam uma gestão participativa e já realizaram o Plano Diretor utilizando a metodologia de oficinas participativas com apresentação de diagnóstico situacional, onde a população participou ativamente durante todo o processo de construção do Plano de Ação municipal.

O **Município de José de Freitas** também zela pela gestão participativa. Como exemplo podemos citar a última discussão realizada no município para a elaboração do orçamento participativo para o exercício de 2014. Os representantes da administração pública

reuniram diversos seguimentos da sociedade a fim de elaborarem peças orçamentárias e tornar transparente o uso de recursos no município. As discussões paritárias entre a sociedade e a gestão serão de extrema importância para a definição de metas e para prever gastos do município. Os secretários municipais fizeram suas observações e sugestões, além de representantes de outras entidades, como escolas, associações e sindicatos. A Figura 191 mostra a referida reunião. (PREFEITURA DE JOSÉ DE FREITAS, 2014).



Figura 191 – Reunião Realizada no Município de José de Freitas para elaboração do Orçamento Participativo

Fonte: Prefeitura do Município de José de Freitas, 2014

Nos Municípios de **Coivaras, Demerval Lobão, Lagoa Alegre, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Nazária e Pau D'Arco do Piauí**, o modelo de gestão existente é o modelo participativo e embora não tenham ainda o Plano Diretor Participativo (algum municípios devido o numero reduzido de habitantes não possuem a obrigatoriedade por lei federal da existência do Plano Diretor) os gestores procuram ouvir as comunidades para apontar os caminhos e resolver os problemas existentes em cada município, para melhorar a qualidade de vida da população local e o aproveitamento das potencialidades existentes no município.

Este aproveitamento das potencialidades de crescimento ganha efetividade com o planejamento com foco em objetivos comuns. Esse pilar fundamenta a criação da RIDE.

Na região integrada as parcerias são estabelecidas tendo como premissa o benefício partilhado e as complementariedades regionais e os arranjos produtivos locais são destacados, pois se tornam fonte de interesse para investimentos e de benefícios à população da Região.

A RIDE Grande Teresina foi criada, instituindo a articulação da ação administrativa da União, dos Estados do Piauí e do Maranhão, e dos municípios que a compõem. Portanto conclui-se que é fundamental o modelo de gestão participativa para o resgate da cidadania e a melhoria da qualidade de vida dos habitantes nos municípios que compõem a RIDE Grande Teresina.

Sendo assim, na atualidade importa analisar situações e promover ações que ampliem a capacidade dos governos municipais para o gerenciamento dos projetos de forma a conduzi-lo aos objetivos indicados e através de metodologias apropriadas para execução e avaliação. Nesta perspectiva, a produção e a organização de informações, utilizando inclusive das tecnologias existentes, constituem-se em medida imprescindível para que os municípios possam ter ampliada sua capacidade de gerenciar políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Nunca duvide da força de um pequeno grupo de pessoas para transformar a realidade. Na verdade elas são a única esperança de que isso possa acontecer.”

Margaret Mead

Mudar a realidade espacial de uma cidade e a qualidade de vida de várias gerações exige decisão e persistência política, e somente é legitimada quando revela compromisso com a sociedade.

Desse modo, o **processo participativo** é requisito essencial e legítimo, fundamentado no que os cidadãos e cidadãs têm em mente para o futuro da sua cidade. Esse envolvimento da comunidade faz com que se construa coletivamente um instrumento que vai definir limites e responsabilidades de cada um, levando todos ao exercício da cidadania.

Nesse contexto, observam-se pontos considerados vulneráveis: marcas de degradação ambiental, precariedades habitacionais, espaços vazios, áreas de ocupação subutilizadas, demandas não atendidas, dificuldades de acesso, mobilidade, dentre outros. Além disso, a comunidade pode se conhecer e reconhecer as suas potencialidades e capacidades, bem como as forças com que conta para transformar a realidade.

O Diagnóstico é o primeiro passo necessário para melhor conhecer a realidade territorial de forma coerente e responsável, alimentando o processo de tomada de decisões. Ele permite identificar as potencialidades e dificuldades, o que se deve aprimorar e àquilo que precisa ser modificado, isto é, requer de um mergulho na realidade analisando os fatores endógenos (internos, de nosso domínio) e exógenos (externos) que estão influenciando no momento atual.

O diagnóstico da RIDE Grande Teresina foi elaborado com preocupação pelo rigor técnico e com a participação de todos os atores sociais, político-institucionais e produtivos envolvidos no processo de construção da região. Dessa maneira, conseguiu-se produzir uma análise que contempla a perspectiva e olhar de cada segmento que integra o Território.

O diagnóstico é a compreensão da realidade atual do Território e tem como base sua história, suas relações sociais, produtivas, culturais, econômicas, ambientais e organizativas, sobretudo da área rural, porém sem descuidar a área urbana. Deve refletir também as condições de vida da população, a disponibilidade de infraestrutura básica e de serviços voltados para a educação, saneamento, comercialização, abastecimento, padrão tecnológico, revelando a diversidade intermunicipal e as dinâmicas existentes.

O diagnóstico tem caráter multidimensional, se preocupando com todas as dimensões da realidade, identificando as tendências locais e dentro do possível, criando cenários futuros. Assim poderá definir com maior clareza os eixos aglutinadores ou estratégicos do desenvolvimento.

O diagnóstico situacional participativo da RIDE Grande Teresina mostrou que a região apresenta como fragilidade a infraestrutura básica para desenvolver plenamente suas potencialidades e, assim, oferecer aos seus habitantes qualidade de vida e novas oportunidades de geração de riquezas. A proposta é direcionada à ampliação e à qualificação dos investimentos públicos em infraestrutura, que, além de serem condicionantes para o desenvolvimento sustentável, viabilizam novos arranjos produtivos,

integram regiões produtoras a mercados consumidores, aceleram o avanço tecnológico, aumentam a competitividade e propiciam acesso à informação e ao conhecimento.

O ordenamento territorial permite potencializar os aproveitamentos naturais para o desenvolvimento e, dessa forma, assegurar a proteção das áreas mais frágeis e suscetíveis à degradação ambiental, bem como a defesa dos ecossistemas naturais.

Tanto as iniciativas visando à produção como as de instalação de infraestrutura devem estar sintonizadas com os objetivos do desenvolvimento sustentável. Considerando a limitação imposta, é indispensável que as ações de meio ambiente e instalação de infraestrutura sejam priorizadas por conta do caráter de pré-requisito que lhes é atribuído.

Acredita-se que com este Diagnóstico Situacional Participativo possa traçar as Estratégias a serem seguidas e nortear o Plano de Ação para modificar a situação atual em que se encontra a população dos municípios que compõem a RIDE Grande Teresina. Temos a convicção que este Plano de Ação Integrado e Sustentável trará a esperança de dias melhores para as comunidades que se encontram com baixo índice de desigualdade e vulnerabilidade social.



Pau D'arco



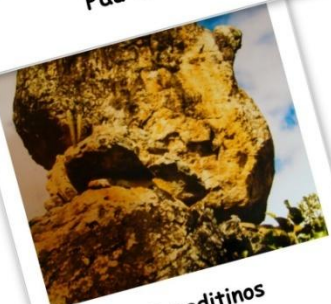
Monsenhor Gil



Nazária



Lagoa do Piauí



Benedittinos



Teresina



Altos

Referências



União



Currallinhos



Coivaras



Lagoa Alegre



Miguel Leão



Timon



Demerval Lobão



José de Freitas

REFERÊNCIAS

ALMANAQUE DO PARNAÍBA – 80 ANOS. Parnaíba: Academia Parnaibana de Letras, 2004. Edição nº 67.

ANA/GEF/PNUMA/OEA. Implementação de Práticas de Gerenciamento Integrado de Bacia Hidrográfica para o Pantanal e a Bacia do Alto Paraguai: Programa de Ações Estratégicas para o Gerenciamento Integrado do Pantanal e Bacia do Alto Paraguai – PAE. Brasília, 2004. Síntese Executiva.

_____. Projeto de Gerenciamento Integrado das Atividades Desenvolvidas em Terra na Bacia do rio São Francisco: Programa de Ações Estratégicas para o Gerenciamento Integrado da Bacia do rio São Francisco e da sua Zona Costeira – PAE: GEF São Francisco. Brasília, 2004. Relatório Final.

ANDRADE, Reinaldo Santos. Políticas de desenvolvimento territorial e seus instrumentos: as regiões integradas de desenvolvimento. **Anais SIMPURB**, Bahia: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2000. Brasília, DF: PNUD, 2000.

_____. Brasília, DF: PNUD, 2013.

BRASIL, F. P. D. Participação cidadã e reconfigurações nas políticas urbanas nos anos noventa. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.6, n. 2, p.35-52, 2004a. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

_____. **Estatuto da cidade e legislação correlata**. 2. ed. Brasília, DF: Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004b.

BRASIL. MCT. Ministério da Ciência e Tecnologia. Disponível em: <http://www.mct.org.br>. Acesso em: 5 dez. 2013.

_____. Secretaria da C&T para a Inclusão Social. **APLs – Arranjos Produtivos Locais**. 2004. Palestra em *power point*.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. **Censo Educacional, 2012**. Brasília, DF: 2012.

BRASIL. MI. Ministério da Integração Nacional. Disponível em: <http://www.integração.gov.br>. Acesso em: 5 dez. 2013.

_____. Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/htm>. Acesso em: 05 nov. 2009.

BRASIL. MMA. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Acesso em: 5 dez. 2013.

_____. Comissão de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. **Agenda 21 Brasileira**: bases para discussão. Brasília: MMA/PNUD, 2000.

_____. **Relatório Completo do Zoneamento Ecológico- Econômico do Baixo Rio Parnaíba**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Projeto RADAM**. Folha SB.23 Teresina e parte da Folha SB.24 Jaguaribe: geologia, geomorfologia, solos, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro: 1973.

BOLAFFI, G. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: Maricato, E. (Ed.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Omega. 1979, p. 37-70.

BUARQUE, Sérgio. **Construindo o desenvolvimento sustentável**: metodologia e planejamento, 2002.

_____. **Metodologia de planejamento e desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília, junho/1999. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA.

CAMPOS F., C. M. **Cidades brasileiras**: seu controle ou o caos. São Paulo: Nobel, 1989.

CARDOSO, A. L. **Reforma urbana e planos diretores**: avaliação da experiência recente, Rio de Janeiro, ano 11, n. 1; n. 2, 1997. Cadernos IPPUR, p. 79-111.

CARVALHO, S. N. de. **Estatuto da cidade**: aspectos políticos e técnicos do plano diretor, São Paulo, v. 15, n.4, 2001. São Paulo em Perspectivas, p. 130-135.

CEARÁ. Governo do Estado. Disponível em: <http://www.ceara.gov.br>. Acesso em: 5 dez. 2013.

CEARÁ. Secretaria de Planejamento e Coordenação. **Anuário Estatístico do Ceará 2002/2003**. Fortaleza: IPECE, 2003.

CODEVASF. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br>. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. **Manual de criação de peixes em tanque-rede**. 2 ed. Brasília, DF: 2013.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CONGRESOS INTERAMERICANOS DE TURISMO. Doc.11/97. Sostenibilidad del turismo mediante la gestion de sus recursos naturales y culturales. OEA. Secretaria Permanente, 1997.

_____. Doc. 12/97. Sostenibilidad del turismo mediante la gestion de sus recursos financieros y humanos. OEA. Secretaria Permanente, 1997.

_____. Doc. 13/97. Sostenibilidad del turismo mediante la gestion de las condiciones de salud y saneamiento. OEA. Secretaria Permanente, 1997.

_____. Doc.14/97. Sostenibilidad del turismo mediante la gestion de la seguridad en los lugares de destino. OEA. Secretaria Permanente, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

COSTA, G.M. Exclusão sócio-espacial na era urbano-industrial: uma introdução ao tema. In: VII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. **Anais...** Recife: MDU/UFPE. v. 2, 1997. p.1421-1436.

COSTA, H. S. M. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição em termos? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 2, 2000. p. 55-71. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

_____. A reforma urbana e a busca da cidadania. In: **Revista Indicador**, Belo Horizonte, n. 27, 1988.

DATASUS, 2013. Disponível em: www.datasus.gov.br. Acesso em: 17 jan. 2013.

DELTA DO PARNAÍBA. Disponível em: <<http://www.deltadoparnaiba.com.br>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

DNIT. Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br>>. Acesso em: 5 dez. 2013.

EGLER, Cláudio; MATTOS, Margarida. Federalismo e gestão do território: as regiões integradas de desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 5, 2003. **Anais...** Santa Catarina: ANPEGE, 2003.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <<http://www.embrapa.gov.br>>. Acesso em: 3 jan. 2014.

FAÇANHA, A. C. Planejamento estratégico e mercado no urbano: Teresina em questão. In: LIMA, A. J. de (Org.). **Cidades brasileiras: atores, processos e gestão pública**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação. Disponível em: <<http://www.fao.org>>. Acesso em: 4 dez. 2013.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br/censo. Acesso em: 2 dez. 2013.

_____. **Geografia do Brasil. Região Nordeste**. Rio de Janeiro: IBGE. SERGRAF, 1977.

_____. **Macrozoneamento geoambiental da Bacia do Rio Parnaíba**. Rio de Janeiro, 1996.

_____. [Mapas Base dos Municípios do Estado do Piauí]. Escalas variadas. Inédito.

FAO. Código de Conducta para la Pesca Responsable. Roma, 1995.

GIOVENARDI, Eugênio. **Os pobres do campo**. Porto Alegre, 2003.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: www.ipea.gov.br/. Acesso em: 17 dez. 2013.

JACOMINE, P.K.T. *et al.* **Levantamento exploratório: reconhecimento de solos do Estado do Piauí**. Rio de Janeiro. EMBRAPA-SNLCS/SUDENE-DRN. 1986.

LIMA, E. de A. M.; LEITE, J.F. **Projeto Estudo Global da Bacia Sedimentar do Parnaíba**. 1978.

LORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política** Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <http://www.mapa.gov.br>. Acesso em: 17 dez. 2013.

MARANHÃO. Gerência de Estado de Planejamento Orçamento e Gestão. **Maranhão em dados 2003**. São Luís: IEASE, 2004.

MARANHÃO. Governo do Estado. Disponível em: <http://www.ma.gov.br>. Acesso em: 5 dez. 2013.

NOVAIS, W. Agenda 21: um novo modelo de civilização. In: CADERNO DE DEBATE AGENDA 21 E SUSTENTÁVEL. Brasília, DF: MMA. Secretaria de Política para o Desenvolvimento sustentável, 2003.

OEA. Organização dos Estados Americanos. Disponível em: <http://www.oas.org>. Acesso em: 5 dez. 2013.

PAB. Programa do Artesanato Brasileiro. Disponível em: <http://www.pab.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 5 jan. 2014.

PARNAÍBA. Disponível em: <http://www.parnaiba.com.br>. Acesso em: 5 jan.. 2014.

PDTU. Plano Diretor de Transporte Urbano, 2008.

PDITS. Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável de Teresina, 2012.

PESSOA, M. D. **Inventário Hidrogeológico Básico do Nordeste**. Folha nº 18 – São Francisco – NE. Recife: DNPM/CPRM, 1979.

PIAUÍ. Governo do Estado. Disponível em: <<http://www.pi.gov.br>>. Acesso em: 5 dez. 2013.

PIAUÍ. PRODETUR/NE II. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Costa do Delta** – PDITS. Teresina: RUSCHMANN *Consulting*, 2004.

PIAUÍ. Secretaria de Planejamento. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí – CEPRO. **Anuário Estatístico do Piauí 2002**. Teresina, 2004.

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE CURRALINHOS, 2012.

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE BENEDITINOS, 2012.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 5 dez. 2013.

SANTOS, Reginaldo Lopes. **Da improbidade na gestão pública**: a atuação do Ministério Público do Piauí nos casos de improbidade administrativa praticados por prefeitos municipais da região integrada de desenvolvimento da grande Teresina – 2001-2003. Teresina, 2009.

SEAP/PR. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/seap>>. Acesso em: 3 dez. 2013.

SNIS. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, 2011.

SUDENE. **Projeto Carvão da Bacia do Parnaíba**. Recife: Convênio DNPM/CPRM, 1973. Relatório Final da Etapa I. v.1.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **PRODETUR Nordeste**: Relatório de avaliação de programa. Brasília, 2004.